

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPTº. LETRAS VERNÁCULAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

**IZABEL LARISSA LUCENA**

**A EXPRESSÃO DA EVIDENCIALIDADE NO DISCURSO POLÍTICO: UMA  
ANÁLISE DA ORATÓRIA POLÍTICA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
CEARÁ.**

**Fortaleza**  
**2008**

IZABEL LARISSA LUCENA

A EXPRESSÃO DA EVIDENCIALIDADE NO DISCURSO POLÍTICO: UMA  
ANÁLISE DA ORATÓRIA POLÍTICA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Lingüística (Área de concentração: Análise Lingüística).

**Orientadora:** Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.

Fortaleza  
2008

L968e	Lucena, Izabel Larissa.
	A expressão da evidencialidade no discurso político [manuscrito]: uma análise da oratória política da Assembléia Legislativa do Ceará / Izabel Larissa Lucena. - 2008.
	112 f. : il. ; 31 cm.
	Cópia de computador (printout(s)).
	Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
	Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Fortaleza (CE),
	15/04/2008.
	Orientação: Profª Drª Márcia Teixeira Nogueira.
	Inclui bibliografia.
	1-FUNCIONALISMO (LINGÜÍSTICA). 2-ANÁLISE LINGÜÍSTICA. 3-DISCURSOS PARLAMENTARES – FORTALEZA (CE). I- Nogueira, Márcia Teixeira, orientador.
	II- Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Lingüística. III- Título.
26/08	CDD (22ª ed.) 469.5

**IZABEL LARISSA LUCENA**

**A EXPRESSÃO DA EVIDENCIALIDADE NO DISCURSO POLÍTICO: UMA  
ANÁLISE DA ORATÓRIA POLÍTICA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
CEARÁ.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira (orientadora)**  
**Universidade Federal do Ceará.**

---

**Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves (1ª examinadora)**  
**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara.**

---

**Prof. Dr. Nelson Barros da Costa (2º examinador)**  
**Universidade Federal do Ceará.**

Dedico este estudo:  
à minha mãe, Lourdes;  
aos meus irmãos, Dedé, Izabelly, Cândida, Conceição e Jorge;  
e ao meu namorado e amigo, Joseton.

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos...

A Deus, que me ergueu e fortaleceu nos momentos mais difíceis;

À minha mãe, Lourdes, pelo exemplo de força e coragem;

Ao meu querido irmão, Dedé, por ter exercido o papel de pai carinhoso, mesmo quando ainda era só um jovem, e por ser um exemplo de intelectual em minha vida;

À minha irmã, Izabelly, pela torcida e pelas orações;

Às minhas irmãs, Cândida e Conceição, por terem financiado boa parte de meus estudos;

Ao meu irmão, Jorge, pelo carinho com que me trata sempre;

À minha orientadora, que sempre se mostrou muito mais que uma interlocutora competente, mas uma grande incentivadora de toda minha produção intelectual desde a Graduação, quando me deu a oportunidade de ir além nos estudos lingüísticos... Nunca me esquecerei da ajuda, do apreço e da amizade nos momentos mais “desorientados” desta caminhada;

Ao meu namorado, Joseton, pelo amor e compreensão nos dias de pouca paciência;

À Ediene e ao Júlio, dois paraenses que moram em meu coração, pelos incentivos e momentos de descontração;

Aos Professores Nelson e Márluce, pelas sugestões e críticas na qualificação do projeto desta pesquisa;

À Profa. Emília, pelas contribuições dadas nos Seminários de Pesquisa I;

À Léia, pelos conselhos nos momentos de dúvida e indecisão;

À Cláudia Carioca, pelos textos que me disponibilizou e pelos esclarecimentos ao telefone;

À Profa. Claudete, pela aula que se dispôs a me dar sobre o SPSS;

À Nadja, por ter me recebido carinhosamente em sua casa, quando precisei quantificar os dados desta pesquisa;

À Klébia, pela atenção com que sempre me tratou ao telefone;

À Sandra e ao Ernandi, casal incrível, que torceu e torce pelo meu sucesso;

À Ely, pela agradável companhia nas viagens que fizemos juntas aos congressos e pela torcida sincera;

Às minhas poucas, mas verdadeiras amigas, Lilica, Belle e Sissi, pelo incentivo;

À Márcia Mapunrunga, pelas conversas preciosas, que me fizeram refletir e compreender os problemas e as dificuldades enfrentadas nestes últimos meses;

À Antônia e Laura, pela simpatia e atenção com me tratam na secretaria da Pós;

A FUNCAP, pelo auxílio financeiro no primeiro ano desta pesquisa;

Ao CNPQ, pelo auxílio financeiro no segundo ano desta pesquisa.

*Ai, palavras, ai, palavras,  
que estranha potência, a vossa!  
Ai, palavras, ai, palavras,  
sois de vento, ides no vento.  
no vento que não retorna,  
e, em tão rápida existência,  
tudo se forma e transforma.*

(Cecília Meireles, *Obra poética*, 1985)



## RESUMO

LUCENA, Izabel Larissa. A expressão da evidencialidade no discurso político: uma análise da oratória política da assembleia legislativa do Ceará. 2008. 112f. Dissertação (Mestrado em Lingüística – Área de concentração: Análise e Lingüística). UFC. Fortaleza.

Este trabalho tem como objetivo investigar a expressão da evidencialidade e sua relação com os graus de comprometimento dos oradores com os conteúdos enunciados na construção da argumentação no discurso político. Para tal fim, analisamos trinta discursos (subdivididos em dois grupos temáticos: 1º grupo – a vinda da Refinaria de Petróleo para o Ceará; 2º grupo – a Transposição do Rio São Francisco), proferidos no Pequeno Expediente de Sessões Ordinárias na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, durante o período de 2005 e 2006. A evidencialidade é analisada, neste trabalho, quanto aos aspectos sintáticos (meio lingüístico, posição no enunciado), semânticos (tipo de fonte, estratégia de veiculação da informação no enunciado, o que está diretamente relacionado ao modo como o enunciador deseja demonstrar que obteve a informação por ele apresentada) e pragmáticos (graus de comprometimento do político com o conteúdo do seu discurso, imagens por ele suscitadas no processo argumentativo, papéis discursivos assumidos pelos itens evidenciais). Sustentamos a hipótese de que fatores de ordem conceptual, interacional e contextual, como os propósitos enunciativos do político, as condições de produção e a imagem que esse político deseja construir de si ante o auditório, condicionam a manifestação da evidencialidade, o tipo de qualificação evidencial, bem como os efeitos de sentido de (des)comprometimento do político com o seu discurso. Adotamos, principalmente, a base teórica funcionalista, em que o usuário assume papel central na investigação; a descrição lingüística inclui, portanto, referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatutos definidos na interação verbal (DIK, 1989). Os resultados obtidos revelam que, na construção da argumentação no discurso político, predomina o uso de marcas evidenciais do tipo relatado de fonte definida, comprovando que o político prefere não se comprometer com a informação reportada, assegurando ao interlocutor a possibilidade de avaliar por si só a validade da informação, de acordo com a qualidade da fonte expressa. Com relação às marcas evidenciais que assumimos como atinentes ao eixo do enunciador (experenciais, inferenciais e subjetivas), verificamos que, embora em menor quantidade, constituem estratégias importantes na construção de imagens legitimadoras da ação política, já que o enunciador se mostra como alguém convicto de suas idéias e projetos. Quanto aos aspectos morfossintáticos da evidencialidade, observamos que o verbo é o meio de expressão mais freqüente dessa categoria, ocupando, majoritariamente, a posição intercalada (entre a fonte e o conteúdo enunciado).

**Palavras-Chave: Evidencialidade; Gramática Funcional; Discurso Político.**

## ABSTRACT

LUCENA, Izabel Larissa. A expressão da evidencialidade no discurso político: uma análise da oratória política da assembleia legislativa do Ceará. 2008. 112f. Dissertação (Mestrado em Lingüística – Área de concentração: Análise e Lingüística). UFC. Fortaleza.

The present research aims at investigating the expression of evidentiality and its relation to the degrees of public speaker's commitment with the contents uttered in political speech argumentation's construction. Thirty speeches, subdivided in two thematic groups: 1) the arrival of a petrol refinery in the state of Ceará; and 2) the transposition of São Francisco River, and delivered in the Small Expedient of Ordinary Sessions in the State legislature of Ceará, from 2005 to 2006, consisted the *corpus* of analysis. In this work, evidentiality analysis is concerned with the syntactic aspects (linguistic contexts, position in the statement), semantic (type of source, strategy of information's dissemination in the statement, what is directly related to the way as the speaker desires to demonstrate that he got the information presented by himself) and pragmatic (degrees of commitment of the politician with the content of his speech, elicited images in the argumentative process, discursive roles assumed by the items of evidence). We support the hypothesis that factors of conceptual, interacional and contextual order, as the communicative intentions of the politician, the conditions of production and the image that this politician desires to construct of himself before the audience, condition the evidentiality manifestation, the type of evidential qualification, as well as the (lack of) commitment's effects of meaning from the politician with his speech. We adopted, mainly, the functionalist theoretical basis, in which the user assumes a central role in the inquiry; the linguistic description includes, therefore, reference to the speaker, to the listener and to their roles and statutes defined in the verbal interaction (DIK, 1989). The results reveal that, in political speech argumentation's construction, the use of evidences marks from the cited defined type of source prevails, proving that the politician prefers not to commit himself to the reported information, assuring to the interlocutor this responsibility to evaluate the validity of the information, in accordance with the quality of the expressed source. With regard to the evidential marks that we assume as referents of the speaker's axis (inferential and subjective experiences), we verify that, although in lesser amount, they constitute important strategies in the construction of political action's legitimating images, since the speaker shows confidence in his ideas and projects. Concerning the morphosyntatic aspects of the evidentiality, we observe that the verb is the way of more frequent expression of this category, occupying, mainly, the intercalated position (between the source and the declared content).

**Key-Words: Evidentiality, Political Discourse, Functional Grammar.**

## LISTA DE QUADROS, FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

### 1. QUADROS

Quadro 01 – Escala evidencial (GIVÓN, 1982, p. 42).

Quadro 02 – Tipos de evidências (WILLET, 1988, p. 57).

Quadro 03 – Evidencialidade – equacionamento entre tipo de fonte e natureza da experiência evidencial.

Quadro 04 – Escala de comprometimento (THOMPSON, 1996, p. 37).

Quadro 05 - Distribuição dos itens evidenciais nos grupos temáticos.

### 2. FIGURAS

Figura 01 – Modelo de interação verbal (DIK, 1989, p. 8-9).

Figura 02 – Proposta de equacionamento da avaliação epistêmica (DALL'AGLIO-HATTNER, 1995).

Figura 03 – Graus de comprometimento dos tipos evidenciais.

### 3. GRÁFICOS

Gráfico 01 – Tipos de fonte no discurso político.

Gráfico 02 – Tipos de evidencialidade no discurso político.

### 4. TABELAS

Tabela 01- Meio de manifestação da evidencialidade.

Tabela 02 - Posição do item evidencial no enunciado.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 – Pressupostos teóricos funcionalistas para o estudo da categoria evidencialidade</b> .....	18
1.1 A opção pela abordagem funcionalista no estudo da categoria evidencialidade .....	19
1.2 O suporte teórico funcionalista .....	20
1.3 Síntese .....	26
<b>CAPÍTULO 2 – A categoria evidencialidade</b> .....	28
2.1 A natureza conceitual da evidencialidade .....	29
2.2 Evidencialidade: critérios para a definição, delimitação, identificação e tipologização da categoria .....	32
2.3 A categoria evidencialidade como estratégia de (des)comprometimento .....	46
2.4 Síntese .....	48
<b>CAPÍTULO 3 – Caracterização da oratória política</b> .....	50
3.1 O discurso político: uma breve incursão na Análise do Discurso .....	51
3.2 Síntese .....	58
<b>CAPÍTULO 4 – Constituição do <i>corpus</i> e procedimentos gerais de análise</b> .....	60
4.1 A constituição e a delimitação do <i>corpus</i> .....	60
4.2 Procedimentos de análise: os parâmetros sintáticos, semânticos e pragmáticos para a análise do <i>corpus</i> .....	66
4.3 Síntese .....	72
<b>CAPÍTULO 5 – A MANIFESTAÇÃO DA EVIDENCIALIDADE EM DISCURSOS POLÍTICOS</b> .....	74
5.1. A natureza semântica da evidencialidade .....	74
5.1.1 O tipo de fonte da informação .....	74

5.1.2 As estratégias de veiculação da informação no enunciado: a natureza da experiência evidencial .....	79
5.2 Os meios de expressão da evidencialidade no discurso político .....	93
5.2.1 Posição no enunciado .....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	106
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	109

## INTRODUÇÃO

Assumimos que a evidencialidade é um domínio semântico que constitui a fonte de uma informação e pode ser trabalhada como categoria lingüística que está diretamente relacionada a graus de (des)comprometimento do sujeito enunciador com seu discurso. Nesta pesquisa, procuramos identificar e analisar esses efeitos de sentido provocados pelos diferentes tipos de evidencialidade e sua relação na construção da argumentação no discurso político.

Analisamos essa categoria lingüística quanto aos aspectos sintáticos (meios lingüísticos, posição da expressão evidencial no enunciado), semânticos (tipo de fonte da informação, natureza da evidência, o que é por nós considerado como uma estratégia de veiculação da informação no discurso) e pragmáticos (graus de comprometimento do político com o conteúdo de seu discurso, imagens por ele suscitadas no processo argumentativo, papéis discursivos assumidos pelas marca evidenciais).

A partir da concepção de que o sistema lingüístico constitui um organismo complexo que unifica os domínios da sintaxe, semântica e pragmática (GIVÓN, 1995), podemos enumerar os seguintes questionamentos suscitados pelo objeto de estudo da presente pesquisa: i) entre as várias possibilidades de expressão da evidencialidade, quais são as mais recorrentes na construção da persuasão no discurso político? ii) qual é a natureza semântica dos itens evidenciais predominantes no discurso político e que efeitos de (des)comprometimento esses itens podem promover no decorrer do processo argumentativo? iii) que imagens são suscitadas quando o político constrói o seu discurso com base em uma evidência direta ou indireta? iv) no discurso político predomina o alto/médio comprometimento, uma vez que para persuadir o seu auditório, o político deve mostrar-se como um sujeito engajado com suas idéias e propostas? v) ou predomina o baixo comprometimento no discurso político, já que a ação política não depende apenas de um sujeito, mas de uma coletividade (representada muitas vezes por entidades como o Estado, a Nação, o Poder Legislativo que, como tais, permitem ao político se mostrar como alguém, ao mesmo tempo, responsável e desapossado)?

Diante de tais questionamentos, é evidente que, caso empreendêssemos uma análise quer exclusivamente sintática, quer semântica ou pragmática, não seria possível flagrar o elo entre evidencialidade e construção discursiva. Assim, a abordagem funcionalista nos fornece subsídios teórico-metodológicos suficientes para que esses aspectos – sintáticos, semânticos, textual-discursivos – envolvidos na expressão da categoria evidencialidade sejam

devidamente explicitados e descritos, já que considera a integração dos componentes de análise.

Com base nessas considerações, acreditamos que essa pesquisa se justifique pelas seguintes razões: i) a contribuição que podemos trazer para o debate sobre a constituição de um subsistema evidencial no português do Brasil<sup>1</sup> e ii) a pertinência da análise dessa categoria na instância do discurso político, uma vez que buscaremos analisar os efeitos de (des)comprometimento provocados pelos diferentes tipos de evidencialidade, bem como a relação entre evidencialidade e persuasão.

Apesar de haver diferentes concepções a respeito da categoria evidencialidade, reconhecemos, juntamente com Nuyts (1992, 1993, 2001), que a evidencialidade determina a qualificação epistêmica, uma vez que o sujeito enunciador só procede à avaliação da probabilidade de um estado-de-coisas quando tem evidências para reconhecer sua estimativa de ocorrer ou não no mundo, podendo explicitá-las ou não, segundo seus propósitos enunciativos. Nuyts, partindo dessa assunção, subdivide as evidências em *subjativa* (se o falante é a fonte) e *intersubjetiva* (se a fonte é uma comunidade, podendo o interlocutor ser incluído). A dimensão *subjatividade* é o componente que diferencia os tipos de evidências, sendo definida em termos de intersubjetividade, que envolve, basicamente, a questão de a evidência ser amplamente conhecida (inclusive pelo ouvinte) ou diz respeito apenas ao falante. Dessa forma, assumimos que a evidencialidade constitui um componente conceptual básico das línguas naturais e que, portanto, condiciona a manifestação da modalidade epistêmica. Ou seja, a evidencialidade é hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, determinando a qualificação modal do enunciado.

Em relação ao fato de a expressão da evidencialidade se manifestar apenas por meios lexicais (e não morfológicos), o que pode sugerir a não existência de um subsistema evidencial no português brasileiro, podemos argumentar no sentido de que, na verdade, ainda não há estudos suficientes que comprovem a existência desse subsistema. No entanto, pesquisas como as de Galvão (2001) e Gonçalves (2003), que, respectivamente, comprovaram a gramaticalização dos itens *diz que* e *parecer* como operadores evidenciais, têm fortalecido a hipótese do desenvolvimento desse subsistema evidencial no português do Brasil. Como podemos observar, a categoria evidencialidade constitui ainda um campo promissor nos estudos lingüísticos.

---

<sup>1</sup> Esta é uma hipótese sustentada por autoras como Galvão (2001) e Dall'Aglio-Hattner (2001).

Para que nossa investigação seja possível, consideramos que escolhemos e articulamos as expressões lingüísticas em função de nossa intenção comunicativa (DIK, 1989, 1997), portanto, ao nos engajarmos em um ato de interação verbal, assim o fazemos porque desejamos modificar a informação pragmática do interlocutor com o qual interagimos.

Assumindo essa representação interativa da linguagem, procuramos analisar trinta (30) discursos proferidos na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, durante o Pequeno Expediente de Sessões Ordinárias, no período de 2005-2006. Trabalhamos com dois grupos temáticos de discurso, um que trata da questão da vinda da Refinaria de Petróleo para o Nordeste, particularmente, para o Ceará; e outro que discute as questões levantadas pela polêmica transposição do Rio São Francisco.

No que concerne à organização desta pesquisa, seu conteúdo está subdividido em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *Pressupostos teóricos funcionalistas para o estudo da categoria evidencialidade*, explicitamos a base teórica sobre a qual este trabalho se fundamenta, mostrando os princípios que norteiam uma investigação de caráter funcionalista.

No segundo capítulo, *A categoria evidencialidade*, concentramos nossa atenção nos aspectos teórico-conceituais da evidencialidade, objeto de estudo deste trabalho. Nesse capítulo, procuramos discutir as principais propostas de definição e delimitação dessa categoria, bem como a sua relação com a modalidade epistêmica.

No terceiro capítulo, *Caracterização da oratória política*, tratamos dos aspectos relativos às condições de produção da oratória política, tendo como suporte teórico os estudos desenvolvidos por Maingueneau (2002), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) e Charaudeau (2006) sobre argumentação e discurso político.

No quarto capítulo, *Metodologia: constituição do corpus e procedimentos gerais de análise*, expomos as características do *corpus* da presente pesquisa, procurando explicitar o modo como o constituímos e o delimitamos. Além de definirmos a metodologia adotada na organização do *corpus*, discutimos os parâmetros de análise adotados para a investigação da evidencialidade neste trabalho.

No quinto capítulo, *A manifestação da evidencialidade em discursos políticos*, apresentamos e discutimos os resultados encontrados em nossa análise, buscando demonstrar as funções exercidas pelos itens evidenciais na construção do ato persuasivo.

Por fim, na *Conclusão*, dedicamo-nos a sistematizar os resultados da investigação empreendida.



Ao término de cada capítulo, exceto o de análise, oferecemos ao leitor uma síntese na qual empreendemos um resumo dos principais aspectos tratados, a fim de possibilitar uma compreensão mais efetiva dos conteúdos discutidos neste trabalho.

## **CAPÍTULO 1 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS FUNCIONALISTAS PARA O ESTUDO DA CATEGORIA EVIDENCIALIDADE**

O presente trabalho se enquadra numa orientação funcionalista nos estudos da linguagem. Embora possamos destacar a existência de diferentes modelos funcionalistas, todos compreendem que o estudo das expressões lingüísticas deve realizar-se dentro de um quadro geral de interação social que prioriza a análise das funções dessas unidades lingüísticas sobre seus aspectos estritamente formais. O termo *função* está sendo empregado, neste estudo, não apenas como os papéis exercidos pelas expressões lingüísticas nos enunciados, mas também como os múltiplos papéis que a linguagem pode exercer na vida dos seres humanos, as inúmeras necessidades a que a língua se presta.

Optamos, portanto, por explicar a categoria evidencialidade em termos de condicionamentos cognitivos, discursivos, estruturais e funcionais, uma vez que consideramos que as gramáticas codificam o universo mental dos seus usuários e sofrem pressões relativas ao uso (discurso).

Neste paradigma, a linguagem é compreendida a partir de uma perspectiva instrumental, teleológica. A expressão lingüística passa a ser vista dentro de um contexto do qual fazem parte, pelo menos, dois participantes, suas intenções comunicativas, seus papéis e estatutos definidos na interação social (DIK, 1989, 1997). Sendo assim, a pesquisa lingüística de orientação funcionalista pode tomar como objeto de análise uma categoria de item ou de construção e, a partir daí, identificar os processos cognitivos e discursivos que estão relacionados a essa categoria, a fim de verificar a sua atuação e as funções que realiza dentro de uma língua natural (NOGUEIRA, 2002).

O pressuposto de que há um sistema subjacente às expressões lingüísticas, sistema este de natureza funcional, leva o lingüista, portanto, a investigar por que uma expressão lingüística é utilizada de um determinado modo, dadas as funções comunicativas que realiza (DIK, 1989). Ou seja, em vez de buscar rotular, inequivocamente, os itens da língua, as construções ou expressões lingüísticas assumem uma fluidez categorial em vista das pressões do uso. Como podemos perceber, a análise funcionalista da linguagem se distingue da formalista na medida em que define o sistema lingüístico como uma rede de significado paradigmático potencial (HALLIDAY, 1985), não-linear, que sofre transformações decorrentes do uso e das intenções comunicativas de seus usuários.

Deixamos claro que a explanação aqui empreendida não ignora as contribuições das análises de orientação formalista, já que reconhecemos que cada uma dessas abordagens tem

seu papel na descrição dos fenômenos lingüísticos. Apesar disso, os problemas colocados pelos objetivos desta pesquisa nos impõem, de certo modo, a opção por uma abordagem pragmática da linguagem, a qual será explicitada com maiores detalhes nos itens seguintes.

### **1.1 A opção pela abordagem funcionalista no estudo da categoria evidencialidade**

Por que fazer a opção por uma abordagem funcionalista no estudo da categoria evidencialidade? Desde a elaboração do projeto que orienta esta pesquisa, decidimos que o objetivo geral deste trabalho, que é analisar e descrever os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos que caracterizam a expressão da evidencialidade na oratória política, não lograria êxito se optássemos por um aparato teórico-metodológico que enfatizasse os aspectos relativos à forma, atribuindo menos importância à Semântica e à Pragmática.

Desse modo, apenas uma perspectiva pragmático-discursiva da linguagem pode nos ajudar a propor explicações suficientemente consistentes a respeito das funções persuasivas assumidas pelas expressões evidenciais na construção da argumentação no discurso político, ou seja, dos efeitos de (des)comprometimento produzidos por essas expressões na elaboração do discurso político, que visa, acima de tudo, a “ganhar” a adesão dos interlocutores em relação às propostas e idéias que veicula.

A escolha pela perspectiva funcionalista da linguagem deve-se ao próprio objeto de análise, uma vez que a evidencialidade apresenta um caráter não-discreto, mas multifuncional. Ou seja, a plurifuncionalidade dos itens evidenciais, nos termos de Halliday (1985), justifica adotarmos um ponto de vista que admita o comportamento dinâmico das expressões lingüísticas, refletindo, assim, a variedade de propósitos comunicativos a que elas podem prestar-se, dependendo das intenções comunicativas do falante e do contexto no qual a interação verbal se realiza.

Como afirmamos anteriormente, a pesquisa de orientação funcionalista pode seguir diferentes modelos teóricos. Segundo Nichols (1984), há o funcionalismo *conservador*, que aponta a inadequação da análise formalista, sem, contudo, propor uma análise funcionalista da estrutura lingüística; existe o *moderado*, que indica as inadequações das propostas estritamente formais e propõe uma análise funcionalista; e o chamado funcionalismo *extremado*, que nega a própria estrutura, considerando as regras das línguas naturais como funções decorrentes do uso ou da pressão do discurso. O funcionalismo que adotamos nesta pesquisa é reconhecido como moderado. Trabalhamos mais especificamente com os modelos teóricos de Dik (1989, 1997) e Hengeveld (1988, 1989, 1997, 2000), pois acreditamos que

tais propostas nos auxiliam a i) apreender as relações interdiscursivas e intersubjetivas que se constroem no uso da evidencialidade e ii) discernir os diferentes tipos de qualificações evidenciais, bem como a função que exercem no jogo interativo da linguagem.

Se a evidencialidade é uma categoria que diz respeito à origem, à fonte do conhecimento, e, além disso, se assumimos que ela se relaciona com o nível de (des)comprometimento do falante com seu discurso, não há dúvida de que o tipo de qualificação evidencial escolhido pelo político na construção do seu discurso demonstrará o grau de engajamento deste político com os valores por ele assumidos diante da instância cidadã, ou seja, o grau de comprometimento do político com o valor de verdade de suas idéias, propostas e projetos.

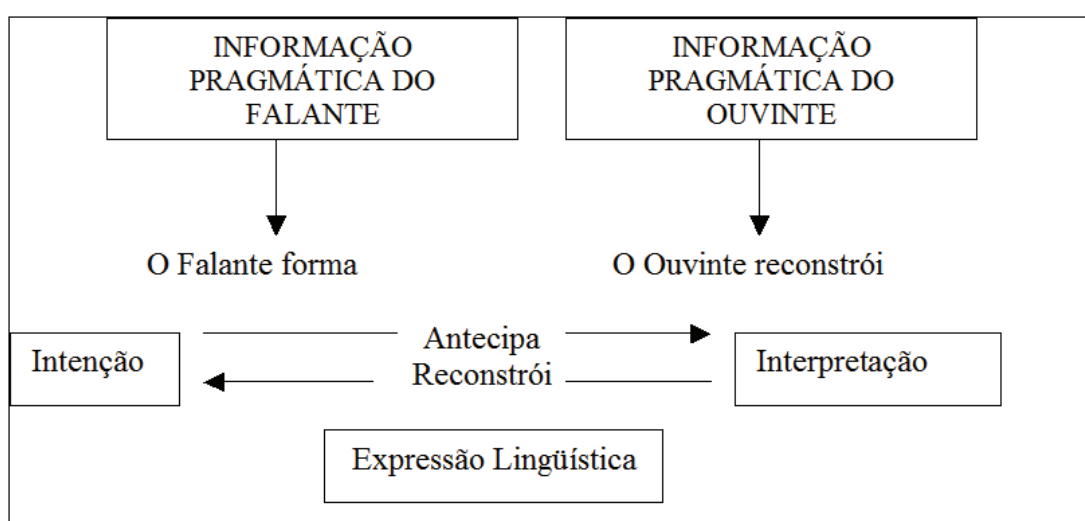
## **1.2 O suporte teórico funcionalista**

No modelo teórico funcionalista, o usuário assume papel central, já que o objetivo da investigação lingüística é explicitar como falantes e ouvintes se comunicam entre si, de modo eficiente, por meio da expressão lingüística (DIK, 1989). Para Dik, a descrição funcionalista da linguagem considera que os usuários de uma língua sejam capazes de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado (capacidade epistêmica); de empregar regras de raciocínio para extrair novos conhecimentos a partir de conhecimentos prévios (capacidade lógica); de perceber o ambiente e dele derivar conhecimento (capacidade perceptual); e de usar a linguagem de acordo com a situação de interação (capacidade social). Essas capacidades não funcionam de modo isolado, mas em conjunto, produzindo, assim, cada uma, um *output* fundamental para a produção e interpretação da linguagem.

Sendo assim, para a Gramática Funcional (GF), a interação verbal é uma atividade cooperativa – que envolve no mínimo dois participantes – e altamente estruturada por regras. Portanto, é tarefa dessa abordagem funcionalista empreender uma análise lingüística que vise a explicitar dois tipos de sistemas de regras: as regras de constituição das expressões lingüísticas - regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas; e as que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões lingüísticas são usadas - regras pragmáticas (DIK, 1989; 1997). A expressão lingüística, por sua vez, assume um caráter de mediação, não no sentido de reproduzir o mundo empírico, tal como se apresenta aos nossos olhos, mas como um instrumento que relaciona, como uma ponte, a intenção do falante e a interpretação do ouvinte, sendo esta mediação “imperfeita”, na medida em que o significado

codificado na mensagem pelo falante não se confunde com a sua intenção e nem se iguala à interpretação final dada pelo ouvinte.

Nesta perspectiva funcionalista, a língua é entendida não como um conjunto de expressões lingüísticas arbitrárias que podem ser estudadas fora do contexto de uso, mas como um instrumento de interação social entre os seres humanos, usado com a intenção de estabelecer, primeiramente, interações comunicativas. Esse processo de interação que se dá por meio da linguagem é ilustrado por Dik da seguinte maneira:



**Figura 01 – Modelo de interação verbal (DIK, 1989, p. 8-9).**

O modelo de interação verbal ilustrado na figura 01 demonstra que os seres humanos estabelecem interações visando a provocar algum tipo de modificação na informação pragmática do destinatário; isto é, ao estabelecermos uma interação verbal, o fazemos com certa intenção comunicativa, “munidos” de uma informação pragmática, que consiste no conjunto de conhecimentos, crenças, suposições, opiniões e sentimentos de que dispomos no ato da interação social, e com base em uma antecipação que fazemos da informação pragmática disponível ao ouvinte, que, por sua vez, interpreta esse propósito comunicativo com base na expressão lingüística, na informação pragmática que possui, e na hipótese que faz a respeito da intenção comunicativa do falante.

Essa relação não-arbitrária entre a estrutura da língua e suas regularidades de uso reflete um sistema lingüístico a serviço do que Halliday (1985, 2004) chama de metafunções *ideacional*, *interpessoal* e *textual*. Para este autor, a língua presta-se à função ideacional, que

diz respeito ao modo como nós organizamos o nosso pensamento e nossas experiências de mundo; à função interpessoal que, por sua vez, está relacionada aos papéis discursivos que o falante assume na interação verbal e ao modo como nos engajamos com nosso discurso; e à função textual, instrumental em relação às outras, que confere à língua operacionalidade cotextual e situacional, ou seja, ao modo como organizamos textualmente nosso discurso dado o contexto comunicativo. Sendo assim, Halliday deixa claro que as gramáticas funcionais devem ser assentadas no texto/discurso, já que a língua é entendida como uma rede de opções de significado paradigmático organizada pelas metafunções *ideacional*, *interpessoal* e *textual*.

A GF considera, portanto, que as expressões lingüísticas são a combinação de significados ideacionais, interpessoais e textuais. Nesta perspectiva, a evidencialidade diz respeito ao conhecimento de mundo do falante (ideacional), às relações sociais estabelecidas entre os sujeitos da interação e à identidade construída por eles no discurso (interpessoal), manifestando-se, primordialmente, por expressões lexicais (textual).<sup>2</sup>

Outro aspecto importante da orientação funcionalista adotada neste trabalho consiste na proposta de integração dos níveis de análise, ou seja, da existência de uma sistematização entre os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática. Segundo Dik (*ibid*), a pragmática é vista como um quadro abrangente no qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. A semântica é instrumental em relação à pragmática, e a sintaxe, instrumental em relação à semântica. É nesse sentido que os modelos funcionalistas se caracterizam como teorias pragmáticas, visto que o estudo da sintaxe e da semântica se desenvolve dentro de um quadro da pragmática, o que significa dizer que toda a situação de comunicação deve ser avaliada, isto é, o propósito enunciativo, seus participantes e o contexto no qual se dá essa interação (NICHOLS, 1984).

Embora seja o padrão de adequação pragmática o que apresenta maior peso na teoria, a adequação psicológica também tem importância dentro da concepção funcionalista de linguagem, uma vez que o funcionalismo procura estabelecer uma relação compatível entre descrição gramatical e hipóteses psicológicas fortemente evidentes a respeito do processamento lingüístico, em termos de princípios e estratégias que determinam a maneira como as expressões lingüísticas são percebidas, interpretadas, processadas, armazenadas, recuperadas e produzidas. Todos esses pressupostos podem ser assim, resumidamente, enumerados: i) as categorias lingüísticas apresentam caráter não-discreto; ii) o valor semântico das unidades lingüísticas é “autorizado” pelo contexto de interação; iii) as línguas

---

<sup>2</sup> Essa é uma hipótese já comprovada por Galvão (2001), Dall’Aglio-Hatnher (2001) e Gonçalves (2003).

sofrem mudanças determinadas pelo discurso e iv) as unidades da língua são caracterizadas, integradamente, por aspectos pragmáticos, cognitivos, semânticos e sintáticos, tendo a adequação pragmática maior relevância na teoria.

Como podemos observar, o suporte teórico funcionalista concebe a estrutura lingüística como um mecanismo que só pode ser descrito, adequadamente, se forem considerados os aspectos cognitivos e comunicativos que regem seu funcionamento (GIVÓN, 1995). Para Givón, a língua é um organismo complexo que unifica os domínios da sintaxe, semântica e pragmática, sendo a sintaxe a codificação da semântica (proposicional) e da pragmática (discursiva). A gramática das línguas, nessa perspectiva, é, portanto, a codificação de fatores pragmáticos. É claro que o funcionalismo não despreza o fato de que há certos comportamentos lingüísticos que são determinados por fatores estritamente formais, mas o importante dessa concepção não-autônoma de gramática é a noção de que a língua sofre mudanças motivadas pelo uso e pelas necessidades comunicativas dos indivíduos.

Além dos pressupostos da GF de Dik (1989), da Gramática Sistemico-Funcional de Halliday (1985, 2004) e da proposta Tipológico-Funcional de Givón (1995), adotamos alguns postulados teórico-metodológicos da Gramática Funcional do Discurso (GFD). A GFD é baseada em três níveis interativos, hierarquicamente ordenados: nível interpessoal, representacional e da expressão (HENGEVELD, 2000). Esse modelo de gramática propõe uma análise voltada ao ato do discurso, e não à frase, o que se justifica, segundo o autor, por duas razões: primeiro, porque nem tudo na língua pode ser explicado no nível da frase, tal como partículas discursivas, cadeias anafóricas e outros elementos que requerem um contexto lingüístico mais amplo; segundo, porque algumas expressões lingüísticas, embora sejam menores do que a frase, exercem a função de enunciados completos. A proposta da GFD se organiza em torno de duas abordagens: a da estratificação descendente (organização *top-down* das camadas) e a modular (os níveis se ligam por meio de interfaces). Para Hengeveld, a construção de estruturas subjacentes e, particularmente, a interface existente entre os vários níveis, podem ser descritas a partir das decisões comunicativas que os falantes tomam na construção dos enunciados. Isto quer dizer que as decisões operadas pelo falante nos níveis e camadas mais altas vão determinar as possibilidades dos níveis e camadas mais baixas, uma vez que a codificação da intenção comunicativa do falante opera de cima para baixo, até a articulação, componente de saída da gramática (*output*).

Como foi dito anteriormente, esse modelo distingue três níveis de interação, organizados modularmente (interpessoal, representacional e da expressão, nessa ordem hierárquica). O interpessoal diz respeito à intenção comunicativa do falante, que executa um

ou mais atos discursivos a fim de comunicar o que deseja. O representacional é definido em termos de que entidades e relações o falante aciona para preencher seu enunciado com conteúdo semântico. Por último, o nível da expressão, que está relacionado ao modo como cada língua expressa as suas unidades gramaticais. É importante que fique claro que esses níveis funcionam em interface, pois regras de mapeamento ligam o nível interpessoal ao representacional, quando um conteúdo semântico for necessário para que o falante interaja com algum tipo de intenção comunicativa. As regras de expressão, por sua vez, unem os níveis interpessoal e representacional ao da expressão. Os casos em que apenas um conteúdo pragmático deve ser comunicado, as regras de expressão unem diretamente o nível interpessoal ao da expressão.

Como podemos ver, esse modelo não estático de gramática é a maior diferença entre a GFD e GF, proposta por Dik (1989, 1997), uma vez que os níveis se organizam em módulos separados, interagindo entre si de acordo com as decisões discursivas tomadas no início do processo. A GFD se aproxima de um modelo de gramática que busca descrever as estruturas formais, a partir dos processos cognitivos e comunicativos desencadeados pelas intenções dos falantes. Por esse motivo, Hengeveld (2000) acrescenta que esses três níveis interagem com dois componentes: o cognitivo e o comunicativo. O primeiro diz respeito à informação de longo-prazo que o falante ativa no momento da interação, tal como sua competência comunicativa, conhecimento de mundo e competência lingüística; e o segundo está relacionado ao conhecimento de curto-prazo, derivado do contexto imediato de comunicação. Pode ser também compreendido como sendo o conhecimento compartilhado pelos interlocutores na interação social. O que mais importa nessa discussão é o fato de que os componentes cognitivo e contextual atuam juntos na criação de expressões lingüísticas, ou seja, “alimentam” o componente gramatical, o qual assume um caráter extremamente dinâmico e flexível às pressões do uso. A descrição, segundo Hengeveld (2000), terá maior êxito desde que tente se aproximar o máximo possível do processo de produção da linguagem realizado pelo falante.

A construção das expressões lingüísticas deve ser interpretada como sendo um processo de tomadas de decisão por parte do falante, ou seja, inicia-se no ato discursivo. De acordo com Hengeveld, a GFD descreve as expressões lingüísticas em termos do mundo que representam (função representacional) e em termos das intenções comunicativas do falante (função interpessoal). Ou seja, as expressões lingüísticas podem ser classificadas em termos de duas funções: i) *expressões em termos de sua função representacional* e ii) *expressões lingüísticas em termos de sua função interpessoal*.



Como dissemos anteriormente, a evidencialidade diz respeito à manifestação da fonte do conhecimento, o que está diretamente relacionado ao (des)comprometimento do sujeito enunciador em relação ao valor de verdade do conteúdo expresso na proposição. Essa função intersubjetiva autoriza, portanto, a interpretação dessa categoria, sobretudo, no nível interpessoal, uma vez que o sujeito enunciador, ao construir seu argumento explicitando a base epistêmica do seu conhecimento, assim o faz porque deseja mostrar-se mais, ou menos, engajado com o valor de verdade do seu dizer.

Neste ponto da discussão, cabe a seguinte pergunta: o que há em comum entre o modelo dikiano e a emergente GFD? Em primeiro lugar, todos esses modelos sobre os quais este trabalho se assenta reconhecem que a expressão lingüística se organiza simultaneamente como *mensagem e evento de interação* (HALLIDAY, 1985), ou seja, o usuário de uma língua natural faz uso do sistema lingüístico por duas razões básicas: para entender o ambiente em que vive (aspecto cognitivo) e para influenciar os outros (aspecto comunicativo e/ou social).

Em segundo lugar, o modelo dikiano deixa claro que a expressão lingüística é, antes de tudo, a codificação da intenção do falante, uma vez que, ao nos engajarmos em uma interação verbal, assim o fazemos porque possuímos uma intenção comunicativa específica, levamos conosco informação pragmática que mobilizamos no ato da enunciação, além das capacidades que são ativadas por ocasião dessa interação: a epistêmica, a lógica, a perceptual e a social.

A representação formal dos enunciados em várias camadas hierarquicamente ordenadas do nível mais baixo para o mais alto (predicado e termos > predicação > proposição > cláusula)<sup>3</sup>, no modelo da GF, constitui uma proposta de descrição da estrutura lingüística, não de processamento, pois o processamento pode envolver simultaneamente todas as ações acima citadas. Apesar de afirmarmos que a GFD tem sua base teórica na GF, é evidente que avanços foram alcançados, sobretudo no que diz respeito a sua organização em módulos hierarquicamente ordenados, o que possibilita uma descrição da expressão lingüística sempre tendo como ponto de partida o ato discursivo realizado pelo usuário de uma dada língua. Além disso, esse modelo teórico permite uma distinção mais clara entre as expressões que atuam mais diretamente no nível interpessoal e outras que têm seu escopo mais

---

<sup>3</sup> A GF proposta por Dik postula uma representação complexa da estrutura oracional subjacente, em que se distinguem diferentes camadas de organização formal e semântica, na qual a mais básica é a predicação, que, de maneira geral, designa um de estado-de-coisas (EC), isto é, uma interpretação lingüisticamente codificada de algo em algum mundo. A construção da predicação acontece por meio da inserção de *termos* em *estruturas de predicado*. A proposição designa um fato possível que pode ser motivo de surpresa, de dúvida, de menção, de negação, de rejeição, de lembrança, de verdade, de falsidade. A cláusula, por sua vez, é a proposição revestida de força ilocucionária.

especificamente sobre o nível representacional, uma vez que é possível analisar a expressão lingüística a partir das ações mobilizadas pelo falante para efetivar suas intenções comunicativas.

Sendo assim, com base em todos esses pressupostos teóricos, podemos afirmar que o uso das unidades evidenciais codificadas nas línguas reflete a interação entre aspectos cognitivos e contextuais, ou seja, são o resultado da relação entre as decisões comunicativas do falante e o contexto de interação social. Esse pressuposto de que o falante opera a codificação das expressões lingüísticas a partir da relação entre cognição, aspectos contextuais e gramaticais reforça, portanto, a subdivisão dos evidenciais em subjetivos (quanto o falante é a fonte do conhecimento) e intersubjetivos (quando a fonte é uma comunidade, podendo ser incluído o falante e o ouvinte), tal como proposto por Nuyts (1993); explicando, desse modo, o fato de essa categoria se manifestar em certos contextos e em outros não, como também a co-ocorrência entre a evidencialidade e a modalidade epistêmica nas línguas que não possuem sistemas evidenciais gramaticalizados em termos morfológicos. Tendo em vista isso, este trabalho visa a analisar a funcionalidade da categoria evidencialidade segundo fatores de ordem interpessoal, contextual e representacional.

### **1.3 Síntese**

Nesta seção, discorreremos sobre o arcabouço teórico funcionalista que orienta a análise dos nossos dados. Vimos que o funcionalismo, seja ele representado pela GF de Dik (1989, 1997) ou pela GFD de Hengeveld (2000) ou pela Gramática Sistemico-Funcional de Halliday (1985) ou, ainda, pela proposta Tipológico-Funcional de Givón (1995), aposta em uma análise/descrição lingüística que leva em consideração o contexto comunicativo em que as expressões lingüísticas são usadas, os propósitos comunicativos do falante e a informação pragmática ativada pelos interactantes no momento da interação verbal.

A evidencialidade, dentro dessa concepção de gramática, passa a ser compreendida como uma categoria lingüística multifuncional, uma vez que se presta a diferentes propósitos comunicativos, atuando, principalmente, em um nível interpessoal da gramática, visto que o tipo de fonte da informação pode demonstrar o grau de (des)comprometimento do falante com o conteúdo por ele expresso na proposição.

A noção de que o falante opera a construção das expressões lingüísticas a partir de seus propósitos comunicativos, acionando, na interação verbal, toda uma gama de conhecimentos, sejam eles epistêmicos, perceptuais, lógicos, sociais, impõe-nos uma análise

que tente unir aspectos relativos à pragmática na gramática, uma vez que buscamos descrever e analisar, integradamente, os aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos dos meios de expressão da evidencialidade, bem como os efeitos de (des)comprometimento correlacionados aos tipos de evidenciais na construção do discurso político persuasivo.

## CAPÍTULO 2 - A CATEGORIA EVIDENCIALIDADE

Embora tenha sido reconhecida sua relevância semântico-pragmática muito tempo antes de o termo se tornar conhecido na literatura da ciência da linguagem, a categoria evidencialidade só ganhou atenção na pesquisa lingüística contemporânea na década de 1980, por ocasião dos trabalhos apresentados na primeira conferência (1981) realizada em Berkeley (EUA) sobre o assunto, os quais foram reunidos e publicados por Chafe e Nichols (1986) sob o título *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Esses estudos revelam o princípio básico de que as línguas codificam a consciência humana de que a verdade é relativa, considerando a natureza dos evidenciais como uma questão epistemológica (GALVÃO, 2001). Foi, no entanto, segundo Dendale & Tasmowski (2001), no início do século XX, com os trabalhos de Boas (1947) e de Sapir (1921), que o termo foi utilizado pela primeira vez, tornando-se usual na Lingüística em 1957, com o trabalho *Shifters, verbal categories, and the Russian verb*, de Jakobson.

Como podemos ver, a categoria evidencialidade está presente nas discussões funcionalistas há bastante tempo. Entretanto, os problemas relativos à sua conceituação e delimitação ainda constituem questões complexas para as pesquisas que se preocupam em analisar como essa categoria se manifesta nas línguas naturais e a relação que ela mantém com a modalidade epistêmica. As tentativas de respostas, por sua vez, apresentam ainda um caráter provisório e polêmico, uma vez que nem sempre a evidencialidade se manifesta diretamente em expressões lingüísticas; há línguas que não dispõem de um sistema evidencial gramaticalizado em termos morfológicos. Além disso, não há descrições suficientes a respeito das características sintáticas, semânticas e pragmáticas dessa categoria, para que seja possível delimitar, com certa precisão, o seu funcionamento nas línguas.

Essas questões estão diretamente relacionadas ao modo como a literatura lingüística vem tratando a evidencialidade. Segundo Gonçalves (2003), podemos encontrar diferentes pontos de vista sobre o assunto: i) o primeiro é o de *inclusão*, que coloca a evidencialidade no domínio da modalidade epistêmica; ii) o segundo é o de *disjunção*, que considera a evidencialidade e a modalidade epistêmica como categorias lingüísticas distintas; iii) o terceiro é o de *intersecção* ou *sobreposição*, segundo o qual há uma intersecção entre os domínios semânticos da modalidade epistêmica e da evidencialidade; iv) e o quarto é o defendido por De Hann (1997), que afirma ser a evidencialidade uma categoria “neutra” em relação à modalidade epistêmica, codificando apenas a fonte da informação.

Em relação à sobreposição dos conceitos de modalidade epistêmica e evidencialidade, podemos afirmar que essa problemática já é antiga. Os primeiros trabalhos que trazem essa discussão são os de Boas (1947) e de Sapir (1921), que já reconheciam a existência de uma “categoria origem do conhecimento” (cf. JACOBSEN, 1986, p. 3-4).

Boas e Sapir relacionam essa fonte do conhecimento à referência do nível de certeza de uma informação asseverada. A modalidade epistêmica, nesse ponto de vista, funciona como uma subcategoria da evidencialidade, que se presta, em primeiro lugar, a designar a fonte do conhecimento, ou seja, a expressar o modo como o falante tomou conhecimento da informação que veicula, manifestando, por conseqüência, o seu grau de comprometimento com essa informação (GONÇALVES, 2003).

Apesar dos esforços de pesquisadores como Willet (1988), Nuyts (1993), De Hann (1997a, 1997b), Dall’Aglio-Hattner (2001), Galvão (2001), Gonçalves (2003), Carioca (2005), Vendrame (2005), que buscaram discutir e caracterizar a evidencialidade em diferentes gêneros de discurso, o que se percebe é que essas relações conflituosas perduram até hoje nos trabalhos que objetivam colocar a evidencialidade dentre as categorias lingüísticas a serem investigadas (GONÇALVES, 2003). Buscaremos, neste capítulo, tentar explicar as razões que levam a essa variedade de pontos de vista que caracteriza a literatura sobre o tema, argumentando em favor da posição de que a evidencialidade se configura como uma categoria hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, apoiando-nos, para isso, na noção de que a evidencialidade está na base de todo e qualquer conhecimento epistêmico.

## **2.1 A natureza conceitual da evidencialidade**

A evidencialidade, no que diz respeito aos seus aspectos semânticos e/ou cognitivos, pode ser concebida como uma noção básica inerente às línguas naturais (GALVÃO, 2001). Ou seja, todas as línguas apresentam formas de manifestação ou referência à fonte da informação (LAZARD, 2001). Essa noção abstrata de evidencialidade só é possível porque o modelo de gramática no qual este estudo se assenta postula que o falante traz para a interação verbal tudo aquilo que integra a sua informação pragmática.

Segundo Hengeveld (2000), vários autores, particularmente Nuyts (1992, 1993, 2001), discutem a necessidade de se empreender uma elaboração mais detalhada do componente cognitivo e dos subsistemas que o integram. Obviamente este trabalho não pretende propor um modelo de como esse componente evidencial da linguagem interage com o componente gramatical na formulação das expressões evidenciais, uma vez que o objetivo principal desta

pesquisa é descrever e analisar as funções persuasivas que os itens evidenciais assumem na construção argumentativa do discurso político. O que se pretende, com base nesses pressupostos, é explicar a inter-relação entre as unidades evidenciais e as epistêmicas, tentando mostrar, a partir de uma concepção mais ampla de evidencialidade, a hierarquia existente entre as expressões desses dois domínios.

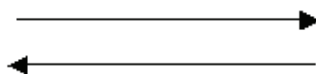
Sendo a evidencialidade um domínio semântico universal, consideramos que as unidades evidenciais comportam tanto a fonte do conhecimento como o grau de comprometimento do falante em relação à verdade da proposição. O que se defende é que, no plano cognitivo, a evidencialidade determina o julgamento, haja vista a consideração de que, para se julgar, deve-se antes conhecer, “sob pena de se estar apenas especulando” (GALVÃO, 2001).

Embora o falante proceda a julgamentos a partir de evidências, a hierarquização da evidencialidade sobre a modalidade epistêmica no plano gramatical nem sempre se materializa. Neves (2006, p.202) demonstra que tanto expressões evidenciais como modais epistêmicas podem incidir uma sobre a outra, como podemos observar nos exemplos da autora, reproduzidos abaixo:

i) *Segundo me disseram* (evidência reportada) *felizmente* (subjetivo atitudinal) *é provável* que (objetiva epistêmica) ela possa andar.



ii) *parece que* (evidência inferida) *Infelizmente* (subjativa atitudinal) você tem de ir.



Essa perspectiva fortalece a hipótese de que, no plano lingüístico, as expressões evidenciais e modais têm várias possibilidades de combinação. Contribui também para compreendermos que essas unidades atuam em um nível interpessoal ou das qualificações, priorizado por nós neste trabalho. Isso acontece porque, no processo de interação verbal, estão envolvidos aspectos relativos não apenas ao plano cognitivo, mas também a restrições do próprio sistema lingüístico quanto à possibilidade de manifestação da evidencialidade; além disso, existem fatores de ordem contextual, tais como as necessidades enunciativas dos falantes, determinando a multifuncionalidade das unidades lingüísticas. Podemos dizer

também que esses planos não se sobrepõem no uso efetivo da linguagem, ou seja, não há uma hierarquização rígida desses componentes no momento da interação verbal, tal como nos alerta Dik (1989, 1997), quando afirma que todas as capacidades humanas trabalham em conjunto na produção e interpretação das expressões lingüísticas.

Embora as expressões evidenciais e epistêmicas se inter-relacionem no uso efetivo da linguagem, elas constituem categorias conceitualmente independentes. Um dos principais defensores dessa proposta é Nuyts (1992, 1993, 2001). Ele afirma que a evidencialidade e a modalidade epistêmica são categorias semânticas independentes entre si, sendo a evidencialidade o fator de distinção entre as modalidades objetiva e subjetiva. Essa perspectiva, segundo Galvão (2001), acarreta mudanças na proposta da GF, já que a evidencialidade exerce a função adicional de subjetividade, ou seja, as modalidades objetiva e subjetiva não se distinguem apenas pelo fato de, respectivamente, uma ser proveniente de resultados cientificamente verificáveis da ocorrência de um estado-de-coisas e a outra, de suposições puramente subjetivas do falante sobre a possibilidade de um estado-de-coisas ocorrer; mas decorre também das diferentes origens da informação. A qualidade da origem da informação determina o grau de firmeza da qualificação expressa, e o fato de essa informação ser acessível somente para o falante ou para um grupo de pessoas constitui um fator predominante para o estabelecimento do grau de *intersubjetividade* da qualificação expressa (NUYTS, 1992).

Segundo Nuyts (*ibid*), o fato de as categorias modalidade e evidencialidade estarem fundidas entre si nos trabalhos de Palmer, Hengeveld e Dik demonstra que essas categorias constituem duas dimensões distintas, uma vez que a qualificação epistêmica diz respeito à avaliação do falante em relação à probabilidade de um EC ocorrer, enquanto a evidencialidade está relacionada à avaliação do falante sobre a natureza ou a qualidade da fonte de sua evidência. Desse modo, evocando uma definição muito citada nos estudos sobre a categoria evidencialidade, consideramo-la como um meio de revelação da fonte de um conteúdo proposicional, que marca também o grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição (BYBEE & FLEISCHMANN, 1995, p.4). Em resumo, a evidencialidade pode variar, mas, sem evidência, não há a avaliação de um estado-de-coisas, pois o falante pode simplesmente dizer que não sabe, não tem conhecimento (NUYTS, 1992, 1993). No entanto, segundo esse mesmo autor, essa representação abstrata que coloca a evidencialidade como hierarquicamente superior à modalidade epistêmica não tem lugar na manifestação lingüística, tal como propõe a GF, mas, sim, nas representações cognitivas. Em outras palavras, recorrendo a Neves (2006, p. 166), “não se trata de uma hierarquização da

estrutura lingüística, mas de categorias da estrutura conceptual cujo comportamento tem reflexo na estrutura lingüística”.

Sendo assim, defendemos, com base em Nuyts, que há um nível mais profundo de representação “não-material” na expressão da gramática das línguas. Em outras palavras, fatores conceptuais e discursivos determinam a manifestação lingüística dos fenômenos da modalidade e da evidencialidade.

Entretanto, para que a descrição lingüística da evidencialidade, neste trabalho, aconteça de modo menos fragmentado, reconhecemos, com base em Dall’Aglio-Hattner (1995) e Galvão (2001), que as qualificações evidencias e modais epistêmicas atuam no nível interpessoal, uma vez que são qualificações que “auxiliam na composição da expressão do (des)comprometimento do falante com o valor de verdade da proposição” (cf. GALVÃO, 2001, p. 74). Embora reconheçamos a natureza intersubjetiva das expressões evidenciais, a elas não cabe privativamente o estatuto de expressões modalizadoras, pois o (des)comprometimento do falante pode, como especifica Galvão, ser expresso por unidades estritamente modais, não-modais e não-evidenciais.

O que queremos reforçar com isso é o fato de que a evidencialidade e a modalidade, embora tenham uma natureza intersubjetiva, são categorias conceitualmente independentes (GALVÃO, 2001), já que provêm de experiências cognitivas diferentes; uma diz respeito à fonte do conhecimento de uma proposição, enquanto a outra indica o grau de comprometimento do falante em relação ao valor de verdade da proposição; sendo a evidencialidade a categoria hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, pois há de se aceitar que toda proposição tem uma fonte, que pode ser o falante ou não.

## **2.2 Evidencialidade: critérios para a definição, delimitação, identificação e tipologização da categoria**

A partir de todas as considerações feitas nas seções anteriores, acreditamos que, para haver o reconhecimento da evidencialidade como categoria lingüística, é necessário discutir questões relacionadas à sua definição, natureza semântica e delimitação teórico-metodológica, as quais, obrigatoriamente, desembocam em questões tipológicas. Sendo assim, passemos à discussão de cada um desses aspectos.

Não são consensuais as definições dos estudiosos sobre o conceito e a natureza da evidencialidade. Para Neves (2006), o único ponto pacífico desta discussão diz respeito à indicação da evidencialidade como a origem do conhecimento de um sujeito enunciator.



Entretanto, paradoxalmente, como nos mostra a mesma autora, esse aspecto já se apresenta como um “terreno conflituoso”, uma vez que a expressão da fonte do conhecimento implica a modalização do nível de conhecimento, o que pode configurar como uma co-ocorrência das duas categorias. Desse modo, na ausência da marca, entende-se que o próprio falante é a fonte, que se configura como “o filtro natural das proposições por ele expressas” (*ibid*, p.165). Se a marca estiver presente, esta pode indicar diferentes níveis de comprometimento, pois ele pode se eximir da sua responsabilidade, mostrando uma fonte externa à informação; pode indicar que o conhecimento foi inferido por meio de evidências; ou pode mostrar que o conhecimento foi adquirido pela experiência. Botne (1997 *apud* Neves, 2006) demonstra as dissensões existentes em relação à definição da evidencialidade:

A evidencialidade foi concebida, em um sentido estrito, incluindo os elementos gramaticais que codificam a fonte de conhecimento expressa em uma proposição, e em um sentido lato, incluindo os elementos gramaticais que codificam tanto a fonte de conhecimento como a atitude do falante acerca do grau de convicção / segurança que ele tem na confiabilidade desse conhecimento (p. 509).

Como podemos observar, existem, no mínimo, duas definições a respeito da categoria evidencialidade. Uma segunda a qual as expressões evidenciais são unidades lingüísticas que comportam apenas a fonte, a origem da informação asseverada na proposição; outra que assume a evidencialidade como uma categoria mais ampla, que codifica, além da fonte do conhecimento, a atitude do falante em termos de (des)comprometimento em relação ao conteúdo proposicional. Dessas definições, sem dúvida, a mais aceita hoje pelos estudiosos<sup>4</sup> é a segunda. De acordo com essa perspectiva, a fonte da informação está relacionada ao (des)comprometimento do falante com o conteúdo apresentado na proposição, uma vez que o nível de conhecimento epistêmico e, por sua vez, a atitude do falante em relação a esse conhecimento, dependem do grau de firmeza que o falante tem para asseverar algo, ou seja, da qualidade da fonte da informação (evidencialidade).

Sendo assim, assumimos que a evidencialidade é uma categoria que marca, além da origem, da fonte do conhecimento expresso em uma proposição, o nível de (des)comprometimento do falante com o conteúdo apresentado na proposição. Assumimos, também, juntamente com Galvão (2001), que a evidencialidade é uma categoria lingüística do domínio gramatical que pode originar-se nos sistemas lingüísticos, desenvolver-se a partir de itens lexicais ou menos gramaticais pré-existentes. Os estudos dessa autora, bem como os de

---

<sup>4</sup> Podemos citar Chafe (1986), Anderson (1986), Willet (1988), Nuyts (1993), Dall’aglio-Hattner (2001), Galvão (2001) e Gonçalves (2003).

Dall’Aglia-Hattner *et al* (2001), apontam para a possibilidade do surgimento de um subsistema evidencial no português brasileiro, via gramaticalização, processo no qual itens e construções, em certos contextos lingüísticos, desempenham funções gramaticais, e uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções cada vez mais gramaticais (BYBEE *et al*, 1994; HOPPER & TRAUGOTT, 1993; HEINE *et al*, 1991).

Apesar de reconhecermos essa possibilidade, não limitaremos nossa investigação apenas aos itens gramaticalizados, uma vez que as atitudes concernentes ao conhecimento e à confiabilidade desse conhecimento podem ser expressas por itens lexicais, codificadores das várias maneiras de conhecer, como a crença, a indução, a dedução, o boato etc (GALVÃO, 2001). Sendo assim, com base em Chafe e Nichols (1986), atribuiremos o estatuto de item evidencial não apenas às expressões gramaticais, mas também às expressões lexicais, desde que expressem alguma noção a respeito da origem do conteúdo asseverado na proposição. Portanto, consideramos que há itens evidenciais que indicam, primariamente, a fonte de uma informação, como *ver, ouvir, dizer, parecer*, e itens mais modalizadores, como *achar, pensar*, que qualificam a atitude do falante, apresentando “traços” evidenciais menos centrais ou típicos.

Como já definimos e delimitamos o que estamos entendendo por expressões evidenciais, passamos, agora, à discussão dos critérios adotados para a demarcação de um quadro tipológico que busque identificar a natureza sintática, semântica e pragmática da evidencialidade.

Mas, antes disso, é importante esclarecer que as categorias dessas tipologias que serão abordadas não apresentam propriedades discretas, como nos bem alerta Galvão (2001), uma vez que nem sempre é possível depreender os processos cognitivos envolvidos na geração do conhecimento asseverado. Sendo assim, realizamos uma breve discussão desses critérios e, conseqüentemente, das tipologias mais evocadas nos estudos sobre a evidencialidade.

Podemos citar vários estudos voltados para o reconhecimento da evidencialidade como categoria lingüística do domínio gramatical: Anderson (1986), Chafe (1986), Willet (1988), Botne (1997), De Hann (1997a, 1977b), Lazard (2001), Givón (2001) e outros. Os critérios utilizados por esses autores para a identificação da categoria são bem variados; por isso, optamos por discutir apenas aqueles aspectos pertinentes para investigação da evidencialidade neste trabalho.

Estudos interlingüísticos voltados para a caracterização da evidencialidade enquanto categoria gramatical individual, no sentido de constituir um paradigma com um determinado número de elementos, foram exaustivamente realizados pelos lingüistas Anderson (1986), De

Hann (1997a, 1997b) e Willet (1988), tendo sido este último o primeiro a propor um quadro tipológico da evidencialidade.

Anderson, ao verificar que as línguas têm padrões semelhantes de marcar a evidencialidade, mostra, a partir da hipótese de que há *mapas mentais de espaço evidencial* no caminho de mudança histórica de certas formas e seus significados, que dentro do mapa estão os verdadeiros evidenciais (itens gramaticais) e, periféricamente, estão, por exemplo, os verbos de percepção e itens lexicais com traços evidenciais. Ele define a evidencialidade como uma categoria que se manifesta por elementos que “expressam os tipos de evidência que uma pessoa possui, ao fazer uma declaração factual” (cf. ANDERSON, 1986, p. 273). A partir dessa concepção de evidencialidade, esse autor propõe os seguintes critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos para a identificação de subsistemas evidenciais nas línguas naturais: i) mostram o tipo de justificativa que o falante tem para fazer uma assunção factual, tal como evidência direta, inferida, visual, auditiva etc; ii) não integram a parte principal da cláusula; são apenas uma especificação de asserção; iii) têm como significado primeiro a indicação de evidência, não funcionando apenas como uma inferência pragmática; iv) morfologicamente, podem apresentar-se como afixos, clíticos ou elementos sintáticos livres; v) não são usados em assunções *irrealis* ou em pressuposições, mas em cláusulas *realis*; vi) quando o falante observa diretamente o fato, os evidenciais são raramente usados, apenas em sentido enfático; vii) não são usados quando o falante é um participante do evento relatado.

Anderson (1986), embora tenha apresentado alguns critérios para a identificação dos evidenciais, não propôs uma tipologia evidencial, apenas “catalogou” significados evidenciais e modais de acordo com as suas similaridades semânticas e o domínio (lexical ou gramatical) que integram. A noção de que há evidenciais mais centrais e menos centrais ou periféricos é muito pertinente para este estudo, uma vez que essa característica nos permite trabalhar com a noção de escalaridade conceitual dos itens evidenciais. Além disso, os critérios arrolados acima demonstram que a evidencialidade é expressa apenas quando o falante deseja indicar ou assegurar ao seu ouvinte a possibilidade de avaliar por si só a validade da informação por ele apresentada.

De Hann (1997) apresenta uma proposta “neutra” em relação à evidencialidade, já que considera tal categoria como sendo o meio pelo qual o falante apresenta o modo como ele obteve a informação contida na proposição, negando o fato de que os evidenciais demonstram algum tipo de comprometimento do falante com o conteúdo asseverado. Para ele, a evidencialidade lida apenas com a expressão da fonte da informação, enquanto a modalidade epistêmica diz respeito ao engajamento do falante com o conteúdo asseverado. De Hann

(1997) estabeleceu uma divisão sintático-semântica da evidencialidade, a partir da reavaliação que fez da proposta de Anderson (1986), por ocasião do estudo de mais de trinta línguas. Ele propôs os seguintes critérios para os itens evidenciais: i) não constituem a parte principal da cláusula; ii) não representam concordância em relação ao falante; iii) a evidencialidade é o significado primário dos evidenciais e iv) os evidenciais não ocorrem no escopo de um elemento negativo.

Embora De Hann considere os evidenciais como uma categoria exclusivamente indicadora da fonte da informação, é possível, dependendo da fonte expressa na proposição, estabelecer graus de comprometimento do falante em relação à verdade da proposição. Do ponto de vista da interpretação do ouvinte, quanto mais segura for a fonte apresentada pelo falante, maior credibilidade e adesão esse ouvinte terá em relação ao conteúdo asseverado.

Givón (2001), ao tratar da morfologia evidencial gramaticalizada, propõe uma *hierarquia da força evidencial*, citando itens lexicais que se gramaticalizaram a partir do complexo tempo-aspecto-modalidade e inflexões do verbo. De acordo com o autor, os sistemas evidenciais tendem a dividir a fonte da informação em duas categorias: i) categoria de acesso (experiência direta, rumores, inferências) e ii) categoria sensorial (visual, auditiva e outros meios sensoriais). Para Givón, as línguas classificam os evidenciais de acordo com a “habilidade” expressiva do sistema lingüístico em conjunto com categorias universais. Esse autor afirma, a partir de uma *escala evidencial* não-discreta, que a evidencialidade seria uma espécie de base da certeza subjetiva e da verdade na linguagem humana (cf. GIVÓN, 1989, p.130). Partindo dessa escala, ele propõe um quadro no qual o contrato estabelecido entre falante e ouvinte governa o nível de responsabilidade do falante com a informação apresentada, tal como podemos ver a seguir:

<b>Mais baixa certeza (por hipótese)</b>	<b>Média certeza (por evidência)</b>	<b>Mais alta certeza (por contrato)</b>
Asserção <i>irrealis</i>	Asserção <i>realis</i>	Deiticamente óbvia Pressuposta como dada por revelação <i>a priori</i> sintática, analítica
Evidencialidade impossível	Evidencialidade requerida	Evidencialidade não requerida

**Quadro 01 - Escala evidencial (GIVÓN, 1982, p. 42)**

O quadro 01 demonstra que a evidencialidade, tal como sustentam Anderson (1986) e De Hann (1997b), é requerida quando a cláusula é *realis*, isto é, a fonte é apresentada para garantir ao ouvinte uma boa fundamentação da verdade asseverada. Além disso, deixa claro que, quando o falante é um participante do evento narrado, a evidencialidade é deiticamente óbvia ou pressuposta, ou seja, é reconhecida pelo falante como familiar ou não passível de dúvida pelo ouvinte, não havendo, portanto, a necessidade de ser explicitada.

Willet (1988) tratou a evidencialidade como uma categoria indicadora da origem da informação (*stricto sensu*), no caso das línguas que têm esse significado gramaticalizado. Como dissemos, a primeira proposta tipológica evidencial conhecida é a de Willet, elaborada a partir de estudos que consideram a natureza epistêmica dos itens evidenciais.

Nesse trabalho, Willet empreendeu um estudo voltado para 38 línguas diferentes, concluindo que elas tendem a diferenciar evidencialidade direta e evidencialidade indireta, isto é, a natureza primária ou secundária da fonte do conhecimento. Ele constatou que a maioria das línguas diferencia, basicamente, três tipos de evidências, cada um apresentando seus subdomínios: i) evidência direta ou atestada (por meio visual, auditivo ou outro modo sensorial); ii) evidência indireta: evidência reportada ou evidência por via verbal (de segunda-mão, terceira-mão e mito) e a evidência baseada em inferência (a partir de resultados observáveis ou de raciocínio lógico). O esquema proposto por Willet pode ser observado no quadro 02 a seguir:

<b>Tipos de evidência</b>	<b>Direta</b>	<b>Atestada</b>	Visual		
			Auditiva		
			Outros sentidos		
	<b>Indireta</b>	<b>Reportada</b>	De uma 2ª pessoa		De ouvir-dizer
			De uma 3ª pessoa		
			Folclore/lenda/mito		
		<b>Inferida</b>	A partir de resultados observáveis		
A partir de raciocínio (construto mental)					

**Quadro 02 - Tipos de evidências (WILLET, 1988, p. 57)**

O quadro 02 mostra que as evidências diretas indicam que o sujeito enunciador *percebeu* a situação descrita por meios sensoriais. Os seus subtipos demonstram o tipo de experiência sensorial à qual o enunciador teve acesso. Em relação às expressões evidenciais indiretas, o sujeito enunciador *não percebeu* a situação descrita, mas teve acesso à informação por meio de um relato ou uma inferência. Ele pode indicar se a informação lhe foi reportada, ou seja, se é fruto do “ouvir-dizer”; ou se é resultado de uma inferência, seja ela a indicação de uma situação observável ou de um construto mental. Essa tipologia de Willet é muito utilizada nos estudos sobre a evidencialidade, tendo a concordância da maioria dos pesquisadores do assunto.

No entanto optamos por não incluir a evidencialidade inferencial no âmbito das evidências indiretas, uma vez que um conhecimento gerado por inferência tem sua natureza ligada à cognição, mais precisamente a aspectos relativos à capacidade lógica e perceptual do falante. Portanto, optamos por considerar a inferência um tipo particular de expressão

evidencial, classificando-a como *menos direta*<sup>5</sup> (GALVÃO, 2001), já que deriva de uma experiência cognitiva do falante na geração de um conhecimento. Sendo assim, não se localizaria no âmbito das indiretas, tal como proposto por Willet, mas constituiria um tipo específico de evidencialidade.

Botne (1997) acredita haver, na tipologia de Willet, em relação à separação entre os subtipos relatados e inferenciais, uma sobreposição entre as instâncias modo de obtenção da informação e tipo de fonte. A proposta de Willet, segundo Botne, classifica os tipos de evidências a partir do modo pelo qual o falante obteve a informação e não a partir do tipo de fonte, que, como afirma Frawley (1992, *apud* BOTNE, 1997), pode ser o próprio enunciador (*self*) ou outra pessoa (*other*). Dessa forma, há línguas que tendem a classificar a fonte da informação a partir do tipo de fonte e outras que codificam os tipos de evidenciais a partir da experiência envolvida na geração de um conhecimento.

Essas propostas resumidas se tornaram célebres no estudo da evidencialidade enquanto categoria gramatical. No entanto, segundo Galvão (2001), essas iniciativas apresentam suas limitações, uma vez que os itens descritos já estavam gramaticalizados, não havendo uma preocupação em descrever o desenvolvimento do processo em si, nem a trajetória desses itens em um contínuo de gramaticalização de itens lexicais ou menos gramaticais pré-existentes nos sistemas lingüísticos.

Essas propostas ainda demonstram, segundo essa autora, que os sistemas evidenciais mais desenvolvidos reconhecem três tipos de evidenciais: os evidenciais visual, inferencial e citativo; enquanto os sistemas menos gramaticalizados tendem a fazer a distinção entre citativos (mediado), não-citativos (pessoal) e os que contrastam conhecimentos direto e indireto.

De acordo com essa mesma autora, todas as propostas, inclusive a reconhecida pela GF (resumidamente apresentada a seguir), que inclui a evidencialidade no âmbito da modalidade (modalidade epistemológica), apresentam um aspecto em comum: o tipo de origem do conhecimento expresso na proposição é determinado pela natureza da experiência evidencial, sendo vista em, pelo menos, três dimensões básicas: *experiência direta* [dir], *experiência menos direta* [-dir] e *experiência indireta* [ind].

---

<sup>5</sup> Galvão (2001) reconhece que há gradualidade entre os tipos evidenciais. Sendo assim, consideramos que a evidência [-dir] diz respeito à evidência proveniente, propriamente, de uma ação cognitiva, o que pode envolver um maior ou menor grau de envolvimento do falante em relação ao seu discurso.

Hengeveld (1988, 1989), em sua tipologia para o estudo da modalidade<sup>6</sup>, propõe que a modalidade epistemológica pode ser dividida em *subjativa* (quando o evento é um construto do falante, por isso ele se apresenta como a fonte da informação) e *evidencial* (quando o falante não se mostra como a fonte da informação). Ele subclassifica a modalidade evidencial em *inferencial* (o evento é caracterizado com sendo uma inferência construída a partir de evidências), *citativa* (o evento é relatado como sendo de uma outra fonte) e *experencial* (o evento é definido como sendo derivado de uma experiência vivida por uma fonte). Como podemos observar, essa tipologia considera, para a divisão dos modalizadores epistemológicos, a qualidade da fonte. Quando o falante é a fonte, temos a modalidade subjativa; por outro lado, se o falante não se apresenta como fonte, a modalidade é considerada evidencial.

Cumpramos destacar uma reflexão importante neste momento da discussão. Como assumimos a concepção de que a evidencialidade é hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, a dicotomia sugerida por Hengeveld, que subdivide a modalidade epistemológica em subjativa e evidencial, é (re)denominada neste trabalho. Por considerarmos que a qualificação evidencial atinge a qualificação modal, eventos apresentados como sendo um construto intersubjetivo do falante são classificados como itens evidenciais subjetivos, já que o falante se coloca como fonte da informação, que crê, opina ou deseja comunicar algo importante. Os itens inferenciais, por sua vez, são geralmente concebidos como pertencentes ao eixo do enunciador. O falante, no entanto, pode atribuir uma inferência a uma terceira pessoa reportada no discurso. Veremos, mais adiante, que, nesses casos, está envolvida uma estratégia de apresentação da informação em que o enunciador, filtro da informação relatada, decide apresentar a informação como obtida por processos cognitivos inferenciais de outro.

A evidencialidade pode ser classificada segundo o tipo de fonte e a natureza da experiência evidencial. Em outras palavras, o enunciador pode apresentar-se ou não com a fonte da informação e, ao mesmo tempo, de acordo com a natureza lexical do item evidencial, indicar de que modo foi obtida a informação descrita na interação.

Se o enunciador se apresenta como a fonte da informação, ele pode indicar que obteve o conhecimento representado na interação, pelo menos, de dois modos: por meio de uma experiência ou de uma inferência. Na experencial, o falante é a fonte e obteve a informação

---

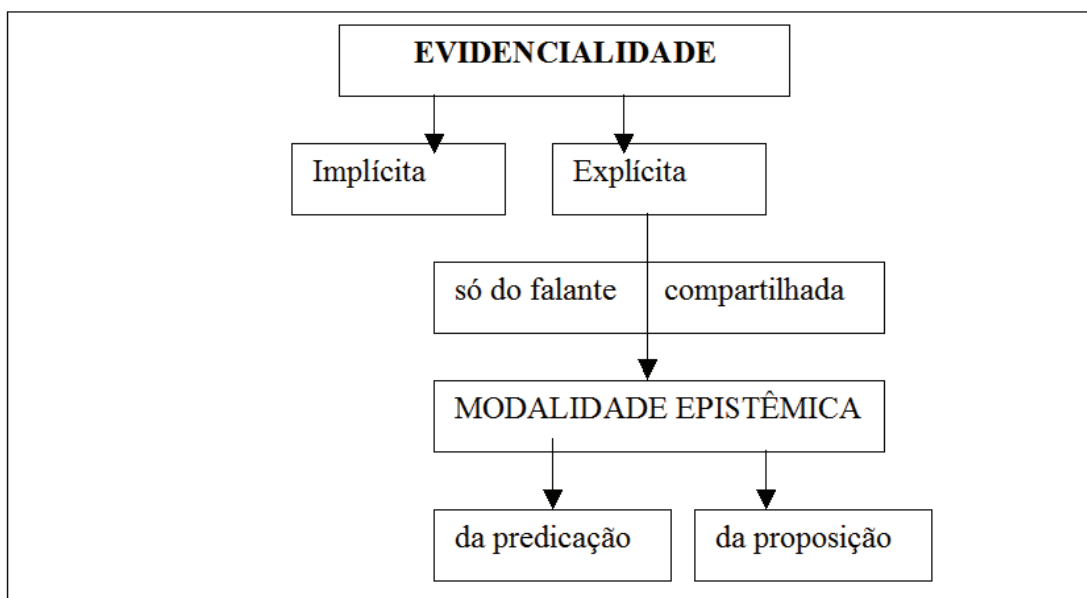
<sup>6</sup> Dik (1989) e Hengeveld (1988, 1989), inspirados na tipologia de Lyons (1977), estabeleceram uma classificação para a categoria modalidade: i) *modalidade objetiva*, subdividida em *epistêmica* e *deôntica*; ii) *modalidade inerente* (ou, nos termos de Palmer, *modalidade dinâmica*) e iii) *modalidade epistemológica* que, por sua vez, subdivide-se em *subjativa* e *evidencial* (interesse maior deste trabalho, já que nos auxiliará na classificação do item evidencial em *inferencial*, *citativo* e *experencial*).



por meio de uma experiência relacionada aos sentidos. Na inferencial, o falante é a fonte e derivou a informação por meio do contexto. Por outro lado, se o falante não se apresenta como a fonte da informação, ele pode indicar que a informação foi obtida por meio de um relato.

Esses três tipos de evidencialidade indicam que as informações são obtidas a partir da relação que se estabelece entre falante e o mundo extralingüístico. No entanto, optamos, como já foi dito, por considerar como um tipo de evidencialidade o que Hengeveld denomina de modalidade epistemológica subjetiva, uma vez que o enunciador descreve um evento que já se encontra em sua informação pragmática, apresentando-se também como a fonte da informação.

Em relação aos estudos desenvolvidos no português do Brasil, uma proposta interessante que tenta conjugar os pontos de vista de Hengeveld e Nuyts, é a apresentada por Dall’Aglío-Hattner *et al* (1995, 2001). A autora sugere uma classificação em que a evidencialidade é vista como uma categoria hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, considerando que a qualidade da evidência pode variar de acordo com o tipo de evidência a que o falante teve acesso e seus propósitos enunciativos, como mostra a figura 03 a seguir:



**Figura 02 – Proposta de equacionamento da avaliação epistêmica (DALL’AGLIO-HATTNER, 1995)**

Segundo Dall’Aglio-Hattner *et al* (2001), a avaliação epistêmica é feita de acordo com o conjunto de conhecimentos e crenças que o falante possui; ocorre, entretanto, que essas informações (as evidências) podem ou não ser explicitadas pelo falante, segundo seus propósitos enunciativos. A figura 02 demonstra que o falante pode indicar a fonte de sua informação, assegurando a confiabilidade dessa informação (evidencialidade explícita); pode optar por não indicar essa fonte (evidencialidade implícita); pode, também, querer que pareça um conhecimento compartilhado por uma coletividade (evidencialidade explícita compartilhada).

Com relação a essa proposta, o que interessa ao presente estudo é a evidencialidade explícita, como também a verificação de indícios de compartilhamento ou não da informação apresentada na proposição. Em outras palavras, interessamo-nos por verificar que efeitos de (des)comprometimento são evocados quando o falante apresenta uma fonte em que ele se inclui (a fonte é o próprio falante ou uma fonte compartilhada) e que efeitos são revelados, por outro lado, quando ele se exclui (fonte externa ao falante – 2ª ou 3ª pessoa). Ou seja, pretendemos analisar qual é o posicionamento (de inclusão ou exclusão) do enunciador em relação à fonte por ele expressa na proposição e os efeitos decorrentes desses dois tipos de posicionamentos

Outra proposta interessante é a elaborada por Vendrame (2005), que estudou a evidencialidade no discurso científico primário, classificando-a, basicamente, em atestada ou inferida (quando o sujeito apresenta-se como a fonte da informação) e em relatada (quando o sujeito apresenta uma fonte diferente si - outro), subdividida em relatada definida, indefinida e de domínio comum (compartilhada).

Podemos citar também o trabalho desenvolvido por Carioca (2005), integrante do GEF (Grupo de Estudos em Funcionalismo), que propôs sua análise baseada nos estudos de Willet (1988), Hengeveld (1989) e Dall’Aglio-Hattner (2001). Os itens evidenciais são divididos, por essa autora, em diretos e indiretos. Estes são subdivididos em inferenciais e citativos e aqueles, em experienciais. Além disso, as unidades evidenciais são por ela classificadas quanto ao grau de compartilhamento da fonte: “só do falante” ou “compartilhada”. Carioca verificou que, no discurso acadêmico, predomina o baixo comprometimento, efeito de sentido provocado pelos itens evidenciais citativos, uma vez que, no discurso acadêmico, os enunciadores buscam “se mostrar” mais “neutros” em relação ao que é dito. A autora verificou que os itens inferenciais também são bastante recorrentes em seu *corpus* (dissertações, monografias), demonstrando o fato de que a inferência está relacionada à

elaboração de conhecimento, de modo que o falante se mostre capaz de abstrair e/ou “reformular” as informações a ele disponíveis, a fim de dar sua contribuição à área de saber na qual atua.

Para o desenvolvimento de nossa proposta tipológica, atentamos para os seguintes critérios semânticos e pragmáticos, levando em conta, principalmente, os estudos desenvolvidos por Willet (1988), Galvão (2001), Dall’Aglia-Hattner (2001), Gonçalves (2003), Carioca (2005) e Vendrame (2005). Propomos as seguintes categorias de análise:

**a) Tipo de fonte:**

O tipo de fonte pode ser o próprio *sujeito enunciador* do discurso ou uma outra fonte diferente dele, que será denominada, neste trabalho, como *fonte externa ao falante*. Quando o falante se exclui como fonte da informação, essa fonte pode ser apresentada, pelo menos, de duas formas: *fonte definida* e *fonte indefinida*. A fonte definida pode ser representada por uma segunda ou terceira pessoa reportada pelo falante em seu discurso. Esse tipo de fonte introduz um conhecimento com o qual o falante não tem responsabilidade; por isso, constitui uma estratégia de descomprometimento. A fonte indefinida, por sua vez, é apresentada de modo que não seja possível precisar, nem mesmo por meio do contexto, a quem ela se refere. Ou seja, existe, mas não é possível identificá-la, individualizá-la.

Por último, temos uma fonte que designa uma coletividade da qual o falante também faz parte. Essa fonte é denominada de *domínio comum*, tendo por função apresentar a informação como sendo um conhecimento compartilhado pelo falante e seu interlocutor. Embora apresente a informação como conhecida pelos interactantes, essa fonte pode ser considerada como interna ao falante, já que ele integra a coletividade conhecedora da informação, mostra-se como “porta-voz dessa informação reportada”. Vejamos as ilustrações abaixo, retiradas do *corpus* constituído para o desenvolvimento deste trabalho, que exemplificam, respectivamente, cada um desses tipos de fonte:

- (01) **Penso que** o Nordeste brasileiro falará mais alto e passará a ter um peso econômico e político muito maior nas decisões do País, nas decisões nacionais que as regiões tomam. (D1R-03-159)
- (02) O Deputado Federal do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) do Ceará, Bismark Maia, **disse que** quem tem que lutar pelos interesses do Ceará é o PT (Partido dos Trabalhadores) e seus aliados. (D1R-04-159)

- (03) Quem ainda **acredita que** a refinaria seja sediada no Porto do Pecém, onde tecnicamente há mais vantagem, não avalia o peso político decisivo no empreendimento desse porte. (D10R-97-159)
- (04) Você começa a dialogar, se entrar nesse discurso, de que ter ou não ter compromisso, eu acho que não é razoável, porque **todo mundo sabe** do nosso compromisso com o Nordeste e com o Estado do Ceará. (D2R-17-159)

#### **b) Natureza da experiência evidencial<sup>7</sup>:**

A natureza da experiência evidencial pode ser definida como um tipo de estratégia de veiculação da informação no discurso, uma vez que trabalhamos, como bem nos alerta Chareaudeau (2006), com um tipo de discurso que não apregoa verdades, mas verossimilhanças, o que significa dizer que o político constrói seu discurso com vistas a causar um efeito de “verdade” em seu auditório, visando sempre à persuasão. Sendo assim, consideramos que o político pode lançar mão de algumas estratégias de apresentação da informação, de acordo com os seus propósitos argumentativos e/ou da imagem que deseja construir de si. Ele pode, portanto, apresentar a informação como sendo uma *experiência* ligada aos sentidos; pode veicular o conteúdo proposicional como sendo uma *inferência*; pode, por outro lado, apresentá-la como sendo sua opinião, crença (*subjetiva*); ou pode, ainda, indicar que uma informação lhe foi relatada por uma segunda ou terceira pessoa (*relatada*), a fim de não se comprometer com o conteúdo veiculado a partir dessa fonte. Vejamos as ilustrações (05), (06), (07) e (08), a seguir, que representam cada uma dessas funções, respectivamente:

- (05) Recentemente, **vi** um Deputado, que não se encontra aqui no Plenário, pedir ao Deputado Fernando Hugo, que fosse mais moderado no seu discurso em relação à Petrobrás e ao Governo Federal, que não usasse termos que ele achava ofensivos à Petrobrás, aos dirigentes da Petrobrás e ao Presidente Lula (D16R-123-159)
- (06) **Parece que** antes da resposta ser dada o Deputado José Guimarães já trouxe essa informação de que realmente foi assinado com o Governo de Pernambuco. (D5R-33-159)
- (07) Esse debate aliado a outro debate que temos que fazer nesta Casa deve pautar a nossa unidade de ação em coisas tão magníficas e tão grandes para o Estado do Ceará. Coisas tão grandes, com tão relevância, que **acho que devíamos** nos unir em prol de nosso Estado, pautando a nossa ação política, no sentido de mostrarmos ao Governo Federal que o Estado do Ceará têm melhores condições para receber esse empreendimento. (D1R-08-268)

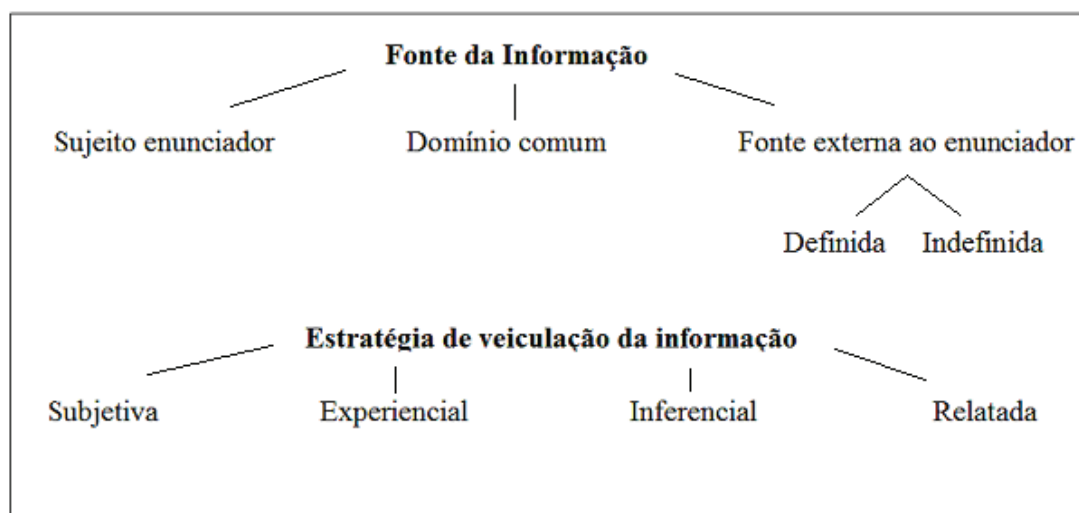
---

<sup>7</sup> A natureza da experiência evidencial, como nos alerta Galvão (2001), está diretamente relacionada ao modo de obtenção da informação. Dessa forma, esses tipos evidenciais estão relacionados ao modo como se afirma ter sido a informação obtida.

(08) Então você fecha o circuito: o Protocolo está assinado, a Ministra vai para a televisão e assisti a Globo News **dizer que** *o Protocolo era para colocar a Refinaria em Pernambuco.* (D5R-43-268)

Como podemos observar, os exemplos demonstram que há uma escalaridade quanto ao grau de evidencialidade, ou seja, de firmeza do falante em relação ao conteúdo expresso na proposição. Em (05), temos uma informação atestada, o que qualifica a informação como certa; em (06), temos uma informação inferida por meio de evidências, o que qualifica a informação como possivelmente certa; em (07), a evidência é exclusivamente do falante, pois se trata de uma opinião, que pode ou não ser aceita como certa ou verdadeira pelo auditório; e em (08), o falante reporta a voz de uma terceira pessoa, ficando a confiabilidade da informação relacionada à qualidade da fonte.

De modo geral, podemos, a partir do que foi colocado anteriormente, propor um quadro tipológico para análise das expressões evidenciais em nosso *corpus*:



**Quadro 03 – Evidencialidade - equacionamento entre tipo de fonte e natureza da experiência evidencial.**

Além desses aspectos de domínio cognitivo-semântico, consideramos as funções interdiscursivas exercidas pelas expressões evidenciais no discurso político, procurando deflagrar de que modo os diferentes tipos de evidencialidade contribuem para a construção da argumentação no discurso político. Ou seja, buscamos identificar e analisar de que maneira o grau de compartilhamento e o grau de engajamento do enunciador com o discurso interferem na construção da identidade do político-orador, bem como na relação social que ele busca estabelecer com o seu auditório. Para isso, vejamos os níveis de comprometimento que os itens evidenciais podem assumir na interação verbal.

### **2.3 A categoria evidencialidade como estratégia de (des)comprometimento**

Segundo Nuyts (1993, 2001), a evidencialidade está relacionada ao caráter “performativo” da linguagem, ou seja, o falante, ao utilizar uma expressão evidencial, assim o faz porque deseja realizar certo “ato comunicativo”. Para Dik (1997), inspirado na noção de Austin, a linguagem se dá a partir de atos de fala, compreendidos como instruções do falante para que o ouvinte realize certas ações mentais. Como sustentamos nas seções anteriores, a evidencialidade pode estar diretamente relacionada ao grau de envolvimento/comprometimento do enunciador com o conteúdo expresso na proposição. Por essa razão, assumimos que as expressões evidenciais fornecem ao co-enunciador “pistas” para que ele interprete o enunciado, sendo esta interpretação realizada com base em uma escala de comprometimento.

Thompson (1996), a partir dos estudos realizados por Halliday (1994) para os operadores modais, afirma que é possível indicar valores para o comprometimento (alto, médio e baixo). Essas noções são, segundo a autora, importantes para a análise dos itens modais, uma vez que os mesmos itens podem indicar, dependendo do contexto, diferentes graus de comprometimento.

Thompson propõe uma escala de valores modais para o inglês, como podemos observar no quadro 04 a seguir:

Grau de Comprometimento	Categoria modal
	Modalização
Alto	I shall NEVER be happy again.
Médio	They SHOULD be back by now.
Baixo	I MAY be quite wrong.

**Quadro 04 – Escala de comprometimento (THOMPSON, 1996, p. 37)**

Como podemos verificar no quadro 04, os itens descritos passam a exercer, no texto, um efeito de sentido de alto, médio ou baixo comprometimento, de acordo com o contexto comunicativo no qual as expressões estão sendo utilizadas. Como a evidencialidade tem como função básica a indicação da fonte, da origem do conhecimento, o enunciador pode, de acordo com seus propósitos enunciativos, assinalar de que modo ele obteve a informação asseverada na proposição, a fim de permitir que seu co-enunciador avalie, por si mesmo, a confiabilidade (certeza) dessa informação, ou melhor, o seu grau de comprometimento. Inspirados nessa proposta, utilizaremos uma escala para caracterização da evidencialidade em níveis de comprometimento, haja vista que assumimos que a evidencialidade marca graus de engajamento do falante com o conteúdo asseverado por ele na proposição.

Cada uma dessas estratégias de comprometimento (alto, médio e baixo) passa a exercer, na construção da argumentação do discurso político, uma função de persuasão, isto é, funciona como expressões performativas indicadoras do grau de adesão do político com o seu discurso. Ou seja, essas estratégias revelam graus de aproximação ou distanciamento do político em relação ao que informa nos enunciados que produz. Esses efeitos de sentido associados ao uso de expressões evidenciais no discurso político contribuem também para que o parlamentar construa adequadamente as imagens requeridas no contexto comunicativo e, assim, consiga persuadir o seu auditório. Vejamos uma ilustração para cada nível de comprometimento.

- (09) E eu que tenho andado pelo interior, **tenho visto e presenciado** o quanto é difícil ao pequeno criador fazer o apascentamento do seu rebanho sem ter água! (D13T-98-109)

(10) Então, a gente quer que com esse nosso discurso, com essa nossa fala aqui na Tribuna, fazer com que voltemos a discutir esse assunto que é importante e que **parece que morreu**. Quando chega a época da eleição, a época da propaganda política, desaparecem os temas importantes para o Nordeste e para o Estado do Ceará [...] (D14T-108-109)

(11) **Como dizem os professores da Universidade Federal do Ceará: as condições do Estado do Ceará são bem mais razoáveis para recebermos esse empreendimento.** (D1R-7-159)

É possível verificar nos exemplos (09), (10) e (11) uma escalaridade em termos de comprometimento. Em (09), o político atestou a informação por ele expressa na proposição, o que leva a uma estratégia de alto comprometimento. Na ilustração (10), o político apresenta o conteúdo proposicional como sendo uma inferência baseada na observação, demonstrando um médio comprometimento. Em (11), temos um item citativo que provoca um efeito de sentido de baixo comprometimento, já que o político reporta uma informação de responsabilidade de uma terceira pessoa, evocada porque tem credibilidade perante o auditório.

Vejamos, no capítulo seguinte, com base na Análise do Discurso, os aspectos caracterizadores do discurso político, gênero adotado para o estudo da evidencialidade neste trabalho, deixando claro que tal incursão tem por objetivo apenas uma maior compreensão das condições de produção da oratória política, para que possamos interpretar a funcionalidade dos itens evidenciais.

## 2.4 Síntese

Nesta seção, procuramos discutir aspectos relativos à definição, delimitação, caracterização e tipologização da evidencialidade. Vimos que a evidencialidade é uma categoria lingüística que diz respeito à expressão da fonte da informação, considerando que as diferentes fontes indicam também diferentes graus de comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo expresso a partir dessa fonte. Assumimos, no decorrer deste capítulo, que todas as línguas possuem modos de manifestação da fonte do conhecimento, sendo, a evidencialidade, no plano cognitivo-semântico, uma noção mais básica do que a modalidade epistêmica.

A evidencialidade constitui uma categoria superior à modalidade epistêmica, porém diferenciando-se desta categoria por expressar primariamente a qualidade da fonte do conhecimento, enquanto que a modalidade epistêmica diz respeito ao grau de firmeza que o falante tem em relação à verdade da proposição. No entanto, vimos que, no uso efetivo da língua, essas categorias co-ocorrem, não havendo entre elas limites categoriais. Como anunciamos, isso não constitui um problema que possa impedir uma investigação a respeito



da categoria evidencialidade, uma vez que assumimos uma orientação funcionalista da linguagem, que apregoa a noção de as gramáticas das línguas naturais sofrem pressões relativas ao discurso.

Neste capítulo, discutimos várias propostas tipológicas para o estudo da evidencialidade. Discorremos, sucintamente, sobre os estudos desenvolvidos por Willet (1988), Galvão (2001), Dall’Aglio-Hattner (2001), Gonçalves (2003), Carioca (2005) e Vendrame (2005). Conforme o que foi analisado, adotamos, para o estudo da evidencialidade no discurso político, as seguintes categorias de análise: i) tipo de fonte: *sujeito enunciador e fonte externa ao enunciador*, subdividida em *definida* e *indefinida*, e uma fonte representativa de uma coletividade, denominada de *domínio comum*; ii) natureza da experiência evidencial, considerada, neste trabalho, como uma estratégia de veiculação da informação no discurso: *experiencial, inferencial, subjetiva e relatada*. Além desses fatores, consideramos aspectos que dizem respeito mais estritamente aos meios de expressão da evidencialidade, bem como àqueles relacionados ao discurso, tais como o posicionamento (inclusão/exclusão) tomado pelo sujeito enunciador em relação à fonte por ele expressa e os *graus (alto/médio/baixo) de comprometimento* do político com o conteúdo expresso na proposição, procurando verificar que estratégias argumentativas são construídas a partir do uso de diferentes tipos de evidencialidade.

### CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DA ORATÓRIA POLÍTICA

Como podemos ver, o paradigma funcionalista assume que as gramáticas das línguas naturais são condicionadas por *forças externas* e *forças internas* (DU BOIS, 1985). Essa relação se torna ainda mais complexa quando optamos por estudar a evidencialidade em um gênero de discurso tão cheio de “armadilhas” como o discurso político. Essa reflexão é importante porque já nos permite dar início à discussão das questões suscitadas a partir do contato com o *corpus* que constitui o presente trabalho.

Segundo Charaudeau (2006), o político que deseja persuadir sua platéia deve dotar-se, de certo modo, de argumentos que o tornem legítimo e fidedigno de representar as aspirações do povo (*logos*); de uma imagem<sup>8</sup> que contemple o imaginário desse povo (*ethos*), para que, assim, possa mobilizar argumentos que “toquem” os seus anseios (*pathos*). É por isso que não há adesão, isto é, mobilização das paixões do povo senão por meio da criação de uma imagem. Em outras palavras, o discurso político persuasivo é construído por meio da identificação do orador com o seu auditório, bem como pela criação de uma “dramatização” realizada pelo político, de modo que corresponda às representações sociais, psicológicas, comportamentais do povo, sempre com o objetivo de seduzir.

Embora estejam envolvidos muitos elementos nesse processo interativo, ele é extremamente compatível com o modelo teórico de interação proposto por Dik (1989, 1997), uma vez que o político escolhe e articula as unidades da língua em função de seus propósitos enunciativos e da antecipação que faz da informação pragmática do auditório que deseja persuadir. Sendo assim, acreditamos que uma caracterização do discurso político seja pertinente e necessária, a fim de que possamos visualizar melhor os fatores envolvidos na sua produção. Porém, deixamos claro que essa breve incursão na análise do discurso (AD), visa, apenas, a uma descrição do discurso político, não significando que utilizaremos as variáveis da AD na análise de nossos dados, já que reconhecemos o paradigma funcionalista como suporte teórico ajustado e suficiente para os propósitos de análise do *corpus*. O que se constitui neste capítulo é um esforço para entender os vários aspectos discursivos que possam contribuir para um entendimento dos efeitos de (des)comprometimento que estão por trás do uso dos evidenciais nesse gênero de discurso.

---

<sup>8</sup> Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) usam o termo *máscaras*. Segundo esses autores, os oradores adotam, durante o processo de convencimento, uma gama variada de *máscaras* que são evocadas na medida em que o orador vai se colocando em relação aos assuntos debatidos. Esse conceito de “adoção de imagens” diferentes no decorrer do processo argumentativo se filia à noção de que em uma sociedade, sobretudo, a de países em desenvolvimento, o auditório se constitui de modo heterogêneo, tendo o político que defender e legitimar sua ação política ora como homem do povo, como cristão, como pai ou compatriota.

### 3.1 O discurso político: uma breve incursão na Análise do Discurso

Segundo Maingueneau (2002), o discurso é uma forma de ação sobre o outro. Nos termos de Dik, isso significa dizer que, ao nos engajarmos em uma interação verbal, o fazemos a fim de modificar algo na informação pragmática<sup>9</sup> do nosso interlocutor. Tendo em vista alcançar, com sucesso, essa modificação, escolhemos e articulamos as expressões lingüísticas em função de nossas intenções comunicativas. Nesse sentido, o discurso passa a ser compreendido também como ato de persuasão<sup>10</sup>, ou seja, como lugar de interação entre os sujeitos, onde produzir discurso é influenciar o outro.

É necessário que fique claro também que o discurso é contextualizado, uma vez que não é o discurso em si que é político, mas é o contexto que o autoriza enquanto discurso, ou seja, é a situação de comunicação que o “politiza”.

Além dessas características, podemos falar também que o discurso é uma unidade transfrástica, pois está submetido a regras pragmáticas de organização vigentes em determinado grupo social, tais como regras relativas ao plano de texto, de extensão dos enunciados, de formalização etc. É também orientado, pois se desenvolve no tempo, de maneira linear, de acordo com a finalidade do sujeito e as condições de interação verbal (uma conversação monologal ou dialogal). Por sua vez, o discurso é interativo, envolvendo, pelo menos, dois coenunciadores. É assumido por um sujeito, que pode se apresentar como fonte de referência das informações contidas no discurso e, ao mesmo tempo, mostrar sua atitude diante daquilo que diz e em relação a seu co-enunciador. É também regido por regras (normas) e visto sempre em relação aos outros discursos, ou seja, no interior de um universo discursivo (MAINGUENEAU, 2002, p. 53-54).

Com base no que foi discutido até aqui, passamos, então, à seguinte questão: o que se entende por *discurso político*? A pergunta, como podemos ver, não é nada simples de ser resolvida; no entanto, buscaremos definir esse termo com o objetivo de delimitarmos, com maior precisão, o campo de atuação desta pesquisa, mesmo que a resposta fornecida tenha caráter provisório.

---

<sup>9</sup> A informação pragmática é o conjunto de conhecimentos, crenças, opiniões, valores que o falante dispõe na interação verbal.

<sup>10</sup> Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) destaca que a argumentação se caracteriza como um *ato de persuasão*, no sentido de que atinge a vontade, as emoções, os sentimentos dos interlocutores, através de argumentos verossímeis, de caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigido a um “auditório particular”. Ele distingue esse ato que visa à adesão dos espíritos, do *ato de convencer*, que, de modo geral, está relacionado à razão, à lógica e é voltado a um “auditório universal”, uma vez que as conclusões das premissas resultam do raciocínio, tal como ocorre na lógica matemática, e cujo caráter é estritamente demonstrativo e atemporal.

A questão pode ser estendida: compreendemos discurso político como toda prática discursiva no campo da política? O primeiro aspecto a ser definido na procura de uma solução é o fato de o discurso não poder ser entendido fora de um contexto social. Sendo assim, teremos que levar em conta as relações entre *linguagem*, *ação política*, *instância política*, *instância cidadã* e *valores* a fim de definirmos, sem exagerar na complexidade que tais questões instauram no campo político, o que chamaremos de *discurso político*.

Em primeiro lugar, a *linguagem* é definida em termos de um quadro de ação, no qual os sujeitos agem uns sobre os outros. O *poder de ação* de um indivíduo sobre outro consiste em uma relação entre um dominante e um outro dominado, que “se submete” a esse dever, seja por uma ameaça ou sanção. Dessa forma, a linguagem assume um caráter de ação, visto que o ato de linguagem está ligado à ação mediante as *relações de força* que os sujeitos mantêm entre si (CHARAUDEAU, 2006).

Por sua vez, a *ação política* é compreendida como sendo toda ação que visa o bem-comum e, assim, organiza e determina a vida social de uma comunidade. É claro que essa definição não dá conta das discussões levantadas pela AD sobre esta questão, uma vez que nem sempre uma ação política é fruto de uma decisão coletiva, no sentido de ser representativa de toda uma comunidade. Além disso, o agente responsável pela ação pode abster-se de sua responsabilidade, “culpando” outros agentes e/ou instituições pela (não) realização de uma ação. É preciso lembrar, também, o fato de que entre o ato de linguagem e a ação política existe uma grande distância. Entretanto, o importante aqui é perceber que “a linguagem não está ausente do desenrolar da ação política, já que esta depende de um espaço de discussão” (*ibid*, p.17).

Outro ponto fundamental nesta discussão é a problemática das instâncias envolvidas na ação política: a *instância política* e *instância cidadão*. A primeira diz respeito àquilo que é delegado e assumido para realização da ação política. A segunda está relacionada à escolha dos representantes do poder. A intersecção entre ambas se concretiza por meio de um processo dialético, já que a legitimação do poder político se dá em um *espaço de persuasão* “no qual a instância política, jogando com os argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação” (*ibid*, p.19). Percebamos que, mais uma vez, é a linguagem que funde esse processo, pois o político constrói o seu discurso usando “artifícios” lingüísticos que contribuam para dar legitimidade a sua ação política. A evidencialidade, nesse processo interativo, assume um papel importante, haja vista que o político pode lançar mão de evidências para que seu discurso pareça bem fundamentado e, assim, consiga persuadir o cidadão da veracidade das informações por ele apresentadas em seu discurso.

Finalmente, passamos à definição do termo *valores*. Segundo Charaudeau (2006), os valores são as idéias que os indivíduos defendem no espaço de discussão, isto é, correspondem às opiniões sustentadas pelos sujeitos no campo da ação política. Este termo diz respeito a um domínio no qual *forças políticas* entram em jogo, uma vez que as diferentes opiniões que dão início a esse debate não desaparecem no final do processo de discussão, mas continuam fragmentadas, cabendo à instância política tentar gerenciar os conflitos resultantes desse embate, embora os gerencie quase sempre em seu proveito.

A figura do Estado ou de outras instituições que instaurem uma entidade abstrata, tal como a República, a Nação, tem por objetivo equilibrar essas forças, pois se tratam de figuras “pensadas” para representar a vontade coletiva, visto que os valores são compartilhados, “superando” os interesses de membros particulares dessa coletividade. Essa característica é fundadora da idéia de que “todos são, ao mesmo tempo, responsáveis e desapaosados” (*ibid*, p.20), engendrando, de certo modo, o bem e o mal político, no sentido de ser necessário para o cumprimento do interesse comum, e perigoso, já que os políticos a usam para se “esconderem” por trás da máscara de um *Terceiro*<sup>11</sup>.

Como podemos observar, a linguagem funde e permeia todo o campo político e as diversas relações de poder que por aí perpassam. Voltando, então, à questão colocada no início desta seção: o que se entende por *discurso político*? O discurso político é compreendido como todo e qualquer ato de linguagem que se estabelece no *espaço político*<sup>12</sup>, ou seja, nos diversos espaços de discussão, de persuasão, de decisão, no qual a *palavra política*<sup>13</sup> esteja presente, sem ser, obviamente, confundido com a verdade, mas com um jogo em que os sujeitos usam a linguagem para atingir seus propósitos enunciativos. Sendo assim, o discurso político é um construto, no qual não há revelação de verdades, mas a construção de verossimilhanças; afinal de contas, as verdades são relativas ao ponto de vista em que são tratadas. Essa concepção de que a verdade é relativa torna-se muito pertinente para o estudo da categoria evidencialidade, uma vez que o enunciador pode, de acordo com seus propósitos comunicativos, fundamentar seu discurso com base em diferentes fontes da informação, imprimindo diferentes níveis de comprometimento.

---

<sup>11</sup> Charaudeau explica que a figura do *Terceiro* corresponde à voz da coletividade, ou seja, a um ideal social.

<sup>12</sup> O espaço político não corresponde necessariamente ao geográfico, mesmo que se confundam algumas vezes. Ele deve ser entendido como um espaço fragmentado em diversos espaços, sejam eles de discussão, de persuasão, de decisão, que se confundem, opõem-se e se recortam (*idem*).

<sup>13</sup> *Palavra política* é uma expressão usada por Charaudeau como sinônima de *discurso político*.

No entanto, como seria impossível tratar das várias formas de discurso político, optaremos por aquele tipo cujo caráter é o de *ato de comunicação*<sup>14</sup>, que concerne mais precisamente ao discurso que se volta ao desafio de influenciar as opiniões, com o objetivo de obter adesões, rejeições e consensos (*idem*). Para isso, escolheremos aqueles discursos proferidos no Pequeno Expediente de Sessões Ordinárias na Assembléia Legislativa do Ceará, durante o período de 2005-2006.

De acordo com Dik (1989; 1997), a interação verbal é regida por regras pragmáticas, que governam os padrões de interação em que as expressões lingüísticas são usadas. Sendo assim, podemos falar que a comunicação se dá dentro de um quadro no qual o sujeito é constringido e, ao mesmo tempo, por sua natureza única, é levado a marcar, relativamente, sua individualidade. É por isso que podemos falar que o discurso se presta à representação, no sentido teatral, já que os sujeitos, por meio de atos de linguagem<sup>15</sup>, representam espetáculos relacionais nos quais os papéis podem estar previstos ou serem improvisados (CHARAUDEAU, 2006). Um aspecto central nesta discussão é o que Charaudeau (*idem*) chama de *contrato de comunicação*. Para esse autor, o discurso se constrói a partir de um contrato que se estabelece, na prática discursiva, entre o *campo de ação* e o *campo de enunciação*. Para Bourdieu (1982 *apud* CHARAUDEAU, 2006) o campo de ação é um campo simbólico, onde se dão as relações de força entre os sujeitos; enquanto o campo de enunciação é o lugar onde se encontram os mecanismos de encenação da linguagem. Desse modo, os efeitos de sentido, resultantes desse processo dialético, são fruto não apenas de uma análise esquemática pré-fabricada entre os enunciadores, mas se origina no entrecruzamento dos saberes, das crenças e dos lugares ocupados por esses sujeitos (*ibid*, p.52). Assim, podemos afirmar que as significações que são fabricadas e refabricadas nesse processo resultam das leis que governam os gêneros<sup>16</sup> e da identidade construída por cada um dos atores envolvidos na encenação.

---

<sup>14</sup> Há três lugares de fabricação do pensamento político, que correspondem cada uma das práticas languageiras: um lugar de elaboração do pensamento, onde se funde um ideal político (discurso como sistema de pensamento); outro, no qual o discurso político diz respeito ao próprio ato de comunicação, na medida em que os atores encenam seus papéis a fim de obterem a adesão dos seus interlocutores (discurso como ato de comunicação), e o terceiro, lugar onde são produzidos os comentários, as opiniões (discurso enquanto comentário) (*idem*).

<sup>15</sup> Austin e Searle (1962; 1969 *apud* MAINGUENEAU, 2002) mostram que toda enunciação constitui um ato de linguagem - que visa modificar uma situação -, tal como prometer, sugerir, afirmar, interrogar etc.

<sup>16</sup> Charaudeau (*ibid*) não utiliza esse termo para se referir aos mecanismos que regem a construção e reconstrução das significações e dos efeitos de sentido do discurso político. Ele denomina essas "leis" de "dispositivos de interação" (p.53).

Neste momento de nossa explanação, vale a seguinte pergunta: quem são os atores<sup>17</sup> que “assinam” esse *contrato de comunicação*? É preciso pensar em, pelo menos, três instâncias que determinam a construção e a legitimação do discurso político: o da governança (onde se encontram as instâncias política e a instância adversária), a instância cidadã e a midiática (CHARAUDEAU, 2006). E o que cada uma delas representa nesta encenação? A instância política (lugar de adesão e de ação) e sua antagônica, chamada de *adversária*, encontram-se em um mesmo lugar – o da governança. A diferença entre uma e outra reside no fato de que esta, despojada do poder e representando uma parcela da opinião pública, é “empurrada” a produzir um discurso de crítica, utilizando, porém, as mesmas estratégias discursivas daquela. Como podemos ver, ambas buscam, por meio do discurso, a legitimidade para alcançarem o poder ou permanecerem nele. A instância cidadã, por sua vez, é definida como sendo aquela que, dispendo não de um poder de governança, mas de influência, mesmo que por via indireta, questiona a legitimidade e a credibilidade da instância política, “em nome de uma idealização do bem-comum” (*ibid*, p.59). Tal como a instância cidadã, a midiática se localiza fora da governança, unindo a instância política à cidadã.

Dessa forma, o contrato de comunicação estabelecido no campo da política por cada uma dessas instâncias “forja” discursos que visam à legitimação de seus valores, de suas ações. A garantia dessa legitimação permite que essas instâncias adquiram uma autoridade de dizer, isto é, de produzir discursos e, assim, construírem suas identidades sociais ou imagens.

A política é um campo de batalha simbólico, onde conquistar o maior número possível de corações é garantir legitimidade. A democracia como vem sendo praticada comprova este fato, uma vez que os políticos “vencem” eleições não pelos programas de governo que apresentam à instância cidadã, mas pelas imagens construídas nos discursos que escondem todo tipo de “armadilha”. Em vista do que já foi explicado a respeito de como é estabelecido o contrato de comunicação entre as três instâncias e o respectivo lugar ocupado por cada uma delas, vejamos que estratégias discursivas são adotadas pela instância política a fim de mobilizar a instância cidadã e, conseqüentemente, a midiática, a participarem do “ato de investidura” do poder, “objeto de desejo” de todos os partidos e/ou políticos, na medida em que a vontade de poder é um ato que se justifica não pelo desejo de fazer o bem, mas pela vontade em si mesma.

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), para que haja argumentação, é necessário que, em um dado momento, realize-se uma “comunidade efetiva dos espíritos”.

---

<sup>17</sup> É importante que fique claro que esses atores não são pessoas do mundo real, mas entidades construídas socialmente, dotadas de intencionalidade e categorizadas segundo os papéis que lhes são atribuídos.

Não basta, portanto, que se compartilhe a mesma linguagem, é preciso que o orador tenha apreço pela adesão de sua platéia, seu consentimento e participação mental. Assim, o político recorre àqueles argumentos que influenciem os interlocutores, criando uma imagem de alguém que “se preocupa com eles, interessa-se por seus estados de espírito” (*ibid*, p.18), visando a ganhar a participação do maior número de cidadãos em relação à pertinência de seu projeto político.

Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), o político, ao fazer parte do mesmo ambiente de seus eleitores, isto é, ao conviver, manter relações sociais com a platéia, favorece a realização das condições prévias para que se estabeleça o contato dos espíritos, uma vez que isso demonstra que ele também é um “homem do povo”.

Outra questão importante: que auditório deve o político definir como condição essencial para o estabelecimento e manutenção de sua argumentação? No âmbito da política, definir um auditório particular ou optar por um de caráter universal é sempre perigoso, uma vez que um político, geralmente, dirige-se a uma platéia não muito homogênea, mas, ao contrário, bem variada quanto à classe social e aos valores assumidos. A figura do auditório universal também não resolve o problema, já que este funciona mais como um elemento “regulador ideal da prática argumentativa” (*idem*), pois os argumentos produzidos para esse tipo de interlocutor constituem asserções verdadeiras, ou até mesmo necessárias, a todo ser de razão. Então, como resolver o problema, tendo em vista que todo discurso deve se dirigir a um co-enunciador para que assim se estabeleça um “plano de argumentação” bem-sucedido? De acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), em termos de retórica, é melhor que se defina um auditório como sendo “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (*ibid*, p.22).

Sendo assim, fica a cargo do orador a caracterização do seu público alvo, tendo sempre em mente que essa construção discursiva não condiz por completo com a realidade empírica. O co-enunciador é definido como uma “idealização” mais ou menos sistemática de um auditório heterogêneo, devendo o orador se adaptar às exigências implicadas nesse processo de negociação. Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), o grande orador parece animado pelo próprio espírito do seu auditório; é dotado da capacidade de sentir as paixões, as dores, as aspirações da multidão. Para Charaudeau (2006), os discursos emocionais (que mobilizam a paixão), podem ser produzidos pela combinação de basicamente três fatores, apontados na citação a seguir:



(i) a natureza do universo de crença ao qual o discurso remete (vida/morte, acidente, catástrofe, massacre, amor, paixão etc); (ii) a encenação discursiva que pode, ela própria, parecer dramática, trágica, humorística ou neutra. (iii) o posicionamento do interlocutor (ou do público em relação aos universos de crença convocados e os estado de espírito no qual ele se encontra. Desse modo, o sujeito que fala deve saber escolher os universos de crença específicos, tematizá-los de determinada maneira e proceder à determinada encenação, tudo em função do modo como ele imagina seu interlocutor ou seu público e em função do efeito que espera produzir nele. (*ibid*, p. 90)

Nos termos de Charaudeau, a imagem do hábil orador é a de um *Eu-Nós*, constituído por uma identidade do singular-coletivo, visto que ele se coloca como “portador do ideal social”. Nesse sentido, o político deve inspirar confiança, admiração; saber “assumir” a imagem do chefe ideal, aquele que se encontra no imaginário do povo. Percebamos que o discurso político é feito de uma mistura desses elementos, ao mesmo tempo em que se caracteriza pela razão (*logos*), pela paixão (*pathos*) e pela criação de uma imagem do ser que fala (*ethos*) e que é possivelmente identificado pelo auditório, como sendo aquele que compartilha o seu desejo<sup>18</sup>.

Entretanto, fazer a distinção clara entre cada um desses elementos não é uma tarefa simples, já que eles se misturam na seqüência do discurso. Mas uma coisa é certa: todo discurso político persuasivo é construído por meio da identificação do orador com o seu auditório, bem como pela criação de uma “dramatização” realizada pelo político, de modo que corresponda às representações sociais, psicológicas, comportamentais do povo, sempre com o objetivo de seduzir. Ou seja, o discurso político faz sua encenação sempre “de olho” na situação social imposta ao cidadão, na origem de tal situação, que quase sempre constitui uma situação negativa, e na “solução salvadora”<sup>19</sup>, do qual o político é seu representante. Dessa forma, percebemos que o discurso político é de caráter intersubjetivo, uma vez que depende do julgamento que o político faz de seu co-enunciador, como também é fruto de uma simbiose da razão e da paixão, sendo esta última “as causas e os fundamentos” sobre os quais se origina a sociedade política (CHARAUDEAU, 2006).

Embora vários aspectos estejam envolvidos na produção/interpretação do discurso político, a produção de sentido é, como afirma Charaudeau (2006), uma questão de interação, uma vez que os modos de interação, a identidade dos participantes e os lugares de onde falam esses atores determinam a construção argumentativa do discurso político. Sendo assim, para realizarmos uma análise bem-sucedida da evidencialidade nessa prática social, acreditamos

<sup>18</sup> Para Charaudeau, esse termo é justificado, uma vez que a atração das imagens é explicada apenas pela força do *desejo*. O *ethos* é um espelho que reflete os desejos do político e do seu auditório.

<sup>19</sup> Charaudeau associa essa imagem à figura do sebastianismo, muito exaltada pelas sociedades mergulhadas em sérios problemas sociais.

que devemos levar em conta as seguintes condições de produção: i) os propósitos enunciativos do político; ii) os aspectos que dizem respeito ao contexto de enunciação; iii) a imagem que o político deseja construir de si, o que está relacionado ao papel que ele deseja desempenhar na encenação e iv) a imagem que o político parece construir de seu auditório.

Levando em consideração esses aspectos, passemos à elucidação dos critérios específicos que compõem as circunstâncias de produção dos discursos proferidos na Assembléia Legislativa do Ceará, bem como aos fatores considerados na constituição e delimitação do *corpus*.

### 3.2. Síntese

Levando em conta que a evidencialidade constitui uma categoria lingüística que manifesta a fonte de uma informação, assumimos que as diferentes fontes assumem diferentes efeitos de (des)comprometimento na produção do discurso político. Esse discurso se constitui como um lugar de interação em que seus participantes buscam, sobretudo persuadir, de forma que se legitimem enquanto sujeitos sociais. O político, a partir da imagem que constrói de si e da antecipação que faz dos valores comungados pelo auditório, pode lançar mão de itens evidenciais, que imprimem, no fluxo do discurso, graus de (des)comprometimento do político com o conteúdo expresso na proposição.

Trabalhamos, na presente pesquisa, com os discursos cujo caráter é de ato de comunicação, definido por Chareaudeau (2006) como sendo aqueles discursos que se voltam ao desafio de influenciar as opiniões dos outros. Consideramos que os sujeitos participantes deste processo dialético assumem diferentes posições, a depender do lugar de onde “falam”: instância da *governança* (instância política e a instância adversária), *instância cidadã* e *instância midiática*.

Vimos que a política representa um campo de batalha em que conseguir mobilizar o maior número de corações significa obter legitimidade para garantir as ações políticas. Para que haja a “comunhão dos espíritos” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005), é preciso que o político tenha apreço por seu auditório, mostrando-se como alguém que compartilha seus interesses. Quanto ao estabelecimento da figura do auditório, optamos por considerá-lo com uma entidade da qual fazem parte todos àqueles que o político deseja persuadir com o seu discurso.

Embora vários aspectos estejam envolvidos nesse processo interativo, levamos em conta, na análise da evidencialidade no discurso político, os propósitos enunciativos do sujeito

enunciador, o contexto de enunciação, as imagens que o político constrói de si e do auditório que deseja persuadir.

## **CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA: CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E PROCEDIMENTOS GERAIS DE ANÁLISE**

### **4.1 A constituição e a delimitação do *corpus***

Durante as primeiras leituras sobre a categoria evidencialidade, verificamos que os estudiosos sobre o tema (muitos desses citados no capítulo 2 deste trabalho) não tiveram como objetivo investigar a evidencialidade como estratégia argumentativa no âmbito do discurso político. Tendo em vista isso, buscamos, em uma análise piloto, realizada por ocasião da elaboração do projeto de pesquisa que orienta este trabalho, identificar e analisar a atuação dos itens evidenciais na construção da argumentação no discurso político<sup>20</sup>. Essa análise prévia revelou aspectos teórico-metodológicos relevantes ao debate realizado sobre o tema, bem como nos fez perceber que poderíamos contribuir para revelar nuances importantes na análise e caracterização do gênero discurso político. Estabelecidos os objetivos principais da pesquisa, optamos pelos discursos proferidos na Assembléia Legislativa do Ceará. Essa escolha foi orientada pelo interesse de buscar compreender as artimanhas dos discursos dos (as) deputados (as) do Ceará, buscando fornecer uma análise crítica das estratégias de (des)comprometimento do político com o seu discurso, uma vez que compreender as estratégias semântico-pragmáticas desse discurso implica, mesmo que indiretamente, refletir sobre a ação política.

Colocado isso, passemos à discussão do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Ceará, a fim de que possamos conhecer, a partir dele, as condições de produção impostas aos políticos na elaboração de seus discursos<sup>21</sup>.

De acordo com o Regimento Interno da Assembléia do Ceará, aprovado mediante Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996, publicado no Diário Oficial (DO) de 12.12.1996, disponibilizado pela Internet no endereço [www.alb.gov.ce](http://www.alb.gov.ce), a Assembléia reunir-se-á nas seguintes sessões de acordo com o Art. 156:

- I - Preparatórias - as que precederem, na Sessão Legislativa, a posse dos Deputados e a eleição da Mesa;
- II - Ordinárias - as de qualquer Sessão Legislativa, realizadas nos dias úteis, no horário regimental;

---

<sup>20</sup> O *corpus* utilizado para essa análise piloto foi constituído por Menezes (2005), para o estudo da modalidade deôntica.

<sup>21</sup> Essas condições são as normas do ponto de vista legal, nem sempre cumpridas à rico.

III - Extraordinárias - as realizadas em horário diverso do fixado para as Ordinárias, em qualquer dia da semana;

IV - Especiais - as realizadas em horário diverso das Sessões Ordinárias, para apreciação de veto ou para indicação ou aprovação da escolha das pessoas mencionadas no Art. 49, da Constituição Estadual, para ouvir Secretário de Estado, dirigente de autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundações (Art. 49, item XIV, CE), para permitir a participação da sociedade organizada e nos julgamentos por crime de responsabilidade;

V - Solene - as realizadas para comemorações, homenagens especiais, instalação e encerramento dos trabalhos legislativos.

Todas as sessões são públicas, exceto quando o Plenário deliberar alguma sessão secreta, nos casos previstos na Constituição; por convocação do seu Presidente; quando requerida por 1/3 (um terço) dos Deputados; a requerimento de qualquer Deputado, com aprovação do Plenário e por solicitação de Comissão Permanente (Art. 190).

Após realizarmos uma leitura dos discursos proferidos em todos os tipos de sessões, optamos, para a constituição do nosso *corpus*, por discursos proferidos em sessões ordinárias. Esta opção se justifica por dois motivos: i) o caráter de debate da referida sessão, o que pode levar, dependendo do tema em discussão, a um número considerável de marcas evidências usadas pelo político para justificar a defesa de suas idéias; ii) a possibilidade de termos contato com um número considerável e diversificado de enunciações que visem à adesão do auditório às teses defendidas, independentemente de o político se posicionar a favor, contra ou relutante em relação ao tema posto em pauta.

As sessões ordinárias constam de Pequeno Expediente e Grande Expediente. O Pequeno Expediente tem duração de sessenta minutos improrrogáveis. Durante esse tempo, os políticos podem fazer uso da palavra para justificação de proposição ou versar sobre tema de sua livre escolha, por tempo nunca superior a 10 (dez) minutos, exceto quando outros parlamentares inscritos na Mesa Diretora disponibilizarem seu tempo, conforme o Art. 158, § 1º do Regimento. As inscrições dos oradores para pronunciamento são feitas pelo próprio político, de punho, em livro especial, obedecida à ordem cronológica de inscrição. Tendo sido esgotada a matéria da Ordem do Dia, parte destinada, geralmente, à votação de matérias, leis, resoluções, já discutidas durante o Pequeno Expediente, segue-se o Grande Expediente. Este tem duração de 90 (noventa) minutos e se destina aos oradores inscritos para versar sobre assunto de sua livre escolha, cabendo, a cada um, o máximo de 30 (trinta) minutos.

Como podemos observar, o Pequeno Expediente, por permitir apenas dez minutos de exposição aos oradores, constitui, para os objetivos da presente pesquisa, a parte que nos

possibilita o acesso a uma maior diversidade de discursos e de posicionamentos e, portanto, de defesas de idéias a respeito dos assuntos colocados em pauta para discussão.

Além de exigências a respeito do tempo e da obrigatoriedade da inscrição por parte do parlamentar na Mesa Diretora, também estão previstas as seguintes exigências, de acordo com o Art. 167:

- I - Durante a sessão, somente os Deputados, assessores parlamentares e profissionais de imprensa credenciados, e funcionários de serviço poderão permanecer em Plenário;
- II - Não será permitido serviço de conservação, no edifício da Assembléia, que perturbe os trabalhos legislativos;
- III - Qualquer Deputado, com exceção do Presidente, falará de pé e só quando enfermo, poderá obter permissão para falar sentado;
- IV - O orador deverá falar da Tribuna, a menos que o Presidente permita o contrário;
- V - Ao falar, o orador não poderá fazê-lo de costas para a Mesa;
- VI - A nenhum Deputado será permitido falar sem pedir a palavra ao Presidente dos trabalhos, usando a expressão "Pela Ordem", somente após a concessão, o serviço de taquigrafia inicia o apanhamento;
- VII - Se o Deputado pretender, sem que lhe haja sido dada a palavra, permanecer na Tribuna anti-regimentalmente, o Presidente o advertirá, convidando-o a sentar-se;
- VIII - Se, apesar dessa advertência, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado;
- IX - Sempre que o Presidente der por terminado um discurso, a taquigrafia suspenderá o apanhamento;
- X - Qualquer Deputado, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente ou aos Deputados, de modo geral;
- XI - Referindo-se ao Deputado, em discurso, o orador deverá preceder a seu nome o tratamento de senhor ou de Deputado, tratando-lhe por Excelência;
- XII - Nenhum Deputado poderá referir-se à Assembléia ou a qualquer dos seus membros, e de modo geral, a qualquer representante do Poder Público, de forma descortês ou injuriosa;
- XIII - Durante as votações, o Deputado deverá permanecer em sua cadeira.

Além de especificações a respeito do modo de portar-se e dirigir-se ao Presidente e aos colegas parlamentares, o Regimento determina quem pode estar no recinto do Plenário durante as sessões (conforme Inciso I). Além disso, determina a obrigatoriedade do pedido de permissão para fazer um pronunciamento (conforme Inciso VI), sob a pena de ser convidado a se retirar do recinto. Percebamos, dessa forma, que o Regimento determina um ambiente bastante organizado e formal, exigindo, por parte dos parlamentares, austeridade não apenas em relação à sua postura, mas também no modo como se dirigirão às autoridades e outros parlamentares.

Tendo conhecido os fatores que condicionam a produção dos discursos, fizemos a opção pelos discursos proferidos em Sessões Ordinárias, durante o tempo do Pequeno

Expediente. Em seguida, elegemos alguns critérios utilizados para a constituição e delimitação de nosso *corpus* de análise. É importante, antes de finalizarmos esta discussão, retomar os seguintes questionamentos da presente pesquisa: como a análise da categoria evidencialidade pode contribuir para explicitar os efeitos de (des)comprometimento produzidos na construção da persuasão do discurso político? Em que medida, compreender a relação entre evidencialidade e discurso político persuasivo pode nos ajudar a refletir sobre as ações políticas?

Assumimos, como pressuposto funcionalista, que o político, ao optar por uma dada expressão lingüística, assim o faz porque deseja modificar a informação pragmática do ouvinte (DIK, 1997), ou seja, visa a “agir” sobre o outro, de modo a ganhar sua adesão. Assim, buscar descrever e explicar as funções persuasivas produzidas pelas expressões evidências na construção do discurso político pode nos ajudar a compreender os mecanismos de *encenação*<sup>22</sup> utilizados pelos políticos e os efeitos de (des)comprometimento pretendidos por eles ao escolher uma forma lingüística ao invés de outra, já que a evidencialidade diz respeito à fonte de um conteúdo proposicional, revelando diferentes efeitos de (des)comprometimento do político com o seu discurso. Portanto, estudar a relação entre discurso político e evidencialidade pode contribuir para que se entenda melhor como se dá a elaboração do discurso político persuasivo, que apela para os efeitos de *pathos* e *ethos*<sup>23</sup>, estratégias discursivas mobilizadas nesse tipo de interação verbal.

Compreender essa relação entre evidencialidade e oratória política pode nos ajudar a refletir sobre a relação entre *palavra política* e *ação política*, uma vez que a evidencialidade é uma categoria que constitui importante estratégia de (des)comprometimento do político com o seu discurso. É óbvio que a compreensão dessa relação não é suficiente para que se “prevejam” as “intenções reais” de um político em relação aos seus projetos, propostas. No entanto, embora o discurso político se configure como uma “encenação”, saber distinguir e interpretar o valor argumentativo de um marcador evidencial pode constituir uma “ferramenta” importante para que o cidadão avalie o grau de confiabilidade de uma informação e, por sua vez, as “pretensões” do político em relação aos seus projetos.

Sendo assim, julgamos, metodologicamente adequado aos propósitos da pesquisa, a opção por dois grupos de discursos, organizados de acordo com os seguintes temas:

<sup>22</sup> Charaudeau usa o termo “encenação” no sentido de representação teatral: “na cena política estão representadas relações de poder segundo os lugares, os papéis e os textos previstos por essa dramaturgia e segundo a relativa margem de manobra de que dispõem os atores”. (*ibid*, p. 52)

<sup>23</sup> Charaudeau afirma que o discurso político produzido, hoje, deslocou-se do lugar do *logos* – domínio da razão – ao lugar do *pathos* – domínio da emoção -, onde o político faz sua encenação, a fim de persuadir e/ou seduzir sua platéia a aderir a suas idéias.

1º Grupo: A vinda da Refinaria de Petróleo para o Ceará.

2º Grupo: A Transposição do Rio São Francisco.

Justificamos essas opções pelas seguintes razões: i) são temas que, de certa forma, ainda se encontram em discussão na Assembléia Legislativa, embora em relação ao tema do 1º Grupo, o Governo Federal já tenha dado seu veredicto a favor da instalação da refinaria de petróleo em Pernambuco; ii) acreditamos também que esses temas são de grande interesse de *certos setores* da sociedade cearense. Como preconiza Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), é necessário, para a “comunhão dos espíritos”, o estabelecimento de um auditório como sendo aqueles indivíduos que o político deseja persuadir. Trata-se, portanto, de um conceito muito mais amplo e está vinculado a todos os indivíduos a quem o político deseja influenciar mediante a construção de uma determinada imagem. Cumpre ressaltar que esse auditório não é apenas composto pelos parlamentares presentes às sessões, mas, inclusive, por aquele público que, de casa, presencia a “batalha discursiva”. Além dessas razões, levantamos a hipótese de que esses temas, pelo interesse que suscitam, podem levar o político a fundamentar seu discurso a partir de evidências capazes de contribuir com a construção de imagens (sertanejo trabalhador, homem do povo, defensor dos direitos do povo, político honesto, defensor de preceitos éticos etc) necessárias para a sua legitimação, o que está diretamente relacionado ao modo como ele se compromete com as causas suscitadas nos referidos temas.

Optamos pelo critério do volume textual (medido em quantidade de palavras) para a delimitação de cada grupo temático de discurso e buscamos garantir uma extensão aproximada entre eles. Embora fosse possível delimitar uma indicação aproximada de horas que constituem o nosso *corpus*, a partir do que está exposto no Regimento em relação ao tempo que cada orador tem para se pronunciar, optamos pelo critério do volume textual, porque percebemos, na leitura atenta dos discursos, que o político pode ultrapassar o tempo cedido para ele ou pode obter mais alguns minutos concedidos por algum companheiro de partido. Além disso, o serviço de transcrição da Assembléia não registra a duração em minutos dos discursos. Portanto, para a análise dos efeitos de (des)comprometimento produzidos pelas expressões evidenciais em discursos políticos, trabalhamos com um total de 30 discursos, representando um total de 17.532 palavras. O quadro 05, a seguir, informa o



volume textual de cada grupo temático, bem como o número de itens evidenciais<sup>24</sup> encontrados em cada um deles:

	<b>GRUPO 1 (A vinda da Refinaria)</b>	<b>GRUPO 2 (A Transposição do Rio São Francisco)</b>	<b>TOTAL</b>
<i>NÚMERO DE CARACTERES (SEM ESPAÇOS)</i>	43.773	43.771	87.544
<i>NÚMERO DE PALAVRAS</i>	8.735	8.797	17.532
<i>NÚMERO DE ITENS EVIDENCIAIS</i>	159	109	268

#### **Quadro 05– Distribuição dos itens evidenciais nos grupos temáticos.**

Como podemos observar, os dois grupos apresentam quase o mesmo volume textual, o que nos possibilita uma análise tanto quantitativa como qualitativa das ocorrências identificadas no *corpus*.

Quanto à seleção dos discursos que compuseram o *corpus*, procuramos diversificar a amostra com um total de onze políticos de diferentes partidos, escolhidos pela frequência de atuação na Assembléia em relação aos temas Refinaria e Transposição. Vejamos, agora, quais os procedimentos de análise e parâmetros utilizados na investigação da evidencialidade nesta pesquisa.

#### **4.2 Procedimentos de análise: os parâmetros sintáticos, semânticos e pragmáticos para a análise do *corpus***

<sup>24</sup> Lembramos que são marcas que dizem respeito à manifestação da fonte da informação, as quais também revelam graus de (des)comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo proposicional por ele expresso. Segundo o que foi apontado, podem ser classificadas de acordo com o tipo de fonte: sujeito enunciador, fonte externa ao falante (definida e indefinida) e domínio comum. Quanto à natureza da experiência evidencial, consideramos que a evidencialidade pode ser do tipo experiencial, inferencial, subjetiva e relatada.

Para análise qualitativa de nossos dados, tal como expusemos no capítulo I deste trabalho, optamos por uma abordagem funcionalista da linguagem, o que nos faz ter sempre em vista a situação de enunciação, os propósitos enunciativos do político e os participantes envolvidos na interação. Também assumimos a integração dos componentes sintático, semântico e pragmático e buscamos tratá-los a partir de critérios quantitativos.

Para esse tratamento quantitativo, fizemos uso do programa SPSS (versão 7.5 para *Windows*)<sup>25</sup>. Esse programa computacional, desenvolvido primariamente para as Ciências Humanas, foi utilizado para o cálculo de frequência (*frequencies*), levando em conta as variáveis consideradas no presente trabalho, e sobre as quais versaremos mais precisamente logo em seguida. O programa também fornece aos seus usuários a possibilidade de transformar os dados estatísticos em representações gráficas. Foi-nos bastante útil esse suporte metodológico na visualização de que variáveis são pertinentes na caracterização da categoria evidencialidade.

Para que possamos analisar em que medida as expressões evidenciais estão a serviço da persuasão em discursos políticos, buscamos fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos capazes de caracterizar o uso de tais itens. Entretanto, é necessário que façamos uma breve exposição a respeito das codificações relativas à identificação da expressão evidencial na totalidade do *corpus*. Tal codificação será apresentada entre colchetes, ao final de cada exemplo:

- a) Número do discurso onde foi identificada a expressão evidencial: ex.: D1, D2, D3 etc;
- b) Parâmetro relacionado ao tema dos discursos: R (1º Grupo); T (2º Grupo);
- c) Número da ocorrência no grupo de discurso no qual ocorreu: (01-159) ou (2-109)

Exemplo: (D1R- 01-159)

Em relação aos parâmetros sintáticos, semânticos e pragmáticos, inspiramo-nos, para a elaboração de nossa proposta de análise, nos trabalhos de Willet (1988), Galvão (2001), Dall'Aglio-Hattner (2001), Gonçalves (2003), Carioca (2005) e Vendrame (2005). A seguir, expomos os critérios utilizados no que diz respeito à caracterização da evidencialidade em discursos políticos, seguida de uma breve discussão e de ocorrências ilustrativas retiradas do *corpus* da pesquisa.

---

<sup>25</sup> *Statistical Package for the Social Sciences*.

### a) Parâmetros sintáticos

Para a caracterização da evidencialidade em discursos políticos, é necessário que façamos uma investigação de critérios relativos à sua manifestação lingüística. Para tal fim, utilizamos as seguintes categorias por meio das quais a evidencialidade pode se expressar em português: verbo, substantivo, adjetivo, preposição, advérbio, enunciado metalingüístico e simples justaposição da fonte.

Além das marcas prototípicas de manifestação da evidencialidade, encontramos, no *corpus* da pesquisa, casos em que o conteúdo proposicional é expresso, sem, no entanto, haver um item específico que encaixe o conteúdo, a qual denominamos de *enunciado metalingüístico*. Esse tipo de manifestação da evidencialidade ocorre por meio de todo um enunciado com traços evidenciais, ou seja, que tem o propósito de esclarecer a fonte da informação.

Além desse tipo, há casos em que o político fundamenta seu discurso pela “autoridade” de uma lei, norma, ou artigo de jornal. A fonte, nesses casos, não é apresentada por nenhum item evidencial explícito (marca zero), ficando o contexto responsável por esclarecer a fonte da informação enunciada (lei, norma, carta e autoridades etc.). Por esse motivo, também consideramos a *simples justaposição* como uma estratégia sintática de manifestação da evidencialidade no discurso político, em que a marca evidencial é a simples menção da fonte imediatamente antes ou depois de um conteúdo proposicional.

Em relação à localização no enunciado, a marca evidencial pode apresentar-se na posição: anteposta, intercalada ou posposta. Se a marca evidencial se localizar antes da fonte e do conteúdo proposicional ou ocupar o lugar daquela, dizemos que é anteposta; caso se posicione entre a fonte e o conteúdo proposicional, é intercalada; por último, quando se localiza após a fonte e o conteúdo proposicional, é considerada anteposta.

Vejamos as ocorrências abaixo (12), (13) e (14), que ilustram tanto as possibilidades de manifestação da fonte como a posição ocupada pela marca evidencial no enunciado:

(12) O Deputado José Guimarães trouxe informações e a primeira informação que o Deputado José Guimarães trouxe para nós e que gerou uma expectativa muito positiva foi quando ele **disse que** *o Presidente na viagem ao Oriente Médio teria dito ao Governador Lúcio Alcântara que a Refinaria viria para o Ceará.* (D5R-47-159)

(13) **Aqui teve uma campanha de um Deputado Federal que até adesivo virou em tudo quanto era traseiro de carro:** *“A Refinaria é nossa”.* (D3R-25-159)

- (14) Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, vou falar sobre a questão da transposição do Rio São Francisco na parte política, mas queria ficar feliz com **essa manchete**: “*Lúcio, Tasso e Patrícia mobilizados pela Refinaria.* (D1T-01-109)

A ocorrência (12) demonstra que a evidencialidade pode se manifestar por meio da classe morfossintática verbo. O verbo *dizer* se caracteriza como verbo *dicendi* ou, como define Neves (2000), verbos introdutórios do discurso direto ou indireto. O exemplo (13) mostra que não houve, por parte do enunciador, a “seleção” de uma marca específica para a manifestação da evidencialidade, mas a opção por todo um enunciado metalingüístico, usado para expressar não apenas o modo de obtenção da informação, mas todo o contexto dentro qual se deu a geração do conhecimento expresso na proposição. Em (14), percebemos que o conteúdo proposicional (marcado em itálico) não é introduzido por uma expressão evidencial. No entanto, é possível verificar a anteposição da fonte (*manchete*) em referência catafórica a uma informação. Essa fonte indica de que modo o político obteve a informação por ele veiculada no discurso.

#### b) Parâmetros semânticos

Como dissemos anteriormente, a evidencialidade diz respeito à explicitação da **fonte da informação** contida em um enunciado. Essa fonte da informação pode ser o próprio *sujeito enunciador* ou uma fonte que seja diferente do próprio falante. Essa *fonte externa ao falante* pode ser *definida* (segunda ou terceira pessoa do discurso) ou *indefinida* (existe, mas não é possível individualizá-la, nem mesmo por meio do contexto). Além desses três tipos, é possível identificar uma quarta fonte, que apresenta a informação como sendo um conhecimento compartilhado pelos interactantes, a qual denominamos, como já foi dito, de *domínio comum*. Vejamos, a seguir, as ocorrências que exemplificam cada uma dessas fontes, respectivamente:

- (15) Eu **reconheço que** *ele quando Governador, ajudou muito nesse sentido*. Portanto, eu quero ficar feliz em ver que o Dr. Tasso Jereissati muda de posição e deixa de brigar com o PT, porque a questão da Refinaria não é do PT e nem do PSDB, é o povo brasileiro e o cearense que estão querendo essa Refinaria. (D1T-04-109)
- (16) *Um elemento importante que é a localização geográfica. Ela é estratégica para fazer o transporte do refino. Esse argumento foi colocado* pela Universidade Federal do Ceará. (D2R-15-159)
- (03) Quem ainda **acredita que** *a refinaria seja sediada no Porto do Pecém, onde tecnicamente há mais vantagem, não avalia o peso político decisivo no empreendimento desse porte.* (D10R-97-159)

- (17) Cardoso para cá, em que o Governo atual quer integração do Rio São Francisco com suas bacias hidrográficas no Nordeste, tem como objetivo central o de dar segurança à população do Semi-árido. Essa é a essência do Projeto, é o objetivo estratégico do Governo. Lateralmente não é só que cento quarenta e oito milhões de reais vão ser investidos nesse Projeto. Ora, **nós sabemos que só temos água para trinta anos, e esse Projeto vai dar oportunidades para netos e bisnetos, inclusive para resolver esse problema de uma vez por todas, a questão do Semi-árido aqui no Ceará.** (D1T-05-109)

Na ocorrência (15), o político se apresenta como a fonte da informação, uma vez que constrói seu argumento com base em uma adesão pessoal a uma idéia. O político mostra, por meio de um item de valor subjetivo, sua opinião de que, quando se trata de interesses do povo, não deve haver divergências entre as forças políticas, mas, sim, a união de forças pelo Bem-Comum. Já em (16), temos um item evidencial indicativo de que o enunciador faz uso de uma informação de fonte definida (3ª pessoa), com o objetivo de mostrar a sua platéia a importância do tema por ele debatido, bem como demonstrar que tem conhecimento técnico sobre o assunto, revelando que está envolvido na discussão levantada na Casa. Na ocorrência (03), o político apresenta a informação de modo que não seja possível individualizar uma fonte. Isso ocorre porque o enunciador não deseja se comprometer com ela. Em (17), o parlamentar apresenta uma informação como um conhecimento compartilhado por todos os presentes no Plenário ou, pelo menos, assim o faz parecer. Esse tipo de evidência pode ser usado como estratégia de diluição de responsabilidade. Além disso, pode também indicar um “chamado” por parte do orador para que a platéia participe de sua exposição.

A evidencialidade pode ser também caracterizada em relação **à natureza do item evidencial**. Levando em consideração que trabalhos como um tipo de discurso que visa à persuasão, consideramos que o item evidencial, de acordo com sua natureza lexical, pode revelar o modo pelo qual as informações apresentadas pelo enunciador em seu discurso foram obtidas. Em outras palavras, o enunciador pode, com base em diferentes estratégias de apresentação da informação, orientar a interpretação do interlocutor em relação ao modo como obteve as informações veiculadas no discurso.

Se o falante deseja apresentar a informação como uma experiência pessoal relacionada aos sentidos, selecionará itens evidenciais do tipo *experencial*; se deseja veicular a formação como um construto mental elaborado por meio de evidências contextuais, utilizará marcas evidenciais do tipo *inferencial*; se deseja apresentar um conhecimento como uma opinião ou crença particular sua, optará por itens do tipo *subjetivo*; se deseja indicar que obteve a

informação por meio de um relato, selecionará itens evidenciais do tipo *relatado*. Vejamos uma ocorrência que ilustra cada uma dessas estratégias, respectivamente:

(18) E nós que andamos agora na campanha, nós **verificamos** ontem um dado importante, e de uma preocupação muito grande, *que é o problema da qualidade da água que está sendo abastecida na grande maioria das populações do Interior do Estado*. (D14T-107-109)

(19) Eu estou aqui diante dessa dificuldade, que essa transposição **parece-me muito mais factóide do que um fato**. (D3T-30-109)

(20) Eu **acho que nós temos que fazer um coro de apoio ao Presidente, porque o Presidente está determinado a fazer essa transposição, a fazer essa interligação de bacia e nós não podemos ficar acomodados e temos que dar o nosso grito para poder se contrapor a esses Senadores**. (D6T-55-109)

(21) O Ministro Ciro Gomes *fez uma declaração* hoje no Jornal. **Diz que há um equívoco na forma de luta por esta Refinaria**. Todos brigam pela obra que não existe. (D3R-19-159)

Na ocorrência (18), a informação é apresentada como obtida de modo direto. O político fundamenta a argumentação do seu discurso mediante um item evidencial experiencial, porque deseja imprimir, na situação de interação, um alto nível de engajamento em relação às informações por ele apresentadas. Argumentos construídos com base em marcas evidenciais diretas caracterizam o conhecimento como sendo algo que, à primeira vista, não pode ser negado ou refutado pelos adversários do político, porque constituem “provas” na construção de um argumento.

Na ilustração (19), temos um item evidencial inferencial, que caracteriza a informação como menos direta. A informação nos é apresentada como sendo um conhecimento derivado por meio de *pistas* captadas na situação de interação. Trata-se, portanto, de uma avaliação, de uma interpretação do orador, e não de um fato experienciado. O objetivo do político é desqualificar a bancada da situação, mostrando ao auditório que uma observação atenta das circunstâncias só poderia levar à conclusão de que a Transposição constitui uma inverdade.

Na ocorrência (20), o item de valor subjetivo apresenta a informação como sendo uma crença do falante. O enunciador argumenta a favor do Governo Lula, mostrando que a Casa deve juntar forças para que a Transposição aconteça. Ele estabelece um alto comprometimento ao construir um argumento com um predicado de crença. O político constrói uma imagem de homem engajado com essa luta e convicto de suas idéias.

Em (21), o predicado *dizer* expõe que a informação é derivada de uma *terceira pessoa*. Parece-nos que esse tipo de evidência relatada definida só é apresentado porque o orador acredita que a opinião desse ministro tem credibilidade perante o seu auditório. Portanto, a

fonte apontada constitui um argumento forte para mobilizar as *emoções* dos que fazem parte desse auditório.

### c) Parâmetros pragmáticos

Além de aspectos de natureza estritamente semânticos, consideramos o nível de (des)comprometimento como um parâmetro de análise para as ocorrências do *corpus* da presente pesquisa. Para Dall’Aglio-Hattner (2001), esse tipo de estratégia discursiva indica o grau de *tensão* entre os interlocutores em termos do nível de comprometimento do falante com o conteúdo proposicional expresso em seu discurso.

Sendo assim, subdividimos esse parâmetro em: alto comprometimento; médio comprometimento e baixo comprometimento. O alto comprometimento determina uma atitude de *apropriação* do sujeito produtor do discurso, que se apresenta como a fonte do conteúdo asseverado. O médio comprometimento indica uma *atenuação* de responsabilidade por parte do falante. Por sua vez, o baixo comprometimento estabelece um *distanciamento* do falante no que diz respeito ao conteúdo asseverado. Retomemos as ocorrências, a seguir, que ilustram, respectivamente, cada uma desses níveis:

- (18) E nós que andamos agora na campanha, **nós verificamos** ontem um dado importante, e de uma preocupação muito grande, *que é o problema da qualidade da água que está sendo abastecida na grande maioria das populações do Interior do Estado.* (D14T-107-109)
- (19) Eu estou aqui diante dessa dificuldade, que essa transposição **parece-me muito mais factóide do que um fato.** (D3T-30-109)
- (16) *Um elemento importante que é a localização geográfica. Ela é estratégica para fazer o transporte do refino. Esse argumento foi colocado* pela Universidade Federal do Ceará.(D2R-15-159)

Na ocorrência (18), o falante utiliza uma evidência direta do tipo experiencial para se comprometer de modo incontestável com a informação que assevera, já que deseja se apresentar como um *político comprometido com a verdade dos fatos* (é claro que essa verdade é filtrada pelo político, podendo se tratar apenas de uma especulação sua). Em (19), por sua vez, o orador constrói sua argumentação com base em uma inferência. O predicado *parecer* revela uma ação cognitiva baseada em pistas contextuais, o que dilui o grau de responsabilidade do enunciador em relação à informação, caracterizando-se como uma estratégia de médio comprometimento. Na ocorrência (16), o orador indica que a informação

é de responsabilidade de uma terceira pessoa, apresentando-a com relativa neutralidade, o que se configura como uma estratégia de baixo comprometimento, mas de forte poder persuasivo, já que a fonte é credenciada (instituição de produção de saber científico).

É importante esclarecer que a análise dos graus de comprometimento, bem como dos papéis argumentativos que a evidencialidade pode assumir no discurso político, não se dá, neste trabalho, de modo quantitativo, mas qualitativamente, uma vez que acreditamos que os níveis de comprometimento devem ser considerados como efeitos de sentido, os quais buscamos interpretar. Além disso, a delimitação de um número fixo de funções argumentativas pode restringir e, portanto, prejudicar a interpretação desses itens, como também as possíveis generalizações às quais nos foi possível chegar no decorrer de nossa análise.

### 4.3 Síntese

Neste capítulo de metodologia, apresentamos as condições de produção dos discursos políticos proferidos na Assembléia Legislativa do Ceará, durante o período de 2005-2006. Vimos que o ambiente de produção dos discursos é bastante formal, exigindo, por parte dos parlamentares, austeridade e respeito.

Discutimos os aspectos levados em conta na constituição e delimitação do *corpus* que constitui o presente trabalho. Selecionamos trinta discursos proferidos nas Sessões Ordinárias do Pequeno Expediente, divididos em dois grupos temáticos: a) Refinaria de Petróleo (1º grupo) e b) Transposição do Rio São Francisco (2º grupo). Esses discursos foram divididos entre esses dois grupos, de modo que apresentassem um volume textual aproximado: 8.735 (1º grupo) e 8.797 (2º grupo).

Quanto aos procedimentos de análise quantitativa, optamos por trabalhar com o programa computacional SPSS (versão 7.5 para Windows), principalmente com as ferramentas de contagem de frequência e de criação de gráficos. Em relação às categorias de análise, consideramos em nossa pesquisa os seguintes fatores:

- i) meios de manifestação da expressão evidencial: verbo, substantivo, adjetivo, preposição ou locução prepositiva, advérbio, enunciado metalingüístico e simples justaposição;
- ii) posição do item evidencial em relação à fonte e ao conteúdo proposicional: anteposta, intercalada e posposta;



- iii) fonte da informação: sujeito enunciador; fonte externa ao falante (definida e indefinida) e domínio comum;
- iv) natureza da experiência evidencial (estratégia de veiculação da informação no discurso político): experiencial, inferencial, subjetiva e relatada;
- v) graus de comprometimento do enunciador com o seu discurso: alto, médio e baixo comprometimento (análise qualitativa);
- vi) estratégias argumentativas adotadas na construção do discurso (análise qualitativa).

Como podemos observar, recorreremos a fatores ligados ao nível representacional e interpessoal da linguagem para a caracterização da evidencialidade no discurso político.

## CAPÍTULO 5 – A MANIFESTAÇÃO DA EVIDENCIALIDADE EM DISCURSOS POLÍTICOS

A indicação da fonte da informação está relacionada com os propósitos enunciativos do falante, a informação pragmática ativada pelos sujeitos no momento da interação e as condições de produção dentro das quais se dá essa interação verbal. É possível considerar que, no português, a evidencialidade pode ser deiticamente óbvia, pressuposta e, portanto, não requerida. Segundo Galvão (2001), essa não explicitação da fonte da informação representa a forma não marcada em língua portuguesa. No entanto, o que nos interessa nesta pesquisa é a evidencialidade marcada, explícita, uma vez que objetivamos descrever e analisar os efeitos intersubjetivo e interdiscursivo da expressão dessa categoria na oratória política. Passemos à discussão dos resultados em consonância com as categorias de análise sugeridas no capítulo 4 deste trabalho.

### 5.1 A natureza semântica da evidencialidade

#### 5.1.1 O tipo de fonte da informação

Levando em conta a hipótese de que o sistema evidencial do português parece se definir com base no tipo de fonte, analisamos as 268 ocorrências identificadas no *corpus* da pesquisa de acordo com a qualidade da fonte. Verificamos os resultados no Gráfico 01 a seguir:

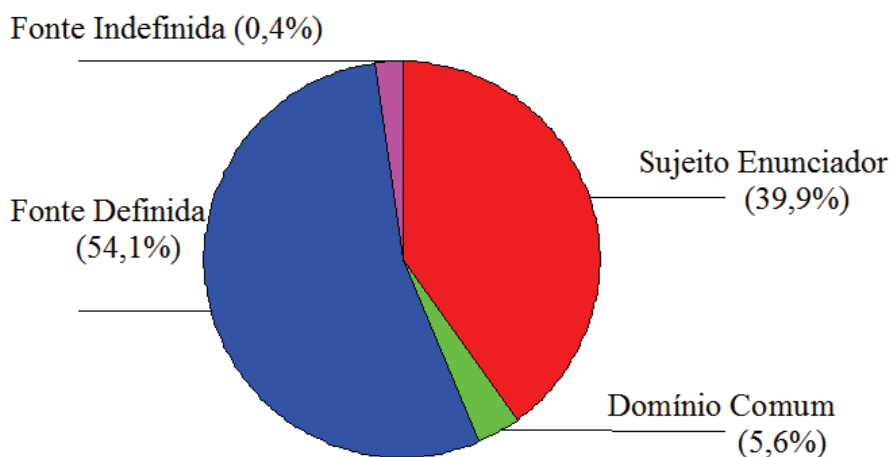


Gráfico 01 – Tipos de fonte no discurso político.

O Gráfico 01 demonstra que a fonte externa ao falante, do tipo definida, consiste no tipo mais referido pelos oradores no discurso político, com 54,1% das ocorrências. Em seguida, observamos o sujeito enunciador como fonte em 39,9% dos casos. Esse tipo de fonte é expresso quando o falante deseja qualificar uma informação como sendo uma experiência, inferência ou crença sua. A fonte de domínio comum (5,6%) e a fonte diferente do falante do tipo indefinida (0,4%) são, em termos percentuais, as de menor frequência no *corpus*.

Essa grande predominância do tipo de fonte definida em relação ao tipo de fonte sujeito enunciador pode ser justificada por duas razões basilares uma imposta pelas condições de produção do discurso político, e a outra, por uma imposição do sistema evidencial do português. O político, ao construir sua argumentação, prefere fundamentar seu discurso a partir de uma informação reportada de outra fonte externa a ele, diluindo sua responsabilidade pelo que diz. Por outro lado, se a fonte da informação é o falante, a marca evidencial explícita não precisa ser utilizada como mera função de identificação desse tipo de fonte, nesse caso, recuperável na situação de enunciação.

Reconhecemos que há outras motivações para explicitar ou não até mesmo uma fonte deitivamente óbvia. No entanto, por uma questão metodológica, os casos em que a fonte não foi lingüisticamente expressa não constituíram ocorrências de exame em nosso *corpus*. O resultado da análise reforça, portanto, a idéia de que tais casos são não-marcados (cf. GIVÓN, 1984), sendo a evidencialidade uma categoria cuja expressão é mais marcada quando a fonte não é o próprio enunciador.

Verificamos que, quando o falante se apresenta como a fonte, essa pode ser explicitada por meio do pronome de primeira pessoa ou, simplesmente, pela desinência do verbo. O pronome de primeira pessoa (*Eu*) diz respeito àquele de quem parte o discurso. Localiza-se no eixo da subjetividade, indicando um dos papéis discursivos (locutor), tal como podemos observar nas ocorrências (22) e (23) a seguir:

- (22) **Eu pensei que** tivesse entrado numa Assembléia, mas hoje eu acho que entrei no céu, é tanto santo aqui que eu vou procurar conversar de outra maneira. (D10R-94-159)
- (23) **Acho que** o Presidente Lula e o Governador estão tendo uma postura que nem outro Presidente de República teria, e nem outro Governador, que eu considero uma postura de humildade. Uma postura não de subserviência, mas de humildade, querendo resolver o problema. (D11T-84-109)

Tanto em (22) como em (23), temos o enunciador como fonte da informação. Nesses dois exemplos, é possível verificar que os políticos expressam opiniões pessoais; não se trata de evidências atestadas por meio da experiência, mas de posições intersubjetivas em relação

ao conteúdo dos enunciados. Em (22) o político, antes de comentar a decisão do Governo Federal de construir a Refinaria em Pernambuco, ironiza a possibilidade de seu discurso ser “distorcido” pelos parlamentares presentes na Assembléia, tratando-se, portanto, de um construto subjetivo, pelo qual se responsabiliza. Da mesma maneira, o parlamentar, do exemplo (23), expressa sua opinião a respeito da postura do Presidente Lula e do Governador Lúcio Alcântara em relação à greve de fome de um bispo da Igreja da Bahia.

Há casos em que, ao invés da primeira pessoa do singular, o político opta por fazer referência à primeira pessoa do plural (*Nós*). Neves (2000) menciona que *Nós* pode indicar a soma da primeira pessoa com a segunda; pode representar a soma da primeira com a terceira; ou, ainda, pode indicar a soma da primeira com a segunda e a terceira pessoa.

Segundo Charaudeau (2005), *Nós* pode representar a dupla identidade discursiva do político: “ele é a voz de todos na sua voz, ao mesmo tempo que se dirige a todos como se fosse apenas o porta-voz de um *Terceiro*, enunciador de um ideal social” (*ibid*, p. 80). Em síntese, esse autor propõe que *Nós* pode ser representado como sendo a simbiose de três vozes: a voz do *Terceiro*, a voz do *Eu* e a voz do *Tu-todos*. Vejamos as ocorrências (18), (24) e (25) a seguir:

- (24) Se pegarmos um relatório da Plataforma Desc que veio aqui a Fortaleza, o Jean Pierre Lehuar que é o relator, **nós vamos ver que** no relatório da Plataforma Desc dos direitos humanos a pessoa ao meio ambiente, **nós vamos ver que** do litoral das serras aos sertões **vamos ver uma relação de crimes praticados com a cumplicidade dos órgãos locais e estadual porque infelizmente essa história da fiscalização, do acerto, do crime praticado contra o meio ambiente ele está aí rebolado aos interesses muitas vezes, eu diria, desse lobbe financeiro e econômico que sem sombra de dúvida é algo grandioso e monstruoso em qualquer obra que tenha o interesse de especular, o interesse de tomar conta de áreas ricas desse Estado, e, principalmente vislumbramos isso numa obra de tanta magnitude como tem sido ao longo desse tempo debatido a transposição do São Francisco. (D4T-42-109)**
- (18) E **nós** que andamos agora na campanha, **nós verificamos** ontem um dado importante, e de uma preocupação muito grande, *que é o problema da qualidade da água que está sendo abastecida na grande maioria das populações do Interior do Estado.* (D14T-107-109)
- (25) Nós fazemos Oposição ao Governo de Vossa Excelência, mas não fazemos Oposição ao Estado! E muito foi investido nesse sentido, para que isto aconteça no Ceará e vem o Tribunal e cria dificuldade para uma obra desta natureza! **Reconhecemos que** *vocês podem ter divergências com o nosso Governo, mas nesta obra, creio que não há!* (D8T-68-109)

Na ocorrência (24), percebemos que a 1ª pessoa do plural designa a soma da 1ª pessoa (*Eu*) com a 2ª pessoa do singular, representada pelo auditório (*Tu-Todos*). Ao optar por

“*Nós=eu+tu*”, o enunciador estabelece, no processo argumentativo, uma maior interação com o auditório, uma vez que o “chama” para participar de sua argumentação. Na ocorrência (18), a 1ª pessoa do plural indica a soma de todas as pessoas do discurso, constituindo uma estratégia de diluição de responsabilidade por parte do enunciador, que ameniza a sua participação em relação ao evento descrito. Na ocorrência (25), a 1ª pessoa do plural representa a soma da 1ª pessoa com a 3ª pessoa do singular, já que há uma oposição com o pronome *vocês* expresso no conteúdo proposicional. Dessa forma, a 1ª pessoa do plural não designa apenas o enunciador, mas também outros parlamentares que, como ele, reconhecem o fato expresso na proposição.

Quando o falante não se apresenta como a fonte da informação, esta fonte externa pode ser de dois subtipos: fonte definida e fonte indefinida. A primeira ocorre em 145 casos e a segunda, por sua vez, em apenas um (01) caso do número total das ocorrências. Quando o falante reporta a voz de uma terceira pessoa definida, assim o faz porque deseja “se ausentar” da cena enunciativa, mostrando-se como não responsável pelo conteúdo expresso na proposição, uma vez que atribui a uma outra fonte definida a confiabilidade da informação.

Por outro lado, se o político reporta uma fonte externa a ele, sem, porém, identificá-la, esse tipo de estratégia parece estar relacionado ao fato de esse político não conhecer precisamente a fonte da informação ou não querer se comprometer com ela ou comprometê-la. Como podemos verificar no Gráfico 01, esse tipo de fonte quase não se apresenta em nosso *corpus*. Essa pouca frequência se deu, provavelmente, pelo fato de que a não explicitude da fonte pode imprimir, no discurso político, um efeito de baixa confiabilidade da informação. Em outras palavras, pode parecer, “aos olhos” do auditório, que a informação apresentada pelo enunciador constitui um boato ou especulação sua. É possível verificar, nas ocorrências (03), reproduzida anteriormente, e (26), respectivamente, tipos de fonte indefinida e definida.

(03) Quem ainda **acredita que** a refinaria seja sediada no Porto do Pecém, onde tecnicamente há mais vantagem, não avalia o peso político decisivo no empreendimento desse porte. (D10R-97-159)

(26) E ontem, nos debates da AM do Povo, o Deputado Federal **Ciro Gomes**, demonstrando a sua insatisfação de cearense, a sua insatisfação de quem governou o Estado do Ceará, e que naquela época já lutava por esses dois grandes projetos da Siderúrgica e da Refinaria, Refinaria que foi retirada de forma desleal para Pernambuco, o ex-Ministro **Ciro Gomes diz com todas as letras que** o que a Petrobrás está fazendo com o Governo do Estado do Ceará é canalhice. (D16R-159-159)

Na ocorrência (03), o político reporta uma fonte externa a ele do tipo indefinida. O pronome indefinido *quem* constrói, hipoteticamente, uma fonte não especificada que pode ser alvo de críticas sem riscos de represálias. Esse tipo de estratégia cria um efeito de sentido em que o político critica sem se indispor com alguém em particular.

A ocorrência (03) constitui o único caso de evidencialidade de fonte indefinida em nosso *corpus* de análise. Realmente, criticar ou referi-se a um fato ou político em particular sem explicitar a fonte da informação pode caracterizar o dizer do enunciador como uma “fofoca”. Sendo assim, o político poderia construir uma imagem de “fofoqueiro” ou “mentiroso”, que, convenhamos, é aquele da qual todo político busca se afastar.

O conteúdo proposicional reportado pelo enunciador na ocorrência (26) está diretamente relacionado a uma outra fonte definida. O falante reporta a voz de um sujeito que tem credibilidade, que conhece “o jogo político que está por trás” da questão da Refinaria. É interessante notar que o enunciador, ao reportar a voz de um ministro do Governo, reproduz as palavras e o tom de indignação destas, para, assim, sugerir o lugar de onde se pronuncia, o da oposição, que foi enganada e que lutou “em vão”.

Encontramos casos em que o político constrói sua argumentação com base em uma informação reportada não de uma terceira pessoa, mas de uma segunda pessoa, expressa pelo pronome de tratamento *Vossa Excelência*. Esse tipo de fonte definida está relacionado às condições de produção do discurso político. Como vimos no capítulo 04 deste trabalho, existem normas que regem a conduta dos parlamentares em relação ao modo como devem se reportar aos outros colegas parlamentares, tal como podemos observar na ocorrência (27) logo a seguir:

- (27) E Vossa Excelência, Deputado Pedro Uchoa, **disse** em alto e bom som para quem quisesse escutar *que a Refinaria já era coisa do passado*. Isso aconteceu há uns dez, quinze dias, lembra Vossa Excelência? (D6R-51-159)

A ocorrência (27) exemplifica esse tipo de fonte definida. O pronome de tratamento *Vossa Excelência* faz referência a uma segunda pessoa do discurso. Recorrendo ao contexto maior, percebemos que o enunciador reporta a voz de um colega parlamentar porque deseja persuadir o auditório de que a vinda da Refinaria para o Ceará é um “fato do passado”<sup>26</sup>. É interessante verificar que, como a informação não havia ainda sido confirmada pelo Governo

---

<sup>26</sup> Na época, havia rumores de que a Refinaria seria construída em Pernambuco. No entanto, essa informação não era oficial. O deputado faz referência à “briga” entre os estados do Nordeste por esse investimento, segundo ele “incentivada” pelo Governo Federal.

Federal na época, o político, para não se comprometer diretamente com uma informação não-oficial, responsabiliza uma segunda pessoa pelo conteúdo veiculado no discurso.

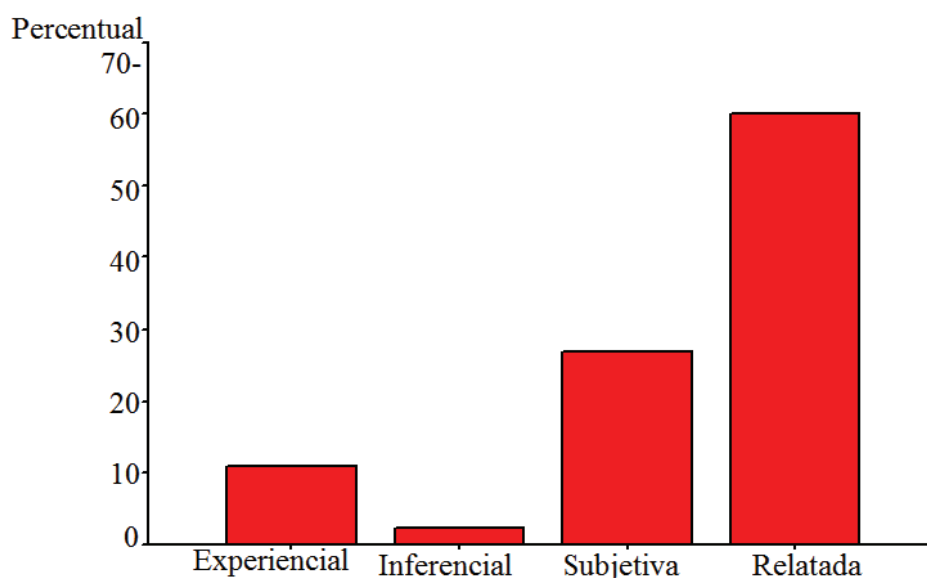
Quanto à fonte de domínio comum, verificamos um total de 15 casos. O político, ao optar por apresentar a informação como compartilhada, pode imprimir, no processo argumentativo, uma maior participação do auditório em relação ao que é dito, tal como é possível observar na ocorrência (28) a seguir:

(28) **Sabemos que** *o subsolo do Ceará é paupérrimo, em recursos hídricos, é um dos mais pobres do Brasil.* (D3T-33-268)

Na ocorrência (28), o enunciador indica que a fonte da informação constitui um saber amplamente conhecido. Ele evoca um *Nós* representativo de toda uma coletividade, que, juntamente com ele, tem conhecimento de que “o Ceará é pobre em termos de recursos hídricos”. O conteúdo proposicional encaixado a partir dessa fonte não representa uma informação polêmica, mas um saber tido como consensualmente verdadeiro e incontestável.

### **5.1.2 As estratégias de veiculação da informação no enunciado: a natureza da experiência evidencial**

A relação entre tipo de fonte e estratégia de veiculação da informação no enunciado é muito propícia para o estudo da evidencialidade neste trabalho. De acordo com os autores referidos no capítulo 2, há uma forte relação entre esses dois parâmetros na caracterização da categoria evidencialidade. Se o falante se apresenta como a fonte da informação, podemos ter, pelo menos, três modos de veiculação dessa informação: experiencial, inferencial e subjetiva. Caso o falante não se apresente como a fonte, ele pode veicular a informação de três formas: relato de fonte definida, relato de fonte indefinida e relato de domínio comum ou compartilhado. No que diz respeito aos dois primeiros tipos de evidencialidade relatada, é possível afirmar que o falante se exime de possíveis responsabilidades, uma vez que atribui o valor de verdade da proposição à qualidade da fonte reportada. Por outro lado, no relato de domínio comum, o falante evoca outras vozes para, juntamente com ele, construir um argumento de conteúdo axiológico pertencente ao senso comum. Vejamos o Gráfico 02, a seguir, que demonstra o percentual de ocorrência dessas estratégias de apresentação do conteúdo no discurso político:



O Gráfico 02 sugere que a evidencialidade do tipo relatada é a mais recorrente, computando um número total de 161 casos (60,1%). Em relação aos outros tipos de marcas de evidencialidade associados ao sujeito enunciador, temos, respectivamente, a subjetiva como a segunda mais recorrente no *corpus*, somando um total de 73 casos (27,2%); seguida pela experiencial, com um total de 28 casos (10,4%); e a inferencial, como a menos recorrente, constando de apenas 06 casos (2,2%).

De acordo com os dados, é possível generalizar que, no discurso político, há predominância da isenção de responsabilidade por parte do enunciador no que diz respeito ao conteúdo de seu discurso. Em outras palavras, essa alta frequência de itens evidenciais do tipo relatado pode estar relacionada ao baixo comprometimento instaurado pelos enunciadores em relação aos temas por eles debatidos. Acreditamos que essa menor ocorrência de itens evidenciais pertencentes ao eixo subjetivo deva-se ao fato de o conteúdo proposicional desses enunciados apresentar um caráter polêmico e controverso. A inclusão como fonte de um conteúdo proposicional poderia implicar em cobranças por parte do auditório, o que pode comprometer a imagem do político e, portanto, sua legitimidade enquanto representante do Povo. Outro fato importante, e do qual tratamos no item anterior, é o argumento de que a evidencialidade direta é a forma não-marcada em língua portuguesa. Nesse caso, a ausência de marca evidencial pode ser interpretada como diretamente associada ao enunciador.



Vejamos as ocorrências (29) e (30), a seguir, que exemplificam a evidencialidade relatada definida, que ocorre, em relação às relatadas indefinidas e de domínio comum, em maior número em nosso *corpus* (cerca de 90,1% do total de relatadas, o que corresponde a 145 ocorrências):

(29) E o Deputado José Guimarães que àquele momento postava-se à Mesa, **disse que era preciso continuar lutando e que já fôssemos pensando, imaginando trazer alguma coisa compensadora para o Estado do Ceará.** (D6R-52-159)

(30) E ele **diz**, olha o que o Bispo **diz**: “*Que nós temos que dessalinizar a água do mar para abastecer o Nordeste*”. Sem nenhum conhecimento técnico porque a dessalinização só aproveita 25% da água que é tratada. Que é um projeto caro, caríssimo de uma manutenção que poucos suportam fazer. (D9T-76-109)

As ocorrências (29) e (30) exemplificam bem as marcas evidenciais relatadas definidas. Em (29), temos um verbo *dicendi*, que parece ser marca típica da evidencialidade citativa. Recorrendo ao contexto maior, o enunciador faz quase toda sua fala reportando discursos de outros políticos envolvidos na “causa” da Refinaria. Ele visa a descomprometer-se, deixando ao auditório a tarefa de avaliar por si mesmo a validade de seus argumentos. As vozes requeridas em seu discurso demonstram o “jogo político” que pode estar envolvido na capitação de uma grande obra.

Na ocorrência (30), o político faz referência à greve de fome de um bispo da Bahia. O enunciador visa a ridicularizar a proposta do bispo, mostrando que ele não tem conhecimento técnico a respeito do tema debatido. A atitude do bispo foi bastante discutida na Assembléia, tendo repercussão nacional na mídia. Percebemos que, ao tratarem do tema, os enunciadores quase sempre buscaram reportar a voz desse sujeito, desqualificando e criticando sua atitude como cidadão e religioso. O efeito de sentido de baixo comprometimento em (30) é decorrente da discordância do político com o discurso reportado.

Encontramos casos em que o item evidencial selecionado, por conta de sua natureza lexical, faz referência a uma opinião ou crença da terceira pessoa do discurso. Embora essas estratégias sejam relacionadas à fonte de primeira pessoa (enunciador), percebemos que os itens utilizados podem não ter relação com o modo de obtenção da informação por parte dessa terceira pessoa. Um relato passa sempre pelo filtro do falante, que é quem decide como apresentar a informação. Portanto, o valor semântico de alguns itens evidenciais encontrados em nosso *corpus* ultrapassa a simples referência ao modo como um conhecimento foi adquirido pelo sujeito relatado, constituindo uma estratégia discursiva que pode configurar

graus diferentes de comprometimento à terceira pessoa reportada. Vejamos as ocorrências (31), (32) e (33) a seguir:

- (31) Mas eu queria lembrar, não ao Deputado João Jaime mas ao Secretário João Jaime, que o Governo Tasso Jereissati **lembra-se** *perfeitamente da nossa luta pela vinda da refinaria para o Ceará* (D4R-28-159)
- (32) Ele é Governador, ele **sabe que** *não é um investimento fácil, da dificuldade política nacional que existe, do interesse do Sul, Centro Sul*. Mas tenho que reconhecer que o Governador Tasso Jereissati fez o que foi possível na época e não veio a Refinaria (D4R-29-159)
- (33) Recentemente, vi um Deputado, que não se encontra aqui no Plenário, pedir ao Deputado Fernando Hugo, que fosse mais moderado no seu discurso em relação à Petrobrás e ao Governo Federal, *que não usasse termos que ele achava ofensivos à Petrobrás, aos dirigentes da Petrobrás e ao Presidente Lula* (D16R-158-159)

No exemplo (31), ao atribuir uma lembrança a uma terceira pessoa, como estratégia de corroboração, compartilhamento, o enunciador visa a legitimar a sua imagem de “homem defensor da causa da Refinaria”, responsabilizando essa terceira pessoa pela verdade do conteúdo proposicional.

Na ocorrência (32), o enunciador utiliza um *predicado de conhecimento* para atribuir um saber a uma terceira pessoa (Ex-Governador Tasso Jereissati) reportada no seu discurso. O orador atribui esse saber a essa terceira pessoa (que pode até não ter conhecimento do que é dito na proposição) com a finalidade de mostrar-se como um defensor árduo e incansável, que merece o reconhecimento, inclusive, dos que fazem oposição a ele e ao seu partido.

Em (33), temos um predicado de opinião novamente atribuído a uma terceira pessoa. O enunciador faz referência à opinião de um colega parlamentar que criticou um outro parlamentar por sua postura ofensiva à Petrobras e ao Presidente Lula. É possível perceber, por esse trecho, a polêmica relacionada ao tema e as divergências instauradas nesse “terreno”. O enunciador se descompromete com a opinião dessa terceira pessoa que, segundo informa, “achava” que o discurso do parlamentar deveria ser mais moderado em relação à Petrobras e ao Presidente.

Essas ocorrências ilustram como a evidencialidade relatada, no discurso político, pode provocar efeitos de sentido que ultrapassam a mera identificação literal de uma fonte de terceira pessoa ou de que o conteúdo informado na proposição é um relato. Os exemplos (31), (32) e (33) mostram que o político pode, de acordo com os seus propósitos enunciativos, responsabilizar uma terceira pessoa do discurso pelo conteúdo proposicional.

Encontramos, no *corpus* da presente pesquisa, casos em que o item evidencial relatado, com predicado *dicendi*, ocorre em um enunciado no modo *irrealis*. Vimos, no capítulo 2 deste trabalho, que autores como Givón (1982), Anderson (1986) e Willet (1988) postulam que a evidencialidade é requerida pelo contexto *realis*. No entanto, como trabalhamos com um tipo de discurso cujas “verdades” são relativas ao ponto de vista a partir do qual são apresentadas, devemos levar em conta que, para persuadir, o enunciador pode “sugerir” a voz de uma terceira pessoa no seu discurso, mesmo que se trate, na verdade, de uma impressão ou opinião desse enunciador; tal como podemos observar na ocorrência (34) a seguir:

- (34) Nós percorremos o Nordeste todo em uma comissão junto com o Presidente Marcos Cals, e quando chegamos em Pernambuco *sentimos* a frieza dos Deputados, **como dissessem** para nós, silenciosamente, *o que é que vocês vêm para cá discutir se nós já somos o dono da Refinaria?* (D9R-88-159)

No exemplo (34), o enunciador atribui a uma terceira pessoa (os Deputados de Pernambuco) um conteúdo proposicional, tido por esse enunciador como polêmico. A partir do contexto, podemos dizer que esse conteúdo constitui uma pressuposição do enunciador sobre uma opinião de uma 3ª pessoa. Em vista da polêmica e das controvérsias envolvidas na questão da Refinaria, o enunciador prefere responsabilizar, mesmo hipoteticamente, uma terceira pessoa por esse dizer. A imagem que esse enunciador constrói desse sujeito reportado é de “dono da Refinaria”, tentando persuadir o auditório de que a construção da Refinaria será em Pernambuco e não no Ceará.

Como podemos ver, a evidencialidade relatada definida, além de estar relacionada ao baixo comprometimento do político com o conteúdo expresso na proposição, pode constituir importante estratégia argumentativa no discurso político.

É possível, ainda, identificar dois outros tipos de evidencialidade relatada, como foi visto no item 5.1.1 desta pesquisa: i) evidencialidade relatada de domínio comum, que corresponde a apenas 9,3 % do total de ocorrências do tipo relatada; ii) evidencialidade relatada indefinida, cujo percentual de ocorrência é ainda menor, apenas 0,6 % do total. Como já foi dito anteriormente, a relatada definida corresponde a 90,1% do total de evidencialidade do tipo relatada, ou seja, a maioria das fontes relatadas no *corpus* tem base em uma fonte específica e definida. Isso acontece porque o enunciador deseja mostrar que o que diz é de responsabilidade de uma fonte particular, uma vez que a não-explicitação da fonte poderia dar ao discurso do enunciador um efeito de especulação, levando o auditório a questionar a qualidade do conteúdo reportado.

Quanto ao relato de domínio comum, vimos que o percentual de ocorrência é de apenas 9,3% (15 casos). De acordo com o que foi discutido no capítulo 4 deste trabalho, o discurso político se caracteriza por seu caráter de ação persuasiva. Ou seja, o orador, para persuadir o maior número de indivíduos do seu auditório, procura provocar algum tipo de modificação na informação pragmática desses sujeitos. Embora argumentos construídos com base em uma informação compartilhada possam garantir uma maior interação entre enunciador e auditório, esse tipo de argumento não parece ser muito “eficaz” quando o objetivo é persuadir. Argumentos construídos com base em uma informação de domínio comum são tidos como verdadeiros, não acrescentando nenhuma informação nova/relevante na construção de um ato persuasivo.

Segundo a tipologia sugerida por Dall’Aglio-Hattner (2001), a evidencialidade de domínio comum é um tipo de evidencialidade relatada. No entanto, é importante fazermos uma ressalva quanto à relação entre tipo de fonte de domínio comum e modo de obtenção da informação: uma informação relatada como de domínio comum pode não estar relacionada, necessariamente, o modo de obtenção da informação, mas constituir-se apenas como uma estratégia de apresentação dessa informação, ou seja, o enunciador pode apenas desejar diluir o grau de responsabilidade que tem em relação ao conteúdo que veicula, apresentando-o como uma informação amplamente conhecida e, dificilmente, contestável do ponto de vista do auditório ou de um adversário.

Sendo assim, a evidencialidade relatada de domínio comum, independentemente do modo de obtenção da informação, indica um compartilhamento de idéias que remete a um efeito de sentido de comunhão com o auditório, o que é importante no sentido de “preparar o terreno” (bases epistêmicas comuns) para a adesão às teses do enunciador. Vejamos as ocorrências (35), (36) e (37):

(35) Tenho andado em todo o Sertão Central, Deputado Francini Guedes, e *vejo que* estamos chegando nos meses dos “b-r-o-bros”, onde **todos sabemos**, *nós que somos do interior, que os meses dos “b-r-o-bros” são os mais quentes, são os mais longos e são aqueles em que o abastecimento de água começa a ficar crítico na grande maioria do interior do Estado.* (D13T-95-109)

(36) O Ceará será um dos beneficiados por esse Programa de Transposição das Águas do Rio São Francisco, mas a grande realidade é que essa transposição beneficiará uma parte do Estado, mas o Sertão Central – a começar de Quixeramobim, a região de Senador Pompeu, Independência, Tauá, Mombaça – ficará completamente fora dos benefícios dessa transposição das águas do Rio São Francisco, porque **sabemos que as águas do Rio São Francisco cairão no Castanhão e beneficiarão, principalmente, a região do Baixo Jaguaribe e a Região Metropolitana de Fortaleza.** (D13T-96-109)

- (37) Jogando os baianos contra os cearenses, contra os paraibanos, contra os pernambucanos, porque **nós sabemos que** *a missão precípua da Igreja, sobretudo da Igreja Católica, é unir os seus seguidores, pregar a união e nunca fazer o que está fazendo, que é colocar para brigar nordestinos do Norte, contra nordestinos do Sul.*(D9T-72-109)

A ocorrência (35) exemplifica a função mais típica assumida pela evidencialidade relatada de domínio comum. Dos quinze casos encontrados em nosso *corpus*, nove se manifestam por meio do predicado de conhecimento *saber*, flexionado na 1ª pessoa do plural. Podemos verificar o mesmo nos exemplos (36) e (34). A utilização da 1ª pessoa do plural nos casos de evidencialidade de domínio comum indica que o enunciador é porta-voz de um saber “popular”. O enunciador, ao reportar esse saber, constrói uma imagem para si de “homem sertanejo”. Na ocorrência (37), por outro lado, temos um conhecimento que diz respeito aos valores associados à religião, tais como fraternidade e união. Para criticar a atitude de um membro da Igreja Católica, o político reporta um valor defendido por essa instituição (a fraternidade), que a atitude do bispo, que se opõe à transposição do Rio São Francisco, paradoxalmente, contraria.

Encontramos, ainda, dois casos em que o conteúdo proposicional é encaixado em um predicado na voz passiva sintética ou pronominal<sup>27</sup>. A fonte foi apresentada como de domínio comum, pois sabemos que há um agente, embora tenha sido omitido na construção. Além disso, a informação encaixada é colocada como sendo um conhecimento amplamente conhecido, como demonstra a ocorrência (38) a seguir:

- (38) **Estima-se que** *os investimentos para a construção atinjam a cifra de 2,3 bilhões de dólares, o que representa hoje (câmbio de R\$ 2,60) o montante de 5,98 bilhões de reais.* (D8R -83-159)

Em (38), sugere-se que a fonte da informação é tão amplamente conhecida que o político enfatiza apenas o conteúdo informado. Nessa ocorrência, o conteúdo diz respeito aos investimentos para a construção da Refinaria no Ceará. Recorrendo ao contexto maior, embora a deputada fale de vários órgãos e entidades no decorrer de seu discurso, ela não especifica ou individualiza uma fonte como sendo uma instituição ou órgão. Trata-se de uma informação tão diluída entre os parlamentares da Casa que a deputada omite a fonte desse saber, sem prejudicar a credibilidade de sua informação, já que se configura como um conhecimento amplamente divulgado entre os parlamentares ou, pelo menos, assim quis que parecesse.

---

<sup>27</sup> Para alguns gramáticos, como Enéas Martins de Barros, essa construção trata-se, na verdade, de um caso de sujeito indeterminado.

A evidencialidade indefinida constitui um relato cuja fonte não é identificada. O enunciador pode, como foi dito, não explicitar essa fonte por duas razões: i) não sabe quem é essa fonte, porque a informação lhe chegou por meio de um boato ou ii) não quer se comprometer com essa fonte ou não comprometê-la e, por isso, não a identifica. Essa estratégia imprime, no discurso político, um efeito de baixo comprometimento, tal como podemos verificar na ocorrência (03) retomada aqui:

(03) *Quem* ainda **acredita que** a refinaria seja sediada no Porto do Pecém, onde tecnicamente há mais vantagem, não avalia o peso político decisivo no empreendimento desse porte. (D10R-97-159)

Na ocorrência (03), o enunciador reporta, em seu discurso, um conhecimento de fonte indefinida. Utiliza o pronome indefinido *quem* para designar genericamente um referente discursivo que será qualificado como incapaz de avaliar o significado político envolvido na questão. Evitando o ataque direto a um colega em particular, o enunciador critica todos aqueles que acreditam (*predicado de crença*) que o investimento em infra-estrutura tem maior “peso” que os interesses políticos envolvidos na questão da Refinaria.

A evidencialidade pertencente ao eixo do sujeito enunciador representa, somando-se as três classes pertinentes (subjetivo, experiencial e inferencial), 39,9% em relação à totalidade do *corpus* da pesquisa. O enunciador pode comprometer-se com o conteúdo do seu discurso de três maneiras: i) pode apresentar a informação como sendo parte de uma experiência sua, relacionada à percepção sensorial; ii) pode apresentar a informação como sendo uma inferência construída por meio da intuição ou da construção lógica; iii) pode apresentar a informação como sendo uma crença ou opinião sua ou, ainda, como um saber relevante no estabelecimento/manutenção da persuasão.

Dentre os três subtipos apontados no parágrafo anterior, a evidencialidade subjetiva ocorre em 68,3% (73 casos) do total de evidencialidade integrante ao eixo sujeito enunciador. A evidencialidade subjetiva constitui uma informação disponível apenas ao falante. Essas informações dizem respeito ao conjunto de crenças, opiniões que o sujeito enunciador ativa no momento da interação verbal, com a finalidade de provocar alguma modificação na informação pragmática do seu interlocutor. A evidencialidade subjetiva imprime um alto grau de comprometimento do enunciador com o seu discurso. O político, ao construir um argumento com base em uma evidencialidade subjetiva, deseja se mostrar como alguém que se posiciona perante os temas debatidos na Assembléia, como podemos verificar nos exemplos (39), (40) e (41) a seguir:

- (39) Então, meus amigos Deputados, minha amigas Deputadas, **eu acho que** *a gente precisa ter uma posição mais forte como foi a do Governador, como tem sido a do Senador Tasso Jereissati, como foi, ontem, a do Ministro Ciro Gomes, não há como colocar panos mornos.* (D16R-159-159)
- (40) **Eu acho que** *a Igreja Católica está perdendo uma grande oportunidade de não se manifestar.* A Igreja que foi omissa no massacre da Guerra dos Canudos, a Igreja que foi omissa na escravidão, que foi omissa no massacre dos índios, agora quer ficar ativa, quando ela tinha que ficar calada, porque isso não é um problema que ela teria que se meter, que ela está fazendo uma apartheid, sobretudo dos Estados do Nordeste. (D9T-71-109)
- (41) Eu não quero dizer, porque a televisão não mostrou, se tinha algum Senador presente do Estado do Ceará, do Estado da Paraíba, do Estado do Rio Grande do Norte, mas eu fiquei preocupado, porque não houve nenhum aparte defendendo a transposição ou a interligação das bacias como é o projeto denominado, eu fiquei impressionado. **Eu quero crer** *que esses outros Deputados que são a favor não estariam presentes para fazer o aparte e se contrapor a esse Deputado César Borges.* (D6T-54-109)

Na ocorrência (39), o predicado de crença *achar* indica que o conteúdo proposicional que o falante veicula representa uma opinião sua. É interessante perceber o jogo entre a evidencialidade subjetiva e a *modalidade deôntica*<sup>28</sup> nessa ocorrência, muito comum em nosso *corpus*. Antes de instaurar uma obrigação que recai não apenas sobre o próprio enunciador, mas sobre todos os parlamentares da Assembléia (conteúdo proposicional), o enunciador indica que essa necessidade deôntica constitui uma sugestão sua, mostrando-se, assim, como alguém que luta pelos direitos do auditório que representa, e que incentiva o trabalho coletivo na Casa, independentemente das diferenças ideológicas existentes entre os parlamentares.

Em (40), o enunciador constrói um argumento também com base em uma crença. Percebamos que o conteúdo proposicional apresentado pelo enunciador é polêmico, afinal de contas, devem existir pessoas que acreditam que a Igreja pode, sim, manifestar-se em relação a assuntos que dizem respeito ao Estado. Embora o conteúdo tratado seja polêmico, o alto comprometimento do enunciador constitui uma estratégia eficaz na construção de um ato persuasivo. Colocar-se contra a atitude da Igreja representa “uma postura firme”, corajosa, associada à construção de uma imagem de “parlamentar engajado” em uma luta “histórica”. Podemos perceber isso, porque o enunciador recorre à História para indicar que a Igreja cometeu sérios equívocos ao tratar de assuntos laicos.

<sup>28</sup> Para Lyons (1977), a modalidade deôntica está relacionada à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis. Essa necessidade deôntica provém de alguma fonte, podendo ser esta uma instituição, uma pessoa ou um corpo moral ou legal de princípios etc, responsável por instaurar um valor deôntico que, por sua vez, pode recair sobre um indivíduo ou instituição (alvo).



No exemplo (41), o predicado de crença é antecedido por um elemento de polidez (*querer*), que parece indicar uma ironia do enunciador. Trata-se de uma cobrança sua em relação aos deputados que não se manifestaram contra o discurso do Deputado César Borges.

Encontramos casos interessantes em que o item subjetivo é representado por um predicado factivo, que expressa que a proposição completiva é verdadeira; como podemos verificar na ocorrência (42) a seguir:

- (42) **Lembro-me que** *se roubava São José para se fazer a procissão no dia dele, para entregar as pessoas que perdeu o santo, que foi tirado. Lembro-me das credices do animal suado para saber se vai chover, das pedras de sal no telhado para saber se ficou úmido, e agora estamos tendo a oportunidade da transposição das águas do Rio São Francisco.* (D2T-19-109)

Segundo Neves (2000), o predicado *lembrar-se* (“ter na lembrança”), tal como encontramos no exemplo (42), constitui um predicado factivo do tipo epistêmico. O conteúdo proposicional encaixado a partir desse predicado indica que a informação fornecida pelo falante constitui um fato, não apenas um evento. O enunciador, que se apresenta como a fonte dessa lembrança, visa a mostrar que conhece os costumes do Sertão, indicando a sua origem. Esse item subjetivo remete à vida, às experiências pessoais do político, embora o conteúdo referido possa pertencer ao imaginário do sertanejo. Essa estratégia de alto comprometimento demonstra que o político “não esqueceu suas origens”, na maioria das vezes, humilde. Esse alto comprometimento contribui para que o enunciador-político consiga legitimar suas ações e projetos, já que conhece os anseios dos que representa, pois também os vivenciou.

Em nosso *corpus*, verificamos também ocorrências em que um predicado *dicendi* é usado não para reportar a voz de uma terceira pessoa, mas para introduzir um discurso do próprio sujeito enunciador, que acrescenta uma informação importante na construção da persuasão. O enunciador assume a responsabilidade por esse dito, tal como demonstram as ocorrências (43), (44) e (45) a seguir:

- (43) **Portanto tenho proclamado** aqui e alhures *que a não-instalação dessa Refinaria no Ceará não implica em nenhum demérito nem para o Deputado João Jaime, nem para o Deputado Chico Lopes, nem para a Deputada Íris Tavares, nem para o Deputado Marcos Cals. Não tem nenhum demérito da parte de vocês, pois vocês fizeram o trabalho de vocês, inclusive o Deputado José Guimarães tem desenvolvido todos os esforços nesse sentido.* (D7R-66-159)
- (44) Nós cearenses estamos sendo enganados nesse processo do início. **Eu** fui um dos primeiros aqui a me levantar e **dizer que** *o Governo Federal, se dependesse desse Governo a Refinaria não seria no Estado do Ceará, porque a decisão já estava tomada por Pernambuco.* (D8R-86-159)



- (45) O que nos traumatiza e recorde-me bem da agilidade, da destreza mental do Promotor, Professor Deputado Pedro Uchoa, que jogou a casca de banana e talvez pouca gente se apercebeu mas na hora **eu gritei**: *O Deputado José Guimarães jogou a toalha!* (D6R-49-159).

A perífrase verbal do exemplo (43) apresenta traços lexicais que caracterizam o dizer, podendo ser parafraseado em: dizer em público e em alta voz (FERREIRA, 2000). Esse item evidencial tem por função introduzir um ato de fala pelo qual o sujeito enunciador se responsabiliza. O alto comprometimento recai, portanto, sobre um ato de fala, portador de uma opinião pessoal do sujeito enunciador. Julgamos que o contexto de enunciação caracteriza o predicado *proclamar* como um item evidencial subjetivo. O predicado *dizer* do exemplo (44), embora não qualifique, com a mesma intensidade, o conteúdo proposicional, por tratar-se de um item mais “neutro”, exerce uma função semelhante ao do item da ocorrência (43), uma vez que encaixa uma opinião do político, que se apresenta como alguém perspicaz, que não se deixou enganar pelo jogo político. A ocorrência (45), por sua vez, apresenta também um verbo *dicendi*, que caracteriza o modo de realização do enunciado: falar muito alto (FERREIRA, 2000). Esse item introduz um conteúdo proposicional que faz referência à “decepção” do Deputado José Guimarães, quando soube que a Refinaria seria construída em Pernambuco e não no Ceará. É interessante perceber que, se o enunciator-político tivesse usado um item de crença em vez de o verbo de elocução *gritar*, que dá ao enunciado um maior grau de assertividade, o valor de verdade do enunciado poderia ser questionado por parte do auditório, como se tratando de uma acusação de caráter pessoal do enunciator em relação ao político José Guimarães.

Verificamos casos em que o item evidencial forma uma perífrase verbal com o auxiliar *ter que*, tal como verificamos na ocorrência (46) a seguir:

- (46) Ele é Governador, ele *sabe que* não é um investimento fácil, da dificuldade política nacional que existe, do interesse do Sul, Centro Sul. Mas **tenho que reconhecer que o Governador Tasso Jereissati fez o que foi possível na época e não veio a Refinaria** (D4R-29-159)

No exemplo (46), reproduzido acima, o item evidencial subjetivo *reconhecer* forma uma perífrase verbal com o auxiliar *ter que*. Como podemos perceber que o político é levado, por uma obrigação deôntica, a reconhecer que o Governador Tasso Jereissati tentou, em seu governo, trazer a Refinaria para o Ceará. O próprio enunciator instaura uma obrigação de ordem ética sobre si mesmo, buscando persuadir o auditório de que a tentativa de captação

dessa obra é antiga, e que envolve forças políticas opostas. O enunciador deseja mostrar que há um embate político envolvido na questão da Refinaria. É interessante perceber que, sobre o enunciador, recaem dois tipos de fonte: a fonte da informação (evidencialidade) e a fonte deôntica. O enunciador se apresenta como alguém obrigado por ele mesmo (fonte deôntica) a reconhecer um conteúdo proposicional (fonte evidencial). Parafraçando o enunciado acima, teríamos: “eu tenho a obrigação de reconhecer que o Governador Tasso Jereissati fez o que foi possível na época e não veio a Refinaria”.

Na ocorrência (47), a seguir, temos também uma forma perifrástica de apresentação do item evidencial, porém, com sentido diferente:

- (47) Deputado Osmar Baquit, como relação à Refinaria, sempre *afirmei nesta Tribuna que no mundo todo, de trinta anos para cá, nenhuma nova Refinaria foi construída no mundo. E **tenho certeza que a PSDA, essa empresa da Venezuela, iria bater em retirada.*** (D16R-150-159)

A perífrase verbal *tenho certeza* remete a um efeito de sentido de alto comprometimento e de certeza do político em relação ao conteúdo proposicional do enunciado. A certeza é do falante, o que caracteriza esse item como subjetivo. Para persuadir o auditório, o enunciador mostra-se como alguém convencido, convicto de suas idéias, tentando argumentar que a construção da Refinaria, no Ceará ou em outro estado do Nordeste, “nunca sairá do papel”, porque não é um investimento vantajoso para a Petrobras.

Encontramos, também, casos em que a marca evidencial sofre uma abstratização metafórica, tal como observamos na ocorrência (48) a seguir:

- (48) **Vejo que essa *Casa tem uma responsabilidade enorme no trato com essa questão, porque não é uma questão pequena, não é uma questão apenas de tirar do papel e ir para execução um tema e uma discussão que perfazem aí longos anos e séculos nesse País.*** (D4T-40-109)

Na ocorrência (48), percebemos que esse item não remete propriamente a uma experiência visual, mas a uma crença do enunciador, que opina a respeito da responsabilidade que a Assembléia Legislativa tem em relação à questão da Transposição. Essa interpretação só é possível porque consideramos em nossa análise os aspectos cognitivos e pragmáticos envolvidos na produção do discurso. Essa ocorrência demonstra que o item evidencial sofreu uma abstratização, passando a ser analisado como encaixador de uma proposição (fato possível) e não de uma predicação (estado-de-coisas).

Como já dissemos, além da subjetiva, a evidencialidade centrada no eixo do enunciador pode ser subdividida em mais dois outros subtipos: experiencial e inferencial. A experiencial constituiria uma evidencialidade relacionada aos sentidos, ou seja, o falante afirma ter tido contato com um objeto do mundo. A inferencial, por estar relacionada à percepção e à lógica, representaria uma evidencialidade também embasada em dados extralingüísticos, uma vez que se trata de um construto mental do falante, que interage com o contexto para inferir um conteúdo. A subjetiva constituiria a mais intersubjetiva das três, porque diz respeito àquilo que o falante, enquanto fonte da informação, acredita, pensa etc.

A evidencialidade experiencial ocorreu em 26,1% (28 casos) do total de ocorrências classificadas como pertencentes ao eixo do enunciador. Os argumentos construídos com base em uma experiência podem ser considerados, por parte do auditório, como evidências mais concretas em relação ao assunto debatido, uma vez que o político se apresenta como alguém que vê, presencia os fatos. As ocorrências (49) e (24) demonstram esse tipo de estratégia:

(49) E durante essa campanha eleitoral eu tive a oportunidade de andar por muitos lugares, sobretudo no Sertão Central, e **presenciamos** o esvaziamento dos médios e pequenos açudes do Estado do Ceará naquela Região Central (D14T-102-109)

(24) Se pegarmos um relatório da Plataforma Desc que veio aqui a Fortaleza, o Jean Pierre Lehuar que é o relator, **nós vamos ver que** no relatório da Plataforma Desc dos direitos humanos a pessoa ao meio ambiente, **nós vamos ver que** do litoral das serras aos sertões **vamos ver** uma relação de crimes praticados com a cumplicidade dos órgãos locais e estadual porque infelizmente essa história da fiscalização, do acerto, do crime praticado contra o meio ambiente ele está aí rebolado aos interesses muitas vezes, eu diria, desse lobbe financeiro e econômico que sem sombra de dúvida é algo grandioso e monstruoso em qualquer obra que tenha o interesse de especular, o interesse de tomar conta de áreas ricas desse Estado, e, principalmente vislumbramos isso numa obra de tanta magnitude como tem sido ao longo desse tempo debatido a transposição do São Francisco. (D4T-42-109)

Nas ocorrências (49) e (24), os itens evidenciais evocam a idéia de que o político é alguém que “presencia”, “vê” os fatos. Essas marcas de evidencialidade experiencial sugerem que o político é um sujeito engajado com uma luta de interesse social. Esse tipo de estratégia confere aos conteúdos enunciados maior aceitabilidade no que diz respeito ao seu valor de verdade.

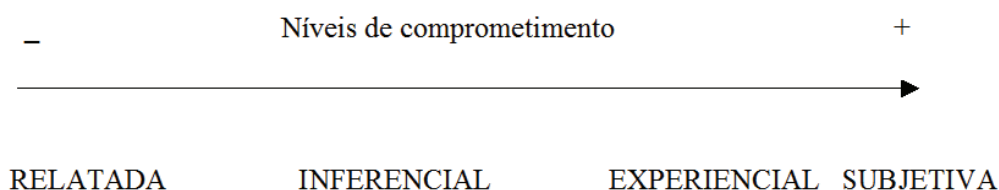
A evidencialidade inferencial, por sua vez, foi a menos recorrente, com apenas 5,6 % (6 casos) do total de evidencialidade do eixo do enunciador. Isso talvez se deva ao fato de termos feito a distinção entre inferências baseadas em fatos mais concretos, derivados da percepção ou da lógica, tal como concebe Willet (1988), e evidenciais reconhecidas como

crenças, opiniões do falante, que, de acordo com Hengeveld (1988, 1989), seriam analisadas não como evidencialidade, mas como modalidade epistemológica subjetiva. É muito difícil ser uma evidência estritamente inferencial, na acepção de Willet, uma vez que o sujeito sempre se apresenta como filtro daquilo que veicula em seu discurso. Destacamos a ocorrência (06), reproduzida a seguir, em que a evidência pode ser considerada como derivada da observação de fatos ou de uma conclusão lógica:

(06) **Parece que** antes da resposta ser dada o Deputado José Guimarães já trouxe essa informação de que realmente foi assinado com o Governo de Pernambuco. (D5R-33-159)

A ocorrência (06) demonstra que o enunciador derivou um conhecimento a partir da observação dos fatos do contexto. O modo como o conhecimento foi gerado causa a impressão de que o falante não pode ser totalmente responsabilizado pelo conteúdo proposicional, já que se trata de uma informação produzida por meio da percepção ou do raciocínio lógico. O efeito de sentido provocado pelo uso de uma evidência inferencial é de médio comprometimento.

A partir do que foi discutido neste capítulo, é possível propor uma gradação do uso/função da evidencialidade no discurso político, tal como demonstra a Figura 03 a seguir:



**Figura 03 – Graus de comprometimento dos tipos evidenciais.**

Como é possível verificar, quanto mais à direita da seta o enunciador indicar a fonte, maior será o grau de comprometimento dele com o seu discurso. Essa figura também demonstra que o grau de intersubjetividade do sujeito enunciador tende a diminuir quanto mais à esquerda ele estiver, acentuando o seu distanciamento em relação ao conteúdo do discurso.

Vimos que, nos discursos proferidos na Assembléia Legislativa do Ceará, há a predominância de itens evidenciais relatados de fonte definida, demonstrando um baixo comprometimento dos enunciadores em relação aos conteúdos enunciados. Isso parece estar relacionada à tentativa de construir um discurso mais desapossado por parte do enunciador, que tenta esconder-se por trás das vozes de outros sujeitos reportados no discurso.

Embora a evidencialidade subjetiva tenha aparecido em menor quantidade, é possível associar seu uso à construção de imagens que evocam o imaginário do auditório e à mobilização das paixões dos que constituem esse auditório. Sendo assim, representa uma estratégia essencial no discurso político, pois, para persuadir, é preciso mostrar-se como um político bastante envolvido com o tema do discurso.

## 5.2 Os meios de expressão da evidencialidade no discurso político

Para a análise da expressão da evidencialidade neste trabalho, investigamos as possibilidades de expressão dessa categoria, especificadas nas seguintes classes morfossintáticas, como é possível verificar na Tabela 01 a seguir:

**Tabela 01 - Meio de manifestação da evidencialidade**

Meios de Expressão	Número de casos	Percentual
Verbo	226	84,3
Substantivo	10	3,7
Adjetivo	4	1,5
Preposição	14	5,2
Advérbio	2	0,7
Enunciado	5	1,9
Metalingüístico	7	2,6
Justaposição	7	2,6
Total	268	100,0

A Tabela 01 demonstra que a evidencialidade se manifesta primordialmente por meio da classe verbal. Como é possível verificar, ela ocorre em 84,3% do total de ocorrências encontradas no *corpus*. A preposição é a segunda mais utilizada, especificamente, para expressão da evidencialidade indireta relatada definida. O substantivo, o adjetivo e o advérbio ocorrem em menor frequência. Além dessas classes, observamos casos em que a fonte é recuperada por meio de todo um enunciado metalingüístico. Encontramos também casos em

que uma marca evidencial lexical ou gramatical é omitida, porém, verifica-se a presença, no enunciado, da justaposição da fonte da informação em relação ao conteúdo proposicional.

Passemos à análise/descrição dessas marcas evidenciais coletadas em nosso *corpus*, tentando definir a função que podem assumir no discurso político.

### a) Verbo

Com base em Dik (1989, 1997), o predicado é definido como sendo uma categoria designadora de relações ou propriedades. Ocupa a posição central nas predicções, as quais são formadas por meio da articulação com argumentos ou outros elementos do enunciado. Os predicados podem ser classificados segundo critérios semânticos e sintáticos. Podem ser também caracterizados quantitativamente, ou seja, quanto ao número de argumentos do predicado que devem ser preenchidos para que a predicação seja construída. Optamos por considerar, em nossa análise, os aspectos semânticos e quantitativos da categoria verbal. O primeiro nos auxiliará a compreender a relação estabelecida entre conteúdo lexical do verbo e níveis de comprometimento; quanto aos fatores quantitativos, é interessante verificar, sobretudo, os predicados que exigem complementos oracionais, uma vez que um item evidencial toma como escopo uma proposição.

De acordo com Neves (2000), na subclasse dos predicados que têm complementos oracionais, destacam-se os verbos de modalidade, de cognição de manipulação e de elocução. Essa classificação, segundo a autora, diz respeito a uma relação de pressuposição ou de implicação entre a oração completiva (objetiva ou subjetiva) e a principal, distinguindo-se dois grupos principais de verbos: os factivos e os implicativos (NEVES, 2000).

Encontramos, em nosso *corpus*, alguns predicados factivos que, segundo Neves, indicam, por parte do falante, a pressuposição de que a proposição completiva é factual, ou seja, verdadeira. Entre os predicados factivos, os que nos interessam são particularmente os epistêmicos, tais como *saber*, *lembrar-se* (ter lembrança), *entender*, *reconhecer* etc, como podemos observar nas ocorrências (25) e (31), reproduzidas a seguir, bem como nos casos que se encontram em (50) e (51):

- (25) Nós fazemos Oposição ao Governo de Vossa Excelência, mas não fazemos Oposição ao Estado! E muito foi investido nesse sentido, para que isto aconteça no Ceará e vem o Tribunal e cria dificuldade para uma obra desta natureza! **Reconhecemos que vocês podem ter divergências com o nosso Governo, mas nesta obra, creio que não há!** (D8T-68-109)

- (31) Mas eu queria lembrar, não ao Deputado João Jaime mas ao Secretário João Jaime, que o Governo Tasso Jereissati **lembra-se** *perfeitamente da nossa luta pela vinda da refinaria para o Ceará* (D4R-28-159)
- (50) Bom-dia a todos. Senhor Presidente, **sabemos que** *segunda-feira com a Presidência de V.Exa. e convidados, fará a instalação do Comitê por Integração de Bacias do Rio São Francisco. Essa semana estive nessa Tribuna a Deputada Gislaiane Landim dizendo da importância.* (D2T-12-109)
- (51) É nessa perspectiva que nós estamos aqui hoje nessa Tribuna até porque **entendemos que** *quando o Ministro Ciro Gomes ocupou espaço na TV Cultura, do Roda Viva para falar sobre isso ele foi muito claro* quando disse, inclusive, que teria recursos para tratar dessas questões relacionadas às políticas públicas tanto da parte do saneamento, como da recuperação das matas ciliares e um programa envolvendo a questão da educação ambiental para as comunidades se prepararem para poder receber de fato uma obra do porte como essa. (D4T-36-109)

Além desse tipo de predicado, encontramos, em nosso *corpus*, casos em que os verbos indicam a noção de condição necessária e suficiente que determina se o estado-de-coisas designado na proposição ocorre ou não; são os chamados *predicados implicativos*, consoante classificação de Neves (2000). Esses predicados, de acordo com a autora, podem implicar noções afirmativas e negativas, quando precedidos pela partícula de negação. Verificamos casos em que o enunciador constrói sua argumentação com verbos do tipo implicativo afirmativo como *lembrar-(se) de* (não se esquecer de, não deixar de) e *mostrar*. Vejamos as ocorrências (52) e (53) abaixo:

- (52) O Ex - Deputado **lembrava-nos que** *ali pela Região Santana do Cariri, Potengi, aquela região chamada Cariri Oriental, naquela região ali, temos (água) no subsolo.* (D3T-32-159)
- (53) Esse debate aliado a outro debate que temos que fazer nesta Casa deve pautar a nossa unidade de ação em coisas tão magníficas e tão grandes para o Estado do Ceará. Coisas tão grandes, com tão relevância, que acho que devíamos nos unir em prol de nosso Estado, pautando a nossa ação política, no sentido de **mostrarmos** ao Governo Federal **que o Estado do Ceará têm melhores condições para receber esse empreendimento.** (D3R-12-159)

Encontramos, também, em nosso *corpus*, itens evidenciais marcados por verbos de significação plena, designadores de opinião, crença ou saber. Esses predicados são utilizados na manifestação da evidencialidade subjetiva, como demonstram as ocorrências (54), (55) e (56) a seguir:

- (54) Deputado, me permita um aparte? (Concedido) Meu companheiro Deputado João Jaime, **acho que** *melhor informado que o companheiro Deputado João Jaime e que o*

*companheiro Deputado José Guimarães e muito mais informado que o Deputado Pedro Uchoa em cima dessa questão da Refinaria é o Ministro Ciro Gomes. (D7R-61-159)*

(55) Por fim, queria trazer ao conhecimento de todos alguns números deste empreendimento, em razão dos quais **acredito ser de extrema importância a sua locação em nosso Estado.** (D8R-82-159)

(56) Essa é uma causa que deve envolver o Governo do Estado e **sei que o Governador Lúcio Alcântara está envolvido nisso.**(D1R-05-159)

Foi encontrada uma grande quantidade de predicados introdutórios de discurso direto ou indireto, os denominados *verbos de elocução*. Os verbos de elocução são divididos por Neves (2000) em verbos propriamente de *dizer* ou *dicendi*, tais como *falar, dizer, protestar, comentar* e similares; e verbos introdutórios de discurso, que não indicam, necessariamente, atos de fala como *afirmar, garantir, gritar* e similares. Vejamos as ocorrências (57) e (58), que ilustram esses tipos de verbos de elocução:

(57) E quando um Ministro do porte do nosso Ministro Ciro Gomes, cearense, que quer trazer a Refinaria para cá e *tenho certeza que* está lutando para isso, **diz que os cearenses devem apostar que isso seja empurrado com a barriga e a decisão da localização da Refinaria não seja decidida agora, por esse Governo. Porque se assim o for o Estado está escolhido: o Estado de Pernambuco.** (D5R-39-159)

(58) Na década de sessenta, foi realizado o primeiro estudo técnico sobre a viabilidade da construção e, na década seguinte, a Petrobrás **afirmou que tinha interesse em construir uma refinaria no Nordeste.** (D8R-67-159)

Os Verbos *dizer e afirmar* dos exemplos (57) e (58) codificam, geralmente, a evidencialidade relatada definida, imprimindo o efeito de baixo comprometimento em relação aos conteúdos enunciados.

Quanto às categorias gramaticais do verbo, vejamos de que modo cada uma delas (número-pessoa, tempo, modo, voz e aspecto) atua na caracterização da evidencialidade.

No discurso político, as formas verbais que caracterizam a evidencialidade são indicadas pelas três pessoas do discurso: 1ª pessoa do singular (*Eu*) e do plural (*Nós*); b) 2ª pessoa do singular (representada, em geral, pelo pronome de tratamento *Vossa Excelência*); e c) 3ª pessoa do singular (*Ele*) e do plural (*Eles*). Verificamos, ao tratar do tipo de fonte da informação, que cada uma dessas pessoas do discurso sugerir efeitos de (des)comprometimento do enunciador em relação ao seu discurso.

A 1ª pessoa do singular e do plural, por exemplo, assumem funções distintas no discurso político. *Eu* está relacionado ao alto grau de comprometimento, uma vez que o



enunciador se apresenta como a fonte do dizer; e *Nós*, por sua vez, pode evocar vários efeitos de (des)comprometimento, dentre os quais, o mais comum é o de um “nós” representativo de todo um conhecimento amplamente compartilhado, como é possível verificar, respectivamente, nas ocorrências (59) e (37), retomada aqui.

(59) **Eu acho que** *o povo tem que avaliar essas questões do Presidente Lula, essas corrupções no seu Governo!* (D13R-140-159)

(37) Jogando os baianos contra os cearenses, contra os paraibanos, contra os pernambucanos, porque **nós sabemos que** *a missão precípua da Igreja, sobretudo da Igreja Católica, é unir os seus seguidores, pregar a união e nunca fazer o que está fazendo, que é colocar para brigar nordestinos do Norte, contra nordestinos do Sul.* (D9T-72-109)

Encontramos casos em que o político utiliza o sintagma nominal *A gente* como pronome pessoal, em equivalência a *nós*, embora o verbo seja conjugado na 3ª pessoa do singular. O efeito de sentido é de diluição de responsabilidade, pois o enunciador não se compromete sozinho com o dizer. Observemos a ocorrência (60):

(60) Eu que fiz parte da Comissão Pró-Refinaria, juntamente com a Deputada Íris Tavares, com o Deputado Chico Lopes, rodamos o Nordeste, em todas as Assembléias com o Presidente Marcos Cals, **a gente viu que** *tudo aquilo que aconteceu, os estudos técnicos, no final, foi uma farsa!* (D13R-135-159)

A 2ª pessoa do discurso teve uma frequência significativa em nosso *corpus*. Essa estratégia é utilizada para a manifestação da evidencialidade relatada definida. O enunciador transfere a responsabilidade do enunciado ao seu interlocutor, tal como verificamos na ocorrência (61) abaixo:

(61) Deputado Carlomano Marques, eu respeito muito **Vossa Excelência**, que sabe disso, respeito muito a opinião que **Vossa Excelência** expressa dessa Tribuna, mas gostaria de fazer alguns contrapontos ao que **Vossa Excelência falou** e ao **que** *o Deputado Artur Bruno também falou.* (D13R-133-159)

Foram encontrados casos em que o pronome *Você* representa um sujeito genérico, evocado pelo enunciador para designar um conhecimento compartilhado. Vejamos a ocorrência (62) a seguir:

(62) **Você vê que** *o Rio de Janeiro é bem aquinhoado, e tem uma opinião muito grande. O Orçamento de uma Prefeitura dele é maior do que o do Estado do Ceará, mas eles queriam a Refinaria para lá!* (D14R-145-159)

A 3ª pessoa do singular e do plural é usada apenas nos casos de evidencialidade relatada definida, tal como demonstram as ocorrências (63) e (64):

- (63) Além do mais, **a ONU diz que** *são necessários mil e quinhentos metros por segundo, nós apenas temos uma área com apenas quinhentos metros por segundo que não chega o que a ONU propõe oficialmente. Portanto, senhoras e senhores, esse Projeto tem uma importância muito grande.* (D1T-07-109)
- (64) Mas o Estado do Ceará, o Governo e todos os cearenses estão de parabéns por este empreendimento. **Dizem que** *o Estado do Ceará é extremamente miserável. São dados estatísticos do IBGE.* (D12R-122-159)

Quanto à categoria de tempo, verificamos que a evidencialidade, no discurso político, pode indicar, pelo menos, os três tempos básicos: presente, passado e futuro. O presente indica uma relação de simultaneidade entre a ação descrita e o momento da enunciação; o passado ou pretérito indica uma relação de anterioridade entre o momento de ocorrência da ação verbal e o momento da enunciação; e o futuro indica uma relação de posteridade entre a ação descrita e o momento da enunciação; como verificamos, respectivamente, nas ocorrências (65), (66) e (24), repetida aqui.

- (65) O Presidente Lula **colocou** *claras as intenções de que a água do São Francisco nós vamos utilizar principalmente para o consumo humano e dos animais e que uma reforma agrária está sendo feita, uma das mais importantes do Brasil nos últimos tempos onde vamos fazer assentamento de 2 quilômetros e meio para a esquerda e dois quilômetros e meio para a direita.* (D12T-88-109)
- (66) Apenas **insisto que** *é muito difícil que seja construída qualquer Refinaria no Brasil nos próximos três anos. Mas se por acaso essa Refinaria for construída no Nordeste, absolutamente inquestionável que será no Porto de Sauípe, nas proximidades do Porto de Sauípe muito embora do ponto de vista técnico o Ceará até que se prestaria melhor para localizar essa Refinaria.* (D7R-65-159)
- (24) Se pegarmos um relatório da Plataforma Desc que veio aqui a Fortaleza, o Jean Pierre Lehuar que é o relator, **nós vamos ver que** no relatório da Plataforma Desc dos direitos humanos a pessoa ao meio ambiente, **nós vamos ver que** do litoral das serras aos sertões **vamos ver** *uma relação de crimes praticados com a cumplicidade dos órgãos locais e estadual porque infelizmente essa história da fiscalização, do acerto, do crime praticado contra o meio ambiente ele está aí rebolado aos interesses muitas vezes, eu diria, desse lobbe financeiro e econômico que sem sombra de dúvida é algo grandioso e monstruoso em qualquer obra que tenha o interesse de especular, o interesse de tomar conta de áreas ricas desse Estado, e, principalmente vislumbramos isso numa obra de tanta magnitude como tem sido ao longo desse tempo debatido a transposição do São Francisco.* (D4T-42-109)

Ainda temos o uso do tempo presente de evocação de um tempo passado, caracterizando a ação verbal como algo mais próximo do momento da enunciação, tal como demonstra a ocorrência (42) retomada a seguir:

- (42) **Lembro-me que** *se roubava São José para se fazer a procissão no dia dele, para entregar as pessoas que perdeu o santo, que foi tirado. Lembro-me das credices do animal suado para saber se vai chover, das pedras de sal no telhado para saber se ficou úmido, e agora estamos tendo a oportunidade da transposição das águas do Rio São Francisco.* (D2T-19-109)

Quanto à categoria de voz, verificamos que a voz ativa constitui a forma mais utilizada pelos enunciadores-políticos. Nessa forma, a fonte da informação aparece na função sintática de sujeito. Na voz passiva analítica, a fonte da informação se apresenta na função de agente da passiva. Nos casos de voz passiva sintética, verificamos que, embora a fonte da informação não esteja explicitada, o conteúdo proposicional encaixado pelo item evidencial constitui uma informação amplamente conhecida, como demonstram, respectivamente, as ocorrências (67), (68) e (38), já destacada anteriormente:

- (67) Senhor Presidente e Senhores Deputados, e Deputadas, quero, inclusive, a atenção da Liderança do Governo, porque hoje a Imprensa **traz que** *o Tribunal de Contas encontrou 14 irregularidades nas Licitações da transposição do Rio São Francisco.* (D8T-62-109)
- (68) Em 1998, houve anúncio público, **veiculado** pelo Senhor Tasso Jereissati, *de que a refinaria seria construída no Ceará, em parceria com a empresa alemã Thyssen.* (D8R-56-159)
- (38) **Estima-se que** *os investimentos para a construção atinjam a cifra de 2,3 bilhões de dólares, o que representa hoje (câmbio de R\$ 2,60) o montante de 5,98 bilhões de reais.* (D8R-83-159)

Em relação à categoria de modo, verificamos que a evidencialidade ocorre, primordialmente, no contexto *realis*, em particular no modo indicativo, uma vez que o falante, a fim de promover adesão às idéias que defende, busca fornecer uma boa fundamentação ao seu discurso, mostrando-se ou não como fonte da informação; como demonstra a ocorrência (69) abaixo:

- (69) No entanto, o Governo Lula negou a informação, ao mesmo tempo em que **declarou que** *a decisão somente será tomada dentro de seis meses, que é o prazo para conclusão de um estudo que será realizado por uma Comissão Mista de técnicos da Petrobrás e da PDVSA.* (D8R-77-159)

A evidencialidade relatada de fonte definida no exemplo (68) garante um baixo comprometimento do enunciador em relação à informação que veicula. O contexto *realis* imprime um grau de maior certeza no que diz respeito ao valor de verdade desse enunciado.

No entanto, verificamos, ao tratar da evidencialidade relatada, que o enunciador pode levantar suposições a respeito do discurso de uma terceira pessoa, a fim de comprometê-la com um conteúdo proposicional, geralmente, polêmico, como podemos observar na ocorrência (70) a seguir:

(70) **Segundo** noticiou a imprensa nacional e internacional, *a Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, teria declarado que o local de construção do empreendimento seria o Porto de Suape no Pernambuco. (D8R-75-159)*

Na ocorrência (70), ao responsabilizar a imprensa nacional e internacional pela informação que veicula (evidencialidade relatada de fonte definida), o enunciador poderia ter utilizado o modo da certeza, a fim de garantir confiabilidade à asserção. No entanto, não é isso que verificamos, já que o político modaliza o conteúdo proposicional, estabelecendo, ao invés de uma certeza, uma possibilidade: “a Ministra não declarou, mas teria declarado”, ou seja, é possível que tenha declarado.

A categoria de aspecto está relacionada ao modo de ser da ação verbal. De acordo com Neves (2000), a categoria aspecto não se confunde com a categoria de tempo, pois esta é uma noção dêitica, portanto se liga ao enunciado; e aquela, por não ser uma noção dêitica, diz respeito propriamente à sentença, já que se refere à constituição interna do desenvolvimento temporal do processo verbal. É nessa constituição interna que se abrigam os componentes aspectuais duração e frequência, que definem se momentos ou intervalos de tempo se estendem (duração) ou se somam (frequência). Essas noções semânticas situam-se, pois, em um estado-de-coisas que evolui, temporalmente, de um estado inicial para um estado final, apesar de não considerada a ancoragem no tempo da enunciação.

Sendo assim, a evidencialidade, em nosso *corpus*, é expressa pelo aspecto durativo nas formas inacabada e acabada ou pontual, como é possível verificar, respectivamente, nas ocorrências (71) e (72) a seguir:

(71) Um outro dado importante é a pesquisa feita pela CNTS (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde)/Censo **mostrando que** 62,3% dos brasileiros apoiam a *Integração de Bacias do São Francisco (D8T-60-109).*

(72) O Ministro **disse:** *Eu modifico tudo conforme vocês estão querendo, mando os nossos Técnicos, mas ficam criando dificuldades para criar problemas para a transposição! O*

*Exército já está preparado para começar a obra! Precisamos estar ao lado do Doutor Lúcio Alcântara, para que ele possa investir alguma coisa neste sentido, e este povo entenda que esta obra tem importância, como a Refinaria, pela qual continuaremos a brigar, para que venha para o Ceará! (D8T-66-109)*

Na ocorrência (71), a ação indicada pelo verbo *mostrar* não acabou, mas se apresentada em desenvolvimento. Essa estratégia pode sugerir que os dados da pesquisa são recentes e que merecem a atenção do auditório. Em (72), a constituição temporal da ação verbal nos faz perceber que a informação veiculada é acabada, ou seja, o fato indicado na proposição situa-se em um determinado ponto do tempo.

### **b) Substantivo**

Os substantivos são usados, segundo Neves (2000), para se referir diferentes entidades (coisas, pessoas, fatos etc), denominando-as. Em nosso *corpus*, as marcas evidenciais substantivas encontradas são aquelas denominadas de substantivos abstratos, que derivam de diferentes tipos de verbos (de ação, processo ou estado). O item evidencial expresso por um sintagma nominal abstrato, por sua natureza valencial, constitui o núcleo da predicação, selecionando argumentos; como podemos verificar na ocorrência (73) a seguir:

(73) **A declaração** do Ministro *quando diz que não adianta lutar por uma coisa que não existe.* (D3R-22-159)

Enquadramos, também, em nossa análise, os itens evidenciais expressos na forma de verbo-suporte na categoria do substantivo, em virtude do caráter nominal que esse tipo de construção apresenta. Neves (2000) afirma que o verbo-suporte, também denominado de verbo funcional ou geral, é um tipo de predicado esvaziado de significado. Esse tipo de predicado, para formar um significado global, precisa de um complemento, que determina o valor semântico da predicação, tal como podemos observar nas ocorrências (74) e (75) abaixo:

(74) Eu **faço um apelo** a Vossa Excelência *que vamos juntar as nossas forças e pressionar o Governo Federal, no sentido que seja uma posição técnica* (D11R-129-159)

(75) O Ministro Ciro Gomes na segunda-feira **deu uma declaração** *que não é surpresa para ninguém do Legislativo.* (D5R-34-159)

### c) Adjetivo

Os adjetivos atribuem propriedades aos referentes designados por substantivos. Essa atribuição pode qualificar e subcategorizar o substantivo (NEVES, 2000). Em nosso *corpus*, a marca evidencialidade adjetiva se caracteriza pela função qualificadora, manifestando-se, sobretudo, por meio do particípio verbal associado à voz passiva; como verificamos na ocorrência (67) retomada a seguir:

- (67) Em 1998, houve anúncio público, **veiculado** pelo Senhor Tasso Jereissati, *de que a refinaria seria construída no Ceará, em parceria com a empresa alemã Thyssen.* (D8R-56-159)

### d) Preposição

As marcas evidenciais prepositivas têm por função introduzir um conteúdo proposicional relacionado a uma terceira pessoa do discurso. São definidas como elementos relacionais que atuam na junção dos elementos do discurso (NEVES, 2000). Os itens evidenciais prepositivos encontrados em nosso *corpus* são tradicionalmente denominados preposições *essenciais* e *acidentais*. As preposições acidentais, por estarem ainda se gramaticalizando, são empregadas em contextos restritos. São elas: *como*, *segundo*, *conforme* etc. Vejamos as ocorrências (76) e (70), retomada a seguir, que ilustram as preposições essenciais e acidentais.

- (76) E **em** *todos os três jornais haviam declarações que fiquei muito triste, porque o Deputado José Guimarães que foi à fonte, esteve lá com o Presidente Lula, conversou com os seus assessores e passou a informações para os jornais de que realmente o Protocolo que a PDVSA assinou com o Governo do Brasil e o Governo de Pernambuco era para sediar a Refinaria em Pernambuco. Isso está hoje em todos os jornais.* (D5R-31-159)

- (70) **Segundo** *noticiou a imprensa nacional e internacional, a Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, teria declarado que o local de construção do empreendimento seria o Porto de Suape no Pernambuco.* (D8R-74-159)

O exemplo (76) ilustra os casos em que um conteúdo proposicional é encaixado por uma preposição essencial. Em (70), temos uma ocorrência com uma preposição acidental. No *corpus* da presente pesquisa, não foram encontrados casos em que a evidencialidade relatada de fonte definida é introduzida por locução prepositiva (*de acordo com*, por exemplo).

### e) Advérbio

Em nosso *corpus*, encontramos apenas dois casos de manifestação da evidencialidade por meio da categoria advérbio. O advérbio é considerado uma classe gramatical invariável do ponto de vista morfológico, assumindo uma posição periférica no enunciado (satélite de um núcleo oracional) (NEVES, 2000); como demonstra a ocorrência (77) a seguir:

(77) E V.Exa. teve vitoriosa a sua luta, haja vista, que a refinaria **evidentemente** *vai ser instalada no Nordeste, porque Pernambuco é um Estado do Nordeste, onde vai ser instalada a refinaria.* (D3T-24-109)

Em (77), o advérbio *evidentemente* sugere que a informação veiculada é lógica, ou seja, não há dúvidas de que Pernambuco está localizado no Nordeste. Esse efeito de sentido se assemelha ao tipo de evidencialidade de fonte como de domínio comum, já que a informação é apresentada como um conhecimento “óbvio” e, portanto, consensual.

### f) Enunciado metalingüístico

O enunciado metalingüístico representa uma marca que foi identificada no discurso político. Como já foi dito anteriormente, a evidencialidade que se manifesta por estratégia metalingüística apresenta traços semânticos que indicam o tipo de fonte e, portanto, a natureza do conteúdo proposicional fornecido pelo enunciador. Verificamos que esse tipo de marca se presta à manifestação da evidencialidade relatada definida, como demonstra a ocorrência (78) retomada aqui.

(78) **Está aqui uma matéria de negócios, no jornal Diário do Nordeste, do dia 26 de novembro de 2005:** “2,2 milhões de cearenses sem qualquer rendimento”. Acrescido a isto têm hum milhão, cento e trinta e seis mil cearenses que ganham até 0,5 salário mínimo. (D12R-123-159)

O enunciado como um todo esclarece a fonte do conteúdo proposicional, bem como o modo de obtenção da informação por parte do enunciador, que, estrategicamente, fundamenta seu discurso com base em uma informação reportada de um jornal de circulação regional, dando ao seu enunciado uma maior confiabilidade, sobretudo, no que diz respeito aos leitores desse meio de comunicação.

### g) Simples justaposição

É importante esclarecer que a simples justaposição não constitui uma marca de expressão da evidencialidade. É, na verdade, a própria fonte da informação que se coloca ao lado do conteúdo enunciado. A qualidade dessa fonte pode indicar o modo de obtenção da informação, sobretudo quando se trata de uma lei, artigo, enfim, um conteúdo proposicional retirado de alguma fonte oficial ou extra-oficial, como demonstra a ocorrência (79) a seguir:

(79) Eu queria que o Líder do Governo, Deputado João Jaime escutasse **esse parágrafo**: *“Faltou aqui mobilização suprapartidária para demonstrar as condições geográficas, a disponibilidade de infra-estrutura e os argumentos técnicos que dão ao Ceará condições superiores dos demais Estados”*. (D10R-94-159)

Recorrendo ao contexto maior, percebemos que o enunciador faz referência a uma informação reportada de um jornal de circulação regional. A repetição da marca evidencial relatada definida não é necessária, uma vez que o político, logo no início do discurso, esclarece a fonte das informações enunciadas. Sendo assim, a mera menção a fonte é suficiente para que o auditório reconheça a informação como relatada.

#### 5.2.1 Posição no enunciado

A marca evidencial também pode ser caracterizada em relação à posição que ocupa no enunciado, especificamente, quanto à fonte e ao conteúdo proposicional. Sendo assim, a marca evidencial pode ser: anteposta, intercalada e posposta. Ela é considerada anteposta quando precede tanto a fonte da informação quanto ao conteúdo proposicional; é intercalada quando se apresenta entre a fonte e o conteúdo proposicional; é posposta quando se localiza após a fonte e o conteúdo proposicional. Nos casos em que a fonte é implícita, a marca evidencial é considerada como ocupando a posição anteposta, uma vez que o item evidencial está no lugar da fonte da informação. Na tabela 02, a seguir, temos o percentual para cada tipo de posição:



**Tabela 02 - Posição do item evidencial no enunciado**

	Número de casos	Percentual
Anteposição	104	38,8
Intercalação	159	59,3
Posposição	5	1,9
Total	268	100,0

É possível verificar que a posição intercalada é mais recorrente em nosso *corpus*, seguida pela posição anteposta. Isso demonstra a preferência dos enunciadores pela ordem direta, ou seja, pela forma não-marcada do enunciado. Nos casos em que encontramos a posposição da marca evidencial, verificamos que essa localização se deve, em geral, à simples referência do enunciador a um discurso proferido por outro parlamentar. Vejamos as ocorrências (80) e (81) que ilustram, respectivamente, um enunciado não marcado e outro em que a marca evidencial está posposta à fonte da informação:

(80) O Ministro **Ciro Gomes falou** *ontem exatamente aquilo que é conversado, é comentado no seio da Petrobrás: do ponto de vista técnico e mercadológico a Petrobrás não tem interesse de construir nenhuma Refinaria, principalmente no Nordeste.* (D7R-62-159)

(81) Deputado **Carlomano Marques**, eu respeito muito Vossa Excelência, que sabe disso, respeito muito a opinião que Vossa Excelência expressa dessa Tribuna, mas gostaria de fazer alguns contrapontos ao que Vossa Excelência **falou** e ao que o Deputado **Artur Bruno** também **falou**. (D13R-1331-159)

Verificamos que, na ocorrência (80), a marca evidencial se apresenta na posição intercalada, entre a fonte e o conteúdo proposicional. O sujeito do verbo é a fonte, o verbo de elocução é a marca evidencial, e, a seguir, encontra-se o conteúdo proposicional. Já na ocorrência (81), o enunciador pospõe a marca evidencial à fonte da informação, sem fazer referência ao que os parlamentares reportados falaram em relação ao assunto de que trata. Parece que isso se deve ao fato de que o conteúdo proposicional constitui uma informação compartilhada entre enunciador e auditório ou constitui uma informação ainda muito recente na memória discursiva deste, que não precisa ser retomada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evidencialidade é uma categoria lingüística que diz respeito à manifestação da fonte da informação, o que está relacionado aos graus (des)comprometimento do enunciador. A partir dessa interpretação, investigamos os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da evidencialidade nos discursos políticos proferidos no Pequeno Expediente de Sessões Ordinárias na Assembléia Legislativa do Ceará, durante o período de 2005-2006.

Para a análise de tal categoria, que se manifesta, no português, primordialmente por meio de expressões lexicais, recorreremos à análise funcionalista, que admite ser a gramática a codificação das intenções comunicativas de seus usuários. Focamos nosso interesse nos efeitos de (des)comprometimento provocados pelos itens evidenciais na construção da argumentação no discurso político.

A nossa proposta de análise assume que a evidencialidade constitui uma categoria hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, pois admitimos que a evidencialidade determina a qualificação modal, já que o enunciador só procede à avaliação de um estado-de-coisas quando tem evidências para reconhecer sua estimativa de ocorrer ou não no mundo (GALVÃO, 2001).

Na elaboração de nossa proposta de análise, recorreremos aos estudos desenvolvidos por Willet (1988), Hengeveld (1988, 1989), Dall'Aglio-Hattner (2001), Galvão (2001), Gonçalves (2003), Carioca (2005) e Vendrame (2005). Sendo assim, na primeira parte de nossa descrição, investigamos o tipo de fonte e a estratégia utilizada pelo enunciador para veicular às informações no discurso.

Em relação ao tipo de fonte, o enunciador pode se apresentar com a fonte de uma informação (*sujeito enunciador*); pode apresentar uma *fonte externa a ele*, do tipo *definida* (2ª ou 3ª pessoa) ou *indefinida* (a fonte existe, mas não é especificada no contexto); e pode apresentar uma fonte que designa um conhecimento amplamente compartilhado (*domínio comum*).

No que diz respeito à natureza da experiência evidencial, consideramos que, a depender da natureza lexical do item evidencial, a informação pode ser interpretada como uma experiência, inferência, relato ou como uma informação de valor subjetivo pela qual o sujeito enunciador se responsabiliza.

Na segunda parte de nossa análise, descrevemos os aspectos morfossintáticos da evidencialidade, tais como os meios de manifestação e a posição do item evidencial quanto à fonte e ao conteúdo proposicional. A análise dos dados mostrou que a evidencialidade é uma

categoria que atua, principalmente, no nível intersubjetivo e interdiscursivo, uma vez que constitui importante estratégia na construção da persuasão no discurso político, evocando diferentes graus de comprometimento e imagens construídas pelo enunciador, de acordo com seus propósitos enunciativos.

A investigação dos dados demonstrou que a evidencialidade externa ao eixo do enunciador foi a mais recorrente no discurso político, o que está relacionado ao fato de os políticos preferirem se ausentar da cena enunciativa, reportando a voz de uma terceira pessoa definida no discurso na sustentação de ponto de vista. A predominância de marcas evidenciais que indicam que a informação foi obtida por meio de um relato de fonte definida (2ª ou 3ª pessoa) pode ser justificada pelas seguintes razões: i) o enunciador não deseja comprometer-se com o conteúdo de seu discurso, já que trata de temas/assuntos polêmicos cuja tomada de responsabilidade pode prejudicar sua legitimidade em relação ao auditório que deseja persuadir; ii) essa predominância da evidencialidade relatada de fonte definida pode também ser justificada porque, no português, a evidencialidade direta é a forma não marcada e, portanto, não requerida pelo contexto em que o enunciador é deitivamente a fonte; iii) além disso, a evidencialidade relatada de fonte definida se configura como uma estratégia eficaz de persuasão no discurso político, principalmente, quando o político deseja se mostrar como alguém mais “neutro” ou como um sujeito engajado em uma luta social, que responde às acusações de outros parlamentares ou evoca a voz de outros políticos que, como ele, posicionam-se no jogo político.

Verificamos apenas um (01) caso de evidencialidade do tipo relatado de fonte indefinida. Isso se deve ao fato de que argumentos construídos sem a explicitação de uma fonte podem suscitar, por parte do auditório, a não confiabilidade dessas informações. Além disso, construções de voz passiva sintética ou pronominal que poderiam ser consideradas como relatos de fonte indefinida, por causa da missão do agente da ação verbal, constituem, na verdade, estratégia de apresentação de informações pertencentes ao domínio comum, uma vez que o conteúdo proposicional encaixado a partir desse tipo de construção constitui um conhecimento amplamente compartilhado entre os sujeitos da interação.

Em relação aos relatos de fonte como de domínio comum, verificamos que sua função é “preparar o terreno” para a adesão de um argumento, já que o enunciador demonstra apresentar as mesmas bases epistêmicas que o auditório. Essa estratégia imprime, no discurso político, uma maior interação/proximidade entre os interactantes.

Quanto à evidencialidade pertencente ao eixo do enunciador (experienciais, inferenciais e subjetivas), verificamos que, ao se colocar como fonte de um discurso, o

político assim o faz porque deseja se mostrar como alguém comprometido com suas idéias e propósitos políticos. Esse tipo de evidencialidade se revelou como uma estratégia requerida nos casos em que o enunciador quer se mostrar como um sujeito que diz a “verdade” ou um legítimo representante do Povo. Quanto ao tipo mais requerido de evidencialidade integrante ao eixo do enunciador, verificamos que o tipo subjetivo é o mais freqüente. Esse tipo de evidencialidade constitui um conhecimento já pertencente à informação pragmática do enunciador, que se apresenta também como a fonte da informação. A evidencialidade experiencial e, sobretudo, a inferencial ocorreram em poucos casos, o que pode demonstrar o caráter predominantemente subjetivo dessa categoria. O sujeito se apresenta como fonte, avaliando, ao mesmo tempo, a informação que veicula.

Em relação aos meios de manifestação da evidencialidade, os dados demonstram que o verbo constitui a expressão lexical mais recorrente. Isso mostra que o predicado pode assumir a função não apenas de núcleo oracional, mas, em termos semânticos, pode indicar também a fonte de uma informação. Verificamos que a posição do item evidencial mais freqüente em nossos dados é a forma não-marcada, ou seja, localiza-se entre fonte e conteúdo proposicional, demonstrando que os políticos preferem utilizar enunciados cuja ordem seja a natural, com verbo de cognição, percepção e, sobretudo, de elocução.

A nossa investigação nos possibilitou averiguar de que modo essa categoria atua na construção da persuasão no discurso político. Pudemos analisar e descrever a natureza interpessoal e interdiscursiva de expressão da evidencialidade, comprovando que é uma marca codificada, principalmente, quando o enunciador deseja descomprometer-se com o conteúdo do enunciado, responsabilizando outros sujeitos pelas informações que veicula. Esperamos que a presente pesquisa aqui empreendida, sem ter a pretensão de ser exaustiva, possa ter contribuído para uma melhor compreensão do uso da evidencialidade no discurso político.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDERSON, L. B. Evidentials, paths of change, and mental map. IN: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (eds). **Evidentiality: the logistic coding of epistemology**. Norwood, NJ: Ablex, 1986.

BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in leiga. **Studies in Language**, v. 3, n. 21, p. 509-532, 1997.

BYBEE, J; FLEISCHMANN, S (eds.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995.

BYBEE, J; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. **The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the language of the world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CARIOCA, C. R. **A manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo**. 2005. 96f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CHARAUDEAU, P. **O Discurso Político**. Trad.: Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CHAFE, W; NICHOLS, J. (eds.). **Evidentiality: the logistic coding of epistemology**. Norwood, NJ: Ablex, 1986.

DALL'AGLIO - HATTNER, M. M. **A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos de ex-presidente Fernando Collor**. 1995. 111f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

DALL'AGLIO - HATTNER, M. M. et al. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M.H.M. (Org.). **Descrição do português: definindo rumos de pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001.

DE HANN, F. **Evidentiality and epistemic modality**. Artigo apresentado no 2º ALT meeting, Eugene, OR, 1997a. Disponível em <http://www.unnm.edu/~fdehann/dutch.htm>. Acesso em: 10 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Evidentiality in Dutch**, 1997b. Disponível em: <http://www.unnm.edu/~fdehann/dutch.htm>. Acesso em: 10 jul. 2004.

DENDALE, P; TASMOWSKI, L. Introduction: evidentiality and related notions. **Journal of Pragmatics**, v. 33, 2001.

DIK, C.S. **The theory of functional grammar**. Parte 1: The structure of the clause. Dordrecht: Foris Publication, 1989.

\_\_\_\_\_. **The theory of functional grammar** – Part 2: Complex and derived constructions. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

DU BOIS, J. W. Comparing Motivations. In : HAIMAN, J. (Ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

FERREIRA, A.B.H. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 4 ed., 2001

GALVÃO, V. C. C. **Evidencialidade e gramaticalização do português do Brasil**: os usos da expressão *diz que*. 2001. 213f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

GIVÓN, T. **Mind, Code and Context**: essays in pragmatics. London: Lawrence, 1989.

\_\_\_\_\_. Evidentiality and epistemic space. In: **Studies in Language**. v. 1, n. 6, p. 23-42, 1982.

\_\_\_\_\_. **Syntax**. A functional-typological introduction. Amsterdam: John Benjamins, 1984. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Functionalism and grammar**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1995.

\_\_\_\_\_. **Syntax: an Introduction**. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamins, v.1, 2001.

GONÇALVES, S. C. L. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade**: um estudo de caso no português do Brasil. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2ª ed. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2ª ed. London: Edward Arnold, 1994.

\_\_\_\_\_. **An introduction to functional grammar**. 3ª ed. Revisado por Christian M. I. M. Matthiessen. London: Edward Arnold Publishers, 2004.

HEINE, B. et al. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. **Journal Semantics**, v. 6. 1988.

\_\_\_\_\_. Layer and operators in functional grammar. **Journal Linguistic**, n.25, 1989.

\_\_\_\_\_. (ed.). Dik: **The theory of functional grammar 2**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

\_\_\_\_\_. **The architecture of a functional discourse grammar**. Versão preliminar. Amsterdam, 2000.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

JACOBSEN, W. H. The heterogeneity of evidentials in Makah. In: CHAFE, W; NICHOLS, J. (Eds.). **Evidentiality the coding of epistemology**. Norwood: Ablex, 1986, p.3-28.

JAKOBSON, R. Shifters, verbal categories and the Russian verb. Selected writing. In: **Word and language**. The Hague u.a.: Mouton, 1957.

LAZARD, G. On the grammaticalization of evidentiality. **Journal of Pragmatics**, n. 33, p. 359-367, 2001.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Trad.: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

MENEZES, L. C. **A modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos**. 2006. 122f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

NEVES, Maria Helena de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NICHOLS, J. Functional theory of grammar. **Annual Review of anthropology**, v. 43, 1984.

NOGUEIRA, M. T. **Processos de constituição dos enunciados**: predicação, referenciação, junção e modalização. Projeto de Pesquisa. Fortaleza; Brasília: UFC. CNPQ, ago. 2000 – ago. 2002.

NUYTS, J. Epistemics modal adverbs and adjectives and layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistic**, v. 31, p. 933-969, 1993.

\_\_\_\_\_. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of Pragmatics**, v.33, p. 383-400, 2001.

\_\_\_\_\_. **Aspects of a cognitive-pragmatic theory of language**: on cognition, functionalism, and grammar. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1992.

PERLMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad.: Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Disponível em [www.alb.gov.ce](http://www.alb.gov.ce). Acesso em: 05 jul. 2007.

THOMPSON, G. **Introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1996.

VENDRAME, V. **A evidencialidade em construções complexas**. 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

WILLET, T. A. Cross-linguistic survey of the grammaticization of evidentiality. **Studies in Language**, v. 12, n. 1, 1988, p. 51-97.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPTº. LETRAS VERNÁCULAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

**IZABEL LARISSA LUCENA**

**A EXPRESSÃO DA EVIDENCIALIDADE NO DISCURSO POLÍTICO: UMA  
ANÁLISE DA ORATÓRIA POLÍTICA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
CEARÁ.**

**Fortaleza**  
**2008**

IZABEL LARISSA LUCENA

A EXPRESSÃO DA EVIDENCIALIDADE NO DISCURSO POLÍTICO: UMA  
ANÁLISE DA ORATÓRIA POLÍTICA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Lingüística (Área de concentração: Análise Lingüística).

**Orientadora:** Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.

Fortaleza  
2008

L968e	<p>Lucena, Izabel Larissa.</p> <p>A expressão da evidencialidade no discurso político [manuscrito]: uma análise da oratória política da Assembléia Legislativa do Ceará / Izabel Larissa Lucena. - 2008.</p> <p>112 f. : il. ; 31 cm.</p> <p>Cópia de computador (printout(s)).</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Fortaleza (CE), 15/04/2008.</p> <p>Orientação: Profª Drª Márcia Teixeira Nogueira.</p> <p>Inclui bibliografia.</p>
	<p>1-FUNCIONALISMO (LINGÜÍSTICA). 2-ANÁLISE LINGÜÍSTICA. 3-DISCURSOS PARLAMENTARES – FORTALEZA (CE). I- Nogueira, Márcia Teixeira, orientador. II- Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Lingüística. III- Título.</p>
26/08	CDD (22ª ed.) 469.5

**IZABEL LARISSA LUCENA**

**A EXPRESSÃO DA EVIDENCIALIDADE NO DISCURSO POLÍTICO: UMA  
ANÁLISE DA ORATÓRIA POLÍTICA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
CEARÁ.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira (orientadora)**  
**Universidade Federal do Ceará.**

---

**Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves (1ª examinadora)**  
**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara.**

---

**Prof. Dr. Nelson Barros da Costa (2º examinador)**  
**Universidade Federal do Ceará.**

Dedico este estudo:  
à minha mãe, Lourdes;  
aos meus irmãos, Dedé, Izabelly, Cândida, Conceição e Jorge;  
e ao meu namorado e amigo, Joseton.

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos...

A Deus, que me ergueu e fortaleceu nos momentos mais difíceis;

À minha mãe, Lourdes, pelo exemplo de força e coragem;

Ao meu querido irmão, Dedé, por ter exercido o papel de pai carinhoso, mesmo quando ainda era só um jovem, e por ser um exemplo de intelectual em minha vida;

À minha irmã, Izabelly, pela torcida e pelas orações;

Às minhas irmãs, Cândida e Conceição, por terem financiado boa parte de meus estudos;

Ao meu irmão, Jorge, pelo carinho com que me trata sempre;

À minha orientadora, que sempre se mostrou muito mais que uma interlocutora competente, mas uma grande incentivadora de toda minha produção intelectual desde a Graduação, quando me deu a oportunidade de ir além nos estudos lingüísticos... Nunca me esquecerei da ajuda, do apreço e da amizade nos momentos mais “desorientados” desta caminhada;

Ao meu namorado, Joseton, pelo amor e compreensão nos dias de pouca paciência;

À Ediene e ao Júlio, dois paraenses que moram em meu coração, pelos incentivos e momentos de descontração;

Aos Professores Nelson e Márluce, pelas sugestões e críticas na qualificação do projeto desta pesquisa;

À Profa. Emília, pelas contribuições dadas nos Seminários de Pesquisa I;

À Léia, pelos conselhos nos momentos de dúvida e indecisão;

À Cláudia Carioca, pelos textos que me disponibilizou e pelos esclarecimentos ao telefone;

À Profa. Claudete, pela aula que se dispôs a me dar sobre o SPSS;

À Nadja, por ter me recebido carinhosamente em sua casa, quando precisei quantificar os dados desta pesquisa;

À Klébia, pela atenção com que sempre me tratou ao telefone;

À Sandra e ao Ernandi, casal incrível, que torceu e torce pelo meu sucesso;

À Ely, pela agradável companhia nas viagens que fizemos juntas aos congressos e pela torcida sincera;

Às minhas poucas, mas verdadeiras amigas, Lilica, Belle e Sissi, pelo incentivo;

À Márcia Mapunrunga, pelas conversas preciosas, que me fizeram refletir e compreender os problemas e as dificuldades enfrentadas nestes últimos meses;

À Antônia e Laura, pela simpatia e atenção com me tratam na secretaria da Pós;

A FUNCAP, pelo auxílio financeiro no primeiro ano desta pesquisa;

Ao CNPQ, pelo auxílio financeiro no segundo ano desta pesquisa.

*Ai, palavras, ai, palavras,  
que estranha potência, a vossa!  
Ai, palavras, ai, palavras,  
sois de vento, ides no vento.  
no vento que não retorna,  
e, em tão rápida existência,  
tudo se forma e transforma.*

(Cecília Meireles, *Obra poética*, 1985)



## RESUMO

LUCENA, Izabel Larissa. A expressão da evidencialidade no discurso político: uma análise da oratória política da assembleia legislativa do Ceará. 2008. 112f. Dissertação (Mestrado em Lingüística – Área de concentração: Análise e Lingüística). UFC. Fortaleza.

Este trabalho tem como objetivo investigar a expressão da evidencialidade e sua relação com os graus de comprometimento dos oradores com os conteúdos enunciados na construção da argumentação no discurso político. Para tal fim, analisamos trinta discursos (subdivididos em dois grupos temáticos: 1º grupo – a vinda da Refinaria de Petróleo para o Ceará; 2º grupo – a Transposição do Rio São Francisco), proferidos no Pequeno Expediente de Sessões Ordinárias na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, durante o período de 2005 e 2006. A evidencialidade é analisada, neste trabalho, quanto aos aspectos sintáticos (meio lingüístico, posição no enunciado), semânticos (tipo de fonte, estratégia de veiculação da informação no enunciado, o que está diretamente relacionado ao modo como o enunciador deseja demonstrar que obteve a informação por ele apresentada) e pragmáticos (graus de comprometimento do político com o conteúdo do seu discurso, imagens por ele suscitadas no processo argumentativo, papéis discursivos assumidos pelos itens evidenciais). Sustentamos a hipótese de que fatores de ordem conceptual, interacional e contextual, como os propósitos enunciativos do político, as condições de produção e a imagem que esse político deseja construir de si ante o auditório, condicionam a manifestação da evidencialidade, o tipo de qualificação evidencial, bem como os efeitos de sentido de (des)comprometimento do político com o seu discurso. Adotamos, principalmente, a base teórica funcionalista, em que o usuário assume papel central na investigação; a descrição lingüística inclui, portanto, referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatutos definidos na interação verbal (DIK, 1989). Os resultados obtidos revelam que, na construção da argumentação no discurso político, predomina o uso de marcas evidenciais do tipo relatado de fonte definida, comprovando que o político prefere não se comprometer com a informação reportada, assegurando ao interlocutor a possibilidade de avaliar por si só a validade da informação, de acordo com a qualidade da fonte expressa. Com relação às marcas evidenciais que assumimos como atinentes ao eixo do enunciador (experenciais, inferenciais e subjetivas), verificamos que, embora em menor quantidade, constituem estratégias importantes na construção de imagens legitimadoras da ação política, já que o enunciador se mostra como alguém convicto de suas idéias e projetos. Quanto aos aspectos morfossintáticos da evidencialidade, observamos que o verbo é o meio de expressão mais freqüente dessa categoria, ocupando, majoritariamente, a posição intercalada (entre a fonte e o conteúdo enunciado).

**Palavras-Chave: Evidencialidade; Gramática Funcional; Discurso Político.**

## ABSTRACT

LUCENA, Izabel Larissa. A expressão da evidencialidade no discurso político: uma análise da oratória política da assembléia legislativa do Ceará. 2008. 112f. Dissertação (Mestrado em Lingüística – Área de concentração: Análise e Lingüística). UFC. Fortaleza.

The present research aims at investigating the expression of evidentiality and its relation to the degrees of public speaker's commitment with the contents uttered in political speech argumentation's construction. Thirty speeches, subdivided in two thematic groups: 1) the arrival of a petrol refinery in the state of Ceará; and 2) the transposition of São Francisco River, and delivered in the Small Expedient of Ordinary Sessions in the State legislature of Ceará, from 2005 to 2006, consisted the *corpus* of analysis. In this work, evidentiality analysis is concerned with the syntactic aspects (linguistic contexts, position in the statement), semantic (type of source, strategy of information's dissemination in the statement, what is directly related to the way as the speaker desires to demonstrate that he got the information presented by himself) and pragmatic (degrees of commitment of the politician with the content of his speech, elicited images in the argumentative process, discursive roles assumed by the items of evidence). We support the hypothesis that factors of conceptual, interacional and contextual order, as the communicative intentions of the politician, the conditions of production and the image that this politician desires to construct of himself before the audience, condition the evidentiality manifestation, the type of evidential qualification, as well as the (lack of) commitment's effects of meaning from the politician with his speech. We adopted, mainly, the functionalist theoretical basis, in which the user assumes a central role in the inquiry; the linguistic description includes, therefore, reference to the speaker, to the listener and to their roles and statutes defined in the verbal interaction (DIK, 1989). The results reveal that, in political speech argumentation's construction, the use of evidences marks from the cited defined type of source prevails, proving that the politician prefers not to commit himself to the reported information, assuring to the interlocutor this responsibility to evaluate the validity of the information, in accordance with the quality of the expressed source. With regard to the evidential marks that we assume as referents of the speaker's axis (inferential and subjective experiences), we verify that, although in lesser amount, they constitute important strategies in the construction of political action's legitimating images, since the speaker shows confidence in his ideas and projects. Concerning the morphosyntatic aspects of the evidentiality, we observe that the verb is the way of more frequent expression of this category, occupying, mainly, the intercalated position (between the source and the declared content).

**Key-Words: Evidentiality, Political Discourse, Functional Grammar.**

## LISTA DE QUADROS, FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

### 1. QUADROS

Quadro 01 – Escala evidencial (GIVÓN, 1982, p. 42).

Quadro 02 – Tipos de evidências (WILLET, 1988, p. 57).

Quadro 03 – Evidencialidade – equacionamento entre tipo de fonte e natureza da experiência evidencial.

Quadro 04 – Escala de comprometimento (THOMPSON, 1996, p. 37).

Quadro 05 - Distribuição dos itens evidenciais nos grupos temáticos.

### 2. FIGURAS

Figura 01 – Modelo de interação verbal (DIK, 1989, p. 8-9).

Figura 02 – Proposta de equacionamento da avaliação epistêmica (DALL'AGLIO-HATTNER, 1995).

Figura 03 – Graus de comprometimento dos tipos evidenciais.

### 3. GRÁFICOS

Gráfico 01 – Tipos de fonte no discurso político.

Gráfico 02 – Tipos de evidencialidade no discurso político.

### 4. TABELAS

Tabela 01- Meio de manifestação da evidencialidade.

Tabela 02 - Posição do item evidencial no enunciado.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 – Pressupostos teóricos funcionalistas para o estudo da categoria evidencialidade</b> .....	18
1.1 A opção pela abordagem funcionalista no estudo da categoria evidencialidade .....	19
1.2 O suporte teórico funcionalista .....	20
1.3 Síntese .....	27
<b>CAPÍTULO 2 – A categoria evidencialidade</b> .....	28
2.1 A natureza conceitual da evidencialidade .....	29
2.2 Evidencialidade: critérios para a definição, delimitação, identificação e tipologização da categoria .....	32
2.3 A categoria evidencialidade como estratégia de (des)comprometimento .....	46
2.4 Síntese .....	48
<b>CAPÍTULO 3 – Caracterização da oratória política</b> .....	50
3.1 O discurso político: uma breve incursão na Análise do Discurso .....	51
3.2 Síntese .....	58
<b>CAPÍTULO 4 – Constituição do <i>corpus</i> e procedimentos gerais de análise</b> .....	60
4.1 A constituição e a delimitação do <i>corpus</i> .....	60
4.2 Procedimentos de análise: os parâmetros sintáticos, semânticos e pragmáticos para a análise do <i>corpus</i> .....	66
4.3 Síntese .....	72
<b>CAPÍTULO 5 – A MANIFESTAÇÃO DA EVIDENCIALIDADE EM DISCURSOS POLÍTICOS</b> .....	74
5.1. A natureza semântica da evidencialidade .....	74
5.1.1 O tipo de fonte da informação .....	74

5.1.2 As estratégias de veiculação da informação no enunciado: a natureza da experiência evidencial .....	79
5.2 Os meios de expressão da evidencialidade no discurso político .....	94
5.2.1 Posição no enunciado .....	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	108
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	111

## INTRODUÇÃO

Assumimos que a evidencialidade é um domínio semântico que constitui a fonte de uma informação e pode ser trabalhada como categoria lingüística que está diretamente relacionada a graus de (des)comprometimento do sujeito enunciador com seu discurso. Nesta pesquisa, procuramos identificar e analisar esses efeitos de sentido provocados pelos diferentes tipos de evidencialidade e sua relação na construção da argumentação no discurso político.

Analizamos essa categoria lingüística quanto aos aspectos sintáticos (meios lingüísticos, posição da expressão evidencial no enunciado), semânticos (tipo de fonte da informação, natureza da evidência, o que é por nós considerado como uma estratégia de veiculação da informação no discurso) e pragmáticos (graus de comprometimento do político com o conteúdo de seu discurso, imagens por ele suscitadas no processo argumentativo, papéis discursivos assumidos pelas marca evidenciais).

A partir da concepção de que o sistema lingüístico constitui um organismo complexo que unifica os domínios da sintaxe, semântica e pragmática (GIVÓN, 1995), podemos enumerar os seguintes questionamentos suscitados pelo objeto de estudo da presente pesquisa: i) entre as várias possibilidades de expressão da evidencialidade, quais são as mais recorrentes na construção da persuasão no discurso político? ii) qual é a natureza semântica dos itens evidenciais predominantes no discurso político e que efeitos de (des)comprometimento esses itens podem promover no decorrer do processo argumentativo? iii) que imagens são suscitadas quando o político constrói o seu discurso com base em uma evidência direta ou indireta? iv) no discurso político predomina o alto/médio comprometimento, uma vez que para persuadir o seu auditório, o político deve mostrar-se como um sujeito engajado com suas idéias e propostas? v) ou predomina o baixo comprometimento no discurso político, já que a ação política não depende apenas de um sujeito, mas de uma coletividade (representada muitas vezes por entidades como o Estado, a Nação, o Poder Legislativo que, como tais, permitem ao político se mostrar como alguém, ao mesmo tempo, responsável e desapossado)?

Diante de tais questionamentos, é evidente que, caso empreendêssemos uma análise quer exclusivamente sintática, quer semântica ou pragmática, não seria possível flagrar o elo entre evidencialidade e construção discursiva. Assim, a abordagem funcionalista nos fornece subsídios teórico-metodológicos suficientes para que esses aspectos – sintáticos, semânticos, textual-discursivos – envolvidos na expressão da categoria evidencialidade sejam

devidamente explicitados e descritos, já que considera a integração dos componentes de análise.

Com base nessas considerações, acreditamos que essa pesquisa se justifique pelas seguintes razões: i) a contribuição que podemos trazer para o debate sobre a constituição de um subsistema evidencial no português do Brasil<sup>1</sup> e ii) a pertinência da análise dessa categoria na instância do discurso político, uma vez que buscaremos analisar os efeitos de (des)comprometimento provocados pelos diferentes tipos de evidencialidade, bem como a relação entre evidencialidade e persuasão.

Apesar de haver diferentes concepções a respeito da categoria evidencialidade, reconhecemos, juntamente com Nuyts (1992, 1993, 2001), que a evidencialidade determina a qualificação epistêmica, uma vez que o sujeito enunciador só procede à avaliação da probabilidade de um estado-de-coisas quando tem evidências para reconhecer sua estimativa de ocorrer ou não no mundo, podendo explicitá-las ou não, segundo seus propósitos enunciativos. Nuyts, partindo dessa assunção, subdivide as evidências em *subjativa* (se o falante é a fonte) e *intersubjetiva* (se a fonte é uma comunidade, podendo o interlocutor ser incluído). A dimensão *subjatividade* é o componente que diferencia os tipos de evidências, sendo definida em termos de intersubjetividade, que envolve, basicamente, a questão de a evidência ser amplamente conhecida (inclusive pelo ouvinte) ou diz respeito apenas ao falante. Dessa forma, assumimos que a evidencialidade constitui um componente conceptual básico das línguas naturais e que, portanto, condiciona a manifestação da modalidade epistêmica. Ou seja, a evidencialidade é hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, determinando a qualificação modal do enunciado.

Em relação ao fato de a expressão da evidencialidade se manifestar apenas por meios lexicais (e não morfológicos), o que pode sugerir a não existência de um subsistema evidencial no português brasileiro, podemos argumentar no sentido de que, na verdade, ainda não há estudos suficientes que comprovem a existência desse subsistema. No entanto, pesquisas como as de Galvão (2001) e Gonçalves (2003), que, respectivamente, comprovaram a gramaticalização dos itens *diz que* e *parecer* como operadores evidenciais, têm fortalecido a hipótese do desenvolvimento desse subsistema evidencial no português do Brasil. Como podemos observar, a categoria evidencialidade constitui ainda um campo promissor nos estudos lingüísticos.

---

<sup>1</sup> Esta é uma hipótese sustentada por autoras como Galvão (2001) e Dall'Aglio-Hattner (2001).

Para que nossa investigação seja possível, consideramos que escolhemos e articulamos as expressões lingüísticas em função de nossa intenção comunicativa (DIK, 1989, 1997), portanto, ao nos engajarmos em um ato de interação verbal, assim o fazemos porque desejamos modificar a informação pragmática do interlocutor com o qual interagimos.

Assumindo essa representação interativa da linguagem, procuramos analisar trinta (30) discursos proferidos na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, durante o Pequeno Expediente de Sessões Ordinárias, no período de 2005-2006. Trabalhamos com dois grupos temáticos de discurso, um que trata da questão da vinda da Refinaria de Petróleo para o Nordeste, particularmente, para o Ceará; e outro que discute as questões levantadas pela polêmica transposição do Rio São Francisco.

No que concerne à organização desta pesquisa, seu conteúdo está subdividido em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *Pressupostos teóricos funcionalistas para o estudo da categoria evidencialidade*, explicitamos a base teórica sobre a qual este trabalho se fundamenta, mostrando os princípios que norteiam uma investigação de caráter funcionalista.

No segundo capítulo, *A categoria evidencialidade*, concentramos nossa atenção nos aspectos teórico-conceituais da evidencialidade, objeto de estudo deste trabalho. Nesse capítulo, procuramos discutir as principais propostas de definição e delimitação dessa categoria, bem como a sua relação com a modalidade epistêmica.

No terceiro capítulo, *Caracterização da oratória política*, tratamos dos aspectos relativos às condições de produção da oratória política, tendo como suporte teórico os estudos desenvolvidos por Maingueneau (2002), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) e Charaudeau (2006) sobre argumentação e discurso político.

No quarto capítulo, *Metodologia: constituição do corpus e procedimentos gerais de análise*, expomos as características do *corpus* da presente pesquisa, procurando explicitar o modo como o constituímos e o delimitamos. Além de definirmos a metodologia adotada na organização do *corpus*, discutimos os parâmetros de análise adotados para a investigação da evidencialidade neste trabalho.

No quinto capítulo, *A manifestação da evidencialidade em discursos políticos*, apresentamos e discutimos os resultados encontrados em nossa análise, buscando demonstrar as funções exercidas pelos itens evidenciais na construção do ato persuasivo.

Por fim, na *Conclusão*, dedicamo-nos a sistematizar os resultados da investigação empreendida.



Ao término de cada capítulo, exceto o de análise, oferecemos ao leitor uma síntese na qual empreendemos um resumo dos principais aspectos tratados, a fim de possibilitar uma compreensão mais efetiva dos conteúdos discutidos neste trabalho.

## **CAPÍTULO 1 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS FUNCIONALISTAS PARA O ESTUDO DA CATEGORIA EVIDENCIALIDADE**

O presente trabalho se enquadra numa orientação funcionalista nos estudos da linguagem. Embora possamos destacar a existência de diferentes modelos funcionalistas, todos compreendem que o estudo das expressões lingüísticas deve realizar-se dentro de um quadro geral de interação social que prioriza a análise das funções dessas unidades lingüísticas sobre seus aspectos estritamente formais. O termo *função* está sendo empregado, neste estudo, não apenas como os papéis exercidos pelas expressões lingüísticas nos enunciados, mas também como os múltiplos papéis que a linguagem pode exercer na vida dos seres humanos, as inúmeras necessidades a que a língua se presta.

Optamos, portanto, por explicar a categoria evidencialidade em termos de condicionamentos cognitivos, discursivos, estruturais e funcionais, uma vez que consideramos que as gramáticas codificam o universo mental dos seus usuários e sofrem pressões relativas ao uso (discurso).

Neste paradigma, a linguagem é compreendida a partir de uma perspectiva instrumental, teleológica. A expressão lingüística passa a ser vista dentro de um contexto do qual fazem parte, pelo menos, dois participantes, suas intenções comunicativas, seus papéis e estatutos definidos na interação social (DIK, 1989, 1997). Sendo assim, a pesquisa lingüística de orientação funcionalista pode tomar como objeto de análise uma categoria de item ou de construção e, a partir daí, identificar os processos cognitivos e discursivos que estão relacionados a essa categoria, a fim de verificar a sua atuação e as funções que realiza dentro de uma língua natural (NOGUEIRA, 2002).

O pressuposto de que há um sistema subjacente às expressões lingüísticas, sistema este de natureza funcional, leva o lingüista, portanto, a investigar por que uma expressão lingüística é utilizada de um determinado modo, dadas as funções comunicativas que realiza (DIK, 1989). Ou seja, em vez de buscar rotular, inequivocamente, os itens da língua, as construções ou expressões lingüísticas assumem uma fluidez categorial em vista das pressões do uso. Como podemos perceber, a análise funcionalista da linguagem se distingue da formalista na medida em que define o sistema lingüístico como uma rede de significado paradigmático potencial (HALLIDAY, 1985), não-linear, que sofre transformações decorrentes do uso e das intenções comunicativas de seus usuários.

Deixamos claro que a explanação aqui empreendida não ignora as contribuições das análises de orientação formalista, já que reconhecemos que cada uma dessas abordagens tem

seu papel na descrição dos fenômenos lingüísticos. Apesar disso, os problemas colocados pelos objetivos desta pesquisa nos impõem, de certo modo, a opção por uma abordagem pragmática da linguagem, a qual será explicitada com maiores detalhes nos itens seguintes.

### **1.1 A opção pela abordagem funcionalista no estudo da categoria evidencialidade**

Por que fazer a opção por uma abordagem funcionalista no estudo da categoria evidencialidade? Desde a elaboração do projeto que orienta esta pesquisa, decidimos que o objetivo geral deste trabalho, que é analisar e descrever os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos que caracterizam a expressão da evidencialidade na oratória política, não lograria êxito se optássemos por um aparato teórico-metodológico que enfatizasse os aspectos relativos à forma, atribuindo menos importância à Semântica e à Pragmática.

Desse modo, apenas uma perspectiva pragmático-discursiva da linguagem pode nos ajudar a propor explicações suficientemente consistentes a respeito das funções persuasivas assumidas pelas expressões evidenciais na construção da argumentação no discurso político, ou seja, dos efeitos de (des)comprometimento produzidos por essas expressões na elaboração do discurso político, que visa, acima de tudo, a “ganhar” a adesão dos interlocutores em relação às propostas e idéias que veicula.

A escolha pela perspectiva funcionalista da linguagem deve-se ao próprio objeto de análise, uma vez que a evidencialidade apresenta um caráter não-discreto, mas multifuncional. Ou seja, a plurifuncionalidade dos itens evidenciais, nos termos de Halliday (1985), justifica adotarmos um ponto de vista que admita o comportamento dinâmico das expressões lingüísticas, refletindo, assim, a variedade de propósitos comunicativos a que elas podem prestar-se, dependendo das intenções comunicativas do falante e do contexto no qual a interação verbal se realiza.

Como afirmamos anteriormente, a pesquisa de orientação funcionalista pode seguir diferentes modelos teóricos. Segundo Nichols (1984), há o funcionalismo *conservador*, que aponta a inadequação da análise formalista, sem, contudo, propor uma análise funcionalista da estrutura lingüística; existe o *moderado*, que indica as inadequações das propostas estritamente formais e propõe uma análise funcionalista; e o chamado funcionalismo *extremado*, que nega a própria estrutura, considerando as regras das línguas naturais como funções decorrentes do uso ou da pressão do discurso. O funcionalismo que adotamos nesta pesquisa é reconhecido como moderado. Trabalhamos mais especificamente com os modelos teóricos de Dik (1989, 1997) e Hengeveld (1988, 1989, 1997, 2000), pois acreditamos que

tais propostas nos auxiliam a i) apreender as relações interdiscursivas e intersubjetivas que se constroem no uso da evidencialidade e ii) discernir os diferentes tipos de qualificações evidenciais, bem como a função que exercem no jogo interativo da linguagem.

Se a evidencialidade é uma categoria que diz respeito à origem, à fonte do conhecimento, e, além disso, se assumimos que ela se relaciona com o nível de (des)comprometimento do falante com seu discurso, não há dúvida de que o tipo de qualificação evidencial escolhido pelo político na construção do seu discurso demonstrará o grau de engajamento deste político com os valores por ele assumidos diante da instância cidadã, ou seja, o grau de comprometimento do político com o valor de verdade de suas idéias, propostas e projetos.

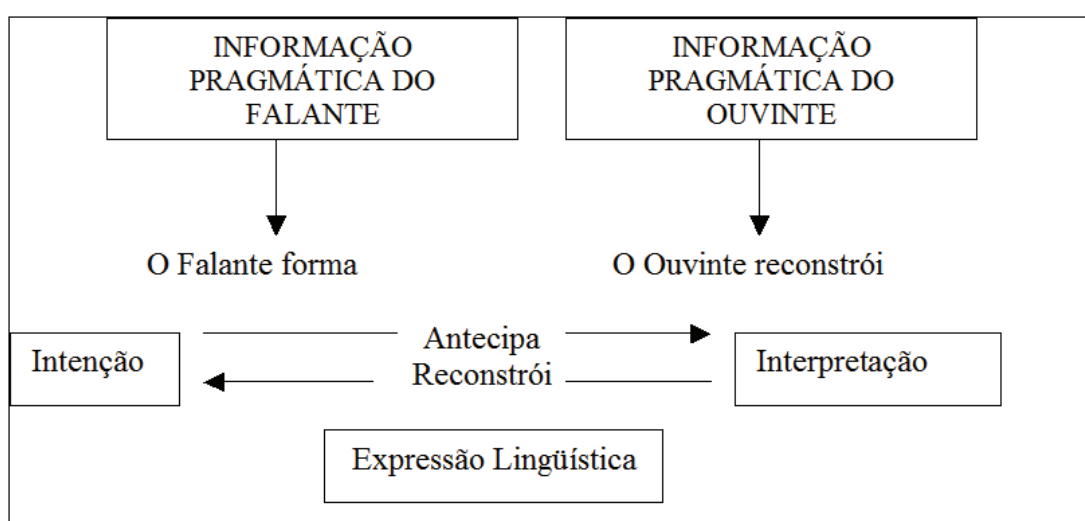
## **1.2 O suporte teórico funcionalista**

No modelo teórico funcionalista, o usuário assume papel central, já que o objetivo da investigação lingüística é explicitar como falantes e ouvintes se comunicam entre si, de modo eficiente, por meio da expressão lingüística (DIK, 1989). Para Dik, a descrição funcionalista da linguagem considera que os usuários de uma língua sejam capazes de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado (capacidade epistêmica); de empregar regras de raciocínio para extrair novos conhecimentos a partir de conhecimentos prévios (capacidade lógica); de perceber o ambiente e dele derivar conhecimento (capacidade perceptual); e de usar a linguagem de acordo com a situação de interação (capacidade social). Essas capacidades não funcionam de modo isolado, mas em conjunto, produzindo, assim, cada uma, um *output* fundamental para a produção e interpretação da linguagem.

Sendo assim, para a Gramática Funcional (GF), a interação verbal é uma atividade cooperativa – que envolve no mínimo dois participantes – e altamente estruturada por regras. Portanto, é tarefa dessa abordagem funcionalista empreender uma análise lingüística que vise a explicitar dois tipos de sistemas de regras: as regras de constituição das expressões lingüísticas - regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas; e as que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões lingüísticas são usadas - regras pragmáticas (DIK, 1989; 1997). A expressão lingüística, por sua vez, assume um caráter de mediação, não no sentido de reproduzir o mundo empírico, tal como se apresenta aos nossos olhos, mas como um instrumento que relaciona, como uma ponte, a intenção do falante e a interpretação do ouvinte, sendo esta mediação “imperfeita”, na medida em que o significado

codificado na mensagem pelo falante não se confunde com a sua intenção e nem se iguala à interpretação final dada pelo ouvinte.

Nesta perspectiva funcionalista, a língua é entendida não como um conjunto de expressões lingüísticas arbitrárias que podem ser estudadas fora do contexto de uso, mas como um instrumento de interação social entre os seres humanos, usado com a intenção de estabelecer, primeiramente, interações comunicativas. Esse processo de interação que se dá por meio da linguagem é ilustrado por Dik da seguinte maneira:



**Figura 01 – Modelo de interação verbal (DIK, 1989, p. 8-9).**

O modelo de interação verbal ilustrado na figura 01 demonstra que os seres humanos estabelecem interações visando a provocar algum tipo de modificação na informação pragmática do destinatário; isto é, ao estabelecermos uma interação verbal, o fazemos com certa intenção comunicativa, “munidos” de uma informação pragmática, que consiste no conjunto de conhecimentos, crenças, suposições, opiniões e sentimentos de que dispomos no ato da interação social, e com base em uma antecipação que fazemos da informação pragmática disponível ao ouvinte, que, por sua vez, interpreta esse propósito comunicativo com base na expressão lingüística, na informação pragmática que possui, e na hipótese que faz a respeito da intenção comunicativa do falante.

Essa relação não-arbitrária entre a estrutura da língua e suas regularidades de uso reflete um sistema lingüístico a serviço do que Halliday (1985, 2004) chama de metafunções *ideacional*, *interpessoal* e *textual*. Para este autor, a língua presta-se à função ideacional, que

diz respeito ao modo como nós organizamos o nosso pensamento e nossas experiências de mundo; à função interpessoal que, por sua vez, está relacionada aos papéis discursivos que o falante assume na interação verbal e ao modo como nos engajamos com nosso discurso; e à função textual, instrumental em relação às outras, que confere à língua operacionalidade cotextual e situacional, ou seja, ao modo como organizamos textualmente nosso discurso dado o contexto comunicativo. Sendo assim, Halliday deixa claro que as gramáticas funcionais devem ser assentadas no texto/discurso, já que a língua é entendida como uma rede de opções de significado paradigmático organizada pelas metafunções *ideacional*, *interpessoal* e *textual*.

A GF considera, portanto, que as expressões lingüísticas são a combinação de significados ideacionais, interpessoais e textuais. Nesta perspectiva, a evidencialidade diz respeito ao conhecimento de mundo do falante (ideacional), às relações sociais estabelecidas entre os sujeitos da interação e à identidade construída por eles no discurso (interpessoal), manifestando-se, primordialmente, por expressões lexicais (textual).<sup>2</sup>

Outro aspecto importante da orientação funcionalista adotada neste trabalho consiste na proposta de integração dos níveis de análise, ou seja, da existência de uma sistematização entre os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática. Segundo Dik (*ibid*), a pragmática é vista como um quadro abrangente no qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. A semântica é instrumental em relação à pragmática, e a sintaxe, instrumental em relação à semântica. É nesse sentido que os modelos funcionalistas se caracterizam como teorias pragmáticas, visto que o estudo da sintaxe e da semântica se desenvolve dentro de um quadro da pragmática, o que significa dizer que toda a situação de comunicação deve ser avaliada, isto é, o propósito enunciativo, seus participantes e o contexto no qual se dá essa interação (NICHOLS, 1984).

Embora seja o padrão de adequação pragmática o que apresenta maior peso na teoria, a adequação psicológica também tem importância dentro da concepção funcionalista de linguagem, uma vez que o funcionalismo procura estabelecer uma relação compatível entre descrição gramatical e hipóteses psicológicas fortemente evidentes a respeito do processamento lingüístico, em termos de princípios e estratégias que determinam a maneira como as expressões lingüísticas são percebidas, interpretadas, processadas, armazenadas, recuperadas e produzidas. Todos esses pressupostos podem ser assim, resumidamente, enumerados: i) as categorias lingüísticas apresentam caráter não-discreto; ii) o valor semântico das unidades lingüísticas é “autorizado” pelo contexto de interação; iii) as línguas

---

<sup>2</sup> Essa é uma hipótese já comprovada por Galvão (2001), Dall’Aglio-Hatnher (2001) e Gonçalves (2003).

sofrem mudanças determinadas pelo discurso e iv) as unidades da língua são caracterizadas, integradamente, por aspectos pragmáticos, cognitivos, semânticos e sintáticos, tendo a adequação pragmática maior relevância na teoria.

Como podemos observar, o suporte teórico funcionalista concebe a estrutura lingüística como um mecanismo que só pode ser descrito, adequadamente, se forem considerados os aspectos cognitivos e comunicativos que regem seu funcionamento (GIVÓN, 1995). Para Givón, a língua é um organismo complexo que unifica os domínios da sintaxe, semântica e pragmática, sendo a sintaxe a codificação da semântica (proposicional) e da pragmática (discursiva). A gramática das línguas, nessa perspectiva, é, portanto, a codificação de fatores pragmáticos. É claro que o funcionalismo não despreza o fato de que há certos comportamentos lingüísticos que são determinados por fatores estritamente formais, mas o importante dessa concepção não-autônoma de gramática é a noção de que a língua sofre mudanças motivadas pelo uso e pelas necessidades comunicativas dos indivíduos.

Além dos pressupostos da GF de Dik (1989), da Gramática Sistemico-Funcional de Halliday (1985, 2004) e da proposta Tipológico-Funcional de Givón (1995), adotamos alguns postulados teórico-metodológicos da Gramática Funcional do Discurso (GFD). A GFD é baseada em três níveis interativos, hierarquicamente ordenados: nível interpessoal, representacional e da expressão (HENGEVELD, 2000). Esse modelo de gramática propõe uma análise voltada ao ato do discurso, e não à frase, o que se justifica, segundo o autor, por duas razões: primeiro, porque nem tudo na língua pode ser explicado no nível da frase, tal como partículas discursivas, cadeias anafóricas e outros elementos que requerem um contexto lingüístico mais amplo; segundo, porque algumas expressões lingüísticas, embora sejam menores do que a frase, exercem a função de enunciados completos. A proposta da GFD se organiza em torno de duas abordagens: a da estratificação descendente (organização *top-down* das camadas) e a modular (os níveis se ligam por meio de interfaces). Para Hengeveld, a construção de estruturas subjacentes e, particularmente, a interface existente entre os vários níveis, podem ser descritas a partir das decisões comunicativas que os falantes tomam na construção dos enunciados. Isto quer dizer que as decisões operadas pelo falante nos níveis e camadas mais altas vão determinar as possibilidades dos níveis e camadas mais baixas, uma vez que a codificação da intenção comunicativa do falante opera de cima para baixo, até a articulação, componente de saída da gramática (*output*).

Como foi dito anteriormente, esse modelo distingue três níveis de interação, organizados modularmente (interpessoal, representacional e da expressão, nessa ordem hierárquica). O interpessoal diz respeito à intenção comunicativa do falante, que executa um

ou mais atos discursivos a fim de comunicar o que deseja. O representacional é definido em termos de que entidades e relações o falante aciona para preencher seu enunciado com conteúdo semântico. Por último, o nível da expressão, que está relacionado ao modo como cada língua expressa as suas unidades gramaticais. É importante que fique claro que esses níveis funcionam em interface, pois regras de mapeamento ligam o nível interpessoal ao representacional, quando um conteúdo semântico for necessário para que o falante interaja com algum tipo de intenção comunicativa. As regras de expressão, por sua vez, unem os níveis interpessoal e representacional ao da expressão. Os casos em que apenas um conteúdo pragmático deve ser comunicado, as regras de expressão unem diretamente o nível interpessoal ao da expressão.

Como podemos ver, esse modelo não estático de gramática é a maior diferença entre a GFD e GF, proposta por Dik (1989, 1997), uma vez que os níveis se organizam em módulos separados, interagindo entre si de acordo com as decisões discursivas tomadas no início do processo. A GFD se aproxima de um modelo de gramática que busca descrever as estruturas formais, a partir dos processos cognitivos e comunicativos desencadeados pelas intenções dos falantes. Por esse motivo, Hengeveld (2000) acrescenta que esses três níveis interagem com dois componentes: o cognitivo e o comunicativo. O primeiro diz respeito à informação de longo-prazo que o falante ativa no momento da interação, tal como sua competência comunicativa, conhecimento de mundo e competência lingüística; e o segundo está relacionado ao conhecimento de curto-prazo, derivado do contexto imediato de comunicação. Pode ser também compreendido como sendo o conhecimento compartilhado pelos interlocutores na interação social. O que mais importa nessa discussão é o fato de que os componentes cognitivo e contextual atuam juntos na criação de expressões lingüísticas, ou seja, “alimentam” o componente gramatical, o qual assume um caráter extremamente dinâmico e flexível às pressões do uso. A descrição, segundo Hengeveld (2000), terá maior êxito desde que tente se aproximar o máximo possível do processo de produção da linguagem realizado pelo falante.

A construção das expressões lingüísticas deve ser interpretada como sendo um processo de tomadas de decisão por parte do falante, ou seja, inicia-se no ato discursivo. De acordo com Hengeveld, a GFD descreve as expressões lingüísticas em termos do mundo que representam (função representacional) e em termos das intenções comunicativas do falante (função interpessoal). Ou seja, as expressões lingüísticas podem ser classificadas em termos de duas funções: i) *expressões em termos de sua função representacional* e ii) *expressões lingüísticas em termos de sua função interpessoal*.



Como dissemos anteriormente, a evidencialidade diz respeito à manifestação da fonte do conhecimento, o que está diretamente relacionado ao (des)comprometimento do sujeito enunciador em relação ao valor de verdade do conteúdo expresso na proposição. Essa função intersubjetiva autoriza, portanto, a interpretação dessa categoria, sobretudo, no nível interpessoal, uma vez que o sujeito enunciador, ao construir seu argumento explicitando a base epistêmica do seu conhecimento, assim o faz porque deseja mostrar-se mais, ou menos, engajado com o valor de verdade do seu dizer.

Neste ponto da discussão, cabe a seguinte pergunta: o que há em comum entre o modelo dikiano e a emergente GFD? Em primeiro lugar, todos esses modelos sobre os quais este trabalho se assenta reconhecem que a expressão lingüística se organiza simultaneamente como *mensagem e evento de interação* (HALLIDAY, 1985), ou seja, o usuário de uma língua natural faz uso do sistema lingüístico por duas razões básicas: para entender o ambiente em que vive (aspecto cognitivo) e para influenciar os outros (aspecto comunicativo e/ou social).

Em segundo lugar, o modelo dikiano deixa claro que a expressão lingüística é, antes de tudo, a codificação da intenção do falante, uma vez que, ao nos engajarmos em uma interação verbal, assim o fazemos porque possuímos uma intenção comunicativa específica, levamos conosco informação pragmática que mobilizamos no ato da enunciação, além das capacidades que são ativadas por ocasião dessa interação: a epistêmica, a lógica, a perceptual e a social.

A representação formal dos enunciados em várias camadas hierarquicamente ordenadas do nível mais baixo para o mais alto (predicado e termos > predicação > proposição > cláusula)<sup>3</sup>, no modelo da GF, constitui uma proposta de descrição da estrutura lingüística, não de processamento, pois o processamento pode envolver simultaneamente todas as ações acima citadas. Apesar de afirmarmos que a GFD tem sua base teórica na GF, é evidente que avanços foram alcançados, sobretudo no que diz respeito a sua organização em módulos hierarquicamente ordenados, o que possibilita uma descrição da expressão lingüística sempre tendo como ponto de partida o ato discursivo realizado pelo usuário de uma dada língua. Além disso, esse modelo teórico permite uma distinção mais clara entre as expressões que atuam mais diretamente no nível interpessoal e outras que têm seu escopo mais

---

<sup>3</sup> A GF proposta por Dik postula uma representação complexa da estrutura oracional subjacente, em que se distinguem diferentes camadas de organização formal e semântica, na qual a mais básica é a predicação, que, de maneira geral, designa um de estado-de-coisas (EC), isto é, uma interpretação lingüisticamente codificada de algo em algum mundo. A construção da predicação acontece por meio da inserção de *termos* em *estruturas de predicado*. A proposição designa um fato possível que pode ser motivo de surpresa, de dúvida, de menção, de negação, de rejeição, de lembrança, de verdade, de falsidade. A cláusula, por sua vez, é a proposição revestida de força ilocucionária.

especificamente sobre o nível representacional, uma vez que é possível analisar a expressão lingüística a partir das ações mobilizadas pelo falante para efetivar suas intenções comunicativas.

Sendo assim, com base em todos esses pressupostos teóricos, podemos afirmar que o uso das unidades evidenciais codificadas nas línguas reflete a interação entre aspectos cognitivos e contextuais, ou seja, são o resultado da relação entre as decisões comunicativas do falante e o contexto de interação social. Esse pressuposto de que o falante opera a codificação das expressões lingüísticas a partir da relação entre cognição, aspectos contextuais e gramaticais reforça, portanto, a subdivisão dos evidenciais em subjetivos (quanto o falante é a fonte do conhecimento) e intersubjetivos (quando a fonte é uma comunidade, podendo ser incluído o falante e o ouvinte), tal como proposto por Nuyts (1993); explicando, desse modo, o fato de essa categoria se manifestar em certos contextos e em outros não, como também a co-ocorrência entre a evidencialidade e a modalidade epistêmica nas línguas que não possuem sistemas evidenciais gramaticalizados em termos morfológicos. Tendo em vista isso, este trabalho visa a analisar a funcionalidade da categoria evidencialidade segundo fatores de ordem interpessoal, contextual e representacional.

### **1.3 Síntese**

Nesta seção, discorreremos sobre o arcabouço teórico funcionalista que orienta a análise dos nossos dados. Vimos que o funcionalismo, seja ele representado pela GF de Dik (1989, 1997) ou pela GFD de Hengeveld (2000) ou pela Gramática Sistemico-Funcional de Halliday (1985) ou, ainda, pela proposta Tipológico-Funcional de Givón (1995), aposta em uma análise/descrição lingüística que leva em consideração o contexto comunicativo em que as expressões lingüísticas são usadas, os propósitos comunicativos do falante e a informação pragmática ativada pelos interactantes no momento da interação verbal.

A evidencialidade, dentro dessa concepção de gramática, passa a ser compreendida como uma categoria lingüística multifuncional, uma vez que se presta a diferentes propósitos comunicativos, atuando, principalmente, em um nível interpessoal da gramática, visto que o tipo de fonte da informação pode demonstrar o grau de (des)comprometimento do falante com o conteúdo por ele expresso na proposição.

A noção de que o falante opera a construção das expressões lingüísticas a partir de seus propósitos comunicativos, acionando, na interação verbal, toda uma gama de conhecimentos, sejam eles epistêmicos, perceptuais, lógicos, sociais, impõe-nos uma análise

que tente unir aspectos relativos à pragmática na gramática, uma vez que buscamos descrever e analisar, integradamente, os aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos dos meios de expressão da evidencialidade, bem como os efeitos de (des)comprometimento correlacionados aos tipos de evidenciais na construção do discurso político persuasivo.

## CAPÍTULO 2 - A CATEGORIA EVIDENCIALIDADE

Embora tenha sido reconhecida sua relevância semântico-pragmática muito tempo antes de o termo se tornar conhecido na literatura da ciência da linguagem, a categoria evidencialidade só ganhou atenção na pesquisa lingüística contemporânea na década de 1980, por ocasião dos trabalhos apresentados na primeira conferência (1981) realizada em Berkeley (EUA) sobre o assunto, os quais foram reunidos e publicados por Chafe e Nichols (1986) sob o título *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Esses estudos revelam o princípio básico de que as línguas codificam a consciência humana de que a verdade é relativa, considerando a natureza dos evidenciais como uma questão epistemológica (GALVÃO, 2001). Foi, no entanto, segundo Dendale & Tasmowski (2001), no início do século XX, com os trabalhos de Boas (1947) e de Sapir (1921), que o termo foi utilizado pela primeira vez, tornando-se usual na Lingüística em 1957, com o trabalho *Shifters, verbal categories, and the Russian verb*, de Jakobson.

Como podemos ver, a categoria evidencialidade está presente nas discussões funcionalistas há bastante tempo. Entretanto, os problemas relativos à sua conceituação e delimitação ainda constituem questões complexas para as pesquisas que se preocupam em analisar como essa categoria se manifesta nas línguas naturais e a relação que ela mantém com a modalidade epistêmica. As tentativas de respostas, por sua vez, apresentam ainda um caráter provisório e polêmico, uma vez que nem sempre a evidencialidade se manifesta diretamente em expressões lingüísticas; há línguas que não dispõem de um sistema evidencial gramaticalizado em termos morfológicos. Além disso, não há descrições suficientes a respeito das características sintáticas, semânticas e pragmáticas dessa categoria, para que seja possível delimitar, com certa precisão, o seu funcionamento nas línguas.

Essas questões estão diretamente relacionadas ao modo como a literatura lingüística vem tratando a evidencialidade. Segundo Gonçalves (2003), podemos encontrar diferentes pontos de vista sobre o assunto: i) o primeiro é o de *inclusão*, que coloca a evidencialidade no domínio da modalidade epistêmica; ii) o segundo é o de *disjunção*, que considera a evidencialidade e a modalidade epistêmica como categorias lingüísticas distintas; iii) o terceiro é o de *intersecção* ou *sobreposição*, segundo o qual há uma intersecção entre os domínios semânticos da modalidade epistêmica e da evidencialidade; iv) e o quarto é o defendido por De Hann (1997), que afirma ser a evidencialidade uma categoria “neutra” em relação à modalidade epistêmica, codificando apenas a fonte da informação.

Em relação à sobreposição dos conceitos de modalidade epistêmica e evidencialidade, podemos afirmar que essa problemática já é antiga. Os primeiros trabalhos que trazem essa discussão são os de Boas (1947) e de Sapir (1921), que já reconheciam a existência de uma “categoria origem do conhecimento” (cf. JACOBSEN, 1986, p. 3-4).

Boas e Sapir relacionam essa fonte do conhecimento à referência do nível de certeza de uma informação asseverada. A modalidade epistêmica, nesse ponto de vista, funciona como uma subcategoria da evidencialidade, que se presta, em primeiro lugar, a designar a fonte do conhecimento, ou seja, a expressar o modo como o falante tomou conhecimento da informação que veicula, manifestando, por conseqüência, o seu grau de comprometimento com essa informação (GONÇALVES, 2003).

Apesar dos esforços de pesquisadores como Willet (1988), Nuyts (1993), De Hann (1997a, 1997b), Dall’Aglio-Hattner (2001), Galvão (2001), Gonçalves (2003), Carioca (2005), Vendrame (2005), que buscaram discutir e caracterizar a evidencialidade em diferentes gêneros de discurso, o que se percebe é que essas relações conflituosas perduram até hoje nos trabalhos que objetivam colocar a evidencialidade dentre as categorias lingüísticas a serem investigadas (GONÇALVES, 2003). Buscaremos, neste capítulo, tentar explicar as razões que levam a essa variedade de pontos de vista que caracteriza a literatura sobre o tema, argumentando em favor da posição de que a evidencialidade se configura como uma categoria hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, apoiando-nos, para isso, na noção de que a evidencialidade está na base de todo e qualquer conhecimento epistêmico.

## **2.1 A natureza conceitual da evidencialidade**

A evidencialidade, no que diz respeito aos seus aspectos semânticos e/ou cognitivos, pode ser concebida como uma noção básica inerente às línguas naturais (GALVÃO, 2001). Ou seja, todas as línguas apresentam formas de manifestação ou referência à fonte da informação (LAZARD, 2001). Essa noção abstrata de evidencialidade só é possível porque o modelo de gramática no qual este estudo se assenta postula que o falante traz para a interação verbal tudo aquilo que integra a sua informação pragmática.

Segundo Hengeveld (2000), vários autores, particularmente Nuyts (1992, 1993, 2001), discutem a necessidade de se empreender uma elaboração mais detalhada do componente cognitivo e dos subsistemas que o integram. Obviamente este trabalho não pretende propor um modelo de como esse componente evidencial da linguagem interage com o componente gramatical na formulação das expressões evidenciais, uma vez que o objetivo principal desta

pesquisa é descrever e analisar as funções persuasivas que os itens evidenciais assumem na construção argumentativa do discurso político. O que se pretende, com base nesses pressupostos, é explicar a inter-relação entre as unidades evidenciais e as epistêmicas, tentando mostrar, a partir de uma concepção mais ampla de evidencialidade, a hierarquia existente entre as expressões desses dois domínios.

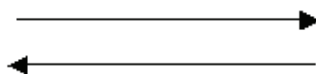
Sendo a evidencialidade um domínio semântico universal, consideramos que as unidades evidenciais comportam tanto a fonte do conhecimento como o grau de comprometimento do falante em relação à verdade da proposição. O que se defende é que, no plano cognitivo, a evidencialidade determina o julgamento, haja vista a consideração de que, para se julgar, deve-se antes conhecer, “sob pena de se estar apenas especulando” (GALVÃO, 2001).

Embora o falante proceda a julgamentos a partir de evidências, a hierarquização da evidencialidade sobre a modalidade epistêmica no plano gramatical nem sempre se materializa. Neves (2006, p.202) demonstra que tanto expressões evidenciais como modais epistêmicas podem incidir uma sobre a outra, como podemos observar nos exemplos da autora, reproduzidos abaixo:

i) *Segundo me disseram* (evidência reportada) *felizmente* (subjutivo atitudinal) *é provável* que (objetiva epistêmica) ela possa andar.



ii) *parece que* (evidência inferida) *Infelizmente* (subjativa atitudinal) você tem de ir.



Essa perspectiva fortalece a hipótese de que, no plano lingüístico, as expressões evidenciais e modais têm várias possibilidades de combinação. Contribui também para compreendermos que essas unidades atuam em um nível interpessoal ou das qualificações, priorizado por nós neste trabalho. Isso acontece porque, no processo de interação verbal, estão envolvidos aspectos relativos não apenas ao plano cognitivo, mas também a restrições do próprio sistema lingüístico quanto à possibilidade de manifestação da evidencialidade; além disso, existem fatores de ordem contextual, tais como as necessidades enunciativas dos falantes, determinando a multifuncionalidade das unidades lingüísticas. Podemos dizer

também que esses planos não se sobrepõem no uso efetivo da linguagem, ou seja, não há uma hierarquização rígida desses componentes no momento da interação verbal, tal como nos alerta Dik (1989, 1997), quando afirma que todas as capacidades humanas trabalham em conjunto na produção e interpretação das expressões lingüísticas.

Embora as expressões evidenciais e epistêmicas se inter-relacionem no uso efetivo da linguagem, elas constituem categorias conceitualmente independentes. Um dos principais defensores dessa proposta é Nuyts (1992, 1993, 2001). Ele afirma que a evidencialidade e a modalidade epistêmica são categorias semânticas independentes entre si, sendo a evidencialidade o fator de distinção entre as modalidades objetiva e subjetiva. Essa perspectiva, segundo Galvão (2001), acarreta mudanças na proposta da GF, já que a evidencialidade exerce a função adicional de subjetividade, ou seja, as modalidades objetiva e subjetiva não se distinguem apenas pelo fato de, respectivamente, uma ser proveniente de resultados cientificamente verificáveis da ocorrência de um estado-de-coisas e a outra, de suposições puramente subjetivas do falante sobre a possibilidade de um estado-de-coisas ocorrer; mas decorre também das diferentes origens da informação. A qualidade da origem da informação determina o grau de firmeza da qualificação expressa, e o fato de essa informação ser acessível somente para o falante ou para um grupo de pessoas constitui um fator predominante para o estabelecimento do grau de *intersubjetividade* da qualificação expressa (NUYTS, 1992).

Segundo Nuyts (*ibid*), o fato de as categorias modalidade e evidencialidade estarem fundidas entre si nos trabalhos de Palmer, Hengeveld e Dik demonstra que essas categorias constituem duas dimensões distintas, uma vez que a qualificação epistêmica diz respeito à avaliação do falante em relação à probabilidade de um EC ocorrer, enquanto a evidencialidade está relacionada à avaliação do falante sobre a natureza ou a qualidade da fonte de sua evidência. Desse modo, evocando uma definição muito citada nos estudos sobre a categoria evidencialidade, consideramo-la como um meio de revelação da fonte de um conteúdo proposicional, que marca também o grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição (BYBEE & FLEISCHMANN, 1995, p.4). Em resumo, a evidencialidade pode variar, mas, sem evidência, não há a avaliação de um estado-de-coisas, pois o falante pode simplesmente dizer que não sabe, não tem conhecimento (NUYTS, 1992, 1993). No entanto, segundo esse mesmo autor, essa representação abstrata que coloca a evidencialidade como hierarquicamente superior à modalidade epistêmica não tem lugar na manifestação lingüística, tal como propõe a GF, mas, sim, nas representações cognitivas. Em outras palavras, recorrendo a Neves (2006, p. 166), “não se trata de uma hierarquização da

estrutura lingüística, mas de categorias da estrutura conceptual cujo comportamento tem reflexo na estrutura lingüística”.

Sendo assim, defendemos, com base em Nuyts, que há um nível mais profundo de representação “não-material” na expressão da gramática das línguas. Em outras palavras, fatores conceptuais e discursivos determinam a manifestação lingüística dos fenômenos da modalidade e da evidencialidade.

Entretanto, para que a descrição lingüística da evidencialidade, neste trabalho, aconteça de modo menos fragmentado, reconhecemos, com base em Dall’Aglio-Hattner (1995) e Galvão (2001), que as qualificações evidencias e modais epistêmicas atuam no nível interpessoal, uma vez que são qualificações que “auxiliam na composição da expressão do (des)comprometimento do falante com o valor de verdade da proposição” (cf. GALVÃO, 2001, p. 74). Embora reconheçamos a natureza intersubjetiva das expressões evidenciais, a elas não cabe privativamente o estatuto de expressões modalizadoras, pois o (des)comprometimento do falante pode, como especifica Galvão, ser expresso por unidades estritamente modais, não-modais e não-evidenciais.

O que queremos reforçar com isso é o fato de que a evidencialidade e a modalidade, embora tenham uma natureza intersubjetiva, são categorias conceitualmente independentes (GALVÃO, 2001), já que provêm de experiências cognitivas diferentes; uma diz respeito à fonte do conhecimento de uma proposição, enquanto a outra indica o grau de comprometimento do falante em relação ao valor de verdade da proposição; sendo a evidencialidade a categoria hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, pois há de se aceitar que toda proposição tem uma fonte, que pode ser o falante ou não.

## **2.2 Evidencialidade: critérios para a definição, delimitação, identificação e tipologização da categoria**

A partir de todas as considerações feitas nas seções anteriores, acreditamos que, para haver o reconhecimento da evidencialidade como categoria lingüística, é necessário discutir questões relacionadas à sua definição, natureza semântica e delimitação teórico-metodológica, as quais, obrigatoriamente, desembocam em questões tipológicas. Sendo assim, passemos à discussão de cada um desses aspectos.

Não são consensuais as definições dos estudiosos sobre o conceito e a natureza da evidencialidade. Para Neves (2006), o único ponto pacífico desta discussão diz respeito à indicação da evidencialidade como a origem do conhecimento de um sujeito enunciator.



Entretanto, paradoxalmente, como nos mostra a mesma autora, esse aspecto já se apresenta como um “terreno conflituoso”, uma vez que a expressão da fonte do conhecimento implica a modalização do nível de conhecimento, o que pode configurar como uma co-ocorrência das duas categorias. Desse modo, na ausência da marca, entende-se que o próprio falante é a fonte, que se configura como “o filtro natural das proposições por ele expressas” (*ibid*, p.165). Se a marca estiver presente, esta pode indicar diferentes níveis de comprometimento, pois ele pode se eximir da sua responsabilidade, mostrando uma fonte externa à informação; pode indicar que o conhecimento foi inferido por meio de evidências; ou pode mostrar que o conhecimento foi adquirido pela experiência. Botne (1997 *apud* Neves, 2006) demonstra as dissensões existentes em relação à definição da evidencialidade:

A evidencialidade foi concebida, em um sentido estrito, incluindo os elementos gramaticais que codificam a fonte de conhecimento expressa em uma proposição, e em um sentido lato, incluindo os elementos gramaticais que codificam tanto a fonte de conhecimento como a atitude do falante acerca do grau de convicção / segurança que ele tem na confiabilidade desse conhecimento (p. 509).

Como podemos observar, existem, no mínimo, duas definições a respeito da categoria evidencialidade. Uma segunda a qual as expressões evidenciais são unidades lingüísticas que comportam apenas a fonte, a origem da informação asseverada na proposição; outra que assume a evidencialidade como uma categoria mais ampla, que codifica, além da fonte do conhecimento, a atitude do falante em termos de (des)comprometimento em relação ao conteúdo proposicional. Dessas definições, sem dúvida, a mais aceita hoje pelos estudiosos<sup>4</sup> é a segunda. De acordo com essa perspectiva, a fonte da informação está relacionada ao (des)comprometimento do falante com o conteúdo apresentado na proposição, uma vez que o nível de conhecimento epistêmico e, por sua vez, a atitude do falante em relação a esse conhecimento, dependem do grau de firmeza que o falante tem para asseverar algo, ou seja, da qualidade da fonte da informação (evidencialidade).

Sendo assim, assumimos que a evidencialidade é uma categoria que marca, além da origem, da fonte do conhecimento expresso em uma proposição, o nível de (des)comprometimento do falante com o conteúdo apresentado na proposição. Assumimos, também, juntamente com Galvão (2001), que a evidencialidade é uma categoria lingüística do domínio gramatical que pode originar-se nos sistemas lingüísticos, desenvolver-se a partir de itens lexicais ou menos gramaticais pré-existentes. Os estudos dessa autora, bem como os de

---

<sup>4</sup> Podemos citar Chafe (1986), Anderson (1986), Willet (1988), Nuyts (1993), Dall’aglio-Hattner (2001), Galvão (2001) e Gonçalves (2003).

Dall’Aglia-Hattner *et al* (2001), apontam para a possibilidade do surgimento de um subsistema evidencial no português brasileiro, via gramaticalização, processo no qual itens e construções, em certos contextos lingüísticos, desempenham funções gramaticais, e uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções cada vez mais gramaticais (BYBEE *et al*, 1994; HOPPER & TRAUGOTT, 1993; HEINE *et al*, 1991).

Apesar de reconhecermos essa possibilidade, não limitaremos nossa investigação apenas aos itens gramaticalizados, uma vez que as atitudes concernentes ao conhecimento e à confiabilidade desse conhecimento podem ser expressas por itens lexicais, codificadores das várias maneiras de conhecer, como a crença, a indução, a dedução, o boato etc (GALVÃO, 2001). Sendo assim, com base em Chafe e Nichols (1986), atribuiremos o estatuto de item evidencial não apenas às expressões gramaticais, mas também às expressões lexicais, desde que expressem alguma noção a respeito da origem do conteúdo asseverado na proposição. Portanto, consideramos que há itens evidenciais que indicam, primariamente, a fonte de uma informação, como *ver, ouvir, dizer, parecer*, e itens mais modalizadores, como *achar, pensar*, que qualificam a atitude do falante, apresentando “traços” evidenciais menos centrais ou típicos.

Como já definimos e delimitamos o que estamos entendendo por expressões evidenciais, passamos, agora, à discussão dos critérios adotados para a demarcação de um quadro tipológico que busque identificar a natureza sintática, semântica e pragmática da evidencialidade.

Mas, antes disso, é importante esclarecer que as categorias dessas tipologias que serão abordadas não apresentam propriedades discretas, como nos bem alerta Galvão (2001), uma vez que nem sempre é possível depreender os processos cognitivos envolvidos na geração do conhecimento asseverado. Sendo assim, realizamos uma breve discussão desses critérios e, conseqüentemente, das tipologias mais evocadas nos estudos sobre a evidencialidade.

Podemos citar vários estudos voltados para o reconhecimento da evidencialidade como categoria lingüística do domínio gramatical: Anderson (1986), Chafe (1986), Willet (1988), Botne (1997), De Hann (1997a, 1977b), Lazard (2001), Givón (2001) e outros. Os critérios utilizados por esses autores para a identificação da categoria são bem variados; por isso, optamos por discutir apenas aqueles aspectos pertinentes para investigação da evidencialidade neste trabalho.

Estudos interlingüísticos voltados para a caracterização da evidencialidade enquanto categoria gramatical individual, no sentido de constituir um paradigma com um determinado número de elementos, foram exaustivamente realizados pelos lingüistas Anderson (1986), De

Hann (1997a, 1997b) e Willet (1988), tendo sido este último o primeiro a propor um quadro tipológico da evidencialidade.

Anderson, ao verificar que as línguas têm padrões semelhantes de marcar a evidencialidade, mostra, a partir da hipótese de que há *mapas mentais de espaço evidencial* no caminho de mudança histórica de certas formas e seus significados, que dentro do mapa estão os verdadeiros evidenciais (itens gramaticais) e, periféricamente, estão, por exemplo, os verbos de percepção e itens lexicais com traços evidenciais. Ele define a evidencialidade como uma categoria que se manifesta por elementos que “expressam os tipos de evidência que uma pessoa possui, ao fazer uma declaração factual” (cf. ANDERSON, 1986, p. 273). A partir dessa concepção de evidencialidade, esse autor propõe os seguintes critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos para a identificação de subsistemas evidenciais nas línguas naturais: i) mostram o tipo de justificativa que o falante tem para fazer uma assunção factual, tal como evidência direta, inferida, visual, auditiva etc; ii) não integram a parte principal da cláusula; são apenas uma especificação de asserção; iii) têm como significado primeiro a indicação de evidência, não funcionando apenas como uma inferência pragmática; iv) morfologicamente, podem apresentar-se como afixos, clíticos ou elementos sintáticos livres; v) não são usados em assunções *irrealis* ou em pressuposições, mas em cláusulas *realis*; vi) quando o falante observa diretamente o fato, os evidenciais são raramente usados, apenas em sentido enfático; vii) não são usados quando o falante é um participante do evento relatado.

Anderson (1986), embora tenha apresentado alguns critérios para a identificação dos evidenciais, não propôs uma tipologia evidencial, apenas “catalogou” significados evidenciais e modais de acordo com as suas similaridades semânticas e o domínio (lexical ou gramatical) que integram. A noção de que há evidenciais mais centrais e menos centrais ou periféricos é muito pertinente para este estudo, uma vez que essa característica nos permite trabalhar com a noção de escalaridade conceitual dos itens evidenciais. Além disso, os critérios arrolados acima demonstram que a evidencialidade é expressa apenas quando o falante deseja indicar ou assegurar ao seu ouvinte a possibilidade de avaliar por si só a validade da informação por ele apresentada.

De Hann (1997) apresenta uma proposta “neutra” em relação à evidencialidade, já que considera tal categoria como sendo o meio pelo qual o falante apresenta o modo como ele obteve a informação contida na proposição, negando o fato de que os evidenciais demonstram algum tipo de comprometimento do falante com o conteúdo asseverado. Para ele, a evidencialidade lida apenas com a expressão da fonte da informação, enquanto a modalidade epistêmica diz respeito ao engajamento do falante com o conteúdo asseverado. De Hann

(1997) estabeleceu uma divisão sintático-semântica da evidencialidade, a partir da reavaliação que fez da proposta de Anderson (1986), por ocasião do estudo de mais de trinta línguas. Ele propôs os seguintes critérios para os itens evidenciais: i) não constituem a parte principal da cláusula; ii) não representam concordância em relação ao falante; iii) a evidencialidade é o significado primário dos evidenciais e iv) os evidenciais não ocorrem no escopo de um elemento negativo.

Embora De Hann considere os evidenciais como uma categoria exclusivamente indicadora da fonte da informação, é possível, dependendo da fonte expressa na proposição, estabelecer graus de comprometimento do falante em relação à verdade da proposição. Do ponto de vista da interpretação do ouvinte, quanto mais segura for a fonte apresentada pelo falante, maior credibilidade e adesão esse ouvinte terá em relação ao conteúdo asseverado.

Givón (2001), ao tratar da morfologia evidencial gramaticalizada, propõe uma *hierarquia da força evidencial*, citando itens lexicais que se gramaticalizaram a partir do complexo tempo-aspecto-modalidade e inflexões do verbo. De acordo com o autor, os sistemas evidenciais tendem a dividir a fonte da informação em duas categorias: i) categoria de acesso (experiência direta, rumores, inferências) e ii) categoria sensorial (visual, auditiva e outros meios sensoriais). Para Givón, as línguas classificam os evidenciais de acordo com a “habilidade” expressiva do sistema lingüístico em conjunto com categorias universais. Esse autor afirma, a partir de uma *escala evidencial* não-discreta, que a evidencialidade seria uma espécie de base da certeza subjetiva e da verdade na linguagem humana (cf. GIVÓN, 1989, p.130). Partindo dessa escala, ele propõe um quadro no qual o contrato estabelecido entre falante e ouvinte governa o nível de responsabilidade do falante com a informação apresentada, tal como podemos ver a seguir:

<b>Mais baixa certeza (por hipótese)</b>	<b>Média certeza (por evidência)</b>	<b>Mais alta certeza (por contrato)</b>
Asserção <i>irrealis</i>	Asserção <i>realis</i>	Deiticamente óbvia Pressuposta como dada por revelação <i>a priori</i> sintática, analítica
Evidencialidade impossível	Evidencialidade requerida	Evidencialidade não requerida

**Quadro 01 - Escala evidencial (GIVÓN, 1982, p. 42)**

O quadro 01 demonstra que a evidencialidade, tal como sustentam Anderson (1986) e De Hann (1997b), é requerida quando a cláusula é *realis*, isto é, a fonte é apresentada para garantir ao ouvinte uma boa fundamentação da verdade asseverada. Além disso, deixa claro que, quando o falante é um participante do evento narrado, a evidencialidade é deiticamente óbvia ou pressuposta, ou seja, é reconhecida pelo falante como familiar ou não passível de dúvida pelo ouvinte, não havendo, portanto, a necessidade de ser explicitada.

Willet (1988) tratou a evidencialidade como uma categoria indicadora da origem da informação (*stricto sensu*), no caso das línguas que têm esse significado gramaticalizado. Como dissemos, a primeira proposta tipológica evidencial conhecida é a de Willet, elaborada a partir de estudos que consideram a natureza epistêmica dos itens evidenciais.

Nesse trabalho, Willet empreendeu um estudo voltado para 38 línguas diferentes, concluindo que elas tendem a diferenciar evidencialidade direta e evidencialidade indireta, isto é, a natureza primária ou secundária da fonte do conhecimento. Ele constatou que a maioria das línguas diferencia, basicamente, três tipos de evidências, cada um apresentando seus subdomínios: i) evidência direta ou atestada (por meio visual, auditivo ou outro modo sensorial); ii) evidência indireta: evidência reportada ou evidência por via verbal (de segunda-mão, terceira-mão e mito) e a evidência baseada em inferência (a partir de resultados observáveis ou de raciocínio lógico). O esquema proposto por Willet pode ser observado no quadro 02 a seguir:

<b>Tipos de evidência</b>	<b>Direta</b>	<b>Atestada</b>	Visual	
			Auditiva	
			Outros sentidos	
	<b>Indireta</b>	<b>Reportada</b>	De uma 2ª pessoa	<b>De ouvir-dizer</b>
			De uma 3ª pessoa	
			Folclore/lenda/mito	
		<b>Inferida</b>	A partir de resultados observáveis	
A partir de raciocínio (construto mental)				

**Quadro 02 - Tipos de evidências (WILLET, 1988, p. 57)**

O quadro 02 mostra que as evidências diretas indicam que o sujeito enunciador *percebeu* a situação descrita por meios sensoriais. Os seus subtipos demonstram o tipo de experiência sensorial à qual o enunciador teve acesso. Em relação às expressões evidenciais indiretas, o sujeito enunciador *não percebeu* a situação descrita, mas teve acesso à informação por meio de um relato ou uma inferência. Ele pode indicar se a informação lhe foi reportada, ou seja, se é fruto do “ouvir-dizer”; ou se é resultado de uma inferência, seja ela a indicação de uma situação observável ou de um construto mental. Essa tipologia de Willet é muito utilizada nos estudos sobre a evidencialidade, tendo a concordância da maioria dos pesquisadores do assunto.

No entanto optamos por não incluir a evidencialidade inferencial no âmbito das evidências indiretas, uma vez que um conhecimento gerado por inferência tem sua natureza ligada à cognição, mais precisamente a aspectos relativos à capacidade lógica e perceptual do falante. Portanto, optamos por considerar a inferência um tipo particular de expressão

evidencial, classificando-a como *menos direta*<sup>5</sup> (GALVÃO, 2001), já que deriva de uma experiência cognitiva do falante na geração de um conhecimento. Sendo assim, não se localizaria no âmbito das indiretas, tal como proposto por Willet, mas constituiria um tipo específico de evidencialidade.

Botne (1997) acredita haver, na tipologia de Willet, em relação à separação entre os subtipos relatados e inferenciais, uma sobreposição entre as instâncias modo de obtenção da informação e tipo de fonte. A proposta de Willet, segundo Botne, classifica os tipos de evidências a partir do modo pelo qual o falante obteve a informação e não a partir do tipo de fonte, que, como afirma Frawley (1992, *apud* BOTNE, 1997), pode ser o próprio enunciador (*self*) ou outra pessoa (*other*). Dessa forma, há línguas que tendem a classificar a fonte da informação a partir do tipo de fonte e outras que codificam os tipos de evidenciais a partir da experiência envolvida na geração de um conhecimento.

Essas propostas resumidas se tornaram célebres no estudo da evidencialidade enquanto categoria gramatical. No entanto, segundo Galvão (2001), essas iniciativas apresentam suas limitações, uma vez que os itens descritos já estavam gramaticalizados, não havendo uma preocupação em descrever o desenvolvimento do processo em si, nem a trajetória desses itens em um contínuo de gramaticalização de itens lexicais ou menos gramaticais pré-existentes nos sistemas lingüísticos.

Essas propostas ainda demonstram, segundo essa autora, que os sistemas evidenciais mais desenvolvidos reconhecem três tipos de evidenciais: os evidenciais visual, inferencial e citativo; enquanto os sistemas menos gramaticalizados tendem a fazer a distinção entre citativos (mediado), não-citativos (pessoal) e os que contrastam conhecimentos direto e indireto.

De acordo com essa mesma autora, todas as propostas, inclusive a reconhecida pela GF (resumidamente apresentada a seguir), que inclui a evidencialidade no âmbito da modalidade (modalidade epistemológica), apresentam um aspecto em comum: o tipo de origem do conhecimento expresso na proposição é determinado pela natureza da experiência evidencial, sendo vista em, pelo menos, três dimensões básicas: *experiência direta* [dir], *experiência menos direta* [-dir] e *experiência indireta* [ind].

---

<sup>5</sup> Galvão (2001) reconhece que há gradualidade entre os tipos evidenciais. Sendo assim, consideramos que a evidência [-dir] diz respeito à evidência proveniente, propriamente, de uma ação cognitiva, o que pode envolver um maior ou menor grau de envolvimento do falante em relação ao seu discurso.

Hengeveld (1988, 1989), em sua tipologia para o estudo da modalidade<sup>6</sup>, propõe que a modalidade epistemológica pode ser dividida em *subjativa* (quando o evento é um construto do falante, por isso ele se apresenta como a fonte da informação) e *evidencial* (quando o falante não se mostra como a fonte da informação). Ele subclassifica a modalidade evidencial em *inferencial* (o evento é caracterizado com sendo uma inferência construída a partir de evidências), *citativa* (o evento é relatado como sendo de uma outra fonte) e *experencial* (o evento é definido como sendo derivado de uma experiência vivida por uma fonte). Como podemos observar, essa tipologia considera, para a divisão dos modalizadores epistemológicos, a qualidade da fonte. Quando o falante é a fonte, temos a modalidade subjativa; por outro lado, se o falante não se apresenta como fonte, a modalidade é considerada evidencial.

Cumprir destacar uma reflexão importante neste momento da discussão. Como assumimos a concepção de que a evidencialidade é hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, a dicotomia sugerida por Hengeveld, que subdivide a modalidade epistemológica em subjativa e evidencial, é (re)denominada neste trabalho. Por considerarmos que a qualificação evidencial atinge a qualificação modal, eventos apresentados como sendo um construto intersubjetivo do falante são classificados como itens evidenciais subjetivos, já que o falante se coloca como fonte da informação, que crê, opina ou deseja comunicar algo importante. Os itens inferenciais, por sua vez, são geralmente concebidos como pertencentes ao eixo do enunciador. O falante, no entanto, pode atribuir uma inferência a uma terceira pessoa reportada no discurso. Veremos, mais adiante, que, nesses casos, está envolvida uma estratégia de apresentação da informação em que o enunciador, filtro da informação relatada, decide apresentar a informação como obtida por processos cognitivos inferenciais de outro.

A evidencialidade pode ser classificada segundo o tipo de fonte e a natureza da experiência evidencial. Em outras palavras, o enunciador pode apresentar-se ou não com a fonte da informação e, ao mesmo tempo, de acordo com a natureza lexical do item evidencial, indicar de que modo foi obtida a informação descrita na interação.

Se o enunciador se apresenta como a fonte da informação, ele pode indicar que obteve o conhecimento representado na interação, pelo menos, de dois modos: por meio de uma experiência ou de uma inferência. Na experencial, o falante é a fonte e obteve a informação

---

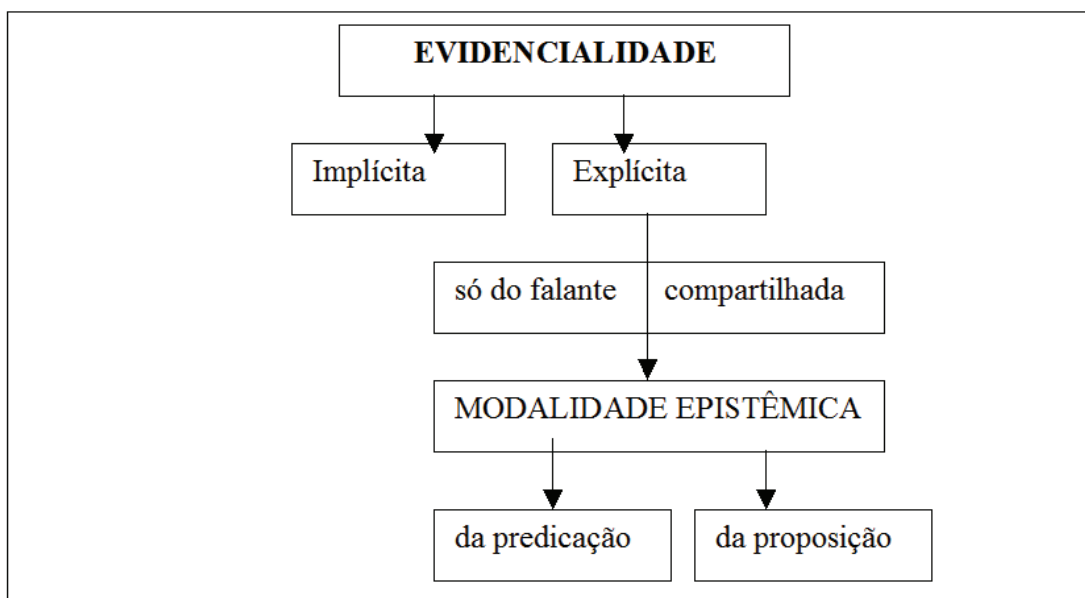
<sup>6</sup> Dik (1989) e Hengeveld (1988, 1989), inspirados na tipologia de Lyons (1977), estabeleceram uma classificação para a categoria modalidade: i) *modalidade objetiva*, subdividida em *epistêmica* e *deôntica*; ii) *modalidade inerente* (ou, nos termos de Palmer, *modalidade dinâmica*) e iii) *modalidade epistemológica* que, por sua vez, subdivide-se em *subjativa* e *evidencial* (interesse maior deste trabalho, já que nos auxiliará na classificação do item evidencial em *inferencial*, *citativo* e *experencial*).



por meio de uma experiência relacionada aos sentidos. Na inferencial, o falante é a fonte e derivou a informação por meio do contexto. Por outro lado, se o falante não se apresenta como a fonte da informação, ele pode indicar que a informação foi obtida por meio de um relato.

Esses três tipos de evidencialidade indicam que as informações são obtidas a partir da relação que se estabelece entre falante e o mundo extralingüístico. No entanto, optamos, como já foi dito, por considerar como um tipo de evidencialidade o que Hengeveld denomina de modalidade epistemológica subjetiva, uma vez que o enunciador descreve um evento que já se encontra em sua informação pragmática, apresentando-se também como a fonte da informação.

Em relação aos estudos desenvolvidos no português do Brasil, uma proposta interessante que tenta conjugar os pontos de vista de Hengeveld e Nuyts, é a apresentada por Dall’Aglío-Hattner *et al* (1995, 2001). A autora sugere uma classificação em que a evidencialidade é vista como uma categoria hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, considerando que a qualidade da evidência pode variar de acordo com o tipo de evidência a que o falante teve acesso e seus propósitos enunciativos, como mostra a figura 03 a seguir:



**Figura 02 – Proposta de equacionamento da avaliação epistêmica (DALL’AGLIO-HATTNER, 1995)**

Segundo Dall’Aglio-Hattner *et al* (2001), a avaliação epistêmica é feita de acordo com o conjunto de conhecimentos e crenças que o falante possui; ocorre, entretanto, que essas informações (as evidências) podem ou não ser explicitadas pelo falante, segundo seus propósitos enunciativos. A figura 02 demonstra que o falante pode indicar a fonte de sua informação, assegurando a confiabilidade dessa informação (evidencialidade explícita); pode optar por não indicar essa fonte (evidencialidade implícita); pode, também, querer que pareça um conhecimento compartilhado por uma coletividade (evidencialidade explícita compartilhada).

Com relação a essa proposta, o que interessa ao presente estudo é a evidencialidade explícita, como também a verificação de indícios de compartilhamento ou não da informação apresentada na proposição. Em outras palavras, interessamo-nos por verificar que efeitos de (des)comprometimento são evocados quando o falante apresenta uma fonte em que ele se inclui (a fonte é o próprio falante ou uma fonte compartilhada) e que efeitos são revelados, por outro lado, quando ele se exclui (fonte externa ao falante – 2ª ou 3ª pessoa). Ou seja, pretendemos analisar qual é o posicionamento (de inclusão ou exclusão) do enunciador em relação à fonte por ele expressa na proposição e os efeitos decorrentes desses dois tipos de posicionamentos

Outra proposta interessante é a elaborada por Vendrame (2005), que estudou a evidencialidade no discurso científico primário, classificando-a, basicamente, em atestada ou inferida (quando o sujeito apresenta-se como a fonte da informação) e em relatada (quando o sujeito apresenta uma fonte diferente si - outro), subdividida em relatada definida, indefinida e de domínio comum (compartilhada).

Podemos citar também o trabalho desenvolvido por Carioca (2005), integrante do GEF (Grupo de Estudos em Funcionalismo), que propôs sua análise baseada nos estudos de Willet (1988), Hengeveld (1989) e Dall’Aglio-Hattner (2001). Os itens evidenciais são divididos, por essa autora, em diretos e indiretos. Estes são subdivididos em inferenciais e citativos e aqueles, em experienciais. Além disso, as unidades evidenciais são por ela classificadas quanto ao grau de compartilhamento da fonte: “só do falante” ou “compartilhada”. Carioca verificou que, no discurso acadêmico, predomina o baixo comprometimento, efeito de sentido provocado pelos itens evidenciais citativos, uma vez que, no discurso acadêmico, os enunciadores buscam “se mostrar” mais “neutros” em relação ao que é dito. A autora verificou que os itens inferenciais também são bastante recorrentes em seu *corpus* (dissertações, monografias), demonstrando o fato de que a inferência está relacionada à

elaboração de conhecimento, de modo que o falante se mostre capaz de abstrair e/ou “reformular” as informações a ele disponíveis, a fim de dar sua contribuição à área de saber na qual atua.

Para o desenvolvimento de nossa proposta tipológica, atentamos para os seguintes critérios semânticos e pragmáticos, levando em conta, principalmente, os estudos desenvolvidos por Willet (1988), Galvão (2001), Dall’Aglia-Hattner (2001), Gonçalves (2003), Carioca (2005) e Vendrame (2005). Propomos as seguintes categorias de análise:

**a) Tipo de fonte:**

O tipo de fonte pode ser o próprio *sujeito enunciador* do discurso ou uma outra fonte diferente dele, que será denominada, neste trabalho, como *fonte externa ao falante*. Quando o falante se exclui como fonte da informação, essa fonte pode ser apresentada, pelo menos, de duas formas: *fonte definida* e *fonte indefinida*. A fonte definida pode ser representada por uma segunda ou terceira pessoa reportada pelo falante em seu discurso. Esse tipo de fonte introduz um conhecimento com o qual o falante não tem responsabilidade; por isso, constitui uma estratégia de descomprometimento. A fonte indefinida, por sua vez, é apresentada de modo que não seja possível precisar, nem mesmo por meio do contexto, a quem ela se refere. Ou seja, existe, mas não é possível identificá-la, individualizá-la.

Por último, temos uma fonte que designa uma coletividade da qual o falante também faz parte. Essa fonte é denominada de *domínio comum*, tendo por função apresentar a informação como sendo um conhecimento compartilhado pelo falante e seu interlocutor. Embora apresente a informação como conhecida pelos interactantes, essa fonte pode ser considerada como interna ao falante, já que ele integra a coletividade conhecedora da informação, mostra-se como “porta-voz dessa informação reportada”. Vejamos as ilustrações abaixo, retiradas do *corpus* constituído para o desenvolvimento deste trabalho, que exemplificam, respectivamente, cada um desses tipos de fonte:

- (01) **Penso que** o Nordeste brasileiro falará mais alto e passará a ter um peso econômico e político muito maior nas decisões do País, nas decisões nacionais que as regiões tomam. (D1R-03-159)
- (02) O Deputado Federal do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) do Ceará, Bismark Maia, **disse que** quem tem que lutar pelos interesses do Ceará é o PT (Partido dos Trabalhadores) e seus aliados. (D1R-04-159)

- (03) Quem ainda **acredita que** a refinaria seja sediada no Porto do Pecém, onde tecnicamente há mais vantagem, não avalia o peso político decisivo no empreendimento desse porte. (D10R-97-159)
- (04) Você começa a dialogar, se entrar nesse discurso, de que ter ou não ter compromisso, eu acho que não é razoável, porque **todo mundo sabe** do nosso compromisso com o Nordeste e com o Estado do Ceará. (D2R-17-159)

#### **b) Natureza da experiência evidencial<sup>7</sup>:**

A natureza da experiência evidencial pode ser definida como um tipo de estratégia de veiculação da informação no discurso, uma vez que trabalhamos, como bem nos alerta Chareaudeau (2006), com um tipo de discurso que não apregoa verdades, mas verossimilhanças, o que significa dizer que o político constrói seu discurso com vistas a causar um efeito de “verdade” em seu auditório, visando sempre à persuasão. Sendo assim, consideramos que o político pode lançar mão de algumas estratégias de apresentação da informação, de acordo com os seus propósitos argumentativos e/ou da imagem que deseja construir de si. Ele pode, portanto, apresentar a informação como sendo uma *experiência* ligada aos sentidos; pode veicular o conteúdo proposicional como sendo uma *inferência*; pode, por outro lado, apresentá-la como sendo sua opinião, crença (*subjetiva*); ou pode, ainda, indicar que uma informação lhe foi relatada por uma segunda ou terceira pessoa (*relatada*), a fim de não se comprometer com o conteúdo veiculado a partir dessa fonte. Vejamos as ilustrações (05), (06), (07) e (08), a seguir, que representam cada uma dessas funções, respectivamente:

- (05) Recentemente, **vi** um Deputado, que não se encontra aqui no Plenário, pedir ao Deputado Fernando Hugo, que fosse mais moderado no seu discurso em relação à Petrobrás e ao Governo Federal, que não usasse termos que ele achava ofensivos à Petrobrás, aos dirigentes da Petrobrás e ao Presidente Lula (D16R-123-159)
- (06) **Parece que** antes da resposta ser dada o Deputado José Guimarães já trouxe essa informação de que realmente foi assinado com o Governo de Pernambuco. (D5R-33-159)
- (07) Esse debate aliado a outro debate que temos que fazer nesta Casa deve pautar a nossa unidade de ação em coisas tão magníficas e tão grandes para o Estado do Ceará. Coisas tão grandes, com tão relevância, que **acho que devíamos** nos unir em prol de nosso Estado, pautando a nossa ação política, no sentido de mostrarmos ao Governo Federal que o Estado do Ceará têm melhores condições para receber esse empreendimento. (D1R-08-268)

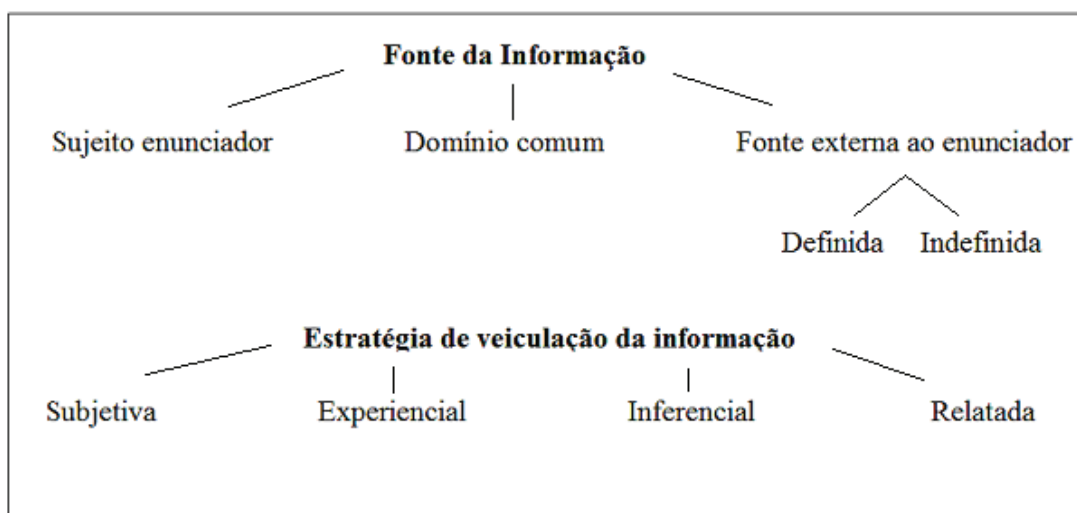
---

<sup>7</sup> A natureza da experiência evidencial, como nos alerta Galvão (2001), está diretamente relacionada ao modo de obtenção da informação. Dessa forma, esses tipos evidenciais estão relacionados ao modo como se afirma ter sido a informação obtida.

(08) Então você fecha o circuito: o Protocolo está assinado, a Ministra vai para a televisão e assisti a Globo News **dizer que** *o Protocolo era para colocar a Refinaria em Pernambuco.* (D5R-43-268)

Como podemos observar, os exemplos demonstram que há uma escalaridade quanto ao grau de evidencialidade, ou seja, de firmeza do falante em relação ao conteúdo expresso na proposição. Em (05), temos uma informação atestada, o que qualifica a informação como certa; em (06), temos uma informação inferida por meio de evidências, o que qualifica a informação como possivelmente certa; em (07), a evidência é exclusivamente do falante, pois se trata de uma opinião, que pode ou não ser aceita como certa ou verdadeira pelo auditório; e em (08), o falante reporta a voz de uma terceira pessoa, ficando a confiabilidade da informação relacionada à qualidade da fonte.

De modo geral, podemos, a partir do que foi colocado anteriormente, propor um quadro tipológico para análise das expressões evidenciais em nosso *corpus*:



**Quadro 03 – Evidencialidade - equacionamento entre tipo de fonte e natureza da experiência evidencial.**

Além desses aspectos de domínio cognitivo-semântico, consideramos as funções interdiscursivas exercidas pelas expressões evidenciais no discurso político, procurando deflagrar de que modo os diferentes tipos de evidencialidade contribuem para a construção da argumentação no discurso político. Ou seja, buscamos identificar e analisar de que maneira o grau de compartilhamento e o grau de engajamento do enunciador com o discurso interferem na construção da identidade do político-orador, bem como na relação social que ele busca estabelecer com o seu auditório. Para isso, vejamos os níveis de comprometimento que os itens evidenciais podem assumir na interação verbal.

### **2.3 A categoria evidencialidade como estratégia de (des)comprometimento**

Segundo Nuyts (1993, 2001), a evidencialidade está relacionada ao caráter “performativo” da linguagem, ou seja, o falante, ao utilizar uma expressão evidencial, assim o faz porque deseja realizar certo “ato comunicativo”. Para Dik (1997), inspirado na noção de Austin, a linguagem se dá a partir de atos de fala, compreendidos como instruções do falante para que o ouvinte realize certas ações mentais. Como sustentamos nas seções anteriores, a evidencialidade pode estar diretamente relacionada ao grau de envolvimento/comprometimento do enunciador com o conteúdo expresso na proposição. Por essa razão, assumimos que as expressões evidenciais fornecem ao co-enunciador “pistas” para que ele interprete o enunciado, sendo esta interpretação realizada com base em uma escala de comprometimento.

Thompson (1996), a partir dos estudos realizados por Halliday (1994) para os operadores modais, afirma que é possível indicar valores para o comprometimento (alto, médio e baixo). Essas noções são, segundo a autora, importantes para a análise dos itens modais, uma vez que os mesmos itens podem indicar, dependendo do contexto, diferentes graus de comprometimento.

Thompson propõe uma escala de valores modais para o inglês, como podemos observar no quadro 04 a seguir:

Grau de Comprometimento	Categoria modal
	Modalização
Alto	I shall NEVER be happy again.
Médio	They SHOULD be back by now.
Baixo	I MAY be quite wrong.

**Quadro 04 – Escala de comprometimento (THOMPSON, 1996, p. 37)**

Como podemos verificar no quadro 04, os itens descritos passam a exercer, no texto, um efeito de sentido de alto, médio ou baixo comprometimento, de acordo com o contexto comunicativo no qual as expressões estão sendo utilizadas. Como a evidencialidade tem como função básica a indicação da fonte, da origem do conhecimento, o enunciador pode, de acordo com seus propósitos enunciativos, assinalar de que modo ele obteve a informação asseverada na proposição, a fim de permitir que seu co-enunciador avalie, por si mesmo, a confiabilidade (certeza) dessa informação, ou melhor, o seu grau de comprometimento. Inspirados nessa proposta, utilizaremos uma escala para caracterização da evidencialidade em níveis de comprometimento, haja vista que assumimos que a evidencialidade marca graus de engajamento do falante com o conteúdo asseverado por ele na proposição.

Cada uma dessas estratégias de comprometimento (alto, médio e baixo) passa a exercer, na construção da argumentação do discurso político, uma função de persuasão, isto é, funciona como expressões performativas indicadoras do grau de adesão do político com o seu discurso. Ou seja, essas estratégias revelam graus de aproximação ou distanciamento do político em relação ao que informa nos enunciados que produz. Esses efeitos de sentido associados ao uso de expressões evidenciais no discurso político contribuem também para que o parlamentar construa adequadamente as imagens requeridas no contexto comunicativo e, assim, consiga persuadir o seu auditório. Vejamos uma ilustração para cada nível de comprometimento.

- (09) E eu que tenho andado pelo interior, **tenho visto e presenciado** o quanto é difícil ao pequeno criador fazer o apascentamento do seu rebanho sem ter água! (D13T-98-109)

(10) Então, a gente quer que com esse nosso discurso, com essa nossa fala aqui na Tribuna, fazer com que voltemos a discutir esse assunto que é importante e que **parece que morreu**. Quando chega a época da eleição, a época da propaganda política, desaparecem os temas importantes para o Nordeste e para o Estado do Ceará [...] (D14T-108-109)

(11) **Como dizem os professores da Universidade Federal do Ceará: as condições do Estado do Ceará são bem mais razoáveis para recebermos esse empreendimento.** (D1R-7-159)

É possível verificar nos exemplos (09), (10) e (11) uma escalaridade em termos de comprometimento. Em (09), o político atestou a informação por ele expressa na proposição, o que leva a uma estratégia de alto comprometimento. Na ilustração (10), o político apresenta o conteúdo proposicional como sendo uma inferência baseada na observação, demonstrando um médio comprometimento. Em (11), temos um item citativo que provoca um efeito de sentido de baixo comprometimento, já que o político reporta uma informação de responsabilidade de uma terceira pessoa, evocada porque tem credibilidade perante o auditório.

Vejamos, no capítulo seguinte, com base na Análise do Discurso, os aspectos caracterizadores do discurso político, gênero adotado para o estudo da evidencialidade neste trabalho, deixando claro que tal incursão tem por objetivo apenas uma maior compreensão das condições de produção da oratória política, para que possamos interpretar a funcionalidade dos itens evidenciais.

## 2.4 Síntese

Nesta seção, procuramos discutir aspectos relativos à definição, delimitação, caracterização e tipologização da evidencialidade. Vimos que a evidencialidade é uma categoria lingüística que diz respeito à expressão da fonte da informação, considerando que as diferentes fontes indicam também diferentes graus de comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo expresso a partir dessa fonte. Assumimos, no decorrer deste capítulo, que todas as línguas possuem modos de manifestação da fonte do conhecimento, sendo, a evidencialidade, no plano cognitivo-semântico, uma noção mais básica do que a modalidade epistêmica.

A evidencialidade constitui uma categoria superior à modalidade epistêmica, porém diferenciando-se desta categoria por expressar primariamente a qualidade da fonte do conhecimento, enquanto que a modalidade epistêmica diz respeito ao grau de firmeza que o falante tem em relação à verdade da proposição. No entanto, vimos que, no uso efetivo da língua, essas categorias co-ocorrem, não havendo entre elas limites categoriais. Como anunciamos, isso não constitui um problema que possa impedir uma investigação a respeito



da categoria evidencialidade, uma vez que assumimos uma orientação funcionalista da linguagem, que apregoa a noção de as gramáticas das línguas naturais sofrem pressões relativas ao discurso.

Neste capítulo, discutimos várias propostas tipológicas para o estudo da evidencialidade. Discorremos, sucintamente, sobre os estudos desenvolvidos por Willet (1988), Galvão (2001), Dall’Aglio-Hattner (2001), Gonçalves (2003), Carioca (2005) e Vendrame (2005). Conforme o que foi analisado, adotamos, para o estudo da evidencialidade no discurso político, as seguintes categorias de análise: i) tipo de fonte: *sujeito enunciador* e *fonte externa ao enunciador*, subdividida em *definida* e *indefinida*, e uma fonte representativa de uma coletividade, denominada de *domínio comum*; ii) natureza da experiência evidencial, considerada, neste trabalho, como uma estratégia de veiculação da informação no discurso: *experiencial*, *inferencial*, *subjetiva* e *relatada*. Além desses fatores, consideramos aspectos que dizem respeito mais estritamente aos meios de expressão da evidencialidade, bem como àqueles relacionados ao discurso, tais como o posicionamento (inclusão/exclusão) tomado pelo sujeito enunciador em relação à fonte por ele expressa e os *graus (alto/médio/baixo) de comprometimento* do político com o conteúdo expresso na proposição, procurando verificar que estratégias argumentativas são construídas a partir do uso de diferentes tipos de evidencialidade.

### CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DA ORATÓRIA POLÍTICA

Como podemos ver, o paradigma funcionalista assume que as gramáticas das línguas naturais são condicionadas por *forças externas* e *forças internas* (DU BOIS, 1985). Essa relação se torna ainda mais complexa quando optamos por estudar a evidencialidade em um gênero de discurso tão cheio de “armadilhas” como o discurso político. Essa reflexão é importante porque já nos permite dar início à discussão das questões suscitadas a partir do contato com o *corpus* que constitui o presente trabalho.

Segundo Charaudeau (2006), o político que deseja persuadir sua platéia deve dotar-se, de certo modo, de argumentos que o tornem legítimo e fidedigno de representar as aspirações do povo (*logos*); de uma imagem<sup>8</sup> que contemple o imaginário desse povo (*ethos*), para que, assim, possa mobilizar argumentos que “toquem” os seus anseios (*pathos*). É por isso que não há adesão, isto é, mobilização das paixões do povo senão por meio da criação de uma imagem. Em outras palavras, o discurso político persuasivo é construído por meio da identificação do orador com o seu auditório, bem como pela criação de uma “dramatização” realizada pelo político, de modo que corresponda às representações sociais, psicológicas, comportamentais do povo, sempre com o objetivo de seduzir.

Embora estejam envolvidos muitos elementos nesse processo interativo, ele é extremamente compatível com o modelo teórico de interação proposto por Dik (1989, 1997), uma vez que o político escolhe e articula as unidades da língua em função de seus propósitos enunciativos e da antecipação que faz da informação pragmática do auditório que deseja persuadir. Sendo assim, acreditamos que uma caracterização do discurso político seja pertinente e necessária, a fim de que possamos visualizar melhor os fatores envolvidos na sua produção. Porém, deixamos claro que essa breve incursão na análise do discurso (AD), visa, apenas, a uma descrição do discurso político, não significando que utilizaremos as variáveis da AD na análise de nossos dados, já que reconhecemos o paradigma funcionalista como suporte teórico ajustado e suficiente para os propósitos de análise do *corpus*. O que se constitui neste capítulo é um esforço para entender os vários aspectos discursivos que possam contribuir para um entendimento dos efeitos de (des)comprometimento que estão por trás do uso dos evidenciais nesse gênero de discurso.

---

<sup>8</sup> Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) usam o termo *máscaras*. Segundo esses autores, os oradores adotam, durante o processo de convencimento, uma gama variada de *máscaras* que são evocadas na medida em que o orador vai se colocando em relação aos assuntos debatidos. Esse conceito de “adoção de imagens” diferentes no decorrer do processo argumentativo se filia à noção de que em uma sociedade, sobretudo, a de países em desenvolvimento, o auditório se constitui de modo heterogêneo, tendo o político que defender e legitimar sua ação política ora como homem do povo, como cristão, como pai ou compatriota.

### 3.1 O discurso político: uma breve incursão na Análise do Discurso

Segundo Maingueneau (2002), o discurso é uma forma de ação sobre o outro. Nos termos de Dik, isso significa dizer que, ao nos engajarmos em uma interação verbal, o fazemos a fim de modificar algo na informação pragmática<sup>9</sup> do nosso interlocutor. Tendo em vista alcançar, com sucesso, essa modificação, escolhemos e articulamos as expressões lingüísticas em função de nossas intenções comunicativas. Nesse sentido, o discurso passa a ser compreendido também como ato de persuasão<sup>10</sup>, ou seja, como lugar de interação entre os sujeitos, onde produzir discurso é influenciar o outro.

É necessário que fique claro também que o discurso é contextualizado, uma vez que não é o discurso em si que é político, mas é o contexto que o autoriza enquanto discurso, ou seja, é a situação de comunicação que o “politiza”.

Além dessas características, podemos falar também que o discurso é uma unidade transfrástica, pois está submetido a regras pragmáticas de organização vigentes em determinado grupo social, tais como regras relativas ao plano de texto, de extensão dos enunciados, de formalização etc. É também orientado, pois se desenvolve no tempo, de maneira linear, de acordo com a finalidade do sujeito e as condições de interação verbal (uma conversação monologal ou dialogal). Por sua vez, o discurso é interativo, envolvendo, pelo menos, dois coenunciadores. É assumido por um sujeito, que pode se apresentar como fonte de referência das informações contidas no discurso e, ao mesmo tempo, mostrar sua atitude diante daquilo que diz e em relação a seu co-enunciador. É também regido por regras (normas) e visto sempre em relação aos outros discursos, ou seja, no interior de um universo discursivo (MAINGUENEAU, 2002, p. 53-54).

Com base no que foi discutido até aqui, passamos, então, à seguinte questão: o que se entende por *discurso político*? A pergunta, como podemos ver, não é nada simples de ser resolvida; no entanto, buscaremos definir esse termo com o objetivo de delimitarmos, com maior precisão, o campo de atuação desta pesquisa, mesmo que a resposta fornecida tenha caráter provisório.

---

<sup>9</sup> A informação pragmática é o conjunto de conhecimentos, crenças, opiniões, valores que o falante dispõe na interação verbal.

<sup>10</sup> Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) destaca que a argumentação se caracteriza como um *ato de persuasão*, no sentido de que atinge a vontade, as emoções, os sentimentos dos interlocutores, através de argumentos verossímeis, de caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigido a um “auditório particular”. Ele distingue esse ato que visa à adesão dos espíritos, do *ato de convencer*, que, de modo geral, está relacionado à razão, à lógica e é voltado a um “auditório universal”, uma vez que as conclusões das premissas resultam do raciocínio, tal como ocorre na lógica matemática, e cujo caráter é estritamente demonstrativo e atemporal.

A questão pode ser estendida: compreendemos discurso político como toda prática discursiva no campo da política? O primeiro aspecto a ser definido na procura de uma solução é o fato de o discurso não poder ser entendido fora de um contexto social. Sendo assim, teremos que levar em conta as relações entre *linguagem*, *ação política*, *instância política*, *instância cidadã* e *valores* a fim de definirmos, sem exagerar na complexidade que tais questões instauram no campo político, o que chamaremos de *discurso político*.

Em primeiro lugar, a *linguagem* é definida em termos de um quadro de ação, no qual os sujeitos agem uns sobre os outros. O *poder de ação* de um indivíduo sobre outro consiste em uma relação entre um dominante e um outro dominado, que “se submete” a esse dever, seja por uma ameaça ou sanção. Dessa forma, a linguagem assume um caráter de ação, visto que o ato de linguagem está ligado à ação mediante as *relações de força* que os sujeitos mantêm entre si (CHARAUDEAU, 2006).

Por sua vez, a *ação política* é compreendida como sendo toda ação que visa o bem-comum e, assim, organiza e determina a vida social de uma comunidade. É claro que essa definição não dá conta das discussões levantadas pela AD sobre esta questão, uma vez que nem sempre uma ação política é fruto de uma decisão coletiva, no sentido de ser representativa de toda uma comunidade. Além disso, o agente responsável pela ação pode abster-se de sua responsabilidade, “culpando” outros agentes e/ou instituições pela (não) realização de uma ação. É preciso lembrar, também, o fato de que entre o ato de linguagem e a ação política existe uma grande distância. Entretanto, o importante aqui é perceber que “a linguagem não está ausente do desenrolar da ação política, já que esta depende de um espaço de discussão” (*ibid*, p.17).

Outro ponto fundamental nesta discussão é a problemática das instâncias envolvidas na ação política: a *instância política* e *instância cidadão*. A primeira diz respeito àquilo que é delegado e assumido para realização da ação política. A segunda está relacionada à escolha dos representantes do poder. A intersecção entre ambas se concretiza por meio de um processo dialético, já que a legitimação do poder político se dá em um *espaço de persuasão* “no qual a instância política, jogando com os argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação” (*ibid*, p.19). Percebamos que, mais uma vez, é a linguagem que funde esse processo, pois o político constrói o seu discurso usando “artifícios” lingüísticos que contribuam para dar legitimidade a sua ação política. A evidencialidade, nesse processo interativo, assume um papel importante, haja vista que o político pode lançar mão de evidências para que seu discurso pareça bem fundamentado e, assim, consiga persuadir o cidadão da veracidade das informações por ele apresentadas em seu discurso.

Finalmente, passamos à definição do termo *valores*. Segundo Charaudeau (2006), os valores são as idéias que os indivíduos defendem no espaço de discussão, isto é, correspondem às opiniões sustentadas pelos sujeitos no campo da ação política. Este termo diz respeito a um domínio no qual *forças políticas* entram em jogo, uma vez que as diferentes opiniões que dão início a esse debate não desaparecem no final do processo de discussão, mas continuam fragmentadas, cabendo à instância política tentar gerenciar os conflitos resultantes desse embate, embora os gerencie quase sempre em seu proveito.

A figura do Estado ou de outras instituições que instaurem uma entidade abstrata, tal como a República, a Nação, tem por objetivo equilibrar essas forças, pois se tratam de figuras “pensadas” para representar a vontade coletiva, visto que os valores são compartilhados, “superando” os interesses de membros particulares dessa coletividade. Essa característica é fundadora da idéia de que “todos são, ao mesmo tempo, responsáveis e desapaosados” (*ibid*, p.20), engendrando, de certo modo, o bem e o mal político, no sentido de ser necessário para o cumprimento do interesse comum, e perigoso, já que os políticos a usam para se “esconderem” por trás da máscara de um *Terceiro*<sup>11</sup>.

Como podemos observar, a linguagem funde e permeia todo o campo político e as diversas relações de poder que por aí perpassam. Voltando, então, à questão colocada no início desta seção: o que se entende por *discurso político*? O discurso político é compreendido como todo e qualquer ato de linguagem que se estabelece no *espaço político*<sup>12</sup>, ou seja, nos diversos espaços de discussão, de persuasão, de decisão, no qual a *palavra política*<sup>13</sup> esteja presente, sem ser, obviamente, confundido com a verdade, mas com um jogo em que os sujeitos usam a linguagem para atingir seus propósitos enunciativos. Sendo assim, o discurso político é um construto, no qual não há revelação de verdades, mas a construção de verossimilhanças; afinal de contas, as verdades são relativas ao ponto de vista em que são tratadas. Essa concepção de que a verdade é relativa torna-se muito pertinente para o estudo da categoria evidencialidade, uma vez que o enunciador pode, de acordo com seus propósitos comunicativos, fundamentar seu discurso com base em diferentes fontes da informação, imprimindo diferentes níveis de comprometimento.

---

<sup>11</sup> Charaudeau explica que a figura do *Terceiro* corresponde à voz da coletividade, ou seja, a um ideal social.

<sup>12</sup> O espaço político não corresponde necessariamente ao geográfico, mesmo que se confundam algumas vezes. Ele deve ser entendido como um espaço fragmentado em diversos espaços, sejam eles de discussão, de persuasão, de decisão, que se confundem, opõem-se e se recortam (*idem*).

<sup>13</sup> *Palavra política* é uma expressão usada por Charaudeau como sinônima de *discurso político*.

No entanto, como seria impossível tratar das várias formas de discurso político, optaremos por aquele tipo cujo caráter é o de *ato de comunicação*<sup>14</sup>, que concerne mais precisamente ao discurso que se volta ao desafio de influenciar as opiniões, com o objetivo de obter adesões, rejeições e consensos (*idem*). Para isso, escolheremos aqueles discursos proferidos no Pequeno Expediente de Sessões Ordinárias na Assembléia Legislativa do Ceará, durante o período de 2005-2006.

De acordo com Dik (1989; 1997), a interação verbal é regida por regras pragmáticas, que governam os padrões de interação em que as expressões lingüísticas são usadas. Sendo assim, podemos falar que a comunicação se dá dentro de um quadro no qual o sujeito é constringido e, ao mesmo tempo, por sua natureza única, é levado a marcar, relativamente, sua individualidade. É por isso que podemos falar que o discurso se presta à representação, no sentido teatral, já que os sujeitos, por meio de atos de linguagem<sup>15</sup>, representam espetáculos relacionais nos quais os papéis podem estar previstos ou serem improvisados (CHARAUDEAU, 2006). Um aspecto central nesta discussão é o que Charaudeau (*idem*) chama de *contrato de comunicação*. Para esse autor, o discurso se constrói a partir de um contrato que se estabelece, na prática discursiva, entre o *campo de ação* e o *campo de enunciação*. Para Bourdieu (1982 *apud* CHARAUDEAU, 2006) o campo de ação é um campo simbólico, onde se dão as relações de força entre os sujeitos; enquanto o campo de enunciação é o lugar onde se encontram os mecanismos de encenação da linguagem. Desse modo, os efeitos de sentido, resultantes desse processo dialético, são fruto não apenas de uma análise esquemática pré-fabricada entre os enunciadores, mas se origina no entrecruzamento dos saberes, das crenças e dos lugares ocupados por esses sujeitos (*ibid*, p.52). Assim, podemos afirmar que as significações que são fabricadas e refabricadas nesse processo resultam das leis que governam os gêneros<sup>16</sup> e da identidade construída por cada um dos atores envolvidos na encenação.

---

<sup>14</sup> Há três lugares de fabricação do pensamento político, que correspondem cada uma das práticas languageiras: um lugar de elaboração do pensamento, onde se funde um ideal político (discurso como sistema de pensamento); outro, no qual o discurso político diz respeito ao próprio ato de comunicação, na medida em que os atores encenam seus papéis a fim de obterem a adesão dos seus interlocutores (discurso como ato de comunicação), e o terceiro, lugar onde são produzidos os comentários, as opiniões (discurso enquanto comentário) (*idem*).

<sup>15</sup> Austin e Searle (1962; 1969 *apud* MAINGUENEAU, 2002) mostram que toda enunciação constitui um ato de linguagem - que visa modificar uma situação -, tal como prometer, sugerir, afirmar, interrogar etc.

<sup>16</sup> Charaudeau (*ibid*) não utiliza esse termo para se referir aos mecanismos que regem a construção e reconstrução das significações e dos efeitos de sentido do discurso político. Ele denomina essas "leis" de "dispositivos de interação" (p.53).

Neste momento de nossa explanação, vale a seguinte pergunta: quem são os atores<sup>17</sup> que “assinam” esse *contrato de comunicação*? É preciso pensar em, pelo menos, três instâncias que determinam a construção e a legitimação do discurso político: o da governança (onde se encontram as instâncias política e a instância adversária), a instância cidadã e a midiática (CHARAUDEAU, 2006). E o que cada uma delas representa nesta encenação? A instância política (lugar de adesão e de ação) e sua antagônica, chamada de *adversária*, encontram-se em um mesmo lugar – o da governança. A diferença entre uma e outra reside no fato de que esta, despojada do poder e representando uma parcela da opinião pública, é “empurrada” a produzir um discurso de crítica, utilizando, porém, as mesmas estratégias discursivas daquela. Como podemos ver, ambas buscam, por meio do discurso, a legitimidade para alcançarem o poder ou permanecerem nele. A instância cidadã, por sua vez, é definida como sendo aquela que, dispendo não de um poder de governança, mas de influência, mesmo que por via indireta, questiona a legitimidade e a credibilidade da instância política, “em nome de uma idealização do bem-comum” (*ibid*, p.59). Tal como a instância cidadã, a midiática se localiza fora da governança, unindo a instância política à cidadã.

Dessa forma, o contrato de comunicação estabelecido no campo da política por cada uma dessas instâncias “forja” discursos que visam à legitimação de seus valores, de suas ações. A garantia dessa legitimação permite que essas instâncias adquiram uma autoridade de dizer, isto é, de produzir discursos e, assim, construírem suas identidades sociais ou imagens.

A política é um campo de batalha simbólico, onde conquistar o maior número possível de corações é garantir legitimidade. A democracia como vem sendo praticada comprova este fato, uma vez que os políticos “vencem” eleições não pelos programas de governo que apresentam à instância cidadã, mas pelas imagens construídas nos discursos que escondem todo tipo de “armadilha”. Em vista do que já foi explicado a respeito de como é estabelecido o contrato de comunicação entre as três instâncias e o respectivo lugar ocupado por cada uma delas, vejamos que estratégias discursivas são adotadas pela instância política a fim de mobilizar a instância cidadã e, conseqüentemente, a midiática, a participarem do “ato de investidura” do poder, “objeto de desejo” de todos os partidos e/ou políticos, na medida em que a vontade de poder é um ato que se justifica não pelo desejo de fazer o bem, mas pela vontade em si mesma.

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), para que haja argumentação, é necessário que, em um dado momento, realize-se uma “comunidade efetiva dos espíritos”.

---

<sup>17</sup> É importante que fique claro que esses atores não são pessoas do mundo real, mas entidades construídas socialmente, dotadas de intencionalidade e categorizadas segundo os papéis que lhes são atribuídos.

Não basta, portanto, que se compartilhe a mesma linguagem, é preciso que o orador tenha apreço pela adesão de sua platéia, seu consentimento e participação mental. Assim, o político recorre àqueles argumentos que influenciem os interlocutores, criando uma imagem de alguém que “se preocupa com eles, interessa-se por seus estados de espírito” (*ibid*, p.18), visando a ganhar a participação do maior número de cidadãos em relação à pertinência de seu projeto político.

Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), o político, ao fazer parte do mesmo ambiente de seus eleitores, isto é, ao conviver, manter relações sociais com a platéia, favorece a realização das condições prévias para que se estabeleça o contato dos espíritos, uma vez que isso demonstra que ele também é um “homem do povo”.

Outra questão importante: que auditório deve o político definir como condição essencial para o estabelecimento e manutenção de sua argumentação? No âmbito da política, definir um auditório particular ou optar por um de caráter universal é sempre perigoso, uma vez que um político, geralmente, dirige-se a uma platéia não muito homogênea, mas, ao contrário, bem variada quanto à classe social e aos valores assumidos. A figura do auditório universal também não resolve o problema, já que este funciona mais como um elemento “regulador ideal da prática argumentativa” (*idem*), pois os argumentos produzidos para esse tipo de interlocutor constituem asserções verdadeiras, ou até mesmo necessárias, a todo ser de razão. Então, como resolver o problema, tendo em vista que todo discurso deve se dirigir a um co-enunciador para que assim se estabeleça um “plano de argumentação” bem-sucedido? De acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), em termos de retórica, é melhor que se defina um auditório como sendo “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (*ibid*, p.22).

Sendo assim, fica a cargo do orador a caracterização do seu público alvo, tendo sempre em mente que essa construção discursiva não condiz por completo com a realidade empírica. O co-enunciador é definido como uma “idealização” mais ou menos sistemática de um auditório heterogêneo, devendo o orador se adaptar às exigências implicadas nesse processo de negociação. Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), o grande orador parece animado pelo próprio espírito do seu auditório; é dotado da capacidade de sentir as paixões, as dores, as aspirações da multidão. Para Charaudeau (2006), os discursos emocionais (que mobilizam a paixão), podem ser produzidos pela combinação de basicamente três fatores, apontados na citação a seguir:



(i) a natureza do universo de crença ao qual o discurso remete (vida/morte, acidente, catástrofe, massacre, amor, paixão etc); (ii) a encenação discursiva que pode, ela própria, parecer dramática, trágica, humorística ou neutra. (iii) o posicionamento do interlocutor (ou do público em relação aos universos de crença convocados e os estado de espírito no qual ele se encontra. Desse modo, o sujeito que fala deve saber escolher os universos de crença específicos, tematizá-los de determinada maneira e proceder à determinada encenação, tudo em função do modo como ele imagina seu interlocutor ou seu público e em função do efeito que espera produzir nele. (*ibid*, p. 90)

Nos termos de Charaudeau, a imagem do hábil orador é a de um *Eu-Nós*, constituído por uma identidade do singular-coletivo, visto que ele se coloca como “portador do ideal social”. Nesse sentido, o político deve inspirar confiança, admiração; saber “assumir” a imagem do chefe ideal, aquele que se encontra no imaginário do povo. Percebamos que o discurso político é feito de uma mistura desses elementos, ao mesmo tempo em que se caracteriza pela razão (*logos*), pela paixão (*pathos*) e pela criação de uma imagem do ser que fala (*ethos*) e que é possivelmente identificado pelo auditório, como sendo aquele que compartilha o seu desejo<sup>18</sup>.

Entretanto, fazer a distinção clara entre cada um desses elementos não é uma tarefa simples, já que eles se misturam na seqüência do discurso. Mas uma coisa é certa: todo discurso político persuasivo é construído por meio da identificação do orador com o seu auditório, bem como pela criação de uma “dramatização” realizada pelo político, de modo que corresponda às representações sociais, psicológicas, comportamentais do povo, sempre com o objetivo de seduzir. Ou seja, o discurso político faz sua encenação sempre “de olho” na situação social imposta ao cidadão, na origem de tal situação, que quase sempre constitui uma situação negativa, e na “solução salvadora”<sup>19</sup>, do qual o político é seu representante. Dessa forma, percebemos que o discurso político é de caráter intersubjetivo, uma vez que depende do julgamento que o político faz de seu co-enunciador, como também é fruto de uma simbiose da razão e da paixão, sendo esta última “as causas e os fundamentos” sobre os quais se origina a sociedade política (CHARAUDEAU, 2006).

Embora vários aspectos estejam envolvidos na produção/interpretação do discurso político, a produção de sentido é, como afirma Charaudeau (2006), uma questão de interação, uma vez que os modos de interação, a identidade dos participantes e os lugares de onde falam esses atores determinam a construção argumentativa do discurso político. Sendo assim, para realizarmos uma análise bem-sucedida da evidencialidade nessa prática social, acreditamos

<sup>18</sup> Para Charaudeau, esse termo é justificado, uma vez que a atração das imagens é explicada apenas pela força do *desejo*. O *ethos* é um espelho que reflete os desejos do político e do seu auditório.

<sup>19</sup> Charaudeau associa essa imagem à figura do sebastianismo, muito exaltada pelas sociedades mergulhadas em sérios problemas sociais.

que devemos levar em conta as seguintes condições de produção: i) os propósitos enunciativos do político; ii) os aspectos que dizem respeito ao contexto de enunciação; iii) a imagem que o político deseja construir de si, o que está relacionado ao papel que ele deseja desempenhar na encenação e iv) a imagem que o político parece construir de seu auditório.

Levando em consideração esses aspectos, passemos à elucidação dos critérios específicos que compõem as circunstâncias de produção dos discursos proferidos na Assembléia Legislativa do Ceará, bem como aos fatores considerados na constituição e delimitação do *corpus*.

### 3.2. Síntese

Levando em conta que a evidencialidade constitui uma categoria lingüística que manifesta a fonte de uma informação, assumimos que as diferentes fontes assumem diferentes efeitos de (des)comprometimento na produção do discurso político. Esse discurso se constitui como um lugar de interação em que seus participantes buscam, sobretudo persuadir, de forma que se legitimem enquanto sujeitos sociais. O político, a partir da imagem que constrói de si e da antecipação que faz dos valores comungados pelo auditório, pode lançar mão de itens evidenciais, que imprimem, no fluxo do discurso, graus de (des)comprometimento do político com o conteúdo expresso na proposição.

Trabalhamos, na presente pesquisa, com os discursos cujo caráter é de ato de comunicação, definido por Chareaudeau (2006) como sendo aqueles discursos que se voltam ao desafio de influenciar as opiniões dos outros. Consideramos que os sujeitos participantes deste processo dialético assumem diferentes posições, a depender do lugar de onde “falam”: instância da *governança* (instância política e a instância adversária), *instância cidadã* e *instância midiática*.

Vimos que a política representa um campo de batalha em que conseguir mobilizar o maior número de corações significa obter legitimidade para garantir as ações políticas. Para que haja a “comunhão dos espíritos” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005), é preciso que o político tenha apreço por seu auditório, mostrando-se como alguém que compartilha seus interesses. Quanto ao estabelecimento da figura do auditório, optamos por considerá-lo com uma entidade da qual fazem parte todos àqueles que o político deseja persuadir com o seu discurso.

Embora vários aspectos estejam envolvidos nesse processo interativo, levamos em conta, na análise da evidencialidade no discurso político, os propósitos enunciativos do sujeito

enunciador, o contexto de enunciação, as imagens que o político constrói de si e do auditório que deseja persuadir.

## CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA: CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E PROCEDIMENTOS GERAIS DE ANÁLISE

### 4.1 A constituição e a delimitação do *corpus*

Durante as primeiras leituras sobre a categoria evidencialidade, verificamos que os estudiosos sobre o tema (muitos desses citados no capítulo 2 deste trabalho) não tiveram como objetivo investigar a evidencialidade como estratégia argumentativa no âmbito do discurso político. Tendo em vista isso, buscamos, em uma análise piloto, realizada por ocasião da elaboração do projeto de pesquisa que orienta este trabalho, identificar e analisar a atuação dos itens evidenciais na construção da argumentação no discurso político<sup>20</sup>. Essa análise prévia revelou aspectos teórico-metodológicos relevantes ao debate realizado sobre o tema, bem como nos fez perceber que poderíamos contribuir para revelar nuances importantes na análise e caracterização do gênero discurso político. Estabelecidos os objetivos principais da pesquisa, optamos pelos discursos proferidos na Assembléia Legislativa do Ceará. Essa escolha foi orientada pelo interesse de buscar compreender as artimanhas dos discursos dos (as) deputados (as) do Ceará, buscando fornecer uma análise crítica das estratégias de (des)comprometimento do político com o seu discurso, uma vez que compreender as estratégias semântico-pragmáticas desse discurso implica, mesmo que indiretamente, refletir sobre a ação política.

Colocado isso, passemos à discussão do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Ceará, a fim de que possamos conhecer, a partir dele, as condições de produção impostas aos políticos na elaboração de seus discursos<sup>21</sup>.

De acordo com o Regimento Interno da Assembléia do Ceará, aprovado mediante Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996, publicado no Diário Oficial (DO) de 12.12.1996, disponibilizado pela Internet no endereço [www.alb.gov.ce](http://www.alb.gov.ce), a Assembléia reunir-se-á nas seguintes sessões de acordo com o Art. 156:

- I - Preparatórias - as que precederem, na Sessão Legislativa, a posse dos Deputados e a eleição da Mesa;
- II - Ordinárias - as de qualquer Sessão Legislativa, realizadas nos dias úteis, no horário regimental;

---

<sup>20</sup> O *corpus* utilizado para essa análise piloto foi constituído por Menezes (2005), para o estudo da modalidade deôntica.

<sup>21</sup> Essas condições são as normas do ponto de vista legal, nem sempre cumpridas à rico.

III - Extraordinárias - as realizadas em horário diverso do fixado para as Ordinárias, em qualquer dia da semana;

IV - Especiais - as realizadas em horário diverso das Sessões Ordinárias, para apreciação de veto ou para indicação ou aprovação da escolha das pessoas mencionadas no Art. 49, da Constituição Estadual, para ouvir Secretário de Estado, dirigente de autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundações (Art. 49, item XIV, CE), para permitir a participação da sociedade organizada e nos julgamentos por crime de responsabilidade;

V - Solene - as realizadas para comemorações, homenagens especiais, instalação e encerramento dos trabalhos legislativos.

Todas as sessões são públicas, exceto quando o Plenário deliberar alguma sessão secreta, nos casos previstos na Constituição; por convocação do seu Presidente; quando requerida por 1/3 (um terço) dos Deputados; a requerimento de qualquer Deputado, com aprovação do Plenário e por solicitação de Comissão Permanente (Art. 190).

Após realizarmos uma leitura dos discursos proferidos em todos os tipos de sessões, optamos, para a constituição do nosso *corpus*, por discursos proferidos em sessões ordinárias. Esta opção se justifica por dois motivos: i) o caráter de debate da referida sessão, o que pode levar, dependendo do tema em discussão, a um número considerável de marcas evidências usadas pelo político para justificar a defesa de suas idéias; ii) a possibilidade de termos contato com um número considerável e diversificado de enunciações que visem à adesão do auditório às teses defendidas, independentemente de o político se posicionar a favor, contra ou relutante em relação ao tema posto em pauta.

As sessões ordinárias constam de Pequeno Expediente e Grande Expediente. O Pequeno Expediente tem duração de sessenta minutos improrrogáveis. Durante esse tempo, os políticos podem fazer uso da palavra para justificação de proposição ou versar sobre tema de sua livre escolha, por tempo nunca superior a 10 (dez) minutos, exceto quando outros parlamentares inscritos na Mesa Diretora disponibilizarem seu tempo, conforme o Art. 158, § 1º do Regimento. As inscrições dos oradores para pronunciamento são feitas pelo próprio político, de punho, em livro especial, obedecida à ordem cronológica de inscrição. Tendo sido esgotada a matéria da Ordem do Dia, parte destinada, geralmente, à votação de matérias, leis, resoluções, já discutidas durante o Pequeno Expediente, segue-se o Grande Expediente. Este tem duração de 90 (noventa) minutos e se destina aos oradores inscritos para versar sobre assunto de sua livre escolha, cabendo, a cada um, o máximo de 30 (trinta) minutos.

Como podemos observar, o Pequeno Expediente, por permitir apenas dez minutos de exposição aos oradores, constitui, para os objetivos da presente pesquisa, a parte que nos

possibilita o acesso a uma maior diversidade de discursos e de posicionamentos e, portanto, de defesas de idéias a respeito dos assuntos colocados em pauta para discussão.

Além de exigências a respeito do tempo e da obrigatoriedade da inscrição por parte do parlamentar na Mesa Diretora, também estão previstas as seguintes exigências, de acordo com o Art. 167:

- I - Durante a sessão, somente os Deputados, assessores parlamentares e profissionais de imprensa credenciados, e funcionários de serviço poderão permanecer em Plenário;
- II - Não será permitido serviço de conservação, no edifício da Assembléia, que perturbe os trabalhos legislativos;
- III - Qualquer Deputado, com exceção do Presidente, falará de pé e só quando enfermo, poderá obter permissão para falar sentado;
- IV - O orador deverá falar da Tribuna, a menos que o Presidente permita o contrário;
- V - Ao falar, o orador não poderá fazê-lo de costas para a Mesa;
- VI - A nenhum Deputado será permitido falar sem pedir a palavra ao Presidente dos trabalhos, usando a expressão "Pela Ordem", somente após a concessão, o serviço de taquigrafia inicia o apanhamento;
- VII - Se o Deputado pretender, sem que lhe haja sido dada a palavra, permanecer na Tribuna anti-regimentalmente, o Presidente o advertirá, convidando-o a sentar-se;
- VIII - Se, apesar dessa advertência, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado;
- IX - Sempre que o Presidente der por terminado um discurso, a taquigrafia suspenderá o apanhamento;
- X - Qualquer Deputado, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente ou aos Deputados, de modo geral;
- XI - Referindo-se ao Deputado, em discurso, o orador deverá preceder a seu nome o tratamento de senhor ou de Deputado, tratando-lhe por Excelência;
- XII - Nenhum Deputado poderá referir-se à Assembléia ou a qualquer dos seus membros, e de modo geral, a qualquer representante do Poder Público, de forma descortês ou injuriosa;
- XIII - Durante as votações, o Deputado deverá permanecer em sua cadeira.

Além de especificações a respeito do modo de portar-se e dirigir-se ao Presidente e aos colegas parlamentares, o Regimento determina quem pode estar no recinto do Plenário durante as sessões (conforme Inciso I). Além disso, determina a obrigatoriedade do pedido de permissão para fazer um pronunciamento (conforme Inciso VI), sob a pena de ser convidado a se retirar do recinto. Percebamos, dessa forma, que o Regimento determina um ambiente bastante organizado e formal, exigindo, por parte dos parlamentares, austeridade não apenas em relação à sua postura, mas também no modo como se dirigirão às autoridades e outros parlamentares.

Tendo conhecido os fatores que condicionam a produção dos discursos, fizemos a opção pelos discursos proferidos em Sessões Ordinárias, durante o tempo do Pequeno

Expediente. Em seguida, elegemos alguns critérios utilizados para a constituição e delimitação de nosso *corpus* de análise. É importante, antes de finalizarmos esta discussão, retomar os seguintes questionamentos da presente pesquisa: como a análise da categoria evidencialidade pode contribuir para explicitar os efeitos de (des)comprometimento produzidos na construção da persuasão do discurso político? Em que medida, compreender a relação entre evidencialidade e discurso político persuasivo pode nos ajudar a refletir sobre as ações políticas?

Assumimos, como pressuposto funcionalista, que o político, ao optar por uma dada expressão lingüística, assim o faz porque deseja modificar a informação pragmática do ouvinte (DIK, 1997), ou seja, visa a “agir” sobre o outro, de modo a ganhar sua adesão. Assim, buscar descrever e explicar as funções persuasivas produzidas pelas expressões evidências na construção do discurso político pode nos ajudar a compreender os mecanismos de *encenação*<sup>22</sup> utilizados pelos políticos e os efeitos de (des)comprometimento pretendidos por eles ao escolher uma forma lingüística ao invés de outra, já que a evidencialidade diz respeito à fonte de um conteúdo proposicional, revelando diferentes efeitos de (des)comprometimento do político com o seu discurso. Portanto, estudar a relação entre discurso político e evidencialidade pode contribuir para que se entenda melhor como se dá a elaboração do discurso político persuasivo, que apela para os efeitos de *pathos* e *ethos*<sup>23</sup>, estratégias discursivas mobilizadas nesse tipo de interação verbal.

Compreender essa relação entre evidencialidade e oratória política pode nos ajudar a refletir sobre a relação entre *palavra política* e *ação política*, uma vez que a evidencialidade é uma categoria que constitui importante estratégia de (des)comprometimento do político com o seu discurso. É óbvio que a compreensão dessa relação não é suficiente para que se “prevejam” as “intenções reais” de um político em relação aos seus projetos, propostas. No entanto, embora o discurso político se configure como uma “encenação”, saber distinguir e interpretar o valor argumentativo de um marcador evidencial pode constituir uma “ferramenta” importante para que o cidadão avalie o grau de confiabilidade de uma informação e, por sua vez, as “pretensões” do político em relação aos seus projetos.

Sendo assim, julgamos, metodologicamente adequado aos propósitos da pesquisa, a opção por dois grupos de discursos, organizados de acordo com os seguintes temas:

---

<sup>22</sup> Charaudeau usa o termo “encenação” no sentido de representação teatral: “na cena política estão representadas relações de poder segundo os lugares, os papéis e os textos previstos por essa dramaturgia e segundo a relativa margem de manobra de que dispõem os atores”. (*ibid*, p. 52)

<sup>23</sup> Charaudeau afirma que o discurso político produzido, hoje, deslocou-se do lugar do *logos* – domínio da razão – ao lugar do *pathos* – domínio da emoção -, onde o político faz sua encenação, a fim de persuadir e/ou seduzir sua platéia a aderir a suas idéias.

1º Grupo: A vinda da Refinaria de Petróleo para o Ceará.

2º Grupo: A Transposição do Rio São Francisco.

Justificamos essas opções pelas seguintes razões: i) são temas que, de certa forma, ainda se encontram em discussão na Assembléia Legislativa, embora em relação ao tema do 1º Grupo, o Governo Federal já tenha dado seu veredicto a favor da instalação da refinaria de petróleo em Pernambuco; ii) acreditamos também que esses temas são de grande interesse de *certos setores* da sociedade cearense. Como preconiza Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), é necessário, para a “comunhão dos espíritos”, o estabelecimento de um auditório como sendo aqueles indivíduos que o político deseja persuadir. Trata-se, portanto, de um conceito muito mais amplo e está vinculado a todos os indivíduos a quem o político deseja influenciar mediante a construção de uma determinada imagem. Cumpre ressaltar que esse auditório não é apenas composto pelos parlamentares presentes às sessões, mas, inclusive, por aquele público que, de casa, presencia a “batalha discursiva”. Além dessas razões, levantamos a hipótese de que esses temas, pelo interesse que suscitam, podem levar o político a fundamentar seu discurso a partir de evidências capazes de contribuir com a construção de imagens (sertanejo trabalhador, homem do povo, defensor dos direitos do povo, político honesto, defensor de preceitos éticos etc) necessárias para a sua legitimação, o que está diretamente relacionado ao modo como ele se compromete com as causas suscitadas nos referidos temas.

Optamos pelo critério do volume textual (medido em quantidade de palavras) para a delimitação de cada grupo temático de discurso e buscamos garantir uma extensão aproximada entre eles. Embora fosse possível delimitar uma indicação aproximada de horas que constituem o nosso *corpus*, a partir do que está exposto no Regimento em relação ao tempo que cada orador tem para se pronunciar, optamos pelo critério do volume textual, porque percebemos, na leitura atenta dos discursos, que o político pode ultrapassar o tempo cedido para ele ou pode obter mais alguns minutos concedidos por algum companheiro de partido. Além disso, o serviço de transcrição da Assembléia não registra a duração em minutos dos discursos. Portanto, para a análise dos efeitos de (des)comprometimento produzidos pelas expressões evidenciais em discursos políticos, trabalhamos com um total de 30 discursos, representando um total de 17.532 palavras. O quadro 05, a seguir, informa o



volume textual de cada grupo temático, bem como o número de itens evidenciais<sup>24</sup> encontrados em cada um deles:

	<b>GRUPO 1</b> <b>(A vinda da</b> <b>Refinaria)</b>	<b>GRUPO 2</b> <b>(A Transposição do</b> <b>Rio São Francisco)</b>	<b>TOTAL</b>
<i>NÚMERO DE</i> <i>CARACTERES</i> <i>(SEM ESPAÇOS)</i>	43.773	43.771	87.544
<i>NÚMERO DE</i> <i>PALAVRAS</i>	8.735	8.797	17.532
<i>NÚMERO DE</i> <i>ITENS</i> <i>EVIDENCIAIS</i>	159	109	268

#### **Quadro 05– Distribuição dos itens evidenciais nos grupos temáticos.**

Como podemos observar, os dois grupos apresentam quase o mesmo volume textual, o que nos possibilita uma análise tanto quantitativa como qualitativa das ocorrências identificadas no *corpus*.

Quanto à seleção dos discursos que compuseram o *corpus*, procuramos diversificar a amostra com um total de onze políticos de diferentes partidos, escolhidos pela frequência de atuação na Assembléia em relação aos temas Refinaria e Transposição. Vejamos, agora, quais os procedimentos de análise e parâmetros utilizados na investigação da evidencialidade nesta pesquisa.

#### **4.2 Procedimentos de análise: os parâmetros sintáticos, semânticos e pragmáticos para a análise do *corpus***

<sup>24</sup> Lembramos que são marcas que dizem respeito à manifestação da fonte da informação, as quais também revelam graus de (des)comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo proposicional por ele expresso. Segundo o que foi apontado, podem ser classificadas de acordo com o tipo de fonte: sujeito enunciador, fonte externa ao falante (definida e indefinida) e domínio comum. Quanto à natureza da experiência evidencial, consideramos que a evidencialidade pode ser do tipo experiencial, inferencial, subjetiva e relatada.

Para análise qualitativa de nossos dados, tal como expusemos no capítulo I deste trabalho, optamos por uma abordagem funcionalista da linguagem, o que nos faz ter sempre em vista a situação de enunciação, os propósitos enunciativos do político e os participantes envolvidos na interação. Também assumimos a integração dos componentes sintático, semântico e pragmático e buscamos tratá-los a partir de critérios quantitativos.

Para esse tratamento quantitativo, fizemos uso do programa SPSS (versão 7.5 para *Windows*)<sup>25</sup>. Esse programa computacional, desenvolvido primariamente para as Ciências Humanas, foi utilizado para o cálculo de frequência (*frequencies*), levando em conta as variáveis consideradas no presente trabalho, e sobre as quais versaremos mais precisamente logo em seguida. O programa também fornece aos seus usuários a possibilidade de transformar os dados estatísticos em representações gráficas. Foi-nos bastante útil esse suporte metodológico na visualização de que variáveis são pertinentes na caracterização da categoria evidencialidade.

Para que possamos analisar em que medida as expressões evidenciais estão a serviço da persuasão em discursos políticos, buscamos fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos capazes de caracterizar o uso de tais itens. Entretanto, é necessário que façamos uma breve exposição a respeito das codificações relativas à identificação da expressão evidencial na totalidade do *corpus*. Tal codificação será apresentada entre colchetes, ao final de cada exemplo:

- a) Número do discurso onde foi identificada a expressão evidencial: ex.: D1, D2, D3 etc;
- b) Parâmetro relacionado ao tema dos discursos: R (1º Grupo); T (2º Grupo);
- c) Número da ocorrência no grupo de discurso no qual ocorreu: (01-159) ou (2-109)

Exemplo: (D1R- 01-159)

Em relação aos parâmetros sintáticos, semânticos e pragmáticos, inspiramo-nos, para a elaboração de nossa proposta de análise, nos trabalhos de Willet (1988), Galvão (2001), Dall'Aglio-Hattner (2001), Gonçalves (2003), Carioca (2005) e Vendrame (2005). A seguir, expomos os critérios utilizados no que diz respeito à caracterização da evidencialidade em discursos políticos, seguida de uma breve discussão e de ocorrências ilustrativas retiradas do *corpus* da pesquisa.

---

<sup>25</sup> *Statistical Package for the Social Sciences*.

### a) Parâmetros sintáticos

Para a caracterização da evidencialidade em discursos políticos, é necessário que façamos uma investigação de critérios relativos à sua manifestação lingüística. Para tal fim, utilizamos as seguintes categorias por meio das quais a evidencialidade pode se expressar em português: verbo, substantivo, adjetivo, preposição, advérbio, enunciado metalingüístico e simples justaposição da fonte.

Além das marcas prototípicas de manifestação da evidencialidade, encontramos, no *corpus* da pesquisa, casos em que o conteúdo proposicional é expresso, sem, no entanto, haver um item específico que encaixe o conteúdo, a qual denominamos de *enunciado metalingüístico*. Esse tipo de manifestação da evidencialidade ocorre por meio de todo um enunciado com traços evidenciais, ou seja, que tem o propósito de esclarecer a fonte da informação.

Além desse tipo, há casos em que o político fundamenta seu discurso pela “autoridade” de uma lei, norma, ou artigo de jornal. A fonte, nesses casos, não é apresentada por nenhum item evidencial explícito (marca zero), ficando o contexto responsável por esclarecer a fonte da informação enunciada (lei, norma, carta e autoridades etc.). Por esse motivo, também consideramos a *simples justaposição* como uma estratégia sintática de manifestação da evidencialidade no discurso político, em que a marca evidencial é a simples menção da fonte imediatamente antes ou depois de um conteúdo proposicional.

Em relação à localização no enunciado, a marca evidencial pode apresentar-se na posição: anteposta, intercalada ou posposta. Se a marca evidencial se localizar antes da fonte e do conteúdo proposicional ou ocupar o lugar daquela, dizemos que é anteposta; caso se posicione entre a fonte e o conteúdo proposicional, é intercalada; por último, quando se localiza após a fonte e o conteúdo proposicional, é considerada anteposta.

Vejamos as ocorrências abaixo (12), (13) e (14), que ilustram tanto as possibilidades de manifestação da fonte como a posição ocupada pela marca evidencial no enunciado:

(12) O Deputado José Guimarães trouxe informações e a primeira informação que o Deputado José Guimarães trouxe para nós e que gerou uma expectativa muito positiva foi quando ele **disse que** *o Presidente na viagem ao Oriente Médio teria dito ao Governador Lúcio Alcântara que a Refinaria viria para o Ceará.* (D5R-47-159)

(13) **Aqui teve uma campanha de um Deputado Federal que até adesivo virou em tudo quanto era traseiro de carro:** *“A Refinaria é nossa”.* (D3R-25-159)

- (14) Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, vou falar sobre a questão da transposição do Rio São Francisco na parte política, mas queria ficar feliz com **essa manchete**: “*Lúcio, Tasso e Patrícia mobilizados pela Refinaria*.” (D1T-01-109)

A ocorrência (12) demonstra que a evidencialidade pode se manifestar por meio da classe morfossintática verbo. O verbo *dizer* se caracteriza como verbo *dicendi* ou, como define Neves (2000), verbos introdutórios do discurso direto ou indireto. O exemplo (13) mostra que não houve, por parte do enunciador, a “seleção” de uma marca específica para a manifestação da evidencialidade, mas a opção por todo um enunciado metalingüístico, usado para expressar não apenas o modo de obtenção da informação, mas todo o contexto dentro qual se deu a geração do conhecimento expresso na proposição. Em (14), percebemos que o conteúdo proposicional (marcado em itálico) não é introduzido por uma expressão evidencial. No entanto, é possível verificar a anteposição da fonte (*manchete*) em referência catafórica a uma informação. Essa fonte indica de que modo o político obteve a informação por ele veiculada no discurso.

#### b) Parâmetros semânticos

Como dissemos anteriormente, a evidencialidade diz respeito à explicitação da **fonte da informação** contida em um enunciado. Essa fonte da informação pode ser o próprio *sujeito enunciativo* ou uma fonte que seja diferente do próprio falante. Essa *fonte externa ao falante* pode ser *definida* (segunda ou terceira pessoa do discurso) ou *indefinida* (existe, mas não é possível individualizá-la, nem mesmo por meio do contexto). Além desses três tipos, é possível identificar uma quarta fonte, que apresenta a informação como sendo um conhecimento compartilhado pelos interactantes, a qual denominamos, como já foi dito, de *domínio comum*. Vejamos, a seguir, as ocorrências que exemplificam cada uma dessas fontes, respectivamente:

- (15) Eu **reconheço que** *ele quando Governador, ajudou muito nesse sentido*. Portanto, eu quero ficar feliz em ver que o Dr. Tasso Jereissati muda de posição e deixa de brigar com o PT, porque a questão da Refinaria não é do PT e nem do PSDB, é o povo brasileiro e o cearense que estão querendo essa Refinaria. (D1T-04-109)
- (16) *Um elemento importante que é a localização geográfica. Ela é estratégica para fazer o transporte do refino. Esse argumento foi colocado* pela Universidade Federal do Ceará. (D2R-15-159)
- (03) Quem ainda **acredita que** *a refinaria seja sediada no Porto do Pecém, onde tecnicamente há mais vantagem, não avalia o peso político decisivo no empreendimento desse porte*. (D10R-97-159)

- (17) Cardoso para cá, em que o Governo atual quer integração do Rio São Francisco com suas bacias hidrográficas no Nordeste, tem como objetivo central o de dar segurança à população do Semi-árido. Essa é a essência do Projeto, é o objetivo estratégico do Governo. Lateralmente não é só que cento quarenta e oito milhões de reais vão ser investidos nesse Projeto. Ora, **nós sabemos que só temos água para trinta anos, e esse Projeto vai dar oportunidades para netos e bisnetos, inclusive para resolver esse problema de uma vez por todas, a questão do Semi-árido aqui no Ceará.** (D1T-05-109)

Na ocorrência (15), o político se apresenta como a fonte da informação, uma vez que constrói seu argumento com base em uma adesão pessoal a uma idéia. O político mostra, por meio de um item de valor subjetivo, sua opinião de que, quando se trata de interesses do povo, não deve haver divergências entre as forças políticas, mas, sim, a união de forças pelo Bem-Comum. Já em (16), temos um item evidencial indicativo de que o enunciador faz uso de uma informação de fonte definida (3ª pessoa), com o objetivo de mostrar a sua platéia a importância do tema por ele debatido, bem como demonstrar que tem conhecimento técnico sobre o assunto, revelando que está envolvido na discussão levantada na Casa. Na ocorrência (03), o político apresenta a informação de modo que não seja possível individualizar uma fonte. Isso ocorre porque o enunciador não deseja se comprometer com ela. Em (17), o parlamentar apresenta uma informação como um conhecimento compartilhado por todos os presentes no Plenário ou, pelo menos, assim o faz parecer. Esse tipo de evidência pode ser usado como estratégia de diluição de responsabilidade. Além disso, pode também indicar um “chamado” por parte do orador para que a platéia participe de sua exposição.

A evidencialidade pode ser também caracterizada em relação à **natureza do item evidencial**. Levando em consideração que trabalhos como um tipo de discurso que visa à persuasão, consideramos que o item evidencial, de acordo com sua natureza lexical, pode revelar o modo pelo qual as informações apresentadas pelo enunciador em seu discurso foram obtidas. Em outras palavras, o enunciador pode, com base em diferentes estratégias de apresentação da informação, orientar a interpretação do interlocutor em relação ao modo como obteve as informações veiculadas no discurso.

Se o falante deseja apresentar a informação como uma experiência pessoal relacionada aos sentidos, selecionará itens evidenciais do tipo *experencial*; se deseja veicular a formação como um construto mental elaborado por meio de evidências contextuais, utilizará marcas evidenciais do tipo *inferencial*; se deseja apresentar um conhecimento como uma opinião ou crença particular sua, optará por itens do tipo *subjetivo*; se deseja indicar que obteve a

informação por meio de um relato, selecionará itens evidenciais do tipo *relatado*. Vejamos uma ocorrência que ilustra cada uma dessas estratégias, respectivamente:

(18) E nós que andamos agora na campanha, nós **verificamos** ontem um dado importante, e de uma preocupação muito grande, *que é o problema da qualidade da água que está sendo abastecida na grande maioria das populações do Interior do Estado.* (D14T-107-109)

(19) Eu estou aqui diante dessa dificuldade, que essa transposição **parece-me** muito mais *factóide do que um fato.* (D3T-30-109)

(20) Eu **acho que** nós temos que fazer um coro de apoio ao Presidente, porque o Presidente está determinado a fazer essa transposição, a fazer essa interligação de bacia e nós não podemos ficar acomodados e temos que dar o nosso grito para poder se contrapor a esses Senadores. (D6T-55-109)

(21) O Ministro Ciro Gomes fez uma declaração hoje no Jornal. **Diz que** há um equívoco na forma de luta por esta Refinaria. Todos brigam pela obra que não existe. (D3R-19-159)

Na ocorrência (18), a informação é apresentada como obtida de modo direto. O político fundamenta a argumentação do seu discurso mediante um item evidencial experiencial, porque deseja imprimir, na situação de interação, um alto nível de engajamento em relação às informações por ele apresentadas. Argumentos construídos com base em marcas evidenciais diretas caracterizam o conhecimento como sendo algo que, à primeira vista, não pode ser negado ou refutado pelos adversários do político, porque constituem “provas” na construção de um argumento.

Na ilustração (19), temos um item evidencial inferencial, que caracteriza a informação como menos direta. A informação nos é apresentada como sendo um conhecimento derivado por meio de *pistas* captadas na situação de interação. Trata-se, portanto, de uma avaliação, de uma interpretação do orador, e não de um fato experienciado. O objetivo do político é desqualificar a bancada da situação, mostrando ao auditório que uma observação atenta das circunstâncias só poderia levar à conclusão de que a Transposição constitui uma inverdade.

Na ocorrência (20), o item de valor subjetivo apresenta a informação como sendo uma crença do falante. O enunciador argumenta a favor do Governo Lula, mostrando que a Casa deve juntar forças para que a Transposição aconteça. Ele estabelece um alto comprometimento ao construir um argumento com um predicado de crença. O político constrói uma imagem de homem engajado com essa luta e convicto de suas idéias.

Em (21), o predicado *dizer* expõe que a informação é derivada de uma *terceira pessoa*. Parece-nos que esse tipo de evidência relatada definida só é apresentado porque o orador acredita que a opinião desse ministro tem credibilidade perante o seu auditório. Portanto, a

fonte apontada constitui um argumento forte para mobilizar as *emoções* dos que fazem parte desse auditório.

### c) Parâmetros pragmáticos

Além de aspectos de natureza estritamente semânticos, consideramos o nível de (des)comprometimento como um parâmetro de análise para as ocorrências do *corpus* da presente pesquisa. Para Dall’Aglio-Hattner (2001), esse tipo de estratégia discursiva indica o grau de *tensão* entre os interlocutores em termos do nível de comprometimento do falante com o conteúdo proposicional expresso em seu discurso.

Sendo assim, subdividimos esse parâmetro em: alto comprometimento; médio comprometimento e baixo comprometimento. O alto comprometimento determina uma atitude de *apropriação* do sujeito produtor do discurso, que se apresenta como a fonte do conteúdo asseverado. O médio comprometimento indica uma *atenuação* de responsabilidade por parte do falante. Por sua vez, o baixo comprometimento estabelece um *distanciamento* do falante no que diz respeito ao conteúdo asseverado. Retomemos as ocorrências, a seguir, que ilustram, respectivamente, cada uma desses níveis:

- (18) E nós que andamos agora na campanha, **nós verificamos** ontem um dado importante, e de uma preocupação muito grande, *que é o problema da qualidade da água que está sendo abastecida na grande maioria das populações do Interior do Estado.* (D14T-107-109)
- (19) Eu estou aqui diante dessa dificuldade, que essa transposição **parece-me muito mais factóide do que um fato.** (D3T-30-109)
- (16) *Um elemento importante que é a localização geográfica. Ela é estratégica para fazer o transporte do refino. Esse argumento foi colocado* pela Universidade Federal do Ceará.(D2R-15-159)

Na ocorrência (18), o falante utiliza uma evidência direta do tipo experiencial para se comprometer de modo incontestável com a informação que assevera, já que deseja se apresentar como um *político comprometido com a verdade dos fatos* (é claro que essa verdade é filtrada pelo político, podendo se tratar apenas de uma especulação sua). Em (19), por sua vez, o orador constrói sua argumentação com base em uma inferência. O predicado *parecer* revela uma ação cognitiva baseada em pistas contextuais, o que dilui o grau de responsabilidade do enunciador em relação à informação, caracterizando-se como uma estratégia de médio comprometimento. Na ocorrência (16), o orador indica que a informação

é de responsabilidade de uma terceira pessoa, apresentando-a com relativa neutralidade, o que se configura como uma estratégia de baixo comprometimento, mas de forte poder persuasivo, já que a fonte é credenciada (instituição de produção de saber científico).

É importante esclarecer que a análise dos graus de comprometimento, bem como dos papéis argumentativos que a evidencialidade pode assumir no discurso político, não se dá, neste trabalho, de modo quantitativo, mas qualitativamente, uma vez que acreditamos que os níveis de comprometimento devem ser considerados como efeitos de sentido, os quais buscamos interpretar. Além disso, a delimitação de um número fixo de funções argumentativas pode restringir e, portanto, prejudicar a interpretação desses itens, como também as possíveis generalizações às quais nos foi possível chegar no decorrer de nossa análise.

### 4.3 Síntese

Neste capítulo de metodologia, apresentamos as condições de produção dos discursos políticos proferidos na Assembléia Legislativa do Ceará, durante o período de 2005-2006. Vimos que o ambiente de produção dos discursos é bastante formal, exigindo, por parte dos parlamentares, austeridade e respeito.

Discutimos os aspectos levados em conta na constituição e delimitação do *corpus* que constitui o presente trabalho. Selecionamos trinta discursos proferidos nas Sessões Ordinárias do Pequeno Expediente, divididos em dois grupos temáticos: a) Refinaria de Petróleo (1º grupo) e b) Transposição do Rio São Francisco (2º grupo). Esses discursos foram divididos entre esses dois grupos, de modo que apresentassem um volume textual aproximado: 8.735 (1º grupo) e 8.797 (2º grupo).

Quanto aos procedimentos de análise quantitativa, optamos por trabalhar com o programa computacional SPSS (versão 7.5 para Windows), principalmente com as ferramentas de contagem de frequência e de criação de gráficos. Em relação às categorias de análise, consideramos em nossa pesquisa os seguintes fatores:

- i) meios de manifestação da expressão evidencial: verbo, substantivo, adjetivo, preposição ou locução prepositiva, advérbio, enunciado metalingüístico e simples justaposição;
- ii) posição do item evidencial em relação à fonte e ao conteúdo proposicional: anteposta, intercalada e posposta;



- iii) fonte da informação: sujeito enunciador; fonte externa ao falante (definida e indefinida) e domínio comum;
- iv) natureza da experiência evidencial (estratégia de veiculação da informação no discurso político): experiencial, inferencial, subjetiva e relatada;
- v) graus de comprometimento do enunciador com o seu discurso: alto, médio e baixo comprometimento (análise qualitativa);
- vi) estratégias argumentativas adotadas na construção do discurso (análise qualitativa).

Como podemos observar, recorreremos a fatores ligados ao nível representacional e interpessoal da linguagem para a caracterização da evidencialidade no discurso político.

## CAPÍTULO 5 – A MANIFESTAÇÃO DA EVIDENCIALIDADE EM DISCURSOS POLÍTICOS

A indicação da fonte da informação está relacionada com os propósitos enunciativos do falante, a informação pragmática ativada pelos sujeitos no momento da interação e as condições de produção dentro das quais se dá essa interação verbal. É possível considerar que, no português, a evidencialidade pode ser deiticamente óbvia, pressuposta e, portanto, não requerida. Segundo Galvão (2001), essa não explicitação da fonte da informação representa a forma não marcada em língua portuguesa. No entanto, o que nos interessa nesta pesquisa é a evidencialidade marcada, explícita, uma vez que objetivamos descrever e analisar os efeitos intersubjetivo e interdiscursivo da expressão dessa categoria na oratória política. Passemos à discussão dos resultados em consonância com as categorias de análise sugeridas no capítulo 4 deste trabalho.

### 5.1 A natureza semântica da evidencialidade

#### 5.1.1 O tipo de fonte da informação

Levando em conta a hipótese de que o sistema evidencial do português parece se definir com base no tipo de fonte, analisamos as 268 ocorrências identificadas no *corpus* da pesquisa de acordo com a qualidade da fonte. Verificamos os resultados no Gráfico 01 a seguir:

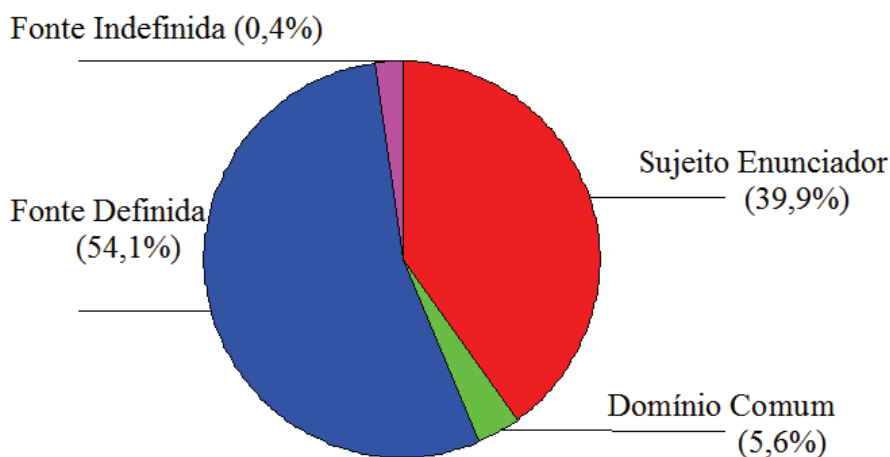


Gráfico 01 – Tipos de fonte no discurso político.

O Gráfico 01 demonstra que a fonte externa ao falante, do tipo definida, consiste no tipo mais referido pelos oradores no discurso político, com 54,1% das ocorrências. Em seguida, observamos o sujeito enunciador como fonte em 39,9% dos casos. Esse tipo de fonte é expresso quando o falante deseja qualificar uma informação como sendo uma experiência, inferência ou crença sua. A fonte de domínio comum (5,6%) e a fonte diferente do falante do tipo indefinida (0,4%) são, em termos percentuais, as de menor frequência no *corpus*.

Essa grande predominância do tipo de fonte definida em relação ao tipo de fonte sujeito enunciador pode ser justificada por duas razões basilares uma imposta pelas condições de produção do discurso político, e a outra, por uma imposição do sistema evidencial do português. O político, ao construir sua argumentação, prefere fundamentar seu discurso a partir de uma informação reportada de outra fonte externa a ele, diluindo sua responsabilidade pelo que diz. Por outro lado, se a fonte da informação é o falante, a marca evidencial explícita não precisa ser utilizada como mera função de identificação desse tipo de fonte, nesse caso, recuperável na situação de enunciação.

Reconhecemos que há outras motivações para explicitar ou não até mesmo uma fonte deitivamente óbvia. No entanto, por uma questão metodológica, os casos em que a fonte não foi lingüisticamente expressa não constituíram ocorrências de exame em nosso *corpus*. O resultado da análise reforça, portanto, a idéia de que tais casos são não-marcados (cf. GIVÓN, 1984), sendo a evidencialidade uma categoria cuja expressão é mais marcada quando a fonte não é o próprio enunciador.

Verificamos que, quando o falante se apresenta como a fonte, essa pode ser explicitada por meio do pronome de primeira pessoa ou, simplesmente, pela desinência do verbo. O pronome de primeira pessoa (*Eu*) diz respeito àquele de quem parte o discurso. Localiza-se no eixo da subjetividade, indicando um dos papéis discursivos (locutor), tal como podemos observar nas ocorrências (22) e (23) a seguir:

- (22) **Eu pensei que** tivesse entrado numa Assembléia, mas hoje eu acho que entrei no céu, é tanto santo aqui que eu vou procurar conversar de outra maneira. (D10R-94-159)
- (23) **Acho que** o Presidente Lula e o Governador estão tendo uma postura que nem outro Presidente de República teria, e nem outro Governador, que eu considero uma postura de humildade. Uma postura não de subserviência, mas de humildade, querendo resolver o problema. (D11T-84-109)

Tanto em (22) como em (23), temos o enunciador como fonte da informação. Nesses dois exemplos, é possível verificar que os políticos expressam opiniões pessoais; não se trata de evidências atestadas por meio da experiência, mas de posições intersubjetivas em relação

ao conteúdo dos enunciados. Em (22) o político, antes de comentar a decisão do Governo Federal de construir a Refinaria em Pernambuco, ironiza a possibilidade de seu discurso ser “distorcido” pelos parlamentares presentes na Assembléia, tratando-se, portanto, de um construto subjetivo, pelo qual se responsabiliza. Da mesma maneira, o parlamentar, do exemplo (23), expressa sua opinião a respeito da postura do Presidente Lula e do Governador Lúcio Alcântara em relação à greve de fome de um bispo da Igreja da Bahia.

Há casos em que, ao invés da primeira pessoa do singular, o político opta por fazer referência à primeira pessoa do plural (*Nós*). Neves (2000) menciona que *Nós* pode indicar a soma da primeira pessoa com a segunda; pode representar a soma da primeira com a terceira; ou, ainda, pode indicar a soma da primeira com a segunda e a terceira pessoa.

Segundo Charaudeau (2005), *Nós* pode representar a dupla identidade discursiva do político: “ele é a voz de todos na sua voz, ao mesmo tempo que se dirige a todos como se fosse apenas o porta-voz de um *Terceiro*, enunciador de um ideal social” (*ibid*, p. 80). Em síntese, esse autor propõe que *Nós* pode ser representado como sendo a simbiose de três vozes: a voz do *Terceiro*, a voz do *Eu* e a voz do *Tu-todos*. Vejamos as ocorrências (18), (24) e (25) a seguir:

- (24) Se pegarmos um relatório da Plataforma Desc que veio aqui a Fortaleza, o Jean Pierre Lehuar que é o relator, **nós vamos ver que** no relatório da Plataforma Desc dos direitos humanos a pessoa ao meio ambiente, **nós vamos ver que** do litoral das serras aos sertões **vamos ver uma relação de crimes praticados com a cumplicidade dos órgãos locais e estadual porque infelizmente essa história da fiscalização, do acerto, do crime praticado contra o meio ambiente ele está aí rebolado aos interesses muitas vezes, eu diria, desse lobbe financeiro e econômico que sem sombra de dúvida é algo grandioso e monstruoso em qualquer obra que tenha o interesse de especular, o interesse de tomar conta de áreas ricas desse Estado, e, principalmente vislumbramos isso numa obra de tanta magnitude como tem sido ao longo desse tempo debatido a transposição do São Francisco. (D4T-42-109)**
- (18) E **nós** que andamos agora na campanha, **nós verificamos** ontem um dado importante, e de uma preocupação muito grande, *que é o problema da qualidade da água que está sendo abastecida na grande maioria das populações do Interior do Estado.* (D14T-107-109)
- (25) Nós fazemos Oposição ao Governo de Vossa Excelência, mas não fazemos Oposição ao Estado! E muito foi investido nesse sentido, para que isto aconteça no Ceará e vem o Tribunal e cria dificuldade para uma obra desta natureza! **Reconhecemos que** *vocês podem ter divergências com o nosso Governo, mas nesta obra, creio que não há!* (D8T-68-109)

Na ocorrência (24), percebemos que a 1ª pessoa do plural designa a soma da 1ª pessoa (*Eu*) com a 2ª pessoa do singular, representada pelo auditório (*Tu-Todos*). Ao optar por

“*Nós=eu+tu*”, o enunciador estabelece, no processo argumentativo, uma maior interação com o auditório, uma vez que o “chama” para participar de sua argumentação. Na ocorrência (18), a 1ª pessoa do plural indica a soma de todas as pessoas do discurso, constituindo uma estratégia de diluição de responsabilidade por parte do enunciador, que ameniza a sua participação em relação ao evento descrito. Na ocorrência (25), a 1ª pessoa do plural representa a soma da 1ª pessoa com a 3ª pessoa do singular, já que há uma oposição com o pronome *vocês* expresso no conteúdo proposicional. Dessa forma, a 1ª pessoa do plural não designa apenas o enunciador, mas também outros parlamentares que, como ele, reconhecem o fato expresso na proposição.

Quando o falante não se apresenta como a fonte da informação, esta fonte externa pode ser de dois subtipos: fonte definida e fonte indefinida. A primeira ocorre em 145 casos e a segunda, por sua vez, em apenas um (01) caso do número total das ocorrências. Quando o falante reporta a voz de uma terceira pessoa definida, assim o faz porque deseja “se ausentar” da cena enunciativa, mostrando-se como não responsável pelo conteúdo expresso na proposição, uma vez que atribui a uma outra fonte definida a confiabilidade da informação.

Por outro lado, se o político reporta uma fonte externa a ele, sem, porém, identificá-la, esse tipo de estratégia parece estar relacionado ao fato de esse político não conhecer precisamente a fonte da informação ou não querer se comprometer com ela ou comprometê-la. Como podemos verificar no Gráfico 01, esse tipo de fonte quase não se apresenta em nosso *corpus*. Essa pouca frequência se deu, provavelmente, pelo fato de que a não explicitude da fonte pode imprimir, no discurso político, um efeito de baixa confiabilidade da informação. Em outras palavras, pode parecer, “aos olhos” do auditório, que a informação apresentada pelo enunciador constitui um boato ou especulação sua. É possível verificar, nas ocorrências (03), reproduzida anteriormente, e (26), respectivamente, tipos de fonte indefinida e definida.

(03) Quem ainda **acredita que** a refinaria seja sediada no Porto do Pecém, onde tecnicamente há mais vantagem, não avalia o peso político decisivo no empreendimento desse porte. (D10R-97-159)

(26) E ontem, nos debates da AM do Povo, o Deputado Federal **Ciro Gomes**, demonstrando a sua insatisfação de cearense, a sua insatisfação de quem governou o Estado do Ceará, e que naquela época já lutava por esses dois grandes projetos da Siderúrgica e da Refinaria, Refinaria que foi retirada de forma desleal para Pernambuco, o ex-Ministro **Ciro Gomes diz com todas as letras que** o que a Petrobrás está fazendo com o Governo do Estado do Ceará é canalhice. (D16R-159-159)

Na ocorrência (03), o político reporta uma fonte externa a ele do tipo indefinida. O pronome indefinido *quem* constrói, hipoteticamente, uma fonte não especificada que pode ser alvo de críticas sem riscos de represálias. Esse tipo de estratégia cria um efeito de sentido em que o político critica sem se indispor com alguém em particular.

A ocorrência (03) constitui o único caso de evidencialidade de fonte indefinida em nosso *corpus* de análise. Realmente, criticar ou referi-se a um fato ou político em particular sem explicitar a fonte da informação pode caracterizar o dizer do enunciador como uma “fofoca”. Sendo assim, o político poderia construir uma imagem de “fofoqueiro” ou “mentiroso”, que, convenhamos, é aquele da qual todo político busca se afastar.

O conteúdo proposicional reportado pelo enunciador na ocorrência (26) está diretamente relacionado a uma outra fonte definida. O falante reporta a voz de um sujeito que tem credibilidade, que conhece “o jogo político que está por trás” da questão da Refinaria. É interessante notar que o enunciador, ao reportar a voz de um ministro do Governo, reproduz as palavras e o tom de indignação destas, para, assim, sugerir o lugar de onde se pronuncia, o da oposição, que foi enganada e que lutou “em vão”.

Encontramos casos em que o político constrói sua argumentação com base em uma informação reportada não de uma terceira pessoa, mas de uma segunda pessoa, expressa pelo pronome de tratamento *Vossa Excelência*. Esse tipo de fonte definida está relacionado às condições de produção do discurso político. Como vimos no capítulo 04 deste trabalho, existem normas que regem a conduta dos parlamentares em relação ao modo como devem se reportar aos outros colegas parlamentares, tal como podemos observar na ocorrência (27) logo a seguir:

- (27) E Vossa Excelência, Deputado Pedro Uchoa, **disse** em alto e bom som para quem quisesse escutar *que a Refinaria já era coisa do passado*. Isso aconteceu há uns dez, quinze dias, lembra Vossa Excelência? (D6R-51-159)

A ocorrência (27) exemplifica esse tipo de fonte definida. O pronome de tratamento *Vossa Excelência* faz referência a uma segunda pessoa do discurso. Recorrendo ao contexto maior, percebemos que o enunciador reporta a voz de um colega parlamentar porque deseja persuadir o auditório de que a vinda da Refinaria para o Ceará é um “fato do passado”<sup>26</sup>. É interessante verificar que, como a informação não havia ainda sido confirmada pelo Governo

<sup>26</sup> Na época, havia rumores de que a Refinaria seria construída em Pernambuco. No entanto, essa informação não era oficial. O deputado faz referência à “briga” entre os estados do Nordeste por esse investimento, segundo ele “incentivada” pelo Governo Federal.

Federal na época, o político, para não se comprometer diretamente com uma informação não-oficial, responsabiliza uma segunda pessoa pelo conteúdo veiculado no discurso.

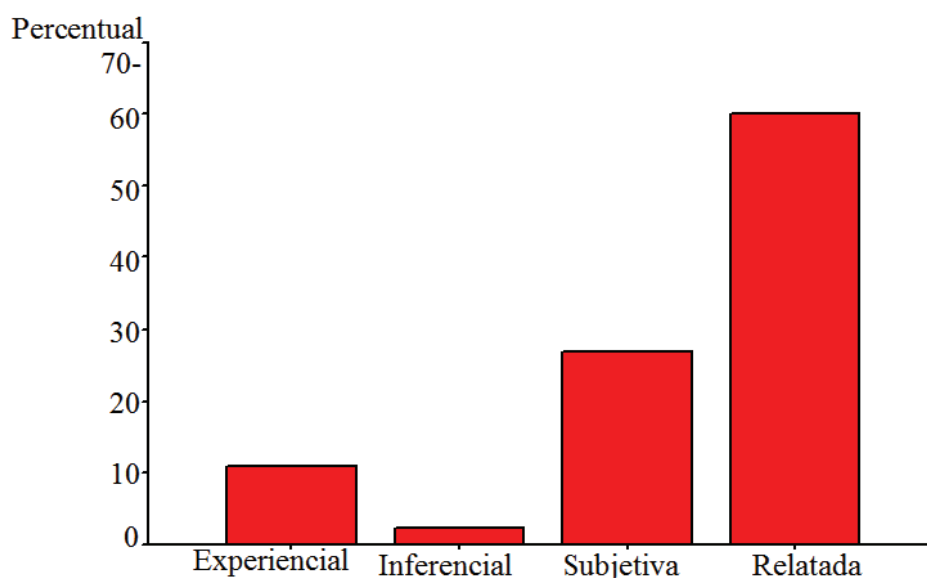
Quanto à fonte de domínio comum, verificamos um total de 15 casos. O político, ao optar por apresentar a informação como compartilhada, pode imprimir, no processo argumentativo, uma maior participação do auditório em relação ao que é dito, tal como é possível observar na ocorrência (28) a seguir:

(28) **Sabemos que** *o subsolo do Ceará é paupérrimo, em recursos hídricos, é um dos mais pobres do Brasil.* (D3T-33-268)

Na ocorrência (28), o enunciador indica que a fonte da informação constitui um saber amplamente conhecido. Ele evoca um *Nós* representativo de toda uma coletividade, que, juntamente com ele, tem conhecimento de que “o Ceará é pobre em termos de recursos hídricos”. O conteúdo proposicional encaixado a partir dessa fonte não representa uma informação polêmica, mas um saber tido como consensualmente verdadeiro e incontestável.

### **5.1.2 As estratégias de veiculação da informação no enunciado: a natureza da experiência evidencial**

A relação entre tipo de fonte e estratégia de veiculação da informação no enunciado é muito propícia para o estudo da evidencialidade neste trabalho. De acordo com os autores referidos no capítulo 2, há uma forte relação entre esses dois parâmetros na caracterização da categoria evidencialidade. Se o falante se apresenta como a fonte da informação, podemos ter, pelo menos, três modos de veiculação dessa informação: experiencial, inferencial e subjetiva. Caso o falante não se apresente como a fonte, ele pode veicular a informação de três formas: relato de fonte definida, relato de fonte indefinida e relato de domínio comum ou compartilhado. No que diz respeito aos dois primeiros tipos de evidencialidade relatada, é possível afirmar que o falante se exime de possíveis responsabilidades, uma vez que atribui o valor de verdade da proposição à qualidade da fonte reportada. Por outro lado, no relato de domínio comum, o falante evoca outras vozes para, juntamente com ele, construir um argumento de conteúdo axiológico pertencente ao senso comum. Vejamos o Gráfico 02, a seguir, que demonstra o percentual de ocorrência dessas estratégias de apresentação do conteúdo no discurso político:



O Gráfico 02 sugere que a evidencialidade do tipo relatada é a mais recorrente, computando um número total de 161 casos (60,1%). Em relação aos outros tipos de marcas de evidencialidade associados ao sujeito enunciador, temos, respectivamente, a subjetiva como a segunda mais recorrente no *corpus*, somando um total de 73 casos (27,2%); seguida pela experiencial, com um total de 28 casos (10,4%); e a inferencial, como a menos recorrente, constando de apenas 06 casos (2,2%).

De acordo com os dados, é possível generalizar que, no discurso político, há predominância da isenção de responsabilidade por parte do enunciador no que diz respeito ao conteúdo de seu discurso. Em outras palavras, essa alta frequência de itens evidenciais do tipo relatado pode estar relacionada ao baixo comprometimento instaurado pelos enunciadores em relação aos temas por eles debatidos. Acreditamos que essa menor ocorrência de itens evidenciais pertencentes ao eixo subjetivo deva-se ao fato de o conteúdo proposicional desses enunciados apresentar um caráter polêmico e controverso. A inclusão como fonte de um conteúdo proposicional poderia implicar em cobranças por parte do auditório, o que pode comprometer a imagem do político e, portanto, sua legitimidade enquanto representante do Povo. Outro fato importante, e do qual tratamos no item anterior, é o argumento de que a evidencialidade direta é a forma não-marcada em língua portuguesa. Nesse caso, a ausência de marca evidencial pode ser interpretada como diretamente associada ao enunciador.



Vejamos as ocorrências (29) e (30), a seguir, que exemplificam a evidencialidade relatada definida, que ocorre, em relação às relatadas indefinidas e de domínio comum, em maior número em nosso *corpus* (cerca de 90,1% do total de relatadas, o que corresponde a 145 ocorrências):

(29) E o Deputado José Guimarães que àquele momento postava-se à Mesa, **disse que era preciso continuar lutando e que já fôssemos pensando, imaginando trazer alguma coisa compensadora para o Estado do Ceará.** (D6R-52-159)

(30) E ele **diz**, olha o que o Bispo **diz**: “*Que nós temos que dessalinizar a água do mar para abastecer o Nordeste*”. Sem nenhum conhecimento técnico porque a dessalinização só aproveita 25% da água que é tratada. Que é um projeto caro, caríssimo de uma manutenção que poucos suportam fazer. (D9T-76-109)

As ocorrências (29) e (30) exemplificam bem as marcas evidenciais relatadas definidas. Em (29), temos um verbo *dicendi*, que parece ser marca típica da evidencialidade citativa. Recorrendo ao contexto maior, o enunciador faz quase toda sua fala reportando discursos de outros políticos envolvidos na “causa” da Refinaria. Ele visa a descomprometer-se, deixando ao auditório a tarefa de avaliar por si mesmo a validade de seus argumentos. As vozes requeridas em seu discurso demonstram o “jogo político” que pode estar envolvido na captação de uma grande obra.

Na ocorrência (30), o político faz referência à greve de fome de um bispo da Bahia. O enunciador visa a ridicularizar a proposta do bispo, mostrando que ele não tem conhecimento técnico a respeito do tema debatido. A atitude do bispo foi bastante discutida na Assembléia, tendo repercussão nacional na mídia. Percebemos que, ao tratarem do tema, os enunciadores quase sempre buscaram reportar a voz desse sujeito, desqualificando e criticando sua atitude como cidadão e religioso. O efeito de sentido de baixo comprometimento em (30) é decorrente da discordância do político com o discurso reportado.

Encontramos casos em que o item evidencial selecionado, por conta de sua natureza lexical, faz referência a uma opinião ou crença da terceira pessoa do discurso. Embora essas estratégias sejam relacionadas à fonte de primeira pessoa (enunciador), percebemos que os itens utilizados podem não ter relação com o modo de obtenção da informação por parte dessa terceira pessoa. Um relato passa sempre pelo filtro do falante, que é quem decide como apresentar a informação. Portanto, o valor semântico de alguns itens evidenciais encontrados em nosso *corpus* ultrapassa a simples referência ao modo como um conhecimento foi adquirido pelo sujeito relatado, constituindo uma estratégia discursiva que pode configurar

graus diferentes de comprometimento à terceira pessoa reportada. Vejamos as ocorrências (31), (32) e (33) a seguir:

- (31) Mas eu queria lembrar, não ao Deputado João Jaime mas ao Secretário João Jaime, que o Governo Tasso Jereissati **lembra-se** *perfeitamente da nossa luta pela vinda da refinaria para o Ceará* (D4R-28-159)
- (32) Ele é Governador, ele **sabe que** *não é um investimento fácil, da dificuldade política nacional que existe, do interesse do Sul, Centro Sul*. Mas tenho que reconhecer que o Governador Tasso Jereissati fez o que foi possível na época e não veio a Refinaria (D4R-29-159)
- (33) Recentemente, vi um Deputado, que não se encontra aqui no Plenário, pedir ao Deputado Fernando Hugo, que fosse mais moderado no seu discurso em relação à Petrobrás e ao Governo Federal, *que não usasse termos que ele achava ofensivos à Petrobrás, aos dirigentes da Petrobrás e ao Presidente Lula* (D16R-158-159)

No exemplo (31), ao atribuir uma lembrança a uma terceira pessoa, como estratégia de corroboração, compartilhamento, o enunciador visa a legitimar a sua imagem de “homem defensor da causa da Refinaria”, responsabilizando essa terceira pessoa pela verdade do conteúdo proposicional.

Na ocorrência (32), o enunciador utiliza um *predicado de conhecimento* para atribuir um saber a uma terceira pessoa (Ex-Governador Tasso Jereissati) reportada no seu discurso. O orador atribui esse saber a essa terceira pessoa (que pode até não ter conhecimento do que é dito na proposição) com a finalidade de mostrar-se como um defensor árduo e incansável, que merece o reconhecimento, inclusive, dos que fazem oposição a ele e ao seu partido.

Em (33), temos um predicado de opinião novamente atribuído a uma terceira pessoa. O enunciador faz referência à opinião de um colega parlamentar que criticou um outro parlamentar por sua postura ofensiva à Petrobras e ao Presidente Lula. É possível perceber, por esse trecho, a polêmica relacionada ao tema e as divergências instauradas nesse “terreno”. O enunciador se descompromete com a opinião dessa terceira pessoa que, segundo informa, “achava” que o discurso do parlamentar deveria ser mais moderado em relação à Petrobras e ao Presidente.

Essas ocorrências ilustram como a evidencialidade relatada, no discurso político, pode provocar efeitos de sentido que ultrapassam a mera identificação literal de uma fonte de terceira pessoa ou de que o conteúdo informado na proposição é um relato. Os exemplos (31), (32) e (33) mostram que o político pode, de acordo com os seus propósitos enunciativos, responsabilizar uma terceira pessoa do discurso pelo conteúdo proposicional.

Encontramos, no *corpus* da presente pesquisa, casos em que o item evidencial relatado, com predicado *dicendi*, ocorre em um enunciado no modo *irrealis*. Vimos, no capítulo 2 deste trabalho, que autores como Givón (1982), Anderson (1986) e Willet (1988) postulam que a evidencialidade é requerida pelo contexto *realis*. No entanto, como trabalhamos com um tipo de discurso cujas “verdades” são relativas ao ponto de vista a partir do qual são apresentadas, devemos levar em conta que, para persuadir, o enunciador pode “sugerir” a voz de uma terceira pessoa no seu discurso, mesmo que se trate, na verdade, de uma impressão ou opinião desse enunciador; tal como podemos observar na ocorrência (34) a seguir:

- (34) Nós percorremos o Nordeste todo em uma comissão junto com o Presidente Marcos Cals, e quando chegamos em Pernambuco *sentimos* a frieza dos Deputados, **como dissessem** para nós, silenciosamente, *o que é que vocês vêm para cá discutir se nós já somos o dono da Refinaria?* (D9R-88-159)

No exemplo (34), o enunciador atribui a uma terceira pessoa (os Deputados de Pernambuco) um conteúdo proposicional, tido por esse enunciador como polêmico. A partir do contexto, podemos dizer que esse conteúdo constitui uma pressuposição do enunciador sobre uma opinião de uma 3ª pessoa. Em vista da polêmica e das controvérsias envolvidas na questão da Refinaria, o enunciador prefere responsabilizar, mesmo hipoteticamente, uma terceira pessoa por esse dizer. A imagem que esse enunciador constrói desse sujeito reportado é de “dono da Refinaria”, tentando persuadir o auditório de que a construção da Refinaria será em Pernambuco e não no Ceará.

Como podemos ver, a evidencialidade relatada definida, além de estar relacionada ao baixo comprometimento do político com o conteúdo expresso na proposição, pode constituir importante estratégia argumentativa no discurso político.

É possível, ainda, identificar dois outros tipos de evidencialidade relatada, como foi visto no item 5.1.1 desta pesquisa: i) evidencialidade relatada de domínio comum, que corresponde a apenas 9,3 % do total de ocorrências do tipo relatada; ii) evidencialidade relatada indefinida, cujo percentual de ocorrência é ainda menor, apenas 0,6 % do total. Como já foi dito anteriormente, a relatada definida corresponde a 90,1% do total de evidencialidade do tipo relatada, ou seja, a maioria das fontes relatadas no *corpus* tem base em uma fonte específica e definida. Isso acontece porque o enunciador deseja mostrar que o que diz é de responsabilidade de uma fonte particular, uma vez que a não-explicitação da fonte poderia dar ao discurso do enunciador um efeito de especulação, levando o auditório a questionar a qualidade do conteúdo reportado.

Quanto ao relato de domínio comum, vimos que o percentual de ocorrência é de apenas 9,3% (15 casos). De acordo com o que foi discutido no capítulo 4 deste trabalho, o discurso político se caracteriza por seu caráter de ação persuasiva. Ou seja, o orador, para persuadir o maior número de indivíduos do seu auditório, procura provocar algum tipo de modificação na informação pragmática desses sujeitos. Embora argumentos construídos com base em uma informação compartilhada possam garantir uma maior interação entre enunciador e auditório, esse tipo de argumento não parece ser muito “eficaz” quando o objetivo é persuadir. Argumentos construídos com base em uma informação de domínio comum são tidos como verdadeiros, não acrescentando nenhuma informação nova/relevante na construção de um ato persuasivo.

Segundo a tipologia sugerida por Dall’Aglio-Hattner (2001), a evidencialidade de domínio comum é um tipo de evidencialidade relatada. No entanto, é importante fazermos uma ressalva quanto à relação entre tipo de fonte de domínio comum e modo de obtenção da informação: uma informação relatada como de domínio comum pode não estar relacionada, necessariamente, o modo de obtenção da informação, mas constituir-se apenas como uma estratégia de apresentação dessa informação, ou seja, o enunciador pode apenas desejar diluir o grau de responsabilidade que tem em relação ao conteúdo que veicula, apresentando-o como uma informação amplamente conhecida e, dificilmente, contestável do ponto de vista do auditório ou de um adversário.

Sendo assim, a evidencialidade relatada de domínio comum, independentemente do modo de obtenção da informação, indica um compartilhamento de idéias que remete a um efeito de sentido de comunhão com o auditório, o que é importante no sentido de “preparar o terreno” (bases epistêmicas comuns) para a adesão às teses do enunciador. Vejamos as ocorrências (35), (36) e (37):

(35) Tenho andado em todo o Sertão Central, Deputado Francini Guedes, e *vejo que* estamos chegando nos meses dos “b-r-o-bros”, onde **todos sabemos**, *nós que somos do interior, que os meses dos “b-r-o-bros” são os mais quentes, são os mais longos e são aqueles em que o abastecimento de água começa a ficar crítico na grande maioria do interior do Estado.* (D13T-95-109)

(36) O Ceará será um dos beneficiados por esse Programa de Transposição das Águas do Rio São Francisco, mas a grande realidade é que essa transposição beneficiará uma parte do Estado, mas o Sertão Central – a começar de Quixeramobim, a região de Senador Pompeu, Independência, Tauá, Mombaça – ficará completamente fora dos benefícios dessa transposição das águas do Rio São Francisco, porque **sabemos que as águas do Rio São Francisco cairão no Castanhão e beneficiarão, principalmente, a região do Baixo Jaguaribe e a Região Metropolitana de Fortaleza.** (D13T-96-109)

- (37) Jogando os baianos contra os cearenses, contra os paraibanos, contra os pernambucanos, porque **nós sabemos que** *a missão precípua da Igreja, sobretudo da Igreja Católica, é unir os seus seguidores, pregar a união e nunca fazer o que está fazendo, que é colocar para brigar nordestinos do Norte, contra nordestinos do Sul.*(D9T-72-109)

A ocorrência (35) exemplifica a função mais típica assumida pela evidencialidade relatada de domínio comum. Dos quinze casos encontrados em nosso *corpus*, nove se manifestam por meio do predicado de conhecimento *saber*, flexionado na 1ª pessoa do plural. Podemos verificar o mesmo nos exemplos (36) e (34). A utilização da 1ª pessoa do plural nos casos de evidencialidade de domínio comum indica que o enunciador é porta-voz de um saber “popular”. O enunciador, ao reportar esse saber, constrói uma imagem para si de “homem sertanejo”. Na ocorrência (37), por outro lado, temos um conhecimento que diz respeito aos valores associados à religião, tais como fraternidade e união. Para criticar a atitude de um membro da Igreja Católica, o político reporta um valor defendido por essa instituição (a fraternidade), que a atitude do bispo, que se opõe à transposição do Rio São Francisco, paradoxalmente, contraria.

Encontramos, ainda, dois casos em que o conteúdo proposicional é encaixado em um predicado na voz passiva sintética ou pronominal<sup>27</sup>. A fonte foi apresentada como de domínio comum, pois sabemos que há um agente, embora tenha sido omitido na construção. Além disso, a informação encaixada é colocada como sendo um conhecimento amplamente conhecido, como demonstra a ocorrência (38) a seguir:

- (38) **Estima-se que** *os investimentos para a construção atinjam a cifra de 2,3 bilhões de dólares, o que representa hoje (câmbio de R\$ 2,60) o montante de 5,98 bilhões de reais.* (D8R -83-159)

Em (38), sugere-se que a fonte da informação é tão amplamente conhecida que o político enfatiza apenas o conteúdo informado. Nessa ocorrência, o conteúdo diz respeito aos investimentos para a construção da Refinaria no Ceará. Recorrendo ao contexto maior, embora a deputada fale de vários órgãos e entidades no decorrer de seu discurso, ela não especifica ou individualiza uma fonte como sendo uma instituição ou órgão. Trata-se de uma informação tão diluída entre os parlamentares da Casa que a deputada omite a fonte desse saber, sem prejudicar a credibilidade de sua informação, já que se configura como um conhecimento amplamente divulgado entre os parlamentares ou, pelo menos, assim quis que parecesse.

---

<sup>27</sup> Para alguns gramáticos, como Enéas Martins de Barros, essa construção trata-se, na verdade, de um caso de sujeito indeterminado.

A evidencialidade indefinida constitui um relato cuja fonte não é identificada. O enunciador pode, como foi dito, não explicitar essa fonte por duas razões: i) não sabe quem é essa fonte, porque a informação lhe chegou por meio de um boato ou ii) não quer se comprometer com essa fonte ou não comprometê-la e, por isso, não a identifica. Essa estratégia imprime, no discurso político, um efeito de baixo comprometimento, tal como podemos verificar na ocorrência (03) retomada aqui:

(03) *Quem* ainda **acredita que** a refinaria seja sediada no Porto do Pecém, onde tecnicamente há mais vantagem, não avalia o peso político decisivo no empreendimento desse porte. (D10R-97-159)

Na ocorrência (03), o enunciador reporta, em seu discurso, um conhecimento de fonte indefinida. Utiliza o pronome indefinido *quem* para designar genericamente um referente discursivo que será qualificado como incapaz de avaliar o significado político envolvido na questão. Evitando o ataque direto a um colega em particular, o enunciador critica todos aqueles que acreditam (*predicado de crença*) que o investimento em infra-estrutura tem maior “peso” que os interesses políticos envolvidos na questão da Refinaria.

A evidencialidade pertencente ao eixo do sujeito enunciador representa, somando-se as três classes pertinentes (subjetivo, experiencial e inferencial), 39,9% em relação à totalidade do *corpus* da pesquisa. O enunciador pode comprometer-se com o conteúdo do seu discurso de três maneiras: i) pode apresentar a informação como sendo parte de uma experiência sua, relacionada à percepção sensorial; ii) pode apresentar a informação como sendo uma inferência construída por meio da intuição ou da construção lógica; iii) pode apresentar a informação como sendo uma crença ou opinião sua ou, ainda, como um saber relevante no estabelecimento/manutenção da persuasão.

Dentre os três subtipos apontados no parágrafo anterior, a evidencialidade subjetiva ocorre em 68,3% (73 casos) do total de evidencialidade integrante ao eixo sujeito enunciador. A evidencialidade subjetiva constitui uma informação disponível apenas ao falante. Essas informações dizem respeito ao conjunto de crenças, opiniões que o sujeito enunciador ativa no momento da interação verbal, com a finalidade de provocar alguma modificação na informação pragmática do seu interlocutor. A evidencialidade subjetiva imprime um alto grau de comprometimento do enunciador com o seu discurso. O político, ao construir um argumento com base em uma evidencialidade subjetiva, deseja se mostrar como alguém que se posiciona perante os temas debatidos na Assembléia, como podemos verificar nos exemplos (39), (40) e (41) a seguir:

- (39) Então, meus amigos Deputados, minha amigas Deputadas, **eu acho que** *a gente precisa ter uma posição mais forte como foi a do Governador, como tem sido a do Senador Tasso Jereissati, como foi, ontem, a do Ministro Ciro Gomes, não há como colocar panos mornos.* (D16R-159-159)
- (40) **Eu acho que** *a Igreja Católica está perdendo uma grande oportunidade de não se manifestar.* A Igreja que foi omissa no massacre da Guerra dos Canudos, a Igreja que foi omissa na escravidão, que foi omissa no massacre dos índios, agora quer ficar ativa, quando ela tinha que ficar calada, porque isso não é um problema que ela teria que se meter, que ela está fazendo uma apartheid, sobretudo dos Estados do Nordeste. (D9T-71-109)
- (41) Eu não quero dizer, porque a televisão não mostrou, se tinha algum Senador presente do Estado do Ceará, do Estado da Paraíba, do Estado do Rio Grande do Norte, mas eu fiquei preocupado, porque não houve nenhum aparte defendendo a transposição ou a interligação das bacias como é o projeto denominado, eu fiquei impressionado. **Eu quero crer** *que esses outros Deputados que são a favor não estariam presentes para fazer o aparte e se contrapor a esse Deputado César Borges.* (D6T-54-109)

Na ocorrência (39), o predicado de crença *achar* indica que o conteúdo proposicional que o falante veicula representa uma opinião sua. É interessante perceber o jogo entre a evidencialidade subjetiva e a *modalidade deôntica*<sup>28</sup> nessa ocorrência, muito comum em nosso *corpus*. Antes de instaurar uma obrigação que recai não apenas sobre o próprio enunciador, mas sobre todos os parlamentares da Assembléia (conteúdo proposicional), o enunciador indica que essa necessidade deôntica constitui uma sugestão sua, mostrando-se, assim, como alguém que luta pelos direitos do auditório que representa, e que incentiva o trabalho coletivo na Casa, independentemente das diferenças ideológicas existentes entre os parlamentares.

Em (40), o enunciador constrói um argumento também com base em uma crença. Percebamos que o conteúdo proposicional apresentado pelo enunciador é polêmico, afinal de contas, devem existir pessoas que acreditam que a Igreja pode, sim, manifestar-se em relação a assuntos que dizem respeito ao Estado. Embora o conteúdo tratado seja polêmico, o alto comprometimento do enunciador constitui uma estratégia eficaz na construção de um ato persuasivo. Colocar-se contra a atitude da Igreja representa “uma postura firme”, corajosa, associada à construção de uma imagem de “parlamentar engajado” em uma luta “histórica”. Podemos perceber isso, porque o enunciador recorre à História para indicar que a Igreja cometeu sérios equívocos ao tratar de assuntos laicos.

<sup>28</sup> Para Lyons (1977), a modalidade deôntica está relacionada à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis. Essa necessidade deôntica provém de alguma fonte, podendo ser esta uma instituição, uma pessoa ou um corpo moral ou legal de princípios etc, responsável por instaurar um valor deôntico que, por sua vez, pode recair sobre um indivíduo ou instituição (alvo).



No exemplo (41), o predicado de crença é antecedido por um elemento de polidez (*querer*), que parece indicar uma ironia do enunciador. Trata-se de uma cobrança sua em relação aos deputados que não se manifestaram contra o discurso do Deputado César Borges.

Encontramos casos interessantes em que o item subjetivo é representado por um predicado factivo, que expressa que a proposição completiva é verdadeira; como podemos verificar na ocorrência (42) a seguir:

- (42) **Lembro-me que** *se roubava São José para se fazer a procissão no dia dele, para entregar as pessoas que perdeu o santo, que foi tirado. Lembro-me das credices do animal suado para saber se vai chover, das pedras de sal no telhado para saber se ficou úmido, e agora estamos tendo a oportunidade da transposição das águas do Rio São Francisco.* (D2T-19-109)

Segundo Neves (2000), o predicado *lembrar-se* (“ter na lembrança”), tal como encontramos no exemplo (42), constitui um predicado factivo do tipo epistêmico. O conteúdo proposicional encaixado a partir desse predicado indica que a informação fornecida pelo falante constitui um fato, não apenas um evento. O enunciador, que se apresenta como a fonte dessa lembrança, visa a mostrar que conhece os costumes do Sertão, indicando a sua origem. Esse item subjetivo remete à vida, às experiências pessoais do político, embora o conteúdo referido possa pertencer ao imaginário do sertanejo. Essa estratégia de alto comprometimento demonstra que o político “não esqueceu suas origens”, na maioria das vezes, humilde. Esse alto comprometimento contribui para que o enunciador-político consiga legitimar suas ações e projetos, já que conhece os anseios dos que representa, pois também os vivenciou.

Em nosso *corpus*, verificamos também ocorrências em que um predicado *dicendi* é usado não para reportar a voz de uma terceira pessoa, mas para introduzir um discurso do próprio sujeito enunciador, que acrescenta uma informação importante na construção da persuasão. O enunciador assume a responsabilidade por esse dito, tal como demonstram as ocorrências (43), (44) e (45) a seguir:

- (43) **Portanto tenho proclamado** aqui e alhures *que a não-instalação dessa Refinaria no Ceará não implica em nenhum demérito nem para o Deputado João Jaime, nem para o Deputado Chico Lopes, nem para a Deputada Íris Tavares, nem para o Deputado Marcos Cals. Não tem nenhum demérito da parte de vocês, pois vocês fizeram o trabalho de vocês, inclusive o Deputado José Guimarães tem desenvolvido todos os esforços nesse sentido.* (D7R-66-159)
- (44) Nós cearenses estamos sendo enganados nesse processo do início. **Eu** fui um dos primeiros aqui a me levantar e **dizer que** *o Governo Federal, se dependesse desse Governo a Refinaria não seria no Estado do Ceará, porque a decisão já estava tomada por Pernambuco.* (D8R-86-159)



- (45) O que nos traumatiza e recorde-me bem da agilidade, da destreza mental do Promotor, Professor Deputado Pedro Uchoa, que jogou a casca de banana e talvez pouca gente se apercebeu mas na hora **eu gritei**: *O Deputado José Guimarães jogou a toalha!* (D6R-49-159).

A perífrase verbal do exemplo (43) apresenta traços lexicais que caracterizam o dizer, podendo ser parafraseado em: dizer em público e em alta voz (FERREIRA, 2000). Esse item evidencial tem por função introduzir um ato de fala pelo qual o sujeito enunciador se responsabiliza. O alto comprometimento recai, portanto, sobre um ato de fala, portador de uma opinião pessoal do sujeito enunciador. Julgamos que o contexto de enunciação caracteriza o predicado *proclamar* como um item evidencial subjetivo. O predicado *dizer* do exemplo (44), embora não qualifique, com a mesma intensidade, o conteúdo proposicional, por tratar-se de um item mais “neutro”, exerce uma função semelhante ao do item da ocorrência (43), uma vez que encaixa uma opinião do político, que se apresenta como alguém perspicaz, que não se deixou enganar pelo jogo político. A ocorrência (45), por sua vez, apresenta também um verbo *dicendi*, que caracteriza o modo de realização do enunciado: falar muito alto (FERREIRA, 2000). Esse item introduz um conteúdo proposicional que faz referência à “decepção” do Deputado José Guimarães, quando soube que a Refinaria seria construída em Pernambuco e não no Ceará. É interessante perceber que, se o enunciador-político tivesse usado um item de crença em vez de o verbo de elocução *gritar*, que dá ao enunciado um maior grau de assertividade, o valor de verdade do enunciado poderia ser questionado por parte do auditório, como se tratando de uma acusação de caráter pessoal do enunciador em relação ao político José Guimarães.

Verificamos casos em que o item evidencial forma uma perífrase verbal com o auxiliar *ter que*, tal como verificamos na ocorrência (46) a seguir:

- (46) Ele é Governador, ele *sabe que* não é um investimento fácil, da dificuldade política nacional que existe, do interesse do Sul, Centro Sul. Mas **tenho que reconhecer que o Governador Tasso Jereissati fez o que foi possível na época e não veio a Refinaria** (D4R-29-159)

No exemplo (46), reproduzido acima, o item evidencial subjetivo *reconhecer* forma uma perífrase verbal com o auxiliar *ter que*. Como podemos perceber que o político é levado, por uma obrigação deôntica, a reconhecer que o Governador Tasso Jereissati tentou, em seu governo, trazer a Refinaria para o Ceará. O próprio enunciador instaura uma obrigação de ordem ética sobre si mesmo, buscando persuadir o auditório de que a tentativa de captação

dessa obra é antiga, e que envolve forças políticas opostas. O enunciador deseja mostrar que há um embate político envolvido na questão da Refinaria. É interessante perceber que, sobre o enunciador, recaem dois tipos de fonte: a fonte da informação (evidencialidade) e a fonte deôntica. O enunciador se apresenta como alguém obrigado por ele mesmo (fonte deôntica) a reconhecer um conteúdo proposicional (fonte evidencial). Parafraçando o enunciado acima, teríamos: “eu tenho a obrigação de reconhecer que o Governador Tasso Jereissati fez o que foi possível na época e não veio a Refinaria”.

Na ocorrência (47), a seguir, temos também uma forma perifrástica de apresentação do item evidencial, porém, com sentido diferente:

- (47) Deputado Osmar Baquit, como relação à Refinaria, sempre *afirmei nesta Tribuna que no mundo todo, de trinta anos para cá, nenhuma nova Refinaria foi construída no mundo. E **tenho certeza que a PSDA, essa empresa da Venezuela, iria bater em retirada.*** (D16R-150-159)

A perífrase verbal *tenho certeza* remete a um efeito de sentido de alto comprometimento e de certeza do político em relação ao conteúdo proposicional do enunciado. A certeza é do falante, o que caracteriza esse item como subjetivo. Para persuadir o auditório, o enunciador mostra-se como alguém convencido, convicto de suas idéias, tentando argumentar que a construção da Refinaria, no Ceará ou em outro estado do Nordeste, “nunca sairá do papel”, porque não é um investimento vantajoso para a Petrobras.

Encontramos, também, casos em que a marca evidencial sofre uma abstratização metafórica, tal como observamos na ocorrência (48) a seguir:

- (48) **Vejo que essa *Casa tem uma responsabilidade enorme no trato com essa questão, porque não é uma questão pequena, não é uma questão apenas de tirar do papel e ir para execução um tema e uma discussão que perfazem aí longos anos e séculos nesse País.*** (D4T-40-109)

Na ocorrência (48), percebemos que esse item não remete propriamente a uma experiência visual, mas a uma crença do enunciador, que opina a respeito da responsabilidade que a Assembléia Legislativa tem em relação à questão da Transposição. Essa interpretação só é possível porque consideramos em nossa análise os aspectos cognitivos e pragmáticos envolvidos na produção do discurso. Essa ocorrência demonstra que o item evidencial sofreu uma abstratização, passando a ser analisado como encaixador de uma proposição (fato possível) e não de uma predicação (estado-de-coisas).

Como já dissemos, além da subjetiva, a evidencialidade centrada no eixo do enunciador pode ser subdividida em mais dois outros subtipos: experiencial e inferencial. A experiencial constituiria uma evidencialidade relacionada aos sentidos, ou seja, o falante afirma ter tido contato com um objeto do mundo. A inferencial, por estar relacionada à percepção e à lógica, representaria uma evidencialidade também embasada em dados extralingüísticos, uma vez que se trata de um construto mental do falante, que interage com o contexto para inferir um conteúdo. A subjetiva constituiria a mais intersubjetiva das três, porque diz respeito àquilo que o falante, enquanto fonte da informação, acredita, pensa etc.

A evidencialidade experiencial ocorreu em 26,1% (28 casos) do total de ocorrências classificadas como pertencentes ao eixo do enunciador. Os argumentos construídos com base em uma experiência podem ser considerados, por parte do auditório, como evidências mais concretas em relação ao assunto debatido, uma vez que o político se apresenta como alguém que vê, presencia os fatos. As ocorrências (49) e (24) demonstram esse tipo de estratégia:

(49) E durante essa campanha eleitoral eu tive a oportunidade de andar por muitos lugares, sobretudo no Sertão Central, e **presenciamos** o esvaziamento dos médios e pequenos açudes do Estado do Ceará naquela Região Central (D14T-102-109)

(24) Se pegarmos um relatório da Plataforma Desc que veio aqui a Fortaleza, o Jean Pierre Lehuar que é o relator, **nós vamos ver que** no relatório da Plataforma Desc dos direitos humanos a pessoa ao meio ambiente, **nós vamos ver que** do litoral das serras aos sertões **vamos ver** uma relação de crimes praticados com a cumplicidade dos órgãos locais e estadual porque infelizmente essa história da fiscalização, do acerto, do crime praticado contra o meio ambiente ele está aí rebolado aos interesses muitas vezes, eu diria, desse lobbe financeiro e econômico que sem sombra de dúvida é algo grandioso e monstruoso em qualquer obra que tenha o interesse de especular, o interesse de tomar conta de áreas ricas desse Estado, e, principalmente vislumbramos isso numa obra de tanta magnitude como tem sido ao longo desse tempo debatido a transposição do São Francisco. (D4T-42-109)

Nas ocorrências (49) e (24), os itens evidenciais evocam a idéia de que o político é alguém que “presencia”, “vê” os fatos. Essas marcas de evidencialidade experiencial sugerem que o político é um sujeito engajado com uma luta de interesse social. Esse tipo de estratégia confere aos conteúdos enunciados maior aceitabilidade no que diz respeito ao seu valor de verdade.

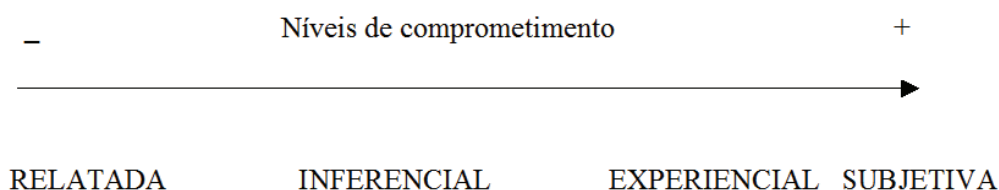
A evidencialidade inferencial, por sua vez, foi a menos recorrente, com apenas 5,6 % (6 casos) do total de evidencialidade do eixo do enunciador. Isso talvez se deva ao fato de termos feito a distinção entre inferências baseadas em fatos mais concretos, derivados da percepção ou da lógica, tal como concebe Willet (1988), e evidenciais reconhecidas como

crenças, opiniões do falante, que, de acordo com Hengeveld (1988, 1989), seriam analisadas não como evidencialidade, mas como modalidade epistemológica subjetiva. É muito difícil ser uma evidência estritamente inferencial, na acepção de Willet, uma vez que o sujeito sempre se apresenta como filtro daquilo que veicula em seu discurso. Destacamos a ocorrência (06), reproduzida a seguir, em que a evidência pode ser considerada como derivada da observação de fatos ou de uma conclusão lógica:

(06) **Parece que** antes da resposta ser dada o Deputado José Guimarães já trouxe essa informação de que realmente foi assinado com o Governo de Pernambuco. (D5R-33-159)

A ocorrência (06) demonstra que o enunciador derivou um conhecimento a partir da observação dos fatos do contexto. O modo como o conhecimento foi gerado causa a impressão de que o falante não pode ser totalmente responsabilizado pelo conteúdo proposicional, já que se trata de uma informação produzida por meio da percepção ou do raciocínio lógico. O efeito de sentido provocado pelo uso de uma evidência inferencial é de médio comprometimento.

A partir do que foi discutido neste capítulo, é possível propor uma gradação do uso/função da evidencialidade no discurso político, tal como demonstra a Figura 03 a seguir:



**Figura 03 – Graus de comprometimento dos tipos evidenciais.**

Como é possível verificar, quanto mais à direita da seta o enunciador indicar a fonte, maior será o grau de comprometimento dele com o seu discurso. Essa figura também demonstra que o grau de intersubjetividade do sujeito enunciador tende a diminuir quanto mais à esquerda ele estiver, acentuando o seu distanciamento em relação ao conteúdo do discurso.

Vimos que, nos discursos proferidos na Assembléia Legislativa do Ceará, há a predominância de itens evidenciais relatados de fonte definida, demonstrando um baixo comprometimento dos enunciadores em relação aos conteúdos enunciados. Isso parece estar relacionada à tentativa de construir um discurso mais desapossado por parte do enunciador, que tenta esconder-se por trás das vozes de outros sujeitos reportados no discurso.

Embora a evidencialidade subjetiva tenha aparecido em menor quantidade, é possível associar seu uso à construção de imagens que evocam o imaginário do auditório e à mobilização das paixões dos que constituem esse auditório. Sendo assim, representa uma estratégia essencial no discurso político, pois, para persuadir, é preciso mostrar-se como um político bastante envolvido com o tema do discurso.

## 5.2 Os meios de expressão da evidencialidade no discurso político

Para a análise da expressão da evidencialidade neste trabalho, investigamos as possibilidades de expressão dessa categoria, especificadas nas seguintes classes morfossintáticas, como é possível verificar na Tabela 01 a seguir:

**Tabela 01 - Meio de manifestação da evidencialidade**

Meios de Expressão	Número de casos	Percentual
Verbo	226	84,3
Substantivo	10	3,7
Adjetivo	4	1,5
Preposição	14	5,2
Advérbio	2	0,7
Enunciado	5	1,9
Metalingüístico	7	2,6
Justaposição	7	2,6
Total	268	100,0

A Tabela 01 demonstra que a evidencialidade se manifesta primordialmente por meio da classe verbal. Como é possível verificar, ela ocorre em 84,3% do total de ocorrências encontradas no *corpus*. A preposição é a segunda mais utilizada, especificamente, para expressão da evidencialidade indireta relatada definida. O substantivo, o adjetivo e o advérbio ocorrem em menor frequência. Além dessas classes, observamos casos em que a fonte é recuperada por meio de todo um enunciado metalingüístico. Encontramos também casos em

que uma marca evidencial lexical ou gramatical é omitida, porém, verifica-se a presença, no enunciado, da justaposição da fonte da informação em relação ao conteúdo proposicional.

Passemos à análise/descrição dessas marcas evidenciais coletadas em nosso *corpus*, tentando definir a função que podem assumir no discurso político.

### a) Verbo

Com base em Dik (1989, 1997), o predicado é definido como sendo uma categoria designadora de relações ou propriedades. Ocupa a posição central nas predicções, as quais são formadas por meio da articulação com argumentos ou outros elementos do enunciado. Os predicados podem ser classificados segundo critérios semânticos e sintáticos. Podem ser também caracterizados quantitativamente, ou seja, quanto ao número de argumentos do predicado que devem ser preenchidos para que a predicação seja construída. Optamos por considerar, em nossa análise, os aspectos semânticos e quantitativos da categoria verbal. O primeiro nos auxiliará a compreender a relação estabelecida entre conteúdo lexical do verbo e níveis de comprometimento; quanto aos fatores quantitativos, é interessante verificar, sobretudo, os predicados que exigem complementos oracionais, uma vez que um item evidencial toma como escopo uma proposição.

De acordo com Neves (2000), na subclasse dos predicados que têm complementos oracionais, destacam-se os verbos de modalidade, de cognição de manipulação e de elocução. Essa classificação, segundo a autora, diz respeito a uma relação de pressuposição ou de implicação entre a oração completiva (objetiva ou subjetiva) e a principal, distinguindo-se dois grupos principais de verbos: os factivos e os implicativos (NEVES, 2000).

Encontramos, em nosso *corpus*, alguns predicados factivos que, segundo Neves, indicam, por parte do falante, a pressuposição de que a proposição completiva é factual, ou seja, verdadeira. Entre os predicados factivos, os que nos interessam são particularmente os epistêmicos, tais como *saber*, *lembrar-se* (ter lembrança), *entender*, *reconhecer* etc, como podemos observar nas ocorrências (25) e (31), reproduzidas a seguir, bem como nos casos que se encontram em (50) e (51):

- (25) Nós fazemos Oposição ao Governo de Vossa Excelência, mas não fazemos Oposição ao Estado! E muito foi investido nesse sentido, para que isto aconteça no Ceará e vem o Tribunal e cria dificuldade para uma obra desta natureza! **Reconhecemos que vocês podem ter divergências com o nosso Governo, mas nesta obra, creio que não há!** (D8T-68-109)

- (31) Mas eu queria lembrar, não ao Deputado João Jaime mas ao Secretário João Jaime, que o Governo Tasso Jereissati **lembra-se** *perfeitamente da nossa luta pela vinda da refinaria para o Ceará* (D4R-28-159)
- (50) Bom-dia a todos. Senhor Presidente, **sabemos que** *segunda-feira com a Presidência de V.Exa. e convidados, fará a instalação do Comitê por Integração de Bacias do Rio São Francisco. Essa semana estive nessa Tribuna a Deputada Gislaiane Landim dizendo da importância.* (D2T-12-109)
- (51) É nessa perspectiva que nós estamos aqui hoje nessa Tribuna até porque **entendemos que** *quando o Ministro Ciro Gomes ocupou espaço na TV Cultura, do Roda Viva para falar sobre isso ele foi muito claro* quando disse, inclusive, que teria recursos para tratar dessas questões relacionadas às políticas públicas tanto da parte do saneamento, como da recuperação das matas ciliares e um programa envolvendo a questão da educação ambiental para as comunidades se prepararem para poder receber de fato uma obra do porte como essa. (D4T-36-109)

Além desse tipo de predicado, encontramos, em nosso *corpus*, casos em que os verbos indicam a noção de condição necessária e suficiente que determina se o estado-de-coisas designado na proposição ocorre ou não; são os chamados *predicados implicativos*, consoante classificação de Neves (2000). Esses predicados, de acordo com a autora, podem implicar noções afirmativas e negativas, quando precedidos pela partícula de negação. Verificamos casos em que o enunciador constrói sua argumentação com verbos do tipo implicativo afirmativo como *lembrar-(se) de* (não se esquecer de, não deixar de) e *mostrar*. Vejamos as ocorrências (52) e (53) abaixo:

- (52) O Ex - Deputado **lembrava-nos que** *ali pela Região Santana do Cariri, Potengi, aquela região chamada Cariri Oriental, naquela região ali, temos (água) no subsolo.* (D3T-32-159)
- (53) Esse debate aliado a outro debate que temos que fazer nesta Casa deve pautar a nossa unidade de ação em coisas tão magníficas e tão grandes para o Estado do Ceará. Coisas tão grandes, com tão relevância, que acho que devíamos nos unir em prol de nosso Estado, pautando a nossa ação política, no sentido de **mostrarmos** ao Governo Federal **que o Estado do Ceará têm melhores condições para receber esse empreendimento.** (D3R-12-159)

Encontramos, também, em nosso *corpus*, itens evidenciais marcados por verbos de significação plena, designadores de opinião, crença ou saber. Esses predicados são utilizados na manifestação da evidencialidade subjetiva, como demonstram as ocorrências (54), (55) e (56) a seguir:

- (54) Deputado, me permita um aparte? (Concedido) Meu companheiro Deputado João Jaime, **acho que** *melhor informado que o companheiro Deputado João Jaime e que o*

*companheiro Deputado José Guimarães e muito mais informado que o Deputado Pedro Uchoa em cima dessa questão da Refinaria é o Ministro Ciro Gomes. (D7R-61-159)*

(55) Por fim, queria trazer ao conhecimento de todos alguns números deste empreendimento, em razão dos quais **acredito ser de extrema importância a sua locação em nosso Estado.** (D8R-82-159)

(56) Essa é uma causa que deve envolver o Governo do Estado e **sei que o Governador Lúcio Alcântara está envolvido nisso.**(D1R-05-159)

Foi encontrada uma grande quantidade de predicados introdutórios de discurso direto ou indireto, os denominados *verbos de elocução*. Os verbos de elocução são divididos por Neves (2000) em verbos propriamente de *dizer* ou *dicendi*, tais como *falar, dizer, protestar, comentar* e similares; e verbos introdutórios de discurso, que não indicam, necessariamente, atos de fala como *afirmar, garantir, gritar* e similares. Vejamos as ocorrências (57) e (58), que ilustram esses tipos de verbos de elocução:

(57) E quando um Ministro do porte do nosso Ministro Ciro Gomes, cearense, que quer trazer a Refinaria para cá e *tenho certeza que* está lutando para isso, **diz que os cearenses devem apostar que isso seja empurrado com a barriga e a decisão da localização da Refinaria não seja decidida agora, por esse Governo. Porque se assim o for o Estado está escolhido: o Estado de Pernambuco.** (D5R-39-159)

(58) Na década de sessenta, foi realizado o primeiro estudo técnico sobre a viabilidade da construção e, na década seguinte, a Petrobrás **afirmou que tinha interesse em construir uma refinaria no Nordeste.** (D8R-67-159)

Os Verbos *dizer e afirmar* dos exemplos (57) e (58) codificam, geralmente, a evidencialidade relatada definida, imprimindo o efeito de baixo comprometimento em relação aos conteúdos enunciados.

Quanto às categorias gramaticais do verbo, vejamos de que modo cada uma delas (número-pessoa, tempo, modo, voz e aspecto) atua na caracterização da evidencialidade.

No discurso político, as formas verbais que caracterizam a evidencialidade são indicadas pelas três pessoas do discurso: 1ª pessoa do singular (*Eu*) e do plural (*Nós*); b) 2ª pessoa do singular (representada, em geral, pelo pronome de tratamento *Vossa Excelência*); e c) 3ª pessoa do singular (*Ele*) e do plural (*Eles*). Verificamos, ao tratar do tipo de fonte da informação, que cada uma dessas pessoas do discurso sugerir efeitos de (des)comprometimento do enunciador em relação ao seu discurso.

A 1ª pessoa do singular e do plural, por exemplo, assumem funções distintas no discurso político. *Eu* está relacionado ao alto grau de comprometimento, uma vez que o



enunciador se apresenta como a fonte do dizer; e *Nós*, por sua vez, pode evocar vários efeitos de (des)comprometimento, dentre os quais, o mais comum é o de um “nós” representativo de todo um conhecimento amplamente compartilhado, como é possível verificar, respectivamente, nas ocorrências (59) e (37), retomada aqui.

(59) **Eu acho que** *o povo tem que avaliar essas questões do Presidente Lula, essas corrupções no seu Governo!* (D13R-140-159)

(37) Jogando os baianos contra os cearenses, contra os paraibanos, contra os pernambucanos, porque **nós sabemos que** *a missão precípua da Igreja, sobretudo da Igreja Católica, é unir os seus seguidores, pregar a união e nunca fazer o que está fazendo, que é colocar para brigar nordestinos do Norte, contra nordestinos do Sul.* (D9T-72-109)

Encontramos casos em que o político utiliza o sintagma nominal *A gente* como pronome pessoal, em equivalência a *nós*, embora o verbo seja conjugado na 3ª pessoa do singular. O efeito de sentido é de diluição de responsabilidade, pois o enunciador não se compromete sozinho com o dizer. Observemos a ocorrência (60):

(60) Eu que fiz parte da Comissão Pró-Refinaria, juntamente com a Deputada Íris Tavares, com o Deputado Chico Lopes, rodamos o Nordeste, em todas as Assembléias com o Presidente Marcos Cals, **a gente viu que** *tudo aquilo que aconteceu, os estudos técnicos, no final, foi uma farsa!* (D13R-135-159)

A 2ª pessoa do discurso teve uma frequência significativa em nosso *corpus*. Essa estratégia é utilizada para a manifestação da evidencialidade relatada definida. O enunciador transfere a responsabilidade do enunciado ao seu interlocutor, tal como verificamos na ocorrência (61) abaixo:

(61) Deputado Carlomano Marques, eu respeito muito **Vossa Excelência**, que sabe disso, respeito muito a opinião que **Vossa Excelência** expressa dessa Tribuna, mas gostaria de fazer alguns contrapontos ao que **Vossa Excelência falou** e ao **que** *o Deputado Artur Bruno também falou.* (D13R-133-159)

Foram encontrados casos em que o pronome *Você* representa um sujeito genérico, evocado pelo enunciador para designar um conhecimento compartilhado. Vejamos a ocorrência (62) a seguir:

(62) **Você vê que** *o Rio de Janeiro é bem aquinhoado, e tem uma opinião muito grande. O Orçamento de uma Prefeitura dele é maior do que o do Estado do Ceará, mas eles queriam a Refinaria para lá!* (D14R-145-159)

A 3ª pessoa do singular e do plural é usada apenas nos casos de evidencialidade relatada definida, tal como demonstram as ocorrências (63) e (64):

- (63) Além do mais, **a ONU diz que** *são necessários mil e quinhentos metros por segundo, nós apenas temos uma área com apenas quinhentos metros por segundo que não chega o que a ONU propõe oficialmente. Portanto, senhoras e senhores, esse Projeto tem uma importância muito grande.* (D1T-07-109)
- (64) Mas o Estado do Ceará, o Governo e todos os cearenses estão de parabéns por este empreendimento. **Dizem que** *o Estado do Ceará é extremamente miserável. São dados estatísticos do IBGE.* (D12R-122-159)

Quanto à categoria de tempo, verificamos que a evidencialidade, no discurso político, pode indicar, pelo menos, os três tempos básicos: presente, passado e futuro. O presente indica uma relação de simultaneidade entre a ação descrita e o momento da enunciação; o passado ou pretérito indica uma relação de anterioridade entre o momento de ocorrência da ação verbal e o momento da enunciação; e o futuro indica uma relação de posteridade entre a ação descrita e o momento da enunciação; como verificamos, respectivamente, nas ocorrências (65), (66) e (24), repetida aqui.

- (65) O Presidente Lula **colocou** *claras as intenções de que a água do São Francisco nós vamos utilizar principalmente para o consumo humano e dos animais e que uma reforma agrária está sendo feita, uma das mais importantes do Brasil nos últimos tempos onde vamos fazer assentamento de 2 quilômetros e meio para a esquerda e dois quilômetros e meio para a direita.* (D12T-88-109)
- (66) Apenas **insisto que** *é muito difícil que seja construída qualquer Refinaria no Brasil nos próximos três anos. Mas se por acaso essa Refinaria for construída no Nordeste, absolutamente inquestionável que será no Porto de Sauípe, nas proximidades do Porto de Sauípe muito embora do ponto de vista técnico o Ceará até que se prestaria melhor para localizar essa Refinaria.* (D7R-65-159)
- (24) Se pegarmos um relatório da Plataforma Desc que veio aqui a Fortaleza, o Jean Pierre Lehuar que é o relator, **nós vamos ver que** no relatório da Plataforma Desc dos direitos humanos a pessoa ao meio ambiente, **nós vamos ver que** do litoral das serras aos sertões **vamos ver** *uma relação de crimes praticados com a cumplicidade dos órgãos locais e estadual porque infelizmente essa história da fiscalização, do acerto, do crime praticado contra o meio ambiente ele está aí rebolado aos interesses muitas vezes, eu diria, desse lobby financeiro e econômico que sem sombra de dúvida é algo grandioso e monstruoso em qualquer obra que tenha o interesse de especular, o interesse de tomar conta de áreas ricas desse Estado, e, principalmente vislumbramos isso numa obra de tanta magnitude como tem sido ao longo desse tempo debatido a transposição do São Francisco.* (D4T-42-109)

Ainda temos o uso do tempo presente de evocação de um tempo passado, caracterizando a ação verbal como algo mais próximo do momento da enunciação, tal como demonstra a ocorrência (42) retomada a seguir:

- (42) **Lembro-me que** *se roubava São José para se fazer a procissão no dia dele, para entregar as pessoas que perdeu o santo, que foi tirado. Lembro-me das credices do animal suado para saber se vai chover, das pedras de sal no telhado para saber se ficou úmido, e agora estamos tendo a oportunidade da transposição das águas do Rio São Francisco.* (D2T-19-109)

Quanto à categoria de voz, verificamos que a voz ativa constitui a forma mais utilizada pelos enunciadores-políticos. Nessa forma, a fonte da informação aparece na função sintática de sujeito. Na voz passiva analítica, a fonte da informação se apresenta na função de agente da passiva. Nos casos de voz passiva sintética, verificamos que, embora a fonte da informação não esteja explicitada, o conteúdo proposicional encaixado pelo item evidencial constitui uma informação amplamente conhecida, como demonstram, respectivamente, as ocorrências (67), (68) e (38), já destacada anteriormente:

- (67) Senhor Presidente e Senhores Deputados, e Deputadas, quero, inclusive, a atenção da Liderança do Governo, porque hoje a Imprensa **traz que** *o Tribunal de Contas encontrou 14 irregularidades nas Licitações da transposição do Rio São Francisco.* (D8T-62-109)
- (68) Em 1998, houve anúncio público, **veiculado** pelo Senhor Tasso Jereissati, *de que a refinaria seria construída no Ceará, em parceria com a empresa alemã Thyssen.* (D8R-56-159)
- (38) **Estima-se que** *os investimentos para a construção atinjam a cifra de 2,3 bilhões de dólares, o que representa hoje (câmbio de R\$ 2,60) o montante de 5,98 bilhões de reais.* (D8R-83-159)

Em relação à categoria de modo, verificamos que a evidencialidade ocorre, primordialmente, no contexto *realis*, em particular no modo indicativo, uma vez que o falante, a fim de promover adesão às idéias que defende, busca fornecer uma boa fundamentação ao seu discurso, mostrando-se ou não como fonte da informação; como demonstra a ocorrência (69) abaixo:

- (69) No entanto, o Governo Lula negou a informação, ao mesmo tempo em que **declarou que** *a decisão somente será tomada dentro de seis meses, que é o prazo para conclusão de um estudo que será realizado por uma Comissão Mista de técnicos da Petrobrás e da PDVSA.* (D8R-77-159)

A evidencialidade relatada de fonte definida no exemplo (68) garante um baixo comprometimento do enunciador em relação à informação que veicula. O contexto *realis* imprime um grau de maior certeza no que diz respeito ao valor de verdade desse enunciado.

No entanto, verificamos, ao tratar da evidencialidade relatada, que o enunciador pode levantar suposições a respeito do discurso de uma terceira pessoa, a fim de comprometê-la com um conteúdo proposicional, geralmente, polêmico, como podemos observar na ocorrência (70) a seguir:

(70) **Segundo** noticiou a imprensa nacional e internacional, *a Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, teria declarado que o local de construção do empreendimento seria o Porto de Suape no Pernambuco. (D8R-75-159)*

Na ocorrência (70), ao responsabilizar a imprensa nacional e internacional pela informação que veicula (evidencialidade relatada de fonte definida), o enunciador poderia ter utilizado o modo da certeza, a fim de garantir confiabilidade à asserção. No entanto, não é isso que verificamos, já que o político modaliza o conteúdo proposicional, estabelecendo, ao invés de uma certeza, uma possibilidade: “a Ministra não declarou, mas teria declarado”, ou seja, é possível que tenha declarado.

A categoria de aspecto está relacionada ao modo de ser da ação verbal. De acordo com Neves (2000), a categoria aspecto não se confunde com a categoria de tempo, pois esta é uma noção dêitica, portanto se liga ao enunciado; e aquela, por não ser uma noção dêitica, diz respeito propriamente à sentença, já que se refere à constituição interna do desenvolvimento temporal do processo verbal. É nessa constituição interna que se abrigam os componentes aspectuais duração e frequência, que definem se momentos ou intervalos de tempo se estendem (duração) ou se somam (frequência). Essas noções semânticas situam-se, pois, em um estado-de-coisas que evolui, temporalmente, de um estado inicial para um estado final, apesar de não considerada a ancoragem no tempo da enunciação.

Sendo assim, a evidencialidade, em nosso *corpus*, é expressa pelo aspecto durativo nas formas inacabada e acabada ou pontual, como é possível verificar, respectivamente, nas ocorrências (71) e (72) a seguir:

(71) Um outro dado importante é a pesquisa feita pela CNTS (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde)/Censo **mostrando que** 62,3% dos brasileiros apoiam a *Integração de Bacias do São Francisco (D8T-60-109).*

(72) O Ministro **disse:** *Eu modifico tudo conforme vocês estão querendo, mando os nossos Técnicos, mas ficam criando dificuldades para criar problemas para a transposição! O*

*Exército já está preparado para começar a obra! Precisamos estar ao lado do Doutor Lúcio Alcântara, para que ele possa investir alguma coisa neste sentido, e este povo entenda que esta obra tem importância, como a Refinaria, pela qual continuaremos a brigar, para que venha para o Ceará! (D8T-66-109)*

Na ocorrência (71), a ação indicada pelo verbo *mostrar* não acabou, mas se apresentada em desenvolvimento. Essa estratégia pode sugerir que os dados da pesquisa são recentes e que merecem a atenção do auditório. Em (72), a constituição temporal da ação verbal nos faz perceber que a informação veiculada é acabada, ou seja, o fato indicado na proposição situa-se em um determinado ponto do tempo.

### **b) Substantivo**

Os substantivos são usados, segundo Neves (2000), para se referir diferentes entidades (coisas, pessoas, fatos etc), denominando-as. Em nosso *corpus*, as marcas evidenciais substantivas encontradas são aquelas denominadas de substantivos abstratos, que derivam de diferentes tipos de verbos (de ação, processo ou estado). O item evidencial expresso por um sintagma nominal abstrato, por sua natureza valencial, constitui o núcleo da predicação, selecionando argumentos; como podemos verificar na ocorrência (73) a seguir:

(73) **A declaração** do Ministro *quando diz que não adianta lutar por uma coisa que não existe.* (D3R-22-159)

Enquadramos, também, em nossa análise, os itens evidenciais expressos na forma de verbo-suporte na categoria do substantivo, em virtude do caráter nominal que esse tipo de construção apresenta. Neves (2000) afirma que o verbo-suporte, também denominado de verbo funcional ou geral, é um tipo de predicado esvaziado de significado. Esse tipo de predicado, para formar um significado global, precisa de um complemento, que determina o valor semântico da predicação, tal como podemos observar nas ocorrências (74) e (75) abaixo:

(74) Eu **faço um apelo** a Vossa Excelência *que vamos juntar as nossas forças e pressionar o Governo Federal, no sentido que seja uma posição técnica* (D11R-129-159)

(75) O Ministro Ciro Gomes na segunda-feira **deu uma declaração** *que não é surpresa para ninguém do Legislativo.* (D5R-34-159)

### c) Adjetivo

Os adjetivos atribuem propriedades aos referentes designados por substantivos. Essa atribuição pode qualificar e subcategorizar o substantivo (NEVES, 2000). Em nosso *corpus*, a marca evidencialidade adjetiva se caracteriza pela função qualificadora, manifestando-se, sobretudo, por meio do particípio verbal associado à voz passiva; como verificamos na ocorrência (67) retomada a seguir:

- (67) Em 1998, houve anúncio público, **veiculado** pelo Senhor Tasso Jereissati, *de que a refinaria seria construída no Ceará, em parceria com a empresa alemã Thyssen*. (D8R-56-159)

### d) Preposição

As marcas evidenciais prepositivas têm por função introduzir um conteúdo proposicional relacionado a uma terceira pessoa do discurso. São definidas como elementos relacionais que atuam na junção dos elementos do discurso (NEVES, 2000). Os itens evidenciais prepositivos encontrados em nosso *corpus* são tradicionalmente denominados preposições *essenciais* e *acidentais*. As preposições acidentais, por estarem ainda se gramaticalizando, são empregadas em contextos restritos. São elas: *como*, *segundo*, *conforme* etc. Vejamos as ocorrências (76) e (70), retomada a seguir, que ilustram as preposições essenciais e acidentais.

- (76) E **em** *todos os três jornais haviam declarações que fiquei muito triste, porque o Deputado José Guimarães que foi à fonte, esteve lá com o Presidente Lula, conversou com os seus assessores e passou a informações para os jornais de que realmente o Protocolo que a PDVSA assinou com o Governo do Brasil e o Governo de Pernambuco era para sediar a Refinaria em Pernambuco. Isso está hoje em todos os jornais*. (D5R-31-159)

- (70) **Segundo** *noticiou a imprensa nacional e internacional, a Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, teria declarado que o local de construção do empreendimento seria o Porto de Suape no Pernambuco*. (D8R-74-159)

O exemplo (76) ilustra os casos em que um conteúdo proposicional é encaixado por uma preposição essencial. Em (70), temos uma ocorrência com uma preposição acidental. No *corpus* da presente pesquisa, não foram encontrados casos em que a evidencialidade relatada de fonte definida é introduzida por locução prepositiva (*de acordo com*, por exemplo).

### e) Advérbio

Em nosso *corpus*, encontramos apenas dois casos de manifestação da evidencialidade por meio da categoria advérbio. O advérbio é considerado uma classe gramatical invariável do ponto de vista morfológico, assumindo uma posição periférica no enunciado (satélite de um núcleo oracional) (NEVES, 2000); como demonstra a ocorrência (77) a seguir:

(77) E V.Exa. teve vitoriosa a sua luta, haja vista, que a refinaria **evidentemente** *vai ser instalada no Nordeste, porque Pernambuco é um Estado do Nordeste, onde vai ser instalada a refinaria.* (D3T-24-109)

Em (77), o advérbio *evidentemente* sugere que a informação veiculada é lógica, ou seja, não há dúvidas de que Pernambuco está localizado no Nordeste. Esse efeito de sentido se assemelha ao tipo de evidencialidade de fonte como de domínio comum, já que a informação é apresentada como um conhecimento “óbvio” e, portanto, consensual.

### f) Enunciado metalingüístico

O enunciado metalingüístico representa uma marca que foi identificada no discurso político. Como já foi dito anteriormente, a evidencialidade que se manifesta por estratégia metalingüística apresenta traços semânticos que indicam o tipo de fonte e, portanto, a natureza do conteúdo proposicional fornecido pelo enunciador. Verificamos que esse tipo de marca se presta à manifestação da evidencialidade relatada definida, como demonstra a ocorrência (78) retomada aqui.

(78) **Está aqui uma matéria de negócios, no jornal Diário do Nordeste, do dia 26 de novembro de 2005:** “2,2 milhões de cearenses sem qualquer rendimento”. Acrescido a isto têm hum milhão, cento e trinta e seis mil cearenses que ganham até 0,5 salário mínimo. (D12R-123-159)

O enunciado como um todo esclarece a fonte do conteúdo proposicional, bem como o modo de obtenção da informação por parte do enunciador, que, estrategicamente, fundamenta seu discurso com base em uma informação reportada de um jornal de circulação regional, dando ao seu enunciado uma maior confiabilidade, sobretudo, no que diz respeito aos leitores desse meio de comunicação.

### g) Simples justaposição

É importante esclarecer que a simples justaposição não constitui uma marca de expressão da evidencialidade. É, na verdade, a própria fonte da informação que se coloca ao lado do conteúdo enunciado. A qualidade dessa fonte pode indicar o modo de obtenção da informação, sobretudo quando se trata de uma lei, artigo, enfim, um conteúdo proposicional retirado de alguma fonte oficial ou extra-oficial, como demonstra a ocorrência (79) a seguir:

(79) Eu queria que o Líder do Governo, Deputado João Jaime escutasse **esse parágrafo**: *“Faltou aqui mobilização suprapartidária para demonstrar as condições geográficas, a disponibilidade de infra-estrutura e os argumentos técnicos que dão ao Ceará condições superiores dos demais Estados”*. (D10R-94-159)

Recorrendo ao contexto maior, percebemos que o enunciador faz referência a uma informação reportada de um jornal de circulação regional. A repetição da marca evidencial relatada definida não é necessária, uma vez que o político, logo no início do discurso, esclarece a fonte das informações enunciadas. Sendo assim, a mera menção a fonte é suficiente para que o auditório reconheça a informação como relatada.

#### 5.2.1 Posição no enunciado

A marca evidencial também pode ser caracterizada em relação à posição que ocupa no enunciado, especificamente, quanto à fonte e ao conteúdo proposicional. Sendo assim, a marca evidencial pode ser: anteposta, intercalada e posposta. Ela é considerada anteposta quando precede tanto a fonte da informação quanto ao conteúdo proposicional; é intercalada quando se apresenta entre a fonte e o conteúdo proposicional; é posposta quando se localiza após a fonte e o conteúdo proposicional. Nos casos em que a fonte é implícita, a marca evidencial é considerada como ocupando a posição anteposta, uma vez que o item evidencial está no lugar da fonte da informação. Na tabela 02, a seguir, temos o percentual para cada tipo de posição:



**Tabela 02 - Posição do item evidencial no enunciado**

	Número de casos	Percentual
Anteposição	104	38,8
Intercalação	159	59,3
Posposição	5	1,9
Total	268	100,0

É possível verificar que a posição intercalada é mais recorrente em nosso *corpus*, seguida pela posição anteposta. Isso demonstra a preferência dos enunciadores pela ordem direta, ou seja, pela forma não-marcada do enunciado. Nos casos em que encontramos a posposição da marca evidencial, verificamos que essa localização se deve, em geral, à simples referência do enunciador a um discurso proferido por outro parlamentar. Vejamos as ocorrências (80) e (81) que ilustram, respectivamente, um enunciado não marcado e outro em que a marca evidencial está posposta à fonte da informação:

(80) O Ministro **Ciro Gomes falou** *ontem exatamente aquilo que é conversado, é comentado no seio da Petrobrás: do ponto de vista técnico e mercadológico a Petrobrás não tem interesse de construir nenhuma Refinaria, principalmente no Nordeste.* (D7R-62-159)

(81) Deputado **Carlomano Marques**, eu respeito muito Vossa Excelência, que sabe disso, respeito muito a opinião que Vossa Excelência expressa dessa Tribuna, mas gostaria de fazer alguns contrapontos ao que Vossa Excelência **falou** e ao que o Deputado **Artur Bruno** também **falou**. (D13R-1331-159)

Verificamos que, na ocorrência (80), a marca evidencial se apresenta na posição intercalada, entre a fonte e o conteúdo proposicional. O sujeito do verbo é a fonte, o verbo de elocução é a marca evidencial, e, a seguir, encontra-se o conteúdo proposicional. Já na ocorrência (81), o enunciador pospõe a marca evidencial à fonte da informação, sem fazer referência ao que os parlamentares reportados falaram em relação ao assunto de que trata. Parece que isso se deve ao fato de que o conteúdo proposicional constitui uma informação compartilhada entre enunciador e auditório ou constitui uma informação ainda muito recente na memória discursiva deste, que não precisa ser retomada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evidencialidade é uma categoria lingüística que diz respeito à manifestação da fonte da informação, o que está relacionado aos graus (des)comprometimento do enunciador. A partir dessa interpretação, investigamos os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da evidencialidade nos discursos políticos proferidos no Pequeno Expediente de Sessões Ordinárias na Assembléia Legislativa do Ceará, durante o período de 2005-2006.

Para a análise de tal categoria, que se manifesta, no português, primordialmente por meio de expressões lexicais, recorreremos à análise funcionalista, que admite ser a gramática a codificação das intenções comunicativas de seus usuários. Focamos nosso interesse nos efeitos de (des)comprometimento provocados pelos itens evidenciais na construção da argumentação no discurso político.

A nossa proposta de análise assume que a evidencialidade constitui uma categoria hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, pois admitimos que a evidencialidade determina a qualificação modal, já que o enunciador só procede à avaliação de um estado-de-coisas quando tem evidências para reconhecer sua estimativa de ocorrer ou não no mundo (GALVÃO, 2001).

Na elaboração de nossa proposta de análise, recorreremos aos estudos desenvolvidos por Willet (1988), Hengeveld (1988, 1989), Dall'Aglio-Hattner (2001), Galvão (2001), Gonçalves (2003), Carioca (2005) e Vendrame (2005). Sendo assim, na primeira parte de nossa descrição, investigamos o tipo de fonte e a estratégia utilizada pelo enunciador para veicular às informações no discurso.

Em relação ao tipo de fonte, o enunciador pode se apresentar com a fonte de uma informação (*sujeito enunciador*); pode apresentar uma *fonte externa a ele*, do tipo *definida* (2ª ou 3ª pessoa) ou *indefinida* (a fonte existe, mas não é especificada no contexto); e pode apresentar uma fonte que designa um conhecimento amplamente compartilhado (*domínio comum*).

No que diz respeito à natureza da experiência evidencial, consideramos que, a depender da natureza lexical do item evidencial, a informação pode ser interpretada como uma experiência, inferência, relato ou como uma informação de valor subjetivo pela qual o sujeito enunciador se responsabiliza.

Na segunda parte de nossa análise, descrevemos os aspectos morfossintáticos da evidencialidade, tais como os meios de manifestação e a posição do item evidencial quanto à fonte e ao conteúdo proposicional. A análise dos dados mostrou que a evidencialidade é uma

categoria que atua, principalmente, no nível intersubjetivo e interdiscursivo, uma vez que constitui importante estratégia na construção da persuasão no discurso político, evocando diferentes graus de comprometimento e imagens construídas pelo enunciador, de acordo com seus propósitos enunciativos.

A investigação dos dados demonstrou que a evidencialidade externa ao eixo do enunciador foi a mais recorrente no discurso político, o que está relacionado ao fato de os políticos preferirem se ausentar da cena enunciativa, reportando a voz de uma terceira pessoa definida no discurso na sustentação de ponto de vista. A predominância de marcas evidenciais que indicam que a informação foi obtida por meio de um relato de fonte definida (2ª ou 3ª pessoa) pode ser justificada pelas seguintes razões: i) o enunciador não deseja comprometer-se com o conteúdo de seu discurso, já que trata de temas/assuntos polêmicos cuja tomada de responsabilidade pode prejudicar sua legitimidade em relação ao auditório que deseja persuadir; ii) essa predominância da evidencialidade relatada de fonte definida pode também ser justificada porque, no português, a evidencialidade direta é a forma não marcada e, portanto, não requerida pelo contexto em que o enunciador é deitadamente a fonte; iii) além disso, a evidencialidade relatada de fonte definida se configura como uma estratégia eficaz de persuasão no discurso político, principalmente, quando o político deseja se mostrar como alguém mais “neutro” ou como um sujeito engajado em uma luta social, que responde às acusações de outros parlamentares ou evoca a voz de outros políticos que, como ele, posicionam-se no jogo político.

Verificamos apenas um (01) caso de evidencialidade do tipo relatado de fonte indefinida. Isso se deve ao fato de que argumentos construídos sem a explicitação de uma fonte podem suscitar, por parte do auditório, a não confiabilidade dessas informações. Além disso, construções de voz passiva sintética ou pronominal que poderiam ser consideradas como relatos de fonte indefinida, por causa da missão do agente da ação verbal, constituem, na verdade, estratégia de apresentação de informações pertencentes ao domínio comum, uma vez que o conteúdo proposicional encaixado a partir desse tipo de construção constitui um conhecimento amplamente compartilhado entre os sujeitos da interação.

Em relação aos relatos de fonte como de domínio comum, verificamos que sua função é “preparar o terreno” para a adesão de um argumento, já que o enunciador demonstra apresentar as mesmas bases epistêmicas que o auditório. Essa estratégia imprime, no discurso político, uma maior interação/proximidade entre os interactantes.

Quanto à evidencialidade pertencente ao eixo do enunciador (experienciais, inferenciais e subjetivas), verificamos que, ao se colocar como fonte de um discurso, o

político assim o faz porque deseja se mostrar como alguém comprometido com suas idéias e propósitos políticos. Esse tipo de evidencialidade se revelou como uma estratégia requerida nos casos em que o enunciador quer se mostrar como um sujeito que diz a “verdade” ou um legítimo representante do Povo. Quanto ao tipo mais requerido de evidencialidade integrante ao eixo do enunciador, verificamos que o tipo subjetivo é o mais freqüente. Esse tipo de evidencialidade constitui um conhecimento já pertencente à informação pragmática do enunciador, que se apresenta também como a fonte da informação. A evidencialidade experiencial e, sobretudo, a inferencial ocorreram em poucos casos, o que pode demonstrar o caráter predominantemente subjetivo dessa categoria. O sujeito se apresenta como fonte, avaliando, ao mesmo tempo, a informação que veicula.

Em relação aos meios de manifestação da evidencialidade, os dados demonstram que o verbo constitui a expressão lexical mais recorrente. Isso mostra que o predicado pode assumir a função não apenas de núcleo oracional, mas, em termos semânticos, pode indicar também a fonte de uma informação. Verificamos que a posição do item evidencial mais freqüente em nossos dados é a forma não-marcada, ou seja, localiza-se entre fonte e conteúdo proposicional, demonstrando que os políticos preferem utilizar enunciados cuja ordem seja a natural, com verbo de cognição, percepção e, sobretudo, de elocução.

A nossa investigação nos possibilitou averiguar de que modo essa categoria atua na construção da persuasão no discurso político. Pudemos analisar e descrever a natureza interpessoal e interdiscursiva de expressão da evidencialidade, comprovando que é uma marca codificada, principalmente, quando o enunciador deseja descomprometer-se com o conteúdo do enunciado, responsabilizando outros sujeitos pelas informações que veicula. Esperamos que a presente pesquisa aqui empreendida, sem ter a pretensão de ser exaustiva, possa ter contribuído para uma melhor compreensão do uso da evidencialidade no discurso político.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDERSON, L. B. Evidentials, paths of change, and mental map. IN: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (eds). **Evidentiality: the logistic coding of epistemology**. Norwood, NJ: Ablex, 1986.

BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in leiga. **Studies in Language**, v. 3, n. 21, p. 509-532, 1997.

BYBEE, J; FLEISCHMEN, S (eds.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995.

BYBEE, J; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. **The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the language of the world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CARIOCA, C. R. **A manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo**. 2005. 96f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CHARAUDEAU, P. **O Discurso Político**. Trad.: Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CHAFE, W; NICHOLS, J. (eds.). **Evidentiality: the logistic coding of epistemology**. Norwood, NJ: Ablex, 1986.

DALL'AGLIO - HATTNER, M. M. **A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos de ex-presidente Fernando Collor**. 1995. 111f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

DALL'AGLIO - HATTNER, M. M. et al. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M.H.M. (Org.). **Descrição do português: definindo rumos de pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001.

DE HANN, F. **Evidentiality and epistemic modality**. Artigo apresentado no 2º ALT meeting, Eugene, OR, 1997a. Disponível em <http://www.unnm.edu/~fdehann/dutch.htm>. Acesso em: 10 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Evidentiality in Dutch**, 1997b. Disponível em: <http://www.unnm.edu/~fdehann/dutch.htm>. Acesso em: 10 jul. 2004.

DENDALE, P; TASMOWSKI, L. Introduction: evidentiality and related notions. **Journal of Pragmatics**, v. 33, 2001.

DIK, C.S. **The theory of functional grammar**. Parte 1: The structure of the clause. Dordrecht: Foris Publication, 1989.

\_\_\_\_\_. **The theory of functional grammar** – Part 2: Complex and derived constructions. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

DU BOIS, J. W. Comparing Motivations. In : HAIMAN, J. (Ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

FERREIRA, A.B.H. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 4 ed., 2001

GALVÃO, V. C. C. **Evidencialidade e gramaticalização do português do Brasil**: os usos da expressão *diz que*. 2001. 213f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

GIVÓN, T. **Mind, Code and Context**: essays in pragmatics. London: Lawrence, 1989.

\_\_\_\_\_. Evidentiality and epistemic space. In: **Studies in Language**. v. 1, n. 6, p. 23-42, 1982.

\_\_\_\_\_. **Syntax**. A functional-typological introduction. Amsterdam: John Benjamins, 1984. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Functionalism and grammar**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1995.

\_\_\_\_\_. **Syntax: an Introduction**. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamins, v.1, 2001.

GONÇALVES, S. C. L. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade**: um estudo de caso no português do Brasil. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2ª ed. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2ª ed. London: Edward Arnold, 1994.

\_\_\_\_\_. **An introduction to functional grammar**. 3ª ed. Revisado por Christian M. I. M. Matthiessen. London: Edward Arnold Publishers, 2004.

HEINE, B. et al. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. **Journal Semantics**, v. 6. 1988.

\_\_\_\_\_. Layer and operators in functional grammar. **Journal Linguistic**, n.25, 1989.

\_\_\_\_\_. (ed.). Dik: **The theory of functional grammar 2**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

\_\_\_\_\_. **The architecture of a functional discourse grammar**. Versão preliminar. Amsterdam, 2000.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

JACOBSEN, W. H. The heterogeneity of evidentials in Makah. In: CHAFE, W; NICHOLS, J. (Eds.). **Evidentiality the coding of epistemology**. Norwood: Ablex, 1986, p.3-28.

JAKOBSON, R. Shifters, verbal categories and the Russian verb. Selected writing. In: **Word and language**. The Hague u.a.: Mouton, 1957.

LAZARD, G. On the grammaticalization of evidentiality. **Journal of Pragmatics**, n. 33, p. 359-367, 2001.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Trad.: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

MENEZES, L. C. **A modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos**. 2006. 122f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

NEVES, Maria Helena de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NICHOLS, J. Functional theory of grammar. **Annual Review of anthropology**, v. 43, 1984.

NOGUEIRA, M. T. **Processos de constituição dos enunciados**: predicação, referenciação, junção e modalização. Projeto de Pesquisa. Fortaleza; Brasília: UFC. CNPQ, ago. 2000 – ago. 2002.

NUYTS, J. Epistemics modal adverbs and adjectives and layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistic**, v. 31, p. 933-969, 1993.

\_\_\_\_\_. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of Pragmatics**, v.33, p. 383-400, 2001.

\_\_\_\_\_. **Aspects of a cognitive-pragmatic theory of language**: on cognition, functionalism, and grammar. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1992.

PERLMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad.: Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Disponível em [www.alb.gov.ce](http://www.alb.gov.ce). Acesso em: 05 jul. 2007.

THOMPSON, G. **Introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1996.

VENDRAME, V. **A evidencialidade em construções complexas**. 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

WILLET, T. A. Cross-linguistic survey of the grammaticization of evidentiality. **Studies in Language**, v. 12, n. 1, 1988, p. 51-97.